

CURTIDORES E SURREADORES DE S. SEBASTIÃO – GUIMARÃES (1865-1923)
A DIFÍCIL SOBREVIVÊNCIA DE UMA INDÚSTRIA INSALUBRE NO MEIO URBANO

Elisabete Pinto

Ficha Técnica:**Título:**

Curtidores e surradores de S. Sebastião – Guimarães (1865-1923):
a difícil sobrevivência de uma indústria insalubre no meio urbano

Autoria e Edição:

Elisabete Pinto

Apoios:

GHP (Grupo de História das Populações) / CITCEM (Centro de
Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»)

Depósito legal:**ISBN:****Composição:**

Daniel Freitas

Capa:

Carlos Almeida

Ilustração da capa:

Indústria de curtumes nas margens do rio de Couros / Col. Muralha –
Associação para a Defesa do Património / Museu de Alberto Sampaio

Impressão e acabamento:**Direitos reservados:**

Elisabete Pinto (mepinto@gmail.com)

Créditos fotográficos:

Todas as fotografias se encontram devidamente acreditadas aos seus
proprietários nas respectivas legendas.

Tiragem:

500 exemplares

Por opção da autora, este livro não obedece ao novo Acordo Ortográfico.

Julho de 2012

Para a minha filha Mariana.

Agradecimentos

Arquivo Municipal Alfredo Pimenta
Arquivo do Jornal «O Comércio de Guimarães»
Associação Comercial e Industrial de Guimarães
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Guimarães
Biblioteca Municipal Raul Brandão
Câmara Municipal de Guimarães
Cariátides – Produção de Projectos e Eventos Culturais
Cine-clube de Guimarães
Fábrica de Curtumes Amadeu Miranda
Fábrica de Curtumes de Roldes – Fermentões
Guimapress S. A.
Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano
Irmandade da Penha
Junta de Freguesia de S. Sebastião
Muralha –Associação de Defesa do Património
Museu de Alberto Sampaio
Sociedade Martins Sarmento
Universidade do Minho – Grupo de História das Populações - CITCEM
Venerável Ordem Terceira de S. Francisco

António Augusto Ribeiro da Silva
António Emílio Teixeira de Abreu
António Fernando Martins da Silva
António Xavier
Belmiro Jordão
Clara Vasconcelos
Clotilde Amélia Miranda
Egídio Pinheiro
Família de Manuel Oliveira
Família de João Maria Rodrigues Martins da Costa Aldão «Martins de Aldão»
Família do Arq. José Luís Ferreira
Fernando Carvalho
Isabel Portilha
Isabel Salgado
Joaquim Piairo Pantaleão
Joaquim Manuel Abreu Ribeiro da Silva
Joaquim Oliveira
Jerónimo Silva
Jorge Fernandes Alves
José António Pinheiro
José Luís Carvalho
José Carlos Guimarães
Luís Caldas
Manuela Alcântara
Maria José
Maria José Meireles
Maria Norberta Amorim
Maria Palmira Carneiro
Nelson Castro
Jorge Fernandes Alves
Óscar Jordão Pires
Rita Ribeiro da Silva
Raimundo Fernandes
Simão Ribeiro de Almeida

“O Senhor Deus fez a Adão
e à sua mulher umas túnicas
de peles e vestiu-os”.

Livro de Gênesis, 3: 21

Nota prévia

O futuro da Zona de Couros ficará associado ao ano de 2012, com a entrada em funcionamento de novas valências nos edifícios das antigas fábricas de curtumes.

O quarteirão que preserva a memória do trabalho ligado a uma actividade quase desaparecida do contexto económico vimaranense deslumbra o olhar de quem percorre o conjunto monumental, acompanhando o perfil inclinado das ruas e vielas, paralelas ao pequeno curso de água que aparece e desaparece no emaranhado de construções.

A singularidade desta área geográfica oferece uma grande diversidade de abordagens académicas, atendendo às características únicas do legado patrimonial e aos usos que ao longo do tempo os homens aqui desenvolveram, explorando os recursos naturais para a satisfação das suas necessidades económicas e de bem-estar.

Os edifícios das antigas fábricas de curtumes estão a ser reactivados, com novas funcionalidades ligadas ao ensino e à investigação, com o desenvolvimento de projectos onde se potencia o conhecimento científico, o talento criativo, a inovação e a tecnologia. Este novo modelo de desenvolvimento parece fazer jus à intensa memória industrial ligada à transformação das peles.

Nos terrenos lameiros que envolvem o rio de Couros, as poças, os pelames, os tanques, os lagares e os lagaretões impressionam os arquitectos, os geógrafos, os historiadores, os arqueólogos, os engenheiros, os artistas e muitos vimaranenses que mostram-se pasmados por verificar a existência de uma área, situada a 100 metros do Largo do Toural, que resistiu despercebida ao ritmo avassalador da mudança. Parece estar a conquistar uma nova alma, oferecendo-se como objecto propício ao cruzamento de saberes para assim ser possível esclarecer os diferentes contextos que envolviam a tradicional curtimenta de peles. Cada prédio, rua, viela ou pátio escondem testemunhos das rotinas de trabalho e soluções arquitectónicas improvisadas para aproveitar recursos naturais preciosos como a água e a exposição solar, e toda a organização produtiva exigida pela transformação das peles que faziam desta actividade “uma indústria de segredos”.

A alteração do uso proposta para os diferentes edifícios vai certamente potenciar ainda mais a Zona Couros como um recurso patrimonial e turístico, condição que será favorecida pela proximidade existente com o Centro Histórico, classificado com o título de Património Cultural da Humanidade, pela UNESCO.

A publicação deste livro resulta de uma espécie de tributo afectivo à memória dos operários da indústria de curtumes, na freguesia urbana de S. Sebastião. A frequência do Mestrado em História das Populações, na Universidade do Minho, estimulou o interesse académico pelo passado das gentes de couros, tendo defendido a dissertação com o título: *Curtidores e Surradores de S. Sebastião (1865-1923): a difícil sobrevivência de uma indústria insalubre no meio urbano*, sob orientação do Prof. Doutor Jorge Alves, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Concluído em 2002, esse trabalho esteve na iminência de ser publicado, na colecção Monografias, do Núcleo de Estudos de População e Sociedade, unidade de investigação que funcionava no campus de Azurém. A edição não chegou a acontecer e volvidos dez anos, resolvi tirar o trabalho da gaveta, consciente das lacunas que apresenta e da possibilidade de não saciar a curiosidade dos leitores, atendendo ao período cronológico abrangido. Todos estes anos, foi conservado o ficheiro com o texto formatado, inclusive, já com o prefácio do meu ilustre orientador naquela inesquecível aventura académica.

Apesar de estar mergulhada num projecto de investigação mais ambicioso relacionado com a mesma temática, mas com a exploração exaustiva de outras fontes documentais correspondentes ao exercício daquela actividade num tempo mais próximo, a aparição desta publicação resulta de uma espécie de compromisso que tenho estabelecido com as famílias de muitos antigos industriais e operários. Gentilmente, vasculham álbuns de memórias, ajudando-me no processo de interpretação do passado, facilitando o acesso às fontes documentais que possuem. Por isso, o sincero reconhecimento a todos aqueles que têm alimentado o fascínio que a zona exerce sobre mim. Este livro vem substituir as fotocópias que tenho distribuído a quem manifesta interesse pelo conhecimento do passado.

Para mim, o interesse assumido por esta temática, talvez, seja a força do imaginário infantil deslumbrado com a dimensão da moldura humana que acompanhava a bandeira dos curtidores e surradores, na dianteira da peregrinação à Montanha da Penha, realizada sempre no segundo domingo de Setembro. É assim, desde o final do século XIX, sob o impulso dos operários da indústria de curtumes. O pesado estandarte do ofício nunca ficou pelo caminho, existindo entre os outros devotos uma espécie de reverência aos homens fortes que o carregavam. «Fé, Trabalho e Honra» são as insígnias do ofício impressas na bandeira, acompanhadas pelas imagens de Nossa Senhora com o menino ao colo e dos tradicionais instrumentos de trabalho: o gancho, o mascoto, a ferrelha e as folhas de carvalho.

Cresci na freguesia de Pinheiro, numa das encostas da Montanha da Penha, e durante anos como muitos outros fiéis, ignorando o sentido, fui seguidora da bandeira do ofício dos curtidores e surradores na peregrinação de Setembro. Recordo ainda o dia em que a caminhada foi feita pela primeira vez com a faixa da cruzada ao peito, no ano em que recebi a Comunhão. Em função dessa experiência individual marcante, a inesperada descoberta do sentido da manifestação religiosa tem servido de inspiração para o aprofundamento da investigação iniciada após o conhecimento travado com o já falecido Sr. Manuel Oliveira, a quem rendo a minha homenagem pelas lições sobre o trabalho de couros que me deu.

Para além da ligação à sacralização do monte que serve de miradouro natural sobre Guimarães e cercanias, a dinâmica económica e social da indústria de curtumes está associada a outros aspectos relevantes para a compreensão da sua importância no passado. É o caso de monumentos de interesse cultural existentes no Centro Histórico, como a capela e albergue de S. Crispim e S. Crispiniano, na Rua da Rainha D. Maria II, onde funcionava a corporação dos mestres sapateiros e surradores.

Além do conjunto de antigas fábricas que aparece concentrado no quarteirão de Couros, há vestígios do funcionamento destas unidades em outras zonas do concelho, como por exemplo no denominado campo do Olival, à Rua da Caldeiroa, e na Rua da Liberdade, na Madroa, onde ainda labora a firma Amadeu Miranda & Filhos, Lda.

Em Creixomil, junto ao rio Selho, no Lugar da Pisca, foi instalada uma Fábrica de Curtumes de José Pinheiro Guimarães, em meados do século XX, entretanto adaptada a outras funções, mas que constituiu o exemplo de deslocalização desta actividade insalubre para a periferia urbana.

Em Fermentões, a Fábrica de Curtumes de Roldes, fundada em 1923, continua a laborar e preserva um importante legado patrimonial, constituindo um arrojado projecto empresarial que serviu para balizar temporalmente o trabalho académico que agora é publicado.

Em S. Torcato, no Lugar da Corredoura, persiste a memória das antigas manufacturas instaladas em casas onde igualmente se desenvolviam actividades agrícolas. A. L. de Carvalho, o autor que mais escreveu sobre a actividade dos curtidores e surradores, deixou a informação nos seus *Mesteres de Guimarães* do encerramento da última fábrica nesta zona do concelho, na alusão que faz ao Júlio do Marco que dizia que “até a pele do diabo curtia, se ele se deixasse apanhar”. Aqui, utilizava-se o sumagre nas operações da curtimenta e as mulheres eram chamadas a participar nas actividades, ostentando a denominação de «pilhadeiras».

Em Fafe, na zona de Gontim, Aboim e S. Miguel do Monte, continuam a crescer os carvalhos alvarinhos, de onde era extraída a casca que concedia o tanino necessário para a curtimenta vegetal; no lugar de Lagoas, a Romaria de Nossa Senhora das Neves, que se realiza na última sexta-feira de Agosto, integrava o calendário do lazer dos homens dos couros.

Na Póvoa de Lanhoso, em torno do Santuário de Nossa Senhora de Porto d' Ave, continua a realizar-se a «romaria dos bifés», no primeiro domingo de Setembro, para onde curtidores e surradores dirigiam a sua «estúrdia», uma espécie de peregrinação acompanhada com cantares em que os participantes envergavam trajes carnavalescos. No final do século XIX, essa romagem ganhou uma nova direcção, com a instituição da peregrinação à Penha.

Por causa das suas transacções comerciais, os industriais de Guimarães mantiveram uma intensa ligação com importantes casas comerciais de importação de matérias-primas, sediadas no Porto e em Lisboa, estabelecendo relações negociais com localidades de norte a sul do País. O rasto dessas ligações comerciais estendia-se à América Latina e a África.

Estes são alguns dos aspectos que ainda perduram na memória de quem trabalhou nas árduas operações dos curtumes que continuam a ser a imagem de marca deste espaço. Aqui, o talento humano aperfeiçoou a química empírica, descobriu as propriedades das plantas e explorou os recursos naturais, desafiando a exiguidade do território que agora serve para apreender o contexto laboral dos nossos antepassados.

Num interessante artigo publicado na edição de 2 de Março de 1978, do jornal *Povo de Guimarães*, a então Directora do Museu Alberto Sampaio, Maria João Vasconcelos, apontava no contexto da expansão cidadina, “a zona do rio de Couros como a que maiores problemas apresentava”, ficando o espaço durante muitos anos intacto à mercê das silvas e do lixo que se apoderaram das estruturas de granito. Em 1981, o filme «O rio de Couros», estreou na abertura do XII Festival de Cinema de Amadores de Guimarães, alertando para a saga imunda do rio que nasce numa das encostas da montanha da Penha. Seguiram-se outras iniciativas, nomeadamente da Muralha – Associação de Defesa do Património no sentido de valorizar a herança do conjunto apontado como uma referência na arqueologia industrial.

O trabalho que agora se publica é um mero contributo para o conhecimento de alguns aspectos do trabalho e da vida das pessoas que deixaram a marca silenciosa da sua acção impressa na singularidade deste recanto citadino.

A concretização deste projecto não teria sido possível sem o apoio obtido no seio do Grupo de História das Populações, do Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória» (CITCEM), a funcionar no campus de Azurém, da Universidade do Minho, coordenado pela Prof. Doutora Carlota Santos, a quem agradeço o estímulo. Expresso ainda o meu sincero agradecimento ao Daniel Freitas pela paciência e compreensão demonstradas no processo de formatação dos conteúdos.

O meu apreço pelo incondicional apoio recebido da Isabel Salgado e da colaboração da Alice Martins, da Fátima Dias, do Rui Faria e do Victor Oliveira, «clientes» do Arquivo Municipal Alfredo Pimenta, sempre acessíveis na troca de informações documentais.

O meu reconhecimento à empresa Guimapress S. A., onde o entusiasmo dos meus companheiros de tantas jornadas laborais proporcionou a confiança necessária para enfrentar a responsabilidade de partilhar com os leitores alguns ecos das minhas andanças solitárias pelos arquivos.

Por último, agradeço à minha família, em particular à minha filha, a quem dedico este livro.

11 de Julho de 2012

A autora

Prefácio

Peles e couros, curtidores e surradores, produtos que suscitam ocupações profissionais e se plasmam em riqueza, pelo acto transformador subjacente à indústria. Durante séculos, os actos repetiram-se e das peles dos animais, gordurosas e repelentes na sua aderência, saía material com que se protegia o corpo humano ou se aplicava em múltiplas utilidades, nos mais diversos artefactos, para instrumentos ou para conforto, facilitando a vida quotidiana.

No jogo das tecnologias e dos mercados, criaram-se lugares de especialização para este tipo de actividades. Foi o que aconteceu em Guimarães, terra de curtimenta (a par de outras especialidades industriais), cujo caso serviu para a análise histórica desenvolvida neste livro de Maria Elisabete Pinto, que se debruça tanto sobre o processamento tecnológico, como sobre o processo social, subjacentes à indústria local de curtumes.

Resultado de uma dissertação de mestrado, esta obra - *Curtidores e surradores de S. Sebastião (1865-1923): a difícil sobrevivência de uma indústria insalubre no meio urbano* – vai muito além do que é habitual neste tipo de trabalhos académicos, surgindo eivada de uma irresistível atracção por formas patrimoniais que, apesar da sua não-monumentalidade, sinalizam tempos e lugares, deixando marcas inconfundíveis na toponímia, na modelação dos espaços, nas configurações sociais e na memória das pessoas, como aconteceu no espaço envolvente ao Rio de Couros. Além disso, este trabalho, na sua relação com o público leitor, beneficiará da capacidade de expressão escrita da autora, jornalista de profissão, que, aproveitando a mais-valia da sua experiência, consegue comunicar com leveza de expressão e profundidade de investigação, servindo de cicerone a meandros habitualmente pouco atractivos mas que aqui nos surgem apresentados com um ritmo encantatório que apraz registar.

E, assim, página a página, somos levados à profundidade dos tempos para registar a antiguidade da prática de curtimenta em Guimarães e às formulações corporativas que a actividade suscitou, na proliferação de oficinas no aglomerado urbano, que delimitaram um espaço de insalubridade «sentida, mas consentida», derivada das primárias e morosas operações para extracção de pelos e gorduras. E, no entanto, os curtumes configuravam-se, ainda pelos finais do século XIX, como a indústria vimaranense com maior valor de produção e de concentração de capital, de tal forma que ainda experimentava algumas operações de renovação tecnológica até aos meados do século XX.

Naturalmente, a análise minuciosa não pode cobrir toda a dimensão temporal que a indústria de curtumes representou em Guimarães, centrando-se a autora naquele período (1865-1923) em que as transformações são mais visíveis, em que os processos tradicionais tendem a ser submersos por algumas tecnologias inovadoras e pelas novas regras do mercado, ainda que subsistam muitos dos procedimentos tradicionais. Maria Elisabete Pinto utiliza para esse efeito uma intensiva recolha documental e de testemunho oral, em paralelo com práticas metodológicas rigorosas na sua investigação, respectivamente para a busca de informação e para a tentativa de explicação, na abordagem à realidade que subscreve.

Dominando a historiografia de temática industrial, a autora procede à contextualização das suas afirmações, nas sucessivas descrições da indústria de curtumes em Guimarães, apontando oficinas e fábricas nas suas localizações e características técnicas, até se centrar na freguesia de S. Sebastião, delineando as configurações dos seus comportamentos demográficos no pulsar colectivo. Na cidade, procura os grupos de curtidores e a sua representatividade na estrutura fornecida pelos corpos eleitorais, evidenciando a sua relevância local e o significado da sua participação na vida pública e na sociabilidade urbana. Desce depois aos modos de organização produtiva, às redes de dependência, às uniões estratégicas, à intervenção associativa. Mostra-nos as condições de trabalho, nas hierarquias funcionais, nos horários e remunerações, no inconformismo dos operários, na persistência de arcaísmos e na efemeridade das renovações. Finalmente, a insalubridade urbana revela-se como o calcanhar de Aquiles desta actividade, que pode assim perspectivar-se sob a óptica do conflito sempre presente entre o trabalho de transformação e o meio, problema que hoje se costuma equacionar sob a grelha de leitura do paradigma ecológico.

Pela sua qualidade intrínseca, pela sua ligação ao património local, esta obra de Elisabete Pinto, para lá da sua relevância no âmbito dos estudos industriais, surge como um estudo incontornável da bibliografia vimaranense.

Jorge Fernandes Alves

ÍNDICE GERAL

AGRADECIMENTOS	4
NOTA PRÉVIA	7
PREFÁCIO	13
HINO DOS CURTIDORES	19
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I – À PROCURA DA MEMÓRIA DOS HOMENS	29
1.1. O OBJECTO.....	30
1.2. DEFINIÇÕES METODOLÓGICAS.....	34
1.3. FONTES SELECIONADAS.....	37
1.3.1. <i>Fontes Manuscritas</i>	38
1.3.1.1. Arquivo Municipal Alfredo Pimenta.....	38
1.3.1.2. Outros Fundos.....	39
1.3.1.2. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas.....	41
1.3.1.3. Arquivo da Associação Comercial e Industrial de Guimarães.....	41
1.3.2. <i>Fontes Impressas</i>	42
1.3.2.1. Inquéritos Industriais.....	42
1.3.2.2. Relatórios das Exposições Industriais.....	44
1.3.2.3. A Imprensa.....	44
CAPÍTULO II – PERSPECTIVA HISTÓRICA DA TRANSFORMAÇÃO DAS PELES	47
1.1. O PANORAMA NACIONAL.....	49
1.1.1. <i>A Organização Manufactureira</i>	50
1.1.1.1. O “Tráfico” de Couros.....	54
1.1.1.2. A Valorização dos Taninos Vegetais.....	56
1.2. CONTEXTO VIMARANENSE NO INÍCIO DO SÉCULO XIX.....	59
1.2.1. <i>As Fábricas após as Invasões Francesas</i>	61
1.2.1.1. Mapa das Fábricas da Comarca de Guimarães.....	62
1.2.1.2. Análise Sectorial – Os Curtumes.....	66
1.2.2. <i>A Persistência dos Laços Corporativos</i>	67
1.2.2.1. As Divergências Sócio-Profissionais.....	68
1.3. INCENTIVOS E RESISTÊNCIAS À INDUSTRIALIZAÇÃO.....	70
1.3.1. <i>Ausência de Aperfeiçoamentos Técnicos</i>	72
1.3.1.1. Operações Rotineiras.....	72
1.3.1.2. Falta de Mecanização Generalizada.....	73
1.3.2. <i>A Regulamentação Industrial</i>	76
CAPÍTULO III – O ARRABALDE DE “COUROS”: O ESPAÇO E OS HOMENS	79
1.1. ENQUADRAMENTO GEOGRÁFICO.....	80
1.1.1. <i>O Solo</i>	81
1.1.2. <i>O Clima</i>	83
1.2. A ESTRUTURA POPULACIONAL.....	84
1.2.1. <i>A Evolução</i>	84
1.2.2. <i>S. Sebastião: Alguns Comportamentos Demográficos</i>	86
1.2.2.1. Movimento de Baptizados.....	87
1.2.2.2. Movimento de Casamentos.....	88
1.2.2.3. Movimento de Óbitos.....	91
1.2.2.4. A Mobilidade.....	94
1.3. A OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	96
1.3.1. <i>A Arquitectura Religiosa</i>	98
1.3.1.1. Igreja de S. Sebastião.....	98
1.3.1.2. Igreja e o Convento de S. Francisco.....	99
1.3.1.3. Igreja e Convento de Santa Rosa de Lima.....	100

1.3.1.4. Igreja de S. Dâmaso	101
1.3.1.5. Igreja de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos	102
1.3.1.6. Basílica de S. Pedro.....	102
1.3.2. <i>O Ambiente Citadino</i>	102
1.3.2.1. Centro de transações comerciais	104
CAPÍTULO IV – CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-PROFISSIONAL	107
1.1. DISTRIBUIÇÃO DOS ELEITORES POR SECTORES DE ACTIVIDADE.....	109
1.1.1. <i>Lugares de residência</i>	111
1.1.2. <i>A participação na vida pública</i>	115
1.1.2.1. A Idade.....	117
1.1.2.2. Actividades mais representativas	119
1.1.2.2.1. Os Proprietários	119
1.1.2.2.2. Os Negociantes.....	121
1.1.2.2.3. Os Fabricantes	123
1.1.2.2.4. Os Curtidores e Surradores	126
CAPÍTULO V – CURTIR E SURRAR NO AMBIENTE URBANO.....	131
1.1. MODOS DE ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA	132
1.1.1. <i>Rede de dependências</i>	134
1.1.1.1. Reminiscências do corporativismo.....	135
1.1.2. <i>Unões estratégicas</i>	138
1.1.2.1. A intervenção associativa	141
1.1.2.2. Tendência de concentração	144
1.2. MATÉRIAS-PRIMAS E PROCESSOS DE TRANSFORMAÇÃO	146
1.2.1. <i>As técnicas tradicionais</i>	148
1.2.1.1. A “ribeira”.....	148
1.2.1.2. Curtimenta.....	151
1.2.1.3. Aparelho.....	153
1.2.2. <i>A evolução emergente</i>	154
1.3. AS CONDIÇÕES DE TRABALHO	155
1.3.1. <i>Hierarquias funcionais</i>	156
1.3.2. <i>A falta de instrução</i>	157
1.3.3. <i>Horário de trabalho e remunerações</i>	160
1.3.3.1. A greve de 1911	163
CAPÍTULO VI – A DIFÍCIL TRANSIÇÃO INDUSTRIAL	169
1.1. O PROGRESSO EFÉMERO	170
1.1.1. <i>O incremento produtivo durante a I Guerra Mundial</i>	173
1.2. A INSALUBRIDADE: MOMENTOS DE TENSÃO.....	175
1.2.1. <i>Contestação à fundação de um novo estabelecimento</i>	176
OBSERVAÇÕES FINAIS	185
FONTES E BIBLIOGRAFIA	189
1.1. FONTES	189
1.1.1. <i>Fontes Manuscritas</i>	189
1.1.2. <i>Fontes Impressas</i>	192
1.2. BIBLIOGRAFIA	195
APÊNDICE DOCUMENTAL.....	201

LISTA DE ABREVIATURAS

ACIG – Associação Comercial e Industrial de Guimarães

AEGCG – Arquivo da Empresa Gráfica do Jornal “O Comércio de Guimarães”

AHMOP – Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

AMAP – Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

BMRB – Biblioteca Municipal Raul Brandão

BPB – Biblioteca Pública de Braga

BPP – Biblioteca Pública do Porto

BN – Biblioteca Nacional

MAS - Museu de Alberto Sampaio

SMS – Sociedade Martins Sarmiento

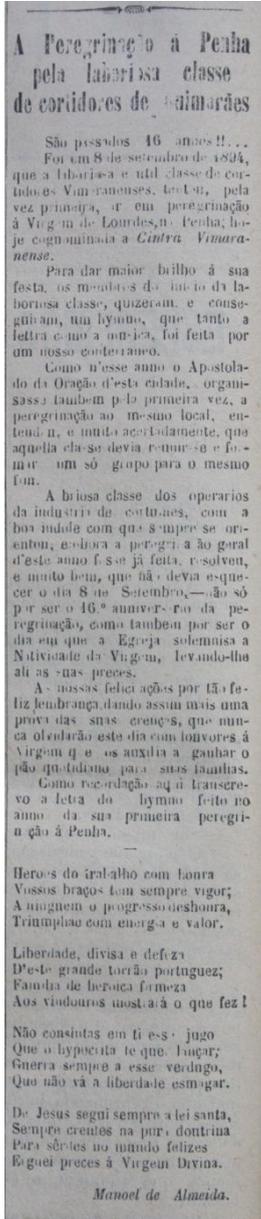


Photo. da Coza Rea.

Emilio Biel & C^a Porto.

PEREGRINAÇÃO DE 8 DE SETEMBRO DE 1894

Hino dos curtidores



A Peregrinação à Penha pela laboriosa classe de cortidores de Guimarães

São passados 16 anos!!...

Foi em 8 de Setembro de 1894, que a laboriosa e útil classe de cortidores Vimaraneses tentou, pela vez primeira, ir em peregrinação à Virgem de Lourdes, na Penha; hoje cognominada a Cintra Vimaranesense.

Para dar maior brilho à sua festa, os membros da laboriosa classe, quiseram, e conseguiram, um hymno, que tanto a letra como a música, foi feita por um nosso conterrâneo.

Como n' esse anno o Apostolado da Oração d' esta cidade, organisasse também pela primeira vez, a peregrinação ao mesmo local, entendeu, e muito acertadamente, que aquella classe se devia reunir-se e formar um só grupo para o mesmo fim.

A briosa classe dos operários da indústria de cortumes, com a boa índole com que sempre se orientou, embora a peregrinação geral d'este anno fosse já feita, resolveu, emuito bem, que não devia esquecer o dia 8 de Setembro, - não só por ser o 16.º anniversário da peregrinação, como também por ser o dia em que a Igreja solemnisa a Natividade da Virgem, levando-lhe ali as suas preces.

As nossas felicitações por tão feliz lembrança, dando assim mais uma prova das suas crenças que nunca olvidarão este dia com louvores à Virgem que os auxilia a ganhar o pão quotidiano para suas famílias.

Como recordação aqui transcrevo a letra do hymno feito no anno da sua primeira peregrinação à Penha.

Heroes do trabalho com honra
Vossos braços tem sempre vigor;
A ninguém o progresso deshonra,
Triumphae com energia e valor.

Liberdade, divisa e defeza
D' este grande torrão portuguez;
Família de heroica firmeza
Aos vindouros mostrará o que fez!

Não consintas em ti esse jugo
Que o hypocrita te quer lançar;
Guerra sempre a esse verdugo,
Que não vá a liberdade esmagar.

De Jesus segui sempre a lei santa,
Sempre crentes na pura doutrina
Para serdes no mundo felizes
Erguei preces à Virgem Divina.

Manoel de Almeida

Notícia publicada no jornal *O Comércio de Guimarães*, edição de 6 de Setembro 1910, n.º 2486¹.

¹ Sobre este assunto cf. Elisabete PINTO e Paulo BARROSO, *Penha – Retrospectiva Iconográfica da Sacralização da Montanha*, ed. Autores, Guimarães, 2005.

Introdução

Embora não seja possível precisar a data em que o homem utilizou pela primeira vez o couro, consciente da importância que este material veio a revestir para o seu bem-estar, admite-se que, há cerca de 500 mil anos, ainda na Era Glaciar, “já os homens primitivos se defendiam dos rigores do tempo, envolvendo o corpo em peles de animais abatidos para fins de alimentação ou mesmo com a finalidade exclusiva de os despojarem de um agasalho natural”.²

A necessidade de proteger o corpo despertou na capacidade humana desafios à experiência, tendo sido apurados processos capazes de prolongar a durabilidade desses preciosos recursos: a limpeza das gorduras e a secagem ao sol impedia a putrefacção das peles.

Este saber empírico desenvolveu-se um pouco por todo o mundo. A demonstrá-lo, em vários espaços museológicos encontram-se expostas pedras largas, delgadas, com uma aresta afiada, às quais os arqueólogos atribuem a função de raspadeiras. “Com elas teriam os primitivos homens alisado as peles após a esfolagem, libertando aderências e gorduras que a experiência de anos tinha considerado nocivas”.³ A simples exposição solar endurecia e tornava as peles hirtas. Estas, porém, ficavam mais flexíveis e macias, após a aplicação de uma fricção, ainda muito rudimentar, feita com miolos de animais, ricos em matérias gordas. Deste modo, apenas com um ligeiro tratamento se terá imprimido o primeiro toque de conforto às peles.

Sem lugar exacto, nem protagonista identificado, a aparição da curtimenta⁴ talvez tenha resultado do acaso, à semelhança de outras descobertas humanas. Como não existem fontes documentais com a descrição do cenário que serviu de berço à primeira manufactura de curtumes, os antropólogos e arqueólogos abrem o campo das hipóteses ao considerarem que foi, porventura, a introdução ocasional de peles de animais num charco de água situado no interior de um bosque - onde caíam e apodreciam folhas, cascas, raízes e troncos de árvores velhas - que proporcionou a emergência de um primitivo processo de curtição vegetal.

² António Peres Correira AMADO, A Indústria de Curtumes, Separata da Revista Portuguesa de Química, Vol. I, 1958, p. 3.

³ Idem, p. 4.

⁴ Designação utilizada para classificar o conjunto de operações e ingredientes necessários para conferir impudrescibilidade às peles, existindo diferentes processos de curtição.

É que, pela imersão, determinadas substâncias vegetais libertam taninos cujo ácido acciona lentamente uma autêntica curtimenta.

A experiência terá ensinado que as peles mergulhadas nestas águas durante algum tempo tornavam-se imputrescíveis, oferecendo infinitas possibilidades de manuseamento. A técnica foi, então, aperfeiçoada de geração em geração, em sintonia com as necessidades, conhecimentos e padrões culturais de cada sociedade. Alguns autores tentam comprovar que “a utilização de substâncias de origem vegetal na curtimenta terá surgido no antigo Egipto”,⁵ onde foram encontrados restos de artefactos de couro, circunstância que os leva a defender que a arte de curtir peles tem mais de três mil anos.

Apesar de não pretendermos contrariar ou defender as posições dos investigadores que se debruçaram sobre o estudo da origem e evolução das técnicas de curtir peles, temos em linha de consideração que o processo se desenvolveu, com maior ou menor incidência, nos locais onde as condições físicas e as circunstâncias económicas e sociais contribuíram para o florescimento dessas actividades.

Na Península Ibérica, onde a influência romana deixou marcas indeléveis nas artes e ofícios tradicionais, a transformação das peles beneficiou do aproveitamento dos recursos naturais que a flora proporcionava. “Na Bretanha, recorriam os curtidores à casca de carvalho que abundava nas suas imensas florestas, na Ibéria utilizava-se em grande escala o sumagre”⁶, substâncias tânicas cujo emprego se vulgarizou, estando profundamente enraizadas na memória que a ligação à curtimenta deixou vincada nas mais variadas coordenadas geográficas da Península⁷. Séculos após séculos, a herança desta actividade permaneceu quase imune à inovação e evolução técnica.

Quase até ao dealbar da industrialização, “o processo comum de curtir consistia em lavar as peles em água corrente e deixá-las, em seguida, durante vários dias, em banhos envelhecidos de água e cal, operação prévia da descabelagem. Depois de tratadas pela cal e depiladas, as peles eram

⁵ Augusto Abreu Lopes CEPÊDA, *Penafiel e Argosêlo ligados pelos Curtumes*, Publicação subsidiada pelo autor, Penafiel, 1992, p. 7.

⁶ Idem, p. 4.

⁷ A expansão árabe proporcionou a introdução de progressos significativos nas técnicas utilizadas pelos romanos. Tal como comprovam as obras de arte existentes nos museus espalhados por toda a orla mediterrânica, os árabes foram grandes curtidores e empregaram as peles na elaboração de utensílios, à medida que aperfeiçoavam hábitos de conforto e de riqueza. Deve-se à presença muçulmana o desenvolvimento industrial – ainda que de feição arcaica – em Espanha, onde, desde o século VIII, o couro pintado e lavrado era fabricado em Córdova, Sevilha, Valência e em toda a Catalunha. De resto, Córdova celebrou-se pelos seus couros gravados, pelas tapeçarias desenhadas sobre peles de cabra, pintadas a ouro e a prata.

novamente lavadas e mergulhadas num banho tanante obtido pela maceração de cascas de carvalho ou folhas de sumagre. Nesse banho se curtiavam, com uma permanência que durava meses. Secavam-se ao ar e, por fim, engorduravam-se com óleos e sebo, tornando-se impermeáveis e flexíveis”.⁸

Rotineira e sórdida, empírica e tradicional, em Portugal, a actividade que proporcionava a transformação das peles em couro marcou o ritmo do crescimento e a dinâmica económica de vários aglomerados populacionais espalhados de norte a sul do país.⁹

No que diz respeito a Guimarães, existem vestígios documentais que consubstanciam a forte ligação da população às operações de curtimenta desde os primórdios da nacionalidade. Esta actividade aparece referenciada no foral concedido pelo Conde D. Henrique, no século XII. “De pelle conellia iij denarios. De coiro de boue aut de uaca unum denarium”,¹⁰ menciona o documento numa alusão aos tributos que tinham que ser pagos pela venda destes produtos na feira que se realizava, então, junto à porta do castelo “quator uicibus in anno”,¹¹ na qual também não faltavam “certos víveres e algumas peças de vestidura”.¹² Alguns anos antes, uma carta permite situar a origem desta actividade em Portugal. De um documento datado de 1151 e referente à venda de uma vinha e casal,¹³ chega a primeira alusão conhecida ao Ribeiro de Couros (mais tarde designado em outra documentação por «Merdário»).

Com o desenvolvimento da concentração urbana, aperfeiçoaram-se as artes e os ofícios. E a produção artesanal originou o aparecimento de corporações, sob o impulso da solidariedade profissional e da necessidade

⁸ António Peres Correia AMADO, *op. cit.*, 1958, p. 4.

⁹ Apesar de ser bastante reduzida a bibliografia existente sobre as actividades associadas à transformação das peles, identificámos algumas localidades onde a prática da curtimenta deixou vestígios na memória colectiva da população, quer tenha sido exercida como actividade principal, quer como tarefa complementar às operações agrícolas. Além de Guimarães, aparecem referências à significativa importância desta actividade em Lisboa, Porto, Bragança, Coimbra, Braga, Beja e Évora. “A esta difusão só escapam a Serra da Estrela e algumas zonas da Beira central que, quase exclusivamente, se dedicavam, no que à indústria diz respeito, aos lanifícios e onde o gado é criado para fornecer lã e não as peles”. Cf. Jorge Manuel Viana PEDREIRA, *Estrutura Industrial e Mercado Colonial Portugal e Brasil (1780-1830)*, Col. Memória e Sociedade, Ed. Difel, Lisboa, 1994, p. 103.

¹⁰ A. L. de CARVALHO, *Os Mesteres de Guimarães*, Vol. III, Edição subsidiada pelo Instituto Nacional do Trabalho, composto e impresso nas oficinas gráficas da Companhia Editora do Minho, Barcelos, 1942, p. 32.

¹¹ *Idem*, p. 33.

¹² *Ibidem*.

¹³ *Ibidem*. Transcrição do documento existente na *Vimaranes Monumenta Histórica*: “(...) Kartam uenditionis et scripture firmatis de una uinea (...) cun suo casale per de illa credula quomodo fer in illo riuolo de corios”, p. 29.

de defender interesses comuns a todos os mesterais que nelas se integravam. Em 1269, foi constituída em Guimarães a *Confrariae de Sapataris* que terá sido a organização que mais tarde, em 1315, deu origem à formação da Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano, fundada pelos mestres sapateiros João Baião e Pero Baião. Os dois sapateiros dotaram logo a instituição de uma fonte de rendimento ao legarem uma poça de curtumes na Rua de Couros, com sete pias de pedra.¹⁴

Outras instituições de cariz eclesiástico possuíam pelames na Rua de Couros. Num trabalho sobre a *Confraria do Serviço de Santa Maria de Guimarães (séculos XIV/XVI)*,¹⁵ António José Oliveira, entre os prédios foreiros da propriedade urbana pertencente à Confraria, no Tombo de 1498, faz alusão à existência de um pelame na Rua de Couros, com renda de 20 reis, tendo como foreiro Pero Esguiça.

As investigações de Maria Conceição Falcão Ferreira também fazem referência às actividades que movimentam o “universo da gente, numa das mais antigas zonas do labor dos pelames e do mester da curtimenta”.¹⁶

Em virtude da proliferação destes ofícios, ainda no século XIV, alguns topónimos fazem referências mais ou menos directas ao exercício do tratamento e trabalho das peles - *Rua Zapateira, Rua de Coiros*¹⁷ (1371) - o que permite concluir a existência em Guimarães dos característicos arruamentos de ofícios, mas tarde estabelecidos em Lisboa por Carta Régia de 1385.¹⁸

Através da documentação existente é possível demarcar o território que acolheu as tarefas capazes de tornarem as peles de qualquer animal imputrescíveis: no antigo “burgo de Couros”,¹⁹ junto a um pequeno curso de água, na paróquia de S. Sebastião – um arrabalde citadino - e numa zona

¹⁴ Ibidem, p. 61. A pertença desta poça conservou-se até ao último quartel do século XIX.

¹⁵ António José OLIVEIRA, *A Confraria do Serviço de Santa Maria de Guimarães (séculos XIV-XVI)*, dissertação de Mestrado em História e Cultura Medievais, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 1998, p. 180.

¹⁶ Maria da Conceição Falcão FERREIRA, *Guimarães: «Duas Vilas, Um Só Povo» - Estudo de História Urbana - (1250-1389)*, vol. II, tese de doutoramento policopiada, ICS-Universidade do Minho, Braga, 1997, p. 931.

¹⁷ Eduardo de ALMEIDA, *Romagem dos séculos*, Ed. da Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1923, p. 94.

¹⁸ José Esteves PEREIRA, *Subsídios para a História da Indústria Portuguesa – Com um Ensaio Económico-social sobre as corporações e mesteres*, Guimarães Editores, Lisboa, 1979.

¹⁹ Embora seja um pequeno curso de água, com nascente a poucos quilómetros do aglomerado populacional urbano, em Mesão Frio, a designação corrente é *Rio de Couros*. Mesmo assim, alguns documentos aludem ao Merdário e as diferentes Cartas Militares fazem referência à Ribeira da Costa. De qualquer modo, entre a população ribeirinha parece institucionalizado o hábito de emprestar ao curso de água uma designação em função do lugar que ele atravessa.

rural, nas margens do Rio Selho, no Lugar Corredoura, em S. Torcato. Nestas duas áreas geográficas, até meados do século XX, foram praticados processos de curtimenta²⁰ na preparação das peles para diferentes finalidades: confecção de artigos de sapataria, recipientes para guardar o vinho, o azeite e a farinha, capas para revestir os livros, correias para auxiliar o trabalho no campo e nas oficinas e instrumentos como a sela dos cavalos ou a bainha das espadas, utilizados pelos artífices da guerra.

Apesar desta actividade ter revestido uma importância muito significativa para o florescimento do panorama económico vimaranense, permanece um vazio sobre o conhecimento dos grupos sociais cuja acção gravitava em torno dos negócios do couro, das *fazendas de peles e solas*, continuando quase indecifrável a referência à actividade empreendida pelos curtidores e surradores, categorias sócio-profissionais inseparáveis desta tradição laboriosa, em articulação com os interesses de negociantes, proprietários e fabricantes.

Com o intuito de reavivar os laços de identidade que o panorama económico vimaranense manteve com o tratamento das peles, abraçámos o desafio de procurar o rasto documental desta actividade, circunscrevendo a investigação ao espaço da paróquia de S. Sebastião, com maior incidência na segunda metade de Oitocentos e primeiro quartel do século XX. Na sequência do empreendimento, onde predomina o recurso essencialmente a fontes locais, a maioria das quais de natureza qualitativa, surge uma tentativa de identificar formas de organização e estratégias de acção dos actores sociais que directa ou indirectamente dependiam deste sector económico.

Não obstante as condições arcaicas de laboração, as oficinas e os estabelecimentos ligados à curtimenta proliferavam no aglomerado urbano, atravessado pelo pequeno curso de água, conferindo ao espaço características semelhantes às do urbanismo medieval, marcado pela organização espacial dos mesteirais. Nas poças, nos pelames, nos lagares ou nas tábuas de serrar, os curtidores e surradores entregavam os braços ao cumprimento de movimentos ancestrais, longe do horizonte visual dos moradores da zona muralhada de Guimarães, sempre avessos à convivência com os odores provenientes das operações morosas que tornavam as peles imputrescíveis. Era uma aversão sentida, mas consentida porque a actividade constituía uma mais-valia para o conforto e comodidade da vida doméstica, onde a casca de carvalho, após ter libertado o tanino, servia de combustível para a confecção dos alimentos ou para o

²⁰ Nas oficinas instaladas na margem do Rio de Couros, a substância tânica frequentemente utilizada era a casca de carvalho, enquanto que, na Corredoura, junto ao Rio Selho, era empregue o sumagre.

aquecimento dos lares e constituía um excelente adubo para a fertilização dos solos agrícolas existentes a jusante do núcleo urbano, na veiga de Creixomil.

Em virtude do ambiente insalubre, provocado pela extracção de pêlos e gorduras das peles, escorros de cal e excrementos de pomba ou cão provenientes dos tanques, pela secagem da casca de carvalho e pelo enxugo das fazendas, a paróquia de S. Sebastião assume características importantes para o estudo dos complexos factores que estiveram subjacentes ao processo de modernidade e transição industrial. É um período marcado pela ocorrência de grandes transformações urbanas, com as autoridades municipais a desencadear esforços no sentido de defenderem a higiene e saúde pública e em que aparecem associações de operários a reivindicarem melhores condições de trabalho, habitação, ensino e alimentação.

Na análise aos factores que estiveram na origem da emergência deste novo paradigma urbano e industrial, não podemos ocultar os impactos provocados pelo crescimento populacional, a ausência de grandes oscilações na natalidade, a atracção que a paróquia, inserida na urbe, exercia sobre o horizonte de expectativas dos homens e mulheres das zonas rurais circundantes. Tentaremos avaliar as repercussões que a organização da actividade provocou no seio da comunidade e dos seus habitantes, embora o *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães*, em 1884, desvaneça as dúvidas quanto à sua preponderância no panorama económico concelhio, ao considerá-la “a indústria mais importante pelo valor da produção e pelos grandes capitais de que dispõe”.²¹

Apesar do diálogo íntimo que a actividade mantinha com a comunidade ter cessado, ao longo do trajecto percorrido foi possível constatar que a transformação das peles, agora em extinção, perdura como sendo o elemento de identificação cultural de um espaço denominado “Zona de Couros”.

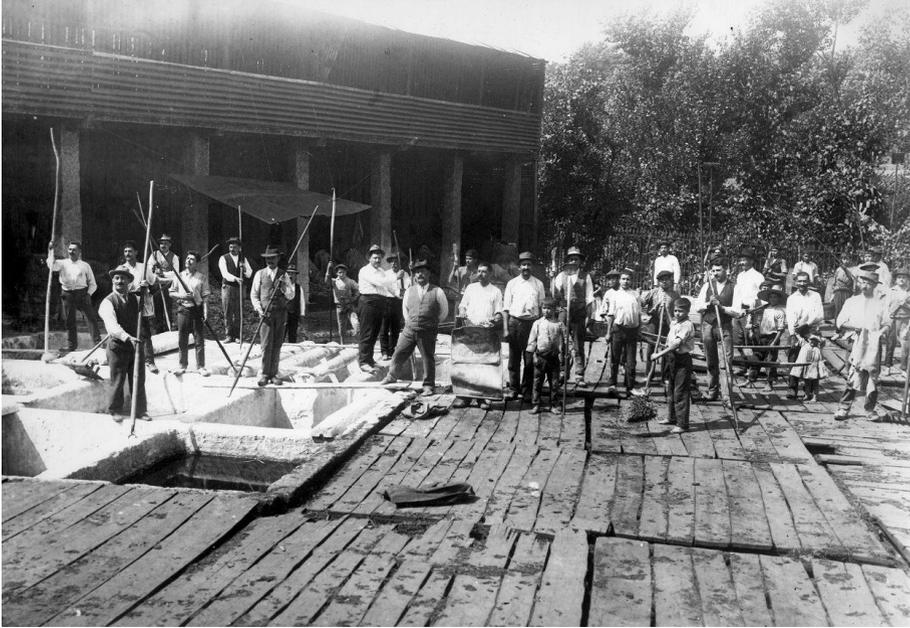
Em meados dos século XX ainda laboravam intensamente algumas unidades industriais, onde a transformação das peles em couro obedecia a práticas ancestrais conjugadas com algumas incursões tecnológicas. Desse legado patrimonial restam vestígios que impressionam os arqueólogos industriais e a memória daqueles que conheceram de perto as particularidades de uma actividade, praticamente, ignorada pela maioria da comunidade vimaranense.

²¹ Alberto SAMPAIO e Joaquim José de MEIRA, *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884*, ed. fac-smile da Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património, Guimarães, 1991, p. 75.

Em Julho de 1977, o núcleo industrial foi classificado como imóvel de interesse público pela, então, Direcção-Geral do Património Cultural, um reconhecimento institucional impediu a erradicação completa dos vestígios do passado laborioso.

Numa altura em que se perspectiva a recuperação integral do quarteirão que constituía um dos principais núcleos industriais de Guimarães, consciente de que a investigação histórica é um domínio do conhecimento sempre aberto, onde a verdade está em permanente construção, procurámos com este trabalho oferecer um contributo para o conhecimento das contingências que rodeavam a actividade desenvolvida pelos curtidores, surradores e outros actores sociais ligados ao tratamento das peles, e o papel que desenvolveram na resistência à erradicação de uma indústria tradicional e insalubre num meio urbano.

Capítulo I – À Procura da Memória dos Homens



Fonte: Col. Muralha – MAS

“Uma das novidades da historiografia actual é a de nos mostrar como viviam os homens no dia-a-dia. Os desconhecidos, aqueles de quem nunca se fala, que não são célebres.”²²

²² Jean-Didier WOLFROM, «Quarenta anos de vida quotidiana», in *A Nova História*, Edições 70, Lisboa, s/d, p. 83.

1.1. O Objecto

Quando delineámos o projecto de investigação, a abordagem temática definida centrava-se num estudo das circunstâncias que proporcionaram o incremento da proliferação das unidades de transformação de peles em couro e a crescente importância dos protagonistas responsáveis pelo florescimento que a actividade conheceu ao longo do século XIX, na área correspondente ao concelho de Guimarães, uma vertente que ainda não tinha sido analisada numa perspectiva histórica e social.

O interesse pelo assunto foi despertado durante a realização de um trabalho jornalístico, onde pretendíamos revelar a realidade da indústria de curtumes, outrora responsável pela animação laboral das margens do Ribeiro de Couros, em S. Sebastião, uma paróquia urbana que juntamente com Oliveira do Castelo e S. Paio constituem a área geográfica correspondente à cidade de Guimarães.

Essa curiosidade aparentemente passageira conduziu-nos ao Mestrado em História das Populações, onde os conhecimentos transmitidos sobre fontes e metodologias de investigação abriram as portas para uma imensidão de possíveis trajectórias. Após uma apreciação dos trabalhos já publicados sobre a evolução industrial em Portugal, constatámos a quase inexistência de abordagens históricas e económicas dedicadas exclusivamente ao estudo das implicações desencadeadas pelo desenvolvimento/condicionamento de uma actividade económica específica no meio e nos homens que a protagonizaram, procurando interpretar fenómenos como a dinâmica populacional, as transformações urbanas, a organização industrial e os atrasos técnicos.

Por esse motivo, orientámos a investigação para o antigo arrabalde de Guimarães, onde desde a Idade Média aparece documentada a proliferação de ofícios ligados à transformação das peles de animais. Todavia, terá sido ao longo do século XVIII e XIX que essa intimidade da população vimaranense com os negócios do couro viria a atingir o auge da consolidação e o início do lento declínio que acabou por quase erradicar os vestígios deste sector de actividade.

À luz da documentação consultada, esse relacionamento evidencia laços mais fortes e coesos, sobretudo na segunda metade de Oitocentos, um período de transição de um modelo de organização profissional corporativa para um novo paradigma económico, onde a adopção da ideologia liberal impedia os poderes públicos de tomarem medidas que significassem uma

intervenção directa no comércio,²³ com repercussões na organização produtiva, na movimentação de capitais e na ascensão social.

Com efeito, mesmo associados a uma actividade económica predominantemente arcaica, os negócios proporcionados pelas fazendas de couro assumiam uma importância que não passava despercebida no Portugal Oitocentista. Camilo de Castelo Branco, possivelmente numa das suas estadias em casa do arqueólogo vimaranense Francisco Martins Sarmiento, não ficou indiferente à figura peculiar do “abastado surrador de pelames”, retratado na célebre novela *A Viúva do Enforcado*.

À margem do enredo amoroso protagonizado por Teresa, o escritor revela os traços característicos da personalidade de seu pai, Joaquim Pereira: “O surrador era um cristão regular como todos os surradores de boas contas e consciência sã que tratam dos seus curtumes com o devido esmero; (...) Mas, a ideia de ter uma filha predestina, como o dizia o frade, não o entusiasmava. Como era rico, e não tinha outra prole, queria que a sua Teresa, em vez de vestir santos e acariciá-los com uma idolatria meigamente idiota, vestisse e ameigasse os filhos. Em suma, Joaquim Pereira queria ter netos, queria sobreviver neles, e continuar a perpetuamente surrar peles de boi mediante a sua posteridade”.²⁴

Analista sensível à caracterização dos tipos dominantes na sociedade vimaranense, o paradigma do “abastado surrador” mereceu a observação e interpretação de Camilo de Castelo Branco, assim como as movimentações sociais e económicas estabelecidas com o irmão Manuel que “tinha oficina de curtidor na Rua dos Pelames, no Porto, e era muito rico, e viúvo sem filhos, com cinquenta anos, sujos, sim, mas bem conservados”.²⁵ Era no enlace matrimonial entre Teresa e Manuel que Joaquim Pereira previa perpetuar a sua “raça”. Porque Teresa “como era rica e virtuosa, o convento, moral e materialmente, ganharia granjeando para os esposais divinos uma noiva tão dotada das graças do céu e do produto líquido dos curtumes”.²⁶

A literatura do século XIX veiculou algumas características dos actores sociais ligados aos negócios dos cabedais, permitindo essas impressões imortalizadas pela escrita identificar uma projecção social, onde a austeridade familiar e a ostentação certamente resultantes de uma rápida ascensão económica faziam parte do quotidiano das pessoas mais abastadas ligadas a este sector de actividade. De igual modo, a análise das

²³ António H. OLIVEIRA MARQUES, «Estruturas do Passado e Nova Ordem», in *História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, 1985, pp. 92-93.

²⁴ Camilo de CASTELO BRANCO, «A viúva do enforcado», *Novelas do Minho*, Vol. III, 7ª edição, Parceria M. Pereira Lda., Lisboa, 1965, p. 66.

²⁵ Idem, *Ibidem*.

²⁶ Idem, *Ibidem*, p. 67.

vivências descritas por Camilo faz ressaltar a ideia da existência de ligações familiares na exploração das potencialidades deste negócio, surgindo evidenciado o circuito Guimarães-Porto na rota das relações estabelecidas entre os agentes envolvidos no comércio dos couros.

Neste contexto, convém assinalar que, nos finais do século XIX, o *abastado surrador*, com propensão a assumir uma posição social similar àquela que a comunidade atribuía aos poderosos negociantes, proprietários e capitalistas que disponibilizavam avultados capitais “no giro” de diversos produtos, era uma personagem relativamente recente no panorama social vimaranense. Durante muitos séculos, tal como o curtidor, seu companheiro inseparável nas etapas da curtimenta, não usufruía do reconhecimento corporativo, vivendo à sombra dos interesses e dos caprichos dos sapateiros, cuja bandeira de ofício estava erecta na Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano.²⁷ Apenas, em 1824, por terem sido “desencaminhados” os estatutos da referida Irmandade, foi estabelecido o *Regimento dos Mestres Surradores* e o *Regimento dos Mestres Tamanqueiros*, ambos anexos à *Bandeira dos Sapateiros*, tendo sido excluídos das disposições regulamentares os curtidores.

Em Guimarães, nas margens do ribeiro de Couros, ao contrário do que acontecia noutros locais do país, a transformação das peles não era uma ocupação temporária e sazonal (em contraponto com a actividade exercida junto ao Rio Selho, em S. Torcato, onde os trabalhadores dividiam o tempo entre as demoradas operações da curtimenta e a agricultura), embora seja possível admitir uma certa complementaridade nas ocupações. Seja como for, ainda que em moldes arcaicos, a organização industrial parece ter os seus tentáculos bastante bem enraizados no tecido económico vimaranense, proporcionando a projecção de vários sectores de actividade no panorama Oitocentista.

Nos *Banhos de Caldas*, Ramalho Ortigão constata essa diversificada vocação laboriosa: “A pequena cidade de Guimarães é a mais rica de Portugal, a mais trabalhadora, a de mais recursos próprios e independentes de todo o favor alheio. Sustenta umas poucas de indústrias

²⁷ Desde a Idade Média, a agremiação dos sapateiros assumiu-se como uma das mais representativas forças corporativas do reino. No séc. XVI, este grupo social que se escalonava entre a nobreza e o campesinato estava sujeito a uma crítica impiedosa. Na *Barca do Inferno*, Gil Vicente também retratou o sapateiro – fabricante e vendedor – que explora os fregueses com o seu comércio. “Vem um Çapateiro com seu avental, e carregado de formas, e chega ao batel infernal e diz: (...) ‘Os que morrem confessados,/ onde têm sua passagem?’ O diabo responde: ‘E tu morreste escomungado;/nom o quiseste dizer./ Esperavas de viver;/ calaste dous mil enganos./ Tu roubaste bem trint’anos/ o povo com teu mister’. Cf. Gil VICENTE, «Auto (de imoralidade) da Barca do Inferno», in *Teatro de Gil Vicente*, Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, Lisboa, 1995, pp. 75-76.

importantíssimas: a dos panos de linho, a da cutelaria, a das linhas e a do couro, cujos produtos espalha por todo o país e exporta para o Brasil e para a África”.²⁸

Ao contrário de outras regiões do país onde predominava a mono-indústria, na “colmeia do Minho”²⁹ prevalecia a ligação da população a uma grande variedade de “actividades”, apesar do nível de conhecimentos e os processos técnicos utilizados nos vários ramos industriais serem de tal modo rudimentares que constituíam um verdadeiro obstáculo ao seu desenvolvimento”.³⁰

Por isso, os organizadores da Exposição Industrial de Guimarães, realizada em 1884, propunham-se a dar “o primeiro passo para a reorganização das antigas indústrias”,³¹ maioritariamente exercidas por mão-de-obra masculina, embora o fruto do trabalho feminino também tivesse uma significativa importância na economia doméstica.

No que concerne à transformação das peles e atendendo à delimitação espacial predefinida, identificámos o predomínio da força braçal dos homens, quer sejam adultos, quer sejam crianças. As mulheres canalizavam as suas energias para outros labores de índole mais caseira, apesar de ser possível constatar uma colaboração secundária no longo processo da curtimenta. Cabia-lhes a recolha dos excrementos de aves nos pombais das quintas que circundavam a zona urbana e o aproveitamento do combustível proporcionado pelos resíduos florestais (cascas de carvalho e salgueiro ou folhas de sumagre), empregues nos banhos tanantes.

Apesar das particularidades detectadas na paróquia de S. Sebastião, a análise económica e social da trajectória dos seus habitantes não se pode isolar do contexto regional, onde Guimarães e a possibilidade de aprender um ofício – seja ele qual fosse – constituíam um pólo de atracção para a população das zonas rurais, existentes nas imediações da urbe ou mesmo de Fafe e de toda a zona de Basto.

Porém, neste trabalho, apenas buscámos compreender as implicações do fenómeno industrial num espaço secularmente interligado aos curtumes, tentando contextualizar a evolução que a actividade conheceu no panorama nacional e a sua importância económica. Tal como sugere Vitorino Magalhães Godinho, pretendemos ver o homem real no seu ambiente real, sendo necessário penetrar na pluralidade dos afazeres

²⁸ Ramalho ORTIGÃO, «Banhos de Caldas», José Augusto VIEIRA, *O Minho Pitoresco*, Tomo I, Livraria de António Maria Pereira, Lisboa, 1886, p. 586.

²⁹ José Augusto VIEIRA, *Ibidem*, p. 585.

³⁰ José M. Lopes CORDEIRO, «A persistência do ‘sistema antigo’: a indústria em Guimarães na época da Exposição de 1884», in Alberto SAMPAIO e Joaquim José de MEIRA, *op. cit.*, 1991, p. IV.

³¹ Alberto SAMPAIO e Joaquim José de MEIRA, *Ibidem*, p. 9.

que moviam a atenção daqueles que se dedicavam ao duro, sujo e rotineiro trabalho de transformar as peles num material imputrescível. Eis, então, os curtidores e surradores nas suas lides quotidianas: que espécies de peles utilizavam e como obtinham a matéria-prima? Quais os instrumentos e máquinas do seu ofício e a quem pertenciam? Trabalhavam por conta própria, por conta de outrem, ou dependiam do aluguer dos pelames, dos lagares e das tábuas de surrar? Cada artigo era manufacturado por um único trabalhador ou existia uma especialização de funções? Quanto ganhavam? Quantas horas laboravam? Como se comercializava o artigo e quem se encarregava dessa comercialização? Como era a sua residência? Como estava constituída a sua família e o que fazia? Qual o nível de instrução? Que impostos ou contribuições eram obrigados a pagar?³²

Trata-se de uma matriz de interrogações nem sempre com respostas plausíveis, porque os redactores dos documentos escritos para conferir credibilidade a determinados actos económicos, sociais e até jurídicos, raramente prestavam esclarecimentos precisos sobre aspectos tecnológicos, contextos profissionais e condições de vida. Mesmo assim, a recolha de uma variedade de informações e o cruzamento entre elas permitiu estabelecer algumas certezas sobre o pretendido relacionamento entre a técnica, a experiência e a inteligência na transformação laboriosa verificada no ramo de actividade que animava a paróquia de S. Sebastião. No entanto, devemos sublinhar que apenas é possível traçar uma perspectiva de conjunto, apesar das tentativas de pormenorizar determinados aspectos desta vivência colectiva.

1.2. Definições Metodológicas

Embora a construção do trabalho elucide mais claramente as escolhas metodológicas adoptadas na identificação e análise dos actores sociais ligados às operações e negócios da curtimenta, torna-se imperioso assinalar os pressupostos orientadores desta investigação que apenas ambiciona ser um contributo para a história local vimaranense e para o aprofundamento de uma das numerosas temáticas da “zona escura”³³ da historiografia nacional.

³² Vitorino Magalhães GODINHO, «A História da técnica», *Ensaio sobre Teoria da História e Historiografia*, Tomo III, Ed. Livraria Sá da Costa, 1971, pp. 60-61.

³³ Conceito introduzido por Amado Mendes, em oposição às zonas “iluminadas” da historiografia, onde faz alusão às temáticas estudadas com maior frequência e profundidade. Cf. José M. Amado MENDES, *História Económica e Social dos Séculos XV a XX*, Ed. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1997, pp. 152-153.

A nortear o rumo desta investigação de carácter histórico tivemos presente um pressuposto teórico que classifica a produção de conhecimento, mesmo o de carácter informativo, como sendo uma “construção”, perspectiva que afasta o dogma segundo o qual a produção científica, assim como as notícias, reflectem totalmente a realidade.³⁴ Sem pretendermos estabelecer um paralelismo entre a actividade dos jornalistas³⁵ e dos historiadores, acreditamos que ambos, enquanto agentes que, com posturas distintas no acesso e tratamento de fontes, procuram transmitir uma realidade construída e possuidora da sua própria validade interna. Para tal, necessitam de sustentar o conhecimento produzido com uma argumentação capaz de articular a recolha empírica e documental de informações com técnicas e critérios científicos de tratamento e interpretação, sendo os resultados susceptíveis de serem constantemente (re)-equacionados.

Esta posição parece não divergir da argumentação de Peter Burke, ao salientar que “a nova história é a história escrita como uma reacção deliberada contra o ‘paradigma’ tradicional”,³⁶ numa alusão à abolição de modelos definitivos de construção do conhecimento e à abertura permanente da historiografia à investigação das diferentes vertentes de actuação do engenho humano.

Efectivamente, ao acompanharmos, de uma maneira mais ou menos sistemática, as vivências colectivas proporcionadas pelas influências do meio, em conjugação com as transformações operadas pelo homem, na paróquia de S. Sebastião, num período delimitado do tempo, tínhamos a noção que a temática poderia dar azo a um multifacetado campo de observação e pesquisa.

Para ultrapassar as dificuldades metodológicas originadas pela tentativa de conciliar uma grande variedade de fontes quantitativas e qualitativas, ao procurar o rasto daqueles que, geralmente, são excluídos

³⁴ Nelson TRAQUINA, *Jornalismo: Questões, Teorias e ‘Estórias’*, Col. Comunicação & Linguagens, Ed. Vega, 1ª Edição, Lisboa, 1993, p. 251.

³⁵ O assunto merece a atenção de Marc KRAVETZ, «Os jornalistas ‘fazem’ a História», in *História e Nova História*, ed. Teorema, Lisboa, 1986, p. 89. O autor realça as diferenças estabelecidas relativamente aos problemas de investigação e às formas de abordagem levantadas pela análise do presente e do passado. “Jornalistas e historiadores participaram conjuntamente num mesmo empreendimento em busca do conhecimento, através, como em qualquer bom empreendimento, de uma certa divisão do trabalho. Aos primeiros caberia estudar o presente e as suas incertezas, aos segundos, o passado e as suas zonas de sombra; aos artesãos do quotidiano, a febre da actualidade, aos ourives do intemporal, a angústia da perspectiva; aos caçadores do acontecimento a colheita dos factos acabada de fazer, aos batedores de arquivos a paciente reconstrução de um mundo desaparecido”.

³⁶ Cf. Peter BURKE, *A escrita da história: novas perspectivas*. Ed. UNESP - Fundação para o desenvolvimento da UNESP, 2ª ed., 1994, p. 8.

dos anais da história, tornou-se necessário aplicar modelos de análise, organização e tratamento de conteúdos documentais, de modo a contornar as imprecisões e as dúvidas muitas vezes suscitadas por uma leitura linear das fontes.

Durante a frequência do mestrado de História das Populações, o contacto com a metodologia de reconstituição de paróquias³⁷ desenvolvida por Norberta Amorim permitiu conhecer as vantagens que o levantamento dos registos de baptismo, casamento e óbito, poderiam trazer ao estudo de uma comunidade, nomeadamente a criação de um ficheiro de indivíduos, aberto à inserção de informação proveniente de diversas fontes e construído mediante o recurso à micro-informática.

Relativamente a S. Sebastião, esse levantamento e tratamento informático estava praticamente concretizado: primeiro por Norberta Amorim³⁸ e, depois, por Rodrigo Martins Pinto de Azevedo.³⁹ Aproveitando e aperfeiçoando as bases de dados criadas por estes investigadores, ensaiámos o cruzamento de informações de outras fontes nominativas.⁴⁰

Assim, a base de dados referente à reconstituição da paróquia permitiu efectuar uma caracterização demográfica mais detalhada da população no período em análise, servindo de instrumento para acompanhar o percurso dos surradores e curtidores, construindo um quadro social sucessivamente complementado com informações adicionais.

³⁷ Maria Norberta Amorim, «Uma metodologia de reconstituição de paróquias sobre registos portugueses», in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, X-1, Madrid, pp. 7-25.

³⁸ O levantamento e interpretação dos registos paroquiais de S. Sebastião foi desenvolvido por Maria Norberta Amorim, no âmbito do estudo demográfico que inclui também o tratamento dos registos das paróquias vimaranenses de S. Paio, Oliveira e S. Miguel do Castelo. Maria Norberta AMORIM, *Guimarães 1580 – 1819*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1987.

³⁹ Para a realização da dissertação de mestrado em História das Populações, subordinada ao tema «Alfabetização, escolas e professores em Guimarães (2ª metade do século XIX)», Rodrigo Martins Pinto de Azevedo continuou o trabalho iniciado por Norberta Amorim, explorando os registos de baptismo, casamento e óbito relativos a S. Sebastião, S. Paio, Oliveira e Oliveira/Castelo, durante o período compreendido entre 1820 e 1911.

⁴⁰ Maria Norberta Amorim especifica que “reconstituir paróquias significa primeiro organizar os dados dos registos de nascimentos, casamentos e óbitos em fichas de famílias e depois cruzar informações de forma a acompanhar, em encadeamento genealógico, a história de vida de cada residente, tenha ele nascido na paróquia, entrado nela pelo casamento ou simplesmente nela ter falecido. No fim da operação dispomos de dois ficheiros um de famílias e outro de indivíduos, estes ligados por código à família de origem e à/s família/s eventualmente construída/s. As fichas biográficas são facilmente abertas ao cruzamento de fontes, com dados quantitativos ou qualitativos, e a explorações multidisciplinares, podendo atingir-se diferentes níveis de apuramento de resultados em várias direcções de investigação”. Cf. M. Norberta AMORIM, *Demografia Histórica e Família. Uma proposta metodológica*. Separata Stvdia Histórica, História Moderna, n.º 18, Ediciones Universidad Salamanca, 1998, p. 33.

Tal como em outros domínios científicos, perante a inevitável subjectividade subjacente à criação de um quadro teórico capaz de oferecer uma explicação ainda que condicionada à qualidade das fontes, prevaleceu a noção da necessidade de enveredar por um enquadramento interdisciplinar, sendo o conhecimento produzido uma visão relativa e susceptível de despertar novas abordagens. Devido às dificuldades de teorização no estudo do fenómeno industrial com um perfil arcaico num contexto urbano, tivemos necessidade de ultrapassar a simples conciliação dos indicadores económicos e demográficos, perseguindo igualmente um posicionamento sociológico e cultural.

Apesar de se privilegiar a contextualização da acção das categorias sócio-profissionais ligadas ao tratamento das peles e o relacionamento que mantinham com o espaço onde se inscrevia a actividade, num momento de viragem na organização industrial (do sistema corporativo característico do Antigo Regime para o capitalismo emergente com ritmos distintos de região para região ao longo do século XIX), tentaremos caracterizar outras realidades sociais presentes no contexto urbano vimaranense.

Em complementaridade, procurámos articular o tratamento quantitativo aplicado às informações obtidas de determinadas fontes nominativas com o carácter qualitativo de outros documentos, de forma a reconstituir o cenário onde se desenrolava a acção dos indivíduos directa ou indirectamente envolvidos nas operações da curtimenta.

1.3. Fontes Seleccionadas

O problema da escassez de dados parece não afectar o trabalho dos investigadores que se debruçam sobre os séculos XIX e XX, sobretudo quando o objecto do estudo incide na análise de uma comunidade predeterminada, com fortes ligações ao exercício de uma actividade económica específica.

Porém, para atingir os propósitos traçados ao longo desta pesquisa, o levantamento documental não resultou do acaso. Inicialmente, procurámos reunir um conjunto alargado de informações, direccionando a investigação para os fundos depositados em vários arquivos (AEGCG, ACIG, AHMOP e AMAP) e para a bibliografia existente em diversas bibliotecas (BMRB, BN, BPB, BPP e SMS).

Privilegiámos ainda o contacto interpressual com informadores privilegiados directa ou indirectamente ligados à transformação das peles.

A convergência de fontes tão diversa, apesar de se afigurar complicada, foi a chave encontrada para procurar o rasto e os vestígios da actividade que caracterizava o aglomerado urbano, confrontando

informações para preencher as dúvidas e incertezas levantadas pelo posicionamento assumido na definição da abordagem.

1.3.1. Fontes Manuscritas

1.3.1.1. Arquivo Municipal Alfredo Pimenta

Atendendo ao período delimitado, através do contacto com os fundos existentes no AMAP, tentámos colher toda a documentação relativa à paróquia de S. Sebastião e zona urbana de Guimarães, versando variados temas: população, urbanismo, comércio, ensino, unidades industriais e técnicas ligadas ao tratamento das peles, higiene e saúde pública e movimentações associativas.

Sendo um depósito da memória colectiva vimaranense, optámos por localizar fontes susceptíveis de um tratamento quantitativo sobre as actividades relacionadas com a curtimenta de peles. Por exemplo, pedidos de licença para a edificação de novas instalações ou ampliação das já existentes, contribuições industriais e impostos municipais. Mas, apenas ocasionalmente, em pastas com um emaranhado de documentos avulsos surgiram documentos com informações desta natureza, tendo o seu conteúdo sido utilizado, sob pena de oferecer uma visão generalista da realidade em causa.

Das fontes consultadas destacámos:

1) - Recenseamentos eleitorais - Abrangendo todos os indivíduos que, face à lei vigente, podiam exercer o seu direito de voto, as listas eleitorais permitem determinar a distribuição profissional e geográfica da comunidade analisada. Estas listas de indivíduos que poderiam ser eleitores e elegíveis tanto para os cargos municipais e paroquiais, como para os cargos de deputado, apresentam ainda o nome dos 40 maiores contribuintes de cada ano. Aparece arrolada nestas listas, uma significativa franja da população masculina mais tributada e os detentores de elevada formação escolar. Até à Lei Eleitoral de 28 de Março de 1895, houve um alargamento progressivo do direito de voto, embora nunca tenha sido estabelecido o sufrágio universal masculino.⁴¹ Contudo, a partir dessa data, a legislação passou a consagrar o direito de participação eleitoral aos “chefes de família e aos que soubessem ler e escrever, independentemente de terem atingido o censo (100\$000 réis)”⁴².

Embora se possam apontar algumas fragilidades às listas nominativas dos cadernos eleitorais (a duvidosa fiabilidade dos valores

⁴¹ Cf. Maria Antonieta CRUZ, *Os Burgueses do Porto – Segunda metade do Século XIX*, Ed. Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1999.

⁴² Idem, p. 52.

apresentados nas diferentes contribuições, a ausência de indicadores sobre a situação feminina), optámos por privilegiar o recurso às suas informações para decifrar o quadro social da paróquia de S. Sebastião, no período cronológico do nosso estudo. A informatização das informações inscritas nas relações de eleitores de 1857, 1865, 1878, 1884, e 1895, permitiu a construção da configuração espacial dos indivíduos ligados aos diferentes grupos sociais e categorias sócio-profissionais que se movimentavam no território em análise. Em simultâneo, a interpretação desses dados originou a criação de uma listagem dos actores mais directamente envolvidos na actividade da curtimenta - curtidores, surradores, proprietários, fabricantes e negociantes - facilitando a compreensão do seu posicionamento social e a selecção de informações respeitantes às suas actuações nas outras fontes documentais consultadas.

2) – Fundo da Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano - Na tentativa de contextualizar a evolução do panorama industrial vimaranense, dirigimos a observação para fontes capazes de elucidarem a realidade deste sector económico durante o Antigo Regime. Procurou-se interpretar os vínculos corporativos que ligavam a transformação das peles às determinações e estatutos da Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano, cuja bandeira pertencia aos sapateiros, embora também congregasse, no século XIX, antes de 1834, após sucessivas reivindicações, os surradores e tamanqueiros,⁴³ ficando a actividade dos curtidores à mercê do reconhecimento dos sapateiros.

Ao contrário do que se poderia esperar, entre a documentação pertencente à Irmandade conservada no AMAP, não se encontram quaisquer referências às avaliações feitas pelos juizes dos ofícios de sapateiro, surrador e tamanqueiro. Por isso, além das normas estatutárias, dedicámos especial relevo aos contratos de arrendamentos da poça e sete pias de pedra que a instituição possuía na Rua de Couros. Os documentos abrangem o período 1868-1879.

1.3.1.1.2. Outros Fundos

Para a caracterização física e toponímica da paróquia de S. Sebastião, buscámos no AMAP as plantas da cidade de Guimarães. A primeira datada de 1863, apesar de não contemplar a configuração detalhada da zona das antigas manufacturas existentes em torno do Rio de

⁴³ Embora seja uma congregação religiosa que ainda se encontra activa, com uma valência social de assistência na velhice a mulheres “solteiras e viúvas”, a maior parte do acervo documental da Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano está depositado no Arquivo Municipal Alfredo Pimenta.

Couros, permite esboçar as áreas de maior concentração industrial e comercial, em cruzamento com as informações recolhidas através das listas do recenseamento eleitoral, os dados provenientes das posturas municipais e as indicações dos registos notariais.

Na abordagem feita às actividades relacionadas com o tratamento das peles foi possível identificar uma projecção social auferida por determinados indivíduos, dos quais será conveniente destacar Cristóvão José Fernandes da Silva (“O Cidade”) que, em 1830, devido à graça concedida por D. Miguel obteve todos os privilégios para, juntamente com o seu pai - Manuel José Fernandes da Silva - , estabelecer uma “fábrica de cortumes na vila”.⁴⁴

Em virtude de não terem sido localizados os pedidos de licenciamento industrial, dirigimos esforços junto do Governo Civil de Braga, na esperança de conseguirmos localizar documentos esclarecedores da sua tarefa de promover, regulamentar e inspeccionar a proliferação industrial, incumbência ainda mais profunda, no caso das actividades insalubres.

Do contacto estabelecido com os responsáveis da instituição recebemos a resposta de que um incêndio no início do século XX destruiu grande parte do fundo documental, motivo que terá sido a causa do desaparecimento destes processos. Apesar de registarmos a explicação, perdura a incerteza quanto à sua existência ou não, dúvida que só será esclarecida com a inventariação integral do Arquivo do Governo Civil de Braga.

Sem a informação respeitante à actuação desta entidade, obrigatória desde 1855,⁴⁵ para a regulamentação da instalação de estabelecimentos industriais, canalizámos atenções para o AMAP, onde a boa-vontade e espírito de colaboração das funcionárias possibilitou a identificação de algumas pastas, onde encontrámos alguma documentação sobre processos de emissão de alvará de licenciamento da construção de estabelecimentos ligados ao tratamento das peles. Passíveis apenas de uma abordagem qualitativa, permitem apreender a repercussão prática que as iniciativas legislativas tiveram sobre o espaço tradicionalmente associado à indústria de curtumes. Abrem, pois, uma pequena janela sobre um horizonte onde se movem interesses divergentes, onde os ideais conservadores indiferentes à problemática da higiene e saúde pública, por vezes, colidem com os espíritos iluminados daqueles que defendem o desenvolvimento industrial,

⁴⁴ «Despacho da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação destes Reinos e seus Domínios de 9 de Março de 1830», *Livro do Registo Geral da Câmara*, (1827-1830), AMAP, M-2680.

⁴⁵ José Manuel Lopes CORDEIRO, «Empresas e empresários portuenses na segunda metade do século XIX», *Análise Social*, Vol. XXXI, Lisboa, 1996, pp. 313-342.

acompanhado da melhoria das condições de vida dos habitantes e dos operários.

1.3.1.2. Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

Antes de delimitarmos cronologicamente a incursão que pretendíamos efectuar à paisagem social e económica onde se movimentaram os curtidores e surradores, tivemos a oportunidade de procurar informações no AHMOP, em Lisboa. Após prolongadas pesquisas na documentação pertencente ao fundo da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, digno de apreço para os objectivos traçados, apenas encontramos o *Mapa das Fábricas que existem na vila, termo e Comarca de Guimarães* (1815),⁴⁶ documento que fornece indicações sobre o estado das manufacturas depois das invasões francesas.

1.3.1.3. Arquivo da Associação Comercial e Industrial de Guimarães

A Associação Comercial e Industrial de Guimarães possui um vasto espólio documental, cuja falta de catalogação não impediu de lançarmos um olhar sobre os seus conteúdos. Na expectativa de localizar indicadores relativos à defesa dos interesses dos negócios alimentados pelos produtos vimaranenses e, conseqüentemente, os seus reflexos na estrutura industrial e desenvolvimento concelhio. Foi criada em 1865, depois de um grupo de 97 comerciantes ter almejado lançar as bases de uma Associação Comercial “que representasse e advogasse os interesses da classe, à imitação de outras de igual natureza em outras praças comerciais”.⁴⁷ Assim, na esteira das iniciativas protagonizadas pelos comerciantes do Porto (1832) e Braga (1863), foi dado o primeiro passo para a elaboração dos Estatutos e desencadeada a acção desta instituição.

No âmbito deste trabalho, os livros de Actas da Direcção e da Assembleia Geral foram as fontes a que dispensamos maior atenção, apesar de apresentarem algumas lacunas temporais (principalmente nos primeiros anos, talvez, derivado dos momentos bastante conturbados que atingiram a actividade desta colectividade). De qualquer modo, o contacto com estas informações permitiu acompanhar as representações enviadas ao Governo, os pareceres solicitados pelas mais diferentes entidades, as reclamações e provisões expressas num período em que o quadro

⁴⁶ Documentos avulsos do acervo de «Cortumes», AHMOP, JC – 12.

⁴⁷ Acta da reunião dos comerciantes desta praça para o fim de se organizar uma Associação Comercial, AACIG, 1865, s/cat..

comercial e industrial vimaranense era bafejado pelos ventos do progresso que lentamente invadiam as principais cidades do Noroeste português.

Em sintonia com o tratamento da documentação referente ao sector industrial, as actas da Direcção e Assembleia Geral da Associação Comercial de Guimarães permitem vislumbrar as transformações urbanas despoletadas pelo crescimento populacional e pela necessidade de facilitar o trânsito de pessoas e bens, num momento chave, em que a jovem cidade se preparava para assistir à melhoria das acessibilidades, em especial após a chegada do comboio, em 1884, com a estação ferroviária a ficar localizada, precisamente, na periferia do núcleo urbano da paróquia de S. Sebastião. Este facto, como veremos, esteve na origem de uma série de demolições destinadas a possibilitar a abertura de duas avenidas tendentes a eliminar os obstáculos que impediam a fácil ligação entre o centro urbano e o meio de transporte que entrou na vida dos homens e da indústria vimaranense.

1.3.2. Fontes Impressas

1.3.2.1. Inquéritos Industriais

As fontes manuscritas disponíveis apenas permitem uma aproximação ao estado da indústria de curtumes vimaranense, sendo necessário recorrer a outro tipo de documentação para obter uma visão mais abrangente desta temática. A falta de documentação de contabilidade ilustrativa da dinâmica das manufacturas - capitais, impostos, custos de transportes de materiais e de produtos, composição do pessoal e regime de trabalho, produção anual, destino e tecnologias utilizadas - condiciona a fiabilidade das análises resultantes deste estudo.

Ao longo século XIX, os governantes conscientes da importância de conhecer pormenorizadamente as diversas actividades produtivas planearam a realização de inquéritos industriais, iniciativas nem sempre bem sucedidas, com informações de qualidade desigual e sem uniformidade de critérios a presidir à sua elaboração. Qualquer que seja o ramo industrial, torna-se, pois, difícil avaliar a evolução registada, limitando os quadros de análise.

Até 1834, coube à Junta do Comércio a coordenação da maior parte das informações disponíveis sobre o sector industrial e é “nos seus fundos documentais que ainda poderemos encontrar a mais importante colecção de relatórios, inquéritos, pareceres, correspondência, licenças para instalação de novas unidades industriais, para importação de matérias-primas ou

exportação de produtos acabados, pedidos de privilégios”.⁴⁸ Os manuscritos dos “mappas de todas as Fabricas” existentes nas diversas comarcas do Reino para os períodos 1814-1815, 1819-1820, 1825, 1829-1830, encontram-se no AHMOP, espalhados por um conjunto de pastas com a referência JC-12.⁴⁹ Nos anos de 1845 e 1852 também se realizaram inquéritos industriais, com resultados parcialmente publicados pelos investigadores portugueses que têm dirigido as suas pesquisas para a problemática da indústria nacional.

Não obstante as tentativas de introdução da estatística industrial, os resultados não conseguiam superar o mero rol de unidades produtoras, condicionando o pretendido quadro completo da situação nos diferentes sectores. Na década de sessenta foram ainda realizados alguns inquéritos, mas sem abrangerem o território nacional e a maioria das actividades industriais. Em 1875, Gerardo Augusto Pery afirmava: “não temos estatística industrial. O pouco que há feito, devido unicamente ao zeloso interesse que o Sr. Fradesso da Silveira patenteou sempre pela indústria, não passa de tentativa isolada, meras informações para a estatística geral, relativas apenas a alguns distritos do reino.”⁵⁰

O *Inquérito Industrial de 1881*, elaborado com o objectivo de averiguar o estado da indústria portuguesa, quando se aproximava o termo da última prorrogação do tratado de comércio com a França, celebrado em 1866, representou um dos avanços estatísticos mais importantes, “com ele, a mencionada estatística deixa a sua fase pré-histórica para entrar na fase histórica.”⁵¹

Sendo fontes de inestimável valor, o Inquérito Industrial de 1881 e o Inquérito Industrial realizado em 1890, encerram informações preciosas para o estudo dos diferentes ramos de actividade que animavam a paisagem laboral nacional. Apesar das divergências de critérios utilizados para a sua realização, estas fontes possibilitaram o estabelecimento de um enquadramento pormenorizado sobre os empreendimentos ligados às actividades que despontavam para o caminho da industrialização e daquelas ditas tradicionais cuja memória aparece pouco perpetuada pela escrita.

⁴⁸ David JUSTINO, *op. cit.*, 1988, pp. 278-279.

⁴⁹ Idem. De notar que apesar dos nossos esforços, apenas conseguimos localizar um destes mapas referente às actividades industriais na Comarca de Guimarães.

⁵⁰ Gerardo Augusto PERY, *Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias, com Um Atlas*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1875.

⁵¹ Manuel Ferreira RODRIGUES e José Amado MENDES, *História da Indústria Portuguesa*, Col. “Biblioteca da História”, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1999, p. 227.

1.3.2.2. Relatórios das Exposições Industriais

Em meados de Oitocentos, Portugal aderiu ao movimento das exposições industriais. Entre outras, os produtos nacionais estiveram representados nas exposições universais e ou internacionais de Paris (1855, 1867 e 1879), Londres (1862), Viena (1873), Filadélfia (1876) e Rio de Janeiro (1879).⁵² De menores dimensões, estes certames característicos da civilização industrial também se realizaram em diversos pontos do nosso país: Porto (1861 e 1865), Lisboa (1863 e 1882), Coimbra (1869 e 1884) e Guimarães (1884, 1910 e 1923).

Do ponto de vista económico, as exposições tinham como principal objectivo a promoção do desenvolvimento industrial. Por isso, a documentação relativa a estes eventos contém elementos indispensáveis ao estudo dos diferentes sectores industriais. Os catálogos, os relatórios e as repercussões da realização destas iniciativas na imprensa permitem avaliar a actividade produtiva, sendo possível estabelecer comparações e distinções entre as informações apresentadas em fontes mais ou menos contemporâneas, suprimindo lacunas resultantes da falta dos arquivos das oficinas ou fábricas, contribuições industriais, etc.⁵³

1.3.2.3. A Imprensa

Na tentativa de preencher o campo de análise, recorreremos à imprensa para compreender o fenómeno da industrialização e das manifestações por ele provocadas junto das várias camadas da população. Muitas vezes considerados uma fonte secundária e complementar, os periódicos publicados no seio de uma determinada comunidade reflectem os contornos de uma realidade nem sempre objectiva, mas suficientemente transparente para detectar as redes sociais onde se movimentam os indivíduos. Tornam-se assim, um espelho capaz de mostrar regularidades e irregularidades no aprofundamento de certas trajectórias de pesquisa, na medida em que fornecem informações muito válidas para o estudo do fenómeno industrial e para a análise dos problemas políticos, económicos, higieno-sanitários, educativos, assistenciais, urbanísticos, etc.

Mesmo que a orientação editorial possa reflectir-se na construção dos conteúdos noticiosos, os jornais possibilitam uma abertura do campo de investigação em diferentes direcções. Os artigos de opinião, o noticiário, as histórias do quotidiano narradas a conta gotas permitem estabelecer o enquadramento familiar, sócio-económico e cultural que

⁵² José Amado MENDES, «Etapas e Limites da Industrialização», *História de Portugal*, org. José Matoso, Vol. V, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993, p. 361.

⁵³ Nesta investigação, destacamos a importância do Relatório da Exposição Industrial de Guimarães de 1884 e da Exposição Industrial e Agrícola de Guimarães, em 1923.

condiciona e determina o comportamento dos indivíduos. Todos estes factores viabilizam novas perspectivas de investigação. Através do cruzamento com outras fontes, as notícias permitem acompanhar o percurso existencial dos actores sociais e dos seus empreendimentos, assim como identificar os problemas que atrofiam ou contribuem para o desenvolvimento de uma comunidade. Esta característica assume especial relevância nas áreas urbanas, onde o fenómeno jornalístico conseguiu uma maior sedimentação durante o século XIX.

Em Guimarães, sobretudo no último quartel de Oitocentos, a imprensa assume um papel interventivo muito forte, com a publicação de vários periódicos. Nesta pesquisa, além de títulos como *Religião e Pátria* e *O Regenerador*, destacámos a importância de *O Commercio de Guimarães*, fundado em 1884.⁵⁴ Com duas edições semanais e publicações regulares, pela qualidade das informações compiladas, o arquivo deste periódico assume-se como uma referência para a história local contemporânea.

⁵⁴ Actualmente, o jornal *O Commercio de Guimarães* continua a senda de publicações regulares, com uma edição semanal, ostentando o estatuto de periódico mais antigo do distrito de Braga.

CAPÍTULO II – Perspectiva Histórica da Transformação das Peles



Fonte: ACIG

“De todos os géneros que fazem um objecto de tráfico entre todos os homens, não há, quiçá, algum que passe por tantas mãos antes de se empregar, cujo uso seja tão comum, tão diverso e tão prodigioso como os couros de todas as espécies, de maneira a que o tráfico e a manufactura deles se podem considerar como um dos principais ramos do comércio interior e exterior de cada Estado.”⁵⁵

⁵⁵ Ver “Couros”, *Diccionario do Commercio*, Vol. I, Manuscrito, AHMOP. Também referenciado pela designação de Dicionário de Savary, trata-se de uma obra que, segundo Albino Forjaz de Sampaio, por comparação com o outro exemplar existente na Biblioteca Nacional, teve como autor Alberto Jacqueri de Sales, 2º lente da aula de Comércio, fundada pelo Marquês de Pombal em 1759. Trata-se de uma adaptação do *Dictionnaire Universel de Commerce* de Jacques Savary des Bruslons, editado em Paris, 1723-1730.

A historiografia portuguesa tem produzido inúmeros trabalhos sobre o desenvolvimento industrial operado nas várias localidades do Vale do Ave, acentuando a afirmação dos têxteis na captação de capitais para a construção de grandes empreendimentos que, sobretudo a partir do último quartel do século XIX, se impuseram na paisagem económica e social. A maior parte destas pesquisas procura evidenciar a complementaridade existente entre a nova organização produtiva introduzida pela aparição das fábricas e a quase generalizada ligação ancestral da população ao cultivo e transformação do linho, exercida em casa ou nas pequenas oficinas disseminadas por toda a região. Mas, além da secular tradição de fiar e tecer o linho, de feição rural e com recurso à mão-de-obra feminina, que outras actividades económicas se encontravam mais ou menos organizadas nos núcleos urbanos desta região?

Neste capítulo procurámos elucidar aspectos relacionados com esta interrogação, acompanhando as tentativas de organização manufactureira, no decorrer do século XVIII e XIX, inerentes aos processos de fabrico dos couros.

Em 1723, uma pauta alfandegária faz referência aos “guardanapos, linhas e toalhas de Guimarães”⁵⁶ no rol da produção industrial realizada em Portugal que “lograva ultrapassar o mercado local ou regional e atingir o interesse de ser mencionada na Alfândega de Lisboa, o grande centro na movimentação comercial da época”.⁵⁷ Mas, “as facas e freios”⁵⁸ produzidas nas oficinas vimaranenses também afirmavam a sua importância nas transações comerciais, assim como “as sollas e bezerros de sumagre”,⁵⁹ beneficiando da relativa abundância de reses bovinas.

Pretendemos dar conta dos empreendimentos relacionados com esta última actividade, procurando aclarar algumas reflexões sobre um sector económico pouco referenciado na historiografia, apesar do conhecimento das suas dinâmicas revelar-se vital para a compreensão do processo de industrialização ligado à têxtil algodoeira que revolucionou a organização produtiva numa área de vincadas características officinais.

⁵⁶ Cit. “Pauta que hade servir no despacho do Consulado da saída Casa da India feita pelo corretor da Fazenda Luis Peres dos Santos da Ordem do Conselho da Fazenda para o contrato que rematou José Damasio por tempo de três anos quer hão-de principiar em o 1º de Janeiro de 1723 e findar em o último de Dezembro de 1725”, *Colecção de Legislação*, organizada por Francisco M. TRIGOSO, vol. 12, n.º 63, in Jorge Borges de MACEDO, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Ed. Querco, Lisboa, 1982, p. 61.

⁵⁷ Idem, *ibidem*.

⁵⁸ Idem, *ibidem*.

⁵⁹ Jorge Manuel Viana PEDREIRA, *op. cit.*, 1994, p. 105.

1.1. O Panorama Nacional

Como notou Jorge Pedreira, antes da Revolução Industrial e dos processos de industrialização que lhe sucederam, o trabalho dos couros desempenhava um papel fundamental na satisfação de algumas necessidades das populações, “mesmo das mais rústicas”.⁶⁰ Calçado, recipientes, correias e até mobiliário eram produzidos pela indústria de curtumes que, em Portugal, se disseminava pelo país, numa densa rede de oficinas. “A esta difusão geral só escapavam a Serra da Estrela e algumas zonas da Beira Central, que quase exclusivamente se dedicavam, no que à indústria diz respeito, aos lanifícios e onde o gado é criado para fornecer lã e não as peles”.⁶¹

Nas terras montanhosas de Trás-os-Montes, o autor demarca as povoações de Argozelo, Carção e, em menor escala, Vilarinho de Galegos, pela apreciável dimensão que o tratamento das peles aí adquiria, dada a laboração de um conjunto de oficinas de reduzidas proporções, sendo o “segundo centro mais importante da indústria de curtumes em Portugal, representando, no seu conjunto, perto da quinta parte da mão-de-obra que nela se emprega”.⁶²

No Alentejo, os rebanhos de ovinos e caprinos também alimentavam o aparelho produtivo de um núcleo de oficinas, mais aglomerado em Évora, mas com ramificações importantes a localidades da raia, nomeadamente Estremoz, Vila Viçosa, Borba, Elvas e Campo Maior. Situação idêntica verifica-se na Beira Litoral, na Pocariça, em Freixedas e Alverca, onde a actividade aparece muito interligada com as tarefas rurais.

No Minho, a transformação das peles dos mais variados animais, de acordo com a estrutura regional traçada por Jorge Pedreira, na sequência da investigação efectuada no fundo da Junta do Comércio, existente no AHMOP, destacava-se no conjunto das actividades económicas devido à relativa abundância de reses. “Os bezerros de sumagre” constituíam a especialidade dos curtidores,⁶³ apesar de serem frequentemente utilizadas as cascas de carvalho e de salgueiro no moroso processo de curtimenta.

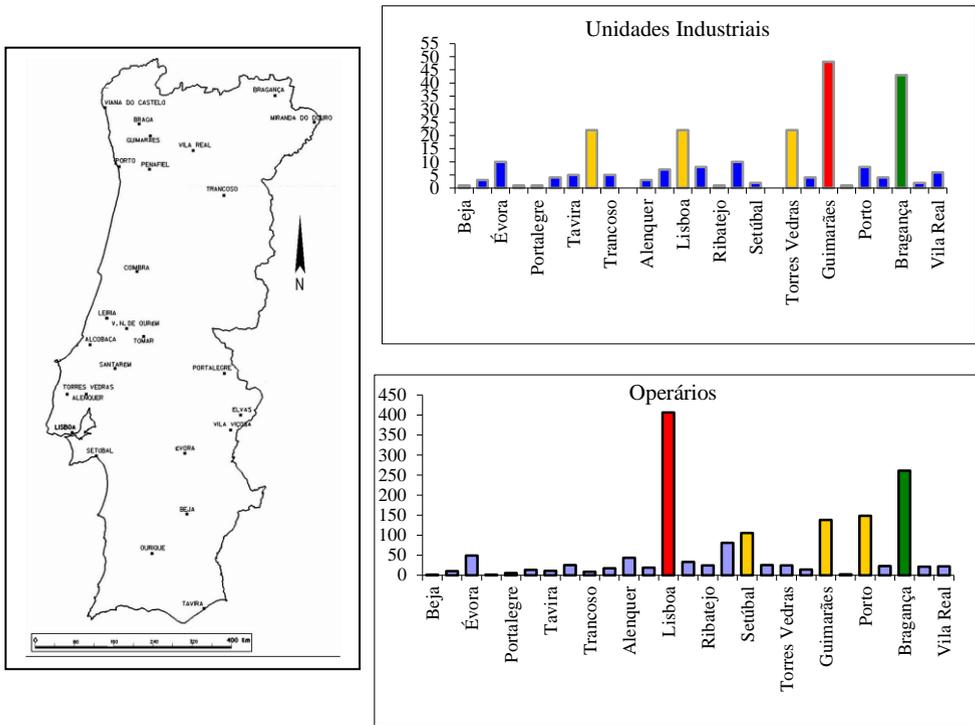
⁶⁰ Idem, p. 103.

⁶¹ Idem, ibidem, p. 105.

⁶² Ibidem. Cit. Columbano Pinto de Ribeiro e CASTRO, Mappa do Estado Actual da Província de Trás-os-Montes, publicado por José Maria Amado MENDES, Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796, Coimbra, 1981, p. 92.

⁶³ Ibidem, pp. 105-106.

FIGURA Nº 1
A INDÚSTRIA DOS CURTUMES: DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL,
ESTABELECIMENTOS E OPERÁRIOS



Fonte: PEDREIRA, *op. cit.*, 1994.

Noutros pontos do país, a proximidade com as zonas portuárias favorecia a importação de peles e incrementava a produção manufactureira. Às unidades situadas no Porto, Lisboa, na margem sul do Tejo e até na Estremadura e no Ribatejo, “chegavam peles curtidas, mas sobretudo em pêlo, para uso de uma indústria que respondia ao consumo dos grandes centros urbanos e exportava de volta para o Brasil e ainda para Inglaterra e Itália”.⁶⁴

1.1.1. A Organização Manufactureira

O historiador Jorge Borges de Macedo realça que a “primeira tentativa de aplicação da organização manufactureira da produção ao fabrico de couros verificou-se em 1728”.⁶⁵ A afluência de couros

⁶⁴ Ibidem, p. 106.

⁶⁵ Cf. Jorge Borges MACEDO, *op. cit.*, p. 67. “Com a solicitação, por parte de Gaspar de Caldas Barbosa, para a montagem de uma fábrica, onde se oferecia ‘fazer neste Reino sola

brasileiros despertou a instalação de manufacturas “mais amplas em lugares onde se aproveitassem quadros officinais pré-existentes, mas certamente incapazes de enfrentar, em regime de concorrência, os produtos ingleses, marroquinos e espanhóis”.⁶⁶

Na tentativa de promover as manufacturas que, entretanto, passaram a obter privilégios reais, surge a proibição da importação de sola e atanados estrangeiros.⁶⁷ Em 1758, a Junta do Comércio constatando que “este contrabando, tem a certeza de que o há, por que na Alfândega se dá despacho aos atanados de fora, e como não consta que sejam exportados, há infalível a inferência de que tem consumo no Reino”⁶⁸ insiste para que “seja servido mandar proibir a entrada dos atanados e sola fabricada em Reinos Estrangeiros”.⁶⁹

A importação de peles, sobretudo do Brasil, parece ter contribuído para uma certa abundância de matérias-primas, obrigando a Junta do Comércio a ordenar que “os atanados e couros que se embarcam para fora do Reino sejam isentos dos direitos de entrada e saída por tempo de 10 anos e que para maior facilidade do mesmo transporte, se possam uns e outros baldear”.⁷⁰ A versão portuguesa do *Dicionário de Savary* indica que “Sua Majestade querendo favorecer os comerciantes do Reino de Portugal e suas conquistas; e facilitar a saída para fora do mesmo Reino das solas e atanados foi servido ordenar por seu Real Decreto de 21 de Agosto de 1761 em consulta da Junta do Comércio, que os atanados que se

de atanado da mesma qualidade que a que se fabricava no Norte e comunmente se usa”, o autor refere que “não é conhecida a sequência desta tentativa que, ou não deve ter resultado ou foi transferida para a solicitação, feita logo a seguir, de João Mendes de Faria para o fabrico e aperfeiçoamento de atanados e camurças a instalar na aldeia de Povos, termo de Alenquer, autorizada em 15 de Outubro de 1729”.

⁶⁶ Idem, p. 69. O autor faz alusão à renovação dos privilégios pedidos por João Mendes Faria que, face ao florescimento da sua manufactura de Alenquer, disponibilizava-se a construir mais duas fábricas, “uma na Província da Beira e outra nas vizinhanças do Porto. As duas concessões foram reunidas em 1743 para evitarem a concorrência nacional ou para enfrentarem melhor a concorrência inglesa, que usava de todos os processos: “vendo os ingleses este considerável ramo de comércio para eles perdido pelo estabelecimento de nova fábrica, procuraram arruiná-la já desencaminhando para Inglaterra o mouro que João Mendes Faria havia mandado vir da Barbaria, já corrompendo com dinheiro os mestres de sola para fazerem apodrecer os couros”.

⁶⁷ Com data de 26 de Junho de 1739, o aviso da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino aparece depois do Decreto de 17 de Março de 1680, o qual “ordenou que os officiaes, sapateiros e correiros não trabalhassem sola e atanados que não fossem fabricados nestes Reinos”. «Sobre a proibição dos atanados e sola fabricados em Reinos Estrangeiros», AHMOP, JC-12, pasta 1.

⁶⁸ «Sobre a proibição dos atanados e sola fabricados em Reinos Estrangeiros», AHMOP, JC 12, pasta 1.

⁶⁹ Idem.

⁷⁰ «Sobre a isenção dos direitos dos Atanados e Couros que se embarcão para fora do Reyno», AHMOP, JC 12, pasta 1.

embarcassem para fora do Reino, sejam isentos dos direitos de entrada e saída, enquanto o mesmo Senhor o houver por bem, e não mandar o contrário; permitindo que para maior facilidade do mesmo transporte se possam uns e outros couros abaldear, assim do mesmo modo, quanto a formalidade, que no Alvará de 27 de Janeiro de 1751, foi concedido a favor dos Açucares”.⁷¹

Na base desta decisão poderá estar solicitação de João Rodrigues Guimarães e os mais carregadores de couros e atanados da frota do Rio de Janeiro que depois de “descarregarem em Lisboa quase quarenta mil solas e atanados”,⁷² tinham um empate de 20 mil, resultando deste “abatimento do preço por forma que 150 reis o arrátel tem passado a 100 reis, e a menos, sem que o abatimento de preços lhes faça conseguir a saída”.⁷³

Mesmo no Brasil, os fabricantes de sola e atanados organizavam-se em defesa dos seus interesses, chegando a introduzir as espécies vegetais autóctones na curtimenta das peles. Em 1760, os fabricantes estabelecidos nas Capitânicas de Pernambuco, Paraíba e Rio de Janeiro solicitam à Junta do Comércio a proibição de cortar mangues que não estivessem descascados, “impondo-se algumas penas a quem fizer o contrário”.⁷⁴ No requerimento, os suplicantes referem que “os povos de uma e outra vizinhanças cortam e arrasam as árvores chamadas mangues só a fim de as venderem para lenha, sendo que a casca das referidas árvores, é a única com que se pode fazer o curtimento dos couros para atanados, pelo que este motivo se acham já hoje em excessivo preço as cascas, e se receia que dentro em poucos anos falte totalmente este simples, indispensável e necessário recurso nestes países onde há matos em abundância, e quando se fizesse mais conveniente pela maior fortaleza desta madeira, sempre fica livre o comércio e tráfico das árvores de que já se houver tirado a casca por quanto uma vez descascadas não produzem outra”.⁷⁵ A Junta do Comércio atendeu ao pedido dos fabricantes, ordenando a todos os Ministros das Capitânicas do Rio de Janeiro e Santos, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande e Seará que “não consintam em que se cortem árvores de mangues que se acharem com casca procedendo a prisão e mais penas contra os culpados e aceitando denúncias sobre estas contravenções”.⁷⁶

⁷¹ Ver “Atanados”, Dicionario do Commercio, op. cit., AHMOP.

⁷² Ibidem.

⁷³ Ibidem.

⁷⁴ «Sobre o requerimento dos fabricantes de sola e atanados nas Capitânicas de Pernambuco e Paraíba. E assim mais dos fabricantes da mesma manufactura nos subúrbios do Rio de Janeiro». AHMOP, JC 12, pasta 1.

⁷⁵ Ibidem.

⁷⁶ Ibidem.

Antes, em 1758, a resistência da população e até das autoridades municipais e eclesiásticas à extracção da casca de mangue conheceu episódios bastante conflituosos no Rio de Janeiro, onde os interessados nas fábricas de atanados foram obrigados a pedir intervenção régia. “Tendo as suas fábricas a liberdade sem interrupção de descascar as árvores, chamadas mangues, para uso dos seus curtumes, que se não podem fazer sem esta casca sucede presentemente que a Câmara tem proibido nos seus Distritos com pena de prisão, que pessoa alguma possa descascar os mangues, ainda que seja para o referido uso e os Padres da Companhia de Jesus também impedem que nas testadas da sua grande fazenda chamada de Santa Cruz, se descasquem as referidas árvores, ainda que a elas não pertençam, sendo que assim a Câmara, como os Padres concedem facilmente licença para que se cortem, donde deduzem os suplicantes que estes embaraços são dirigidos por ódio particular das mesmas fábricas, pois, se concede o corte que é mais e se nega ou proíbe o descasco que é muito menos e como sobre a atenção que merece o último juízo dos suplicantes cada ano que se segue ao bem público pela referida proibição pois senão tem descoberto outra casca que possa servir nos curtumes é injustíssimo que sendo estes *páoz* realengos e públicos, se embarace o seu uso principalmente sendo destinado ao bem comum do Comércio”.⁷⁷

Embora tenha perdurado a resistência da população, a Junta do Comércio constatou que “as fábricas de atanados estabelecidas há dezasseis anos, descascaram sempre os mangues sem nenhum embaraço; que não há outra alguma casca naqueles distritos de que se possa usar para estes curtumes; que estas árvores são públicas e de uso livre para todos os que novamente lhes sobreveio e do que os suplicantes se queixam, pelo que sendo muito digno de atenção este ramo do nosso comércio assim pela quantidade de 12 e de 14 mil atanados que tem vindo em cada uma destas últimas frotas como pela sua boa qualidade com que se fazem preferidos a todos os mais do Brasil”.⁷⁸ Por isso, a Junta do Comércio decidiu que “sendo livre o uso de casca da árvore chamada mangue, sem a qual se não podem fazer os curtumes de couros em atanados, e que havendo sido proibida a entrada deste género fabricado em reinos estrangeiros se faz necessário acudir com o remédio mais pronto às fábricas do Rio de Janeiro, que não só concorrem já com uma boa parte do nosso necessário consumo, mas dão infalíveis esperanças de aumentarem muito suas manufacturas”.⁷⁹

⁷⁷ «Sobre o requerimento dos fabricantes de sola e atanados do Rio de Janeiro», AHMOP, JC 12, pasta 2.

⁷⁸ Ibidem.

⁷⁹ Ibidem.

Entre os fabricantes estabelecidos no território continental, as batalhas tinham outras finalidades comerciais. A disputa pela aquisição das peles extraídas nos matadouros originava divergências que assumiam proporções à escala inter-regional. Num requerimento datado de 1760, os fabricantes de curtumes da Cidade do Porto e subúrbios queixavam-se que O'Neil, negociante com fábrica em Setúbal, comprara couros e exportava-os. “Dizem Penha & Ribeiro, Joaquim José Pinto e todos os mais proprietários das fábricas de curtumes do Porto e seus subúrbios que à sua notícia chega que O' Neill Morice C^a, negociantes britânicos da mesma cidade obtiveram de V. Majestade, provisão dirigida ao Juiz d' Alfândega, para poder embarcar para Setúbal mais 2 000 couros verdes, além dos 3 000 que já embarcaram e isto talvez porque clamam no seu requerimento que tinham açambarcado toda a courama verde da matança daquela cidade no presente ano e tinham deixado os suplicantes em estado de não poder continuar com a laboração das suas fábricas, e na precisão de as fechar, o que não é de tenção e vontade, e nem as leis assim o permitem”.⁸⁰

O enredo destes episódios que exigiram a intervenção da Junta Comércio permite verificar a importância que as actividades relacionadas com a curtimenta de peles ostentavam no contexto económico nacional. Como refere a versão portuguesa do *Dicionário de Savary*, “este ramo do comércio se tem consideravelmente aumentado neste reino de Portugal e em suas conquistas da América e em uns e outros domínios desta Coroa e em muitas e grandes «alcanarias» e manufacturas de todas as espécies de peles”.⁸¹ Desta forma, salienta o autor, “o marroquim, a badana e todos os diferentes couros e peles ocupam uma multidão de gente, desde o carniceiro até ao sapateiro, correeiro, seleiro, livreiro, tapeceiro, luveiro e outros, além dos curtidores, surradores, preparadores e fabricantes de couros e camurças, marroquins e de todas as outras diversas obras que se fazem destas peles que formam vários e consideráveis corpos do ofício nas diferentes terras”.⁸²

1.1.1.1. O “Tráfico” de Couros

Para obter uma caracterização do aparelho produtivo ligado à curtimenta das peles na transição do século XVIII para o XIX, recorreremos novamente ao *Dicionário de Savary*, designadamente ao artigo dedicado aos “Couros”. Além de estabelecer a tipologia dos diferentes géneros manufacturados, atendendo à realidade nacional e ao contexto internacional

⁸⁰ Ibidem.

⁸¹ Ver “Couros”, Dicionario do Commercio, op. cit., AHMOP.

⁸² Ibidem.

relacionado com esta actividade, o relator fornece informações preciosas para a compreensão das diferentes vertentes deste sector.

“As peles, quando não tem ainda recebido preparo algum e que chegam de serem tiradas do corpo dos animais se chamam couros crus ou verdes ou courama.

Os couros salgados são courama salgada com sal do mar e pedra-ume para impedir a sua corrupção e facilitar o seu transporte nas «alcaçarias» distantes e na estação das calmas.

Os atanados são couros, ou curtidos, com casca de carvalho feita em pó, que os faz mais firmes mais idóneos para obras fortes e solas de sapatos.

Os couros surrados são couros que depois de serem curtidos, o surrador prepara ultimamente para se porem em uso. Os surradores lhe dão diversos preparos, conforme os usos, para os quais se destinam, conforme a sua qualidade, ou costume da terra onde se surram; às vezes virados e com graxa e tinta negra; outras com tinta negra somente e da parte do cabelo.

O couro de Mascovia, é uma pele de vaca preparada numa Província da Rússia Polaca, por um modo que não é conhecido nas outras terras; mas Richelet no seu Dicionário Francês, e outros autores modernos dizem que é couro de cabra, preparado primeiramente com certas ervas e depois cozido com pau-brasil e galas para fazê-lo encarnado, e que finalmente se pisa em pisões, como os panos.

O couro de Hungria é como surrado, na forma que o praticam os húngaros que inventaram este método para se poder untar o couro com sebo. Esta invenção se tem gradualmente difundido na Europa, onde hoje se curtem e surram para este propósito, com perfeição igual à dos da Hungria. Esta espécie de couro serve para arreios, selas e muitos aparelhos de guerra. Henrique, o Primeiro de França, mandou expressamente para a Hungria um famoso curtidor chamado Rosa para que informasse e aprendesse o segredo deste preparo, o dito Rosa teve todo o sucesso possível nestes descobrimentos, e no estabelecimento que fez depois de uma manufactura de couros em Paris.

Todos os Couros idóneos que se prepararem, curtirem e surrarem tem vários nomes, conforme os usos particulares para os quais são destinados e os vários artífices que se ocupam nestes preparos derivam. Comunmente, dos referidos usos os nomes específicos da sua arte - as peles de veado, alces, cabras, carneiros, se chamam geralmente por modo que imite a camurça.

Em França, todos os couros devem ser vistos, examinados e marcados pelos oficiais reais propostos para este efeito e para arrecadarem os diferentes direitos que cada espécie deve contribuir.

Em Inglaterra, semelhantemente, oficiais propostos para examinarem os couros nas «alcaçarias», ou nas praças onde os curtidores pagam os direitos que vão desde um até doze dinheiros esterlinos, por cada arrátel de peso conforme as qualidades dos couros; mas os atanados e bezerros em particular pagão 1 ½ esterlinos e o Rei torna a dar uma recompensa de um dinheiro esterlino por cada arrátel dos mesmos couros, e bezerros no caso em que se hajam de exportar fora do Reino, sejam eles lavrados ou não. Os couros de Inglaterra tiveram sempre grande fama, seja por causa do método que usam no preparo deles, seja pela qualidade natural das peles, mas além das que se criam no mesmo Reino os ingleses trazem de suas colónias da América grande quantidade de courama e de peles secas no cabelo especialmente peles de veados e de alces, para prepará-las e exportá-las para fora inteiras ou lavradas, de maneira que o tráfico dos couros e peles seja um objecto dos grandes das presentes manufacturas de Inglaterra.

Os couros no cabelo que se vendem na Europa vêm geralmente de fora, a saber do Brasil, de Buenos Aires, do Perú, de Cartagena, das Ilhas de Cuba, de S. Domingos e

de outras partes da América, da Barbaria, de Cabo Verde, do Senegal, de Mascovia e alguns da Irlanda.

O comércio que os mesmos couros produzem na Europa é imenso e dele se pode fazer algum juízo pelas quantidades que se remetem anualmente do Brasil para Lisboa, pois, as últimas frotas que chegam do Rio de Janeiro e da Baía em 13 de Setembro de 1759 trouxeram 130 205 couros em cabelo e 135 758 meios de sola e atanados curtidos, como os mais no referido estado do Brasil, além das quantidades que se remetem das Capitânias do Grão-Pará e Maranhão onde os Couros curtidos costumam custar de 60 até 80 reis o arratel.

A América Castelhana produz também huma boa quantidade anual de couros no cabelo, pois, consta que nos seis anos, 1748 até 1753, inclusive, se trouxeram a Cádiz de todos os Portos da Coroa de Castela, na América, o número de 160 138 couros no pelo, a razão de 26 000 em cada ano; mas se não remetem atanados, nem meios de sola dos mesmos domínios. Os couros destes domínios passam maiormente ao Reino de França onde eles se preparam e gastam e os de Mascovia se repartem pela Alemanha.”⁸³

Com base neste relato torna-se possível vislumbrar o grande volume de negócios relacionados com o comércio e transformação das peles. À escala regional e intercontinental, na viragem do Antigo Regime para a nova ordem social e económica, os curtumes, apesar de não terem a preponderância dos têxteis, assumem-se como uma das mais significativas actividades industriais. Isto apesar da abertura dos portos brasileiros ao comércio internacional ter feito com que “negócio mudasse de figura”.⁸⁴ “Como antigamente toda a courama do Brasil vinha a Portugal, e daqui se distribuía pelos países, onde tem o seu consumo; nem os nossos fabricantes precisavam de mandar vir couros estrangeiros, tendo um mercado cómodo, e abundante no próprio país; nem havia motivo para incluir na pauta dos géneros vindos de países estrangeiros um artigo que realmente deles se não importava”⁸⁵, explicava Acúrsio das Neves, contrariado pelos fabricantes nacionais não possuírem livre arbítrio na importação de couros, à semelhança do que acontecia com os industriais ingleses e franceses.

De qualquer modo, o recurso intenso às matérias-primas oriundas do Brasil manteve-se. Mesmo depois da independência, acompanhou os lentos processos de industrialização que este sector conheceu, à medida que eram vencidas as resistências à introdução dos avanços tecnológicos que revolucionaram a actividade em Inglaterra, Alemanha e França.

1.1.1.2. A Valorização dos Taninos Vegetais

Antes dos raios da industrialização terem invadido o fabrico dos couros, com os progressos da química a permitirem a criação de extractos e

⁸³ Ibidem.

⁸⁴ Cf. José Acúrsio das NEVES, Memória sobre os meios de melhorar a Indústria Portuguesa Considerada nos seus diferentes ramos, (1820), ed. Jorge Custódio, Lisboa, 1983, p. 134.

⁸⁵ Idem.

concentrados taninosos, em Portugal e na Europa, os processos de curtimenta das peles eram muito arcaicos e extremamente dependentes da utilização de substâncias vegetais, como as cascas de carvalho ou de sobre e as folhas de sumagre. No início do século XIX, estas substâncias assumiam um papel preponderante nas manufacturas de “solas e atanados” espalhadas por todo o país, sendo ainda disputadas por negociantes estrangeiros.

Em 1818, depois da Real Junta do Comércio proibir a importação de bezerros curtidos, excepto de Inglaterra, e “dando faculdade aos fabricantes nacionais para mandarem vir de fora do Reino as peles cruas de que precisarem para as manufacturas”,⁸⁶ os fabricantes de sola e proprietários de fábricas de curtumes uniram-se para subscrever uma petição onde invocavam a necessidade de impedir a exportação das cascas nacionais. A iniciativa visou essencialmente evitar a ruína que ameaçava esta actividade. Os suplicantes fundamentavam a sua posição com os seguintes argumentos:

“As nações estrangeiras, entre elas a inglesa, abundantes em fábricas de curtumes, não têm de produção nacional a preciosa casca de sobre, tão superior para esta manufactura, e como em Portugal se abriu a sua exportação, pequeno obstáculo foi o peso de quarenta por cento dos direitos para que ela não aguentasse consideravelmente. Logo que constou estar proibida a importação de bezerros manufacturados na Irlanda, onde se podem adquirir os provimentos de peles cruas, pois que em França é proibida a sua saída, e as melhores da Holanda são compradas pelos fabricantes de Londres, subiram elas a um excessivo preço, o que é um indirecto modo de proibir a exportação por que reduziu os suplicantes ou a não comprarem ou a perderem comprando, vindo senão por um modo a deixar entre os estrangeiros o que poderão utilizar com a manufactura; daqui resulta que os fabricantes ingleses com a manufactura de maior quantidade de bezerros, hão-de exportar daqui maior porção de casca, visto que lhes não é vedada a nenhum respeito. Ora, eis os suplicantes lutando aqui com dois embaraços: o primeiro com o excesso do preço das peles cruas nos países estrangeiros e o segundo com a desmarcada exportação de casca vendo sair pela barra de Lisboa o género que tanto se deve poupar e guardar. Esta saída que a liberdade de importar, de contínuo aumenta, faz com que alguns proprietários de matos, deslumbrados por um interesse aparente os cortem sem resguardo, o que aumentará cada vez mais quando a casca que se tira dos cortes feitos, sem prejuízo da agricultura e criações, apenas chegará para o consumo das Fábricas Nacionais de sola e curtumes, o qual não é tão pequeno como espero supor, pois que as dezasseis fábricas desta cidade e suas vizinhanças precisam anualmente de 300 mil e 350 mil arrobas de casca (...). Que é preciso cortar muitos carvalhos e sobreiros, cuja criação é muito demorada para tirar uma tão grande porção de casca junta esta e outra igual, ou talvez maior que os estrangeiros exportam só pela barra de Lisboa, e à que devem consumir as grandes Fábricas do Porto, Guimarães, Braga, Bragança, Coimbra, Alenquer, Évora, Beja e Faro, em poucos anos estarão destruídos os nossos matos, e não só fica perdendo o ramo da manufactura de curtumes e sola, que em tão grande quantidade se exporta para o

⁸⁶ «Petição contra a exportação de casca de carvalho», AHMOP, JC 12, pasta 2.

Mediterrâneo e outros Portos, mas que não haverá com abundância madeiras para os instrumentos agronômicos e para as construções de prédios; sentir-se-á falta de carvões, um objecto tão interessante e preciso, e não haverá com que engordar os muitos porcos que abastecem o Reino de carnes; enfim, será o maior mal, ver parados os estabelecimentos públicos que obstaram sempre à entrada da sola estrangeira e de grande número de bezerras; entregues à ociosidade milhares de homens que se empregam neste exercício por se permitir a exportação das matérias primeiras, aos estrangeiros que delas se servem para depois nos virem vender o género manufacturado, quando a mão de obra pode ser nossa. O meio talvez único de evitar estes males é certamente o proibir a exportação de casca para que qualquer dos países estrangeiros, como em outros tempos”.⁸⁷

Na sequência deste protesto, os suplicantes exigiam a adopção das seguintes providências:

1º - Que o preço da casca, mesmo dentro do país, não chegasse a um tal auge que venha a ser pesado às manufacturas.

2º - Que os estrangeiros vendo que não podem fazer a exportação da matéria indispensável para os curtumes, diminuam o preço das peles cruas que os suplicantes virão a comprar mais baratas.

3º - Não serão destruídos em poucos anos, os nossos matos, o que sempre foi considerado um ramo de economia pública, pois, que até em muitas terras, é proibido o corte das árvores sem licença das Câmaras.

4º - Aumentar a indústria nacional, para a conservação das fábricas e milhares de homens laboriosos terão certos meios subsistência.

5º - Não sairá para mão de estrangeiros, em todos os anos, uma avultada quantia pela compra de um género indispensável ao uso de vida.”⁸⁸

Para os fabricantes de sola e proprietários de fábricas de curtumes, da aplicação célere destas medidas dependia a sobrevivência “à terrível desgraça que ameaça arruinar inteiramente”⁸⁹ a actividade nacional. “Os fabricantes de Inglaterra deram ordem aos seus agentes para que lhes comprassem toda a casca de sobro e carvalho, que se acha neste Reino, já eles têm tomado as suas medidas para verificarem estes para Portugal tão terrível acontecimento, já o Governo Britânico, que ambiciona assegurar aos seus vassallos o fornecimento de curtimenta aboliu os grandes direitos de entrada que antes pagava, esta preciosa casca”.⁹⁰

Exigiam uma medida enérgica. E não bastava à Junta do Comércio aumentar os direitos sobre a exportação da casca, “porque como as ideias dos estrangeiros se dirigem a destruir a nossa indústria, e a fazer grandes provimentos das matérias primeiras que não tem, sujeitam-se a pagar estes grandes direitos, que só vem a pesar sobre nós; por que revertendo para

⁸⁷ Idem, ibidem

⁸⁸ Ibidem.

⁸⁹ Ibidem.

⁹⁰ Ibidem

Portugal, o género manufacturado vem sobrecarregado com estas despesas”.⁹¹ Os suplicantes reivindicavam a proibição da exportação de casca de sobro e de carvalho para fora do Reino, requerendo que tanto na barra de Lisboa “como nos mais portos, no Consulado Geral de Saída, se suspendam os despachos de exportação”.⁹² A Junta do Comércio propôs o deferimento deste requerimento que ilustra a existência de um certo corporativismo económico entre os agentes ligados à transformação das peles no proteccionismo evidenciado às matérias-primas nacionais para condicionar as movimentações dos negociantes encarregados de assegurar os interesses estrangeiros. Porém, de nada terá valido a intervenção já que, entre 1808 e 1821, Portugal era praticamente um protectorado inglês e uma colónia brasileira.

1.2. Contexto Vimaranense no Início do Século XIX

Já assinalámos a importância que o comércio e os ofícios relacionados com a transformação das peles desempenhavam na economia vimaranense desde tempos remotos. No limiar do século XIX, essa preponderância das actividades ligadas à transformação das peles mantinha-se, ocupando nas suas diferentes tarefas essencialmente mão-de-obra masculina.

No âmbito da política proteccionista incrementada pela Junta do Comércio, algumas manufacturas foram reconhecidas com privilégios reais, em contraste com o corporativismo profissional de feição religiosa que preponderava no sector.⁹³

Em 1794, Dona Maria I concedeu privilégios à Fábrica de Bezerros, Atanados e Couros, de Francisco Mendes de Oliveira, sediada em Guimarães:

“Faço saber a todas as justiças e mais pessoas a quem o conhecimento desta pertencer que Francisco Mendes de Oliveira, da vila de Guimarães, lhe representou por uma petição que ele estabelecera na dita vila uma Fábrica de bezerros, atanados e coiros para foles de toda a qualidade de forma que pedindo-me a necessária licença para a sua laboração com as isenções e privilégios de que gozam as mais fábricas desta natureza.

E tendo consideração ao dito requerimento e constando-me por informação que mandei proceder que a fábrica do suplicante está nos termos de merecer a minha Real

⁹¹ Ibidem.

⁹² Ibidem

⁹³ Embora não seja propósito desta investigação abordar a organização produtiva no período que antecede a Revolução Liberal, convém assinalar que as divergências existentes entre as principais categorias sócio-profissionais envolvidas no trabalho das peles – curtidores, surradores, tamanqueiros e sapateiros – originaram acesos diferendos ao longo dos séculos.

Resolução de 25 de Maio de 1789; Hey por bem lhe conceder a licença pedida e os privilégios seguintes:

1º - Que o dito Erector possa colocar as minhas reais armadas no pórtico da mencionada fábrica;

2º - Que a mesma fábrica e todas as pessoas empregadas na sua laboração sejam isentas de toda a jurisdição civil e criminal ficando subordinadas à Real Junta do Comércio e tendo por seu juiz privativo o juiz de fora da vila de Guimarães com apelação e desagravo para o Desembargador conhecedor dos privilégios do mesmo Tribunal em todas as causas contenciosas;

3º - Que o senhorio da dita fábrica, os seus administradores, caixeiros e mais pessoas que nela se ocuparem gozarão de aposentadoria passiva;

4º - Que não poderão ser tomados nem embargados os carros e cavaladuras que se empregarem no serviço da sobredita fábrica, excepto quando for preciso para meu real serviço, porque neste caso cessava o Privilégio”.⁹⁴

Na área respeitante à antiga Comarca de Guimarães, identificámos ainda a atribuição de privilégios idênticos, em 1802, a João José Carneiro e seu filho João Baptista Carneiro, da freguesia e couto de Fonte Arcada, concelho da Póvoa de Lanhoso, que “requisitaram por sua petição que eles tinham estabelecido há anos uma boa fábrica de solla ao lugar de Valbom”.⁹⁵

Em 1819, Joaquim José Peixoto também solicitou à Junta do Comércio que “estabelecendo na vila de Guimarães uma fábrica de curtumes de sola e bezerras, conseguira pelas suas fadigas e despesas que ela seja hoje a de maior laboração e consumo daquele distrito”.⁹⁶ Assim obteve privilégio real.

Em 1830, Manuel José Fernandes da Silva e seu filho Cristóvão José Fernandes da Silva, de Guimarães, representaram a D. Miguel “que eles tinham estabelecido com fundos seus uma fábrica de curtumes de toda a qualidade de atanados no sítio do rio de Couros, na mesma vila, e lhe pediram que fosse servido autorizar o referido estabelecimento, concedendo todas as graças e isenções que lhe fossem inerentes”.⁹⁷

⁹⁴ «Privilégios concedidos à Fábrica de Bezerras, Atanados e Couros de Francisco Mendes de Oliveira», *Livro do Registo Geral da Câmara (1784-1794)*, AMAP, M-2671.

⁹⁵ «Petição para o estabelecimento de uma fábrica com privilégios reais de João José Carneiro e seu filho», *Livro do Registo Geral da Câmara (1801-1806)*, AMAP, M-2672.

⁹⁶ Avelino da Silva GUIMARÃES, «Subsídios pata a história das indústrias vimaranenses», *Revista de Guimarães*, IX, 1892, p. 49.

⁹⁷ «Representação feita a D. Migel por Manuel José Fernandes da Silve e seu filho Cristóvão José Fernandes da Silva», *Livro do Registo Geral da Câmara (1827-1830)*, AMAP, M-2680.

1.2.1. As Fábricas após as Invasões Francesas

Num trabalho alusivo à indústria de curtumes em Guimarães,⁹⁸ José Manuel Cordeiro contextualiza a actividade no início da centúria de oitocentos à luz das informações recolhidas por Acúrsio das Neves. “Após as invasões napoleónicas, em 1811, existiam no País 244 fábricas de curtumes, localizando-se na Comarca de Guimarães 86 estabelecimentos”.⁹⁹ Estes dados encontram-se ainda publicados numa retrospectiva sobre a estatística industrial portuguesa, apresentada no *Inquérito Industrial de 1881*. Apesar das insuficiências da investigação que não faz referência “ao regime económico do trabalho industrial, nem a importância dos capitais, nem valor dos produtos, nem sequer o número de operários”,¹⁰⁰ os indicadores mencionados deixam perceber a configuração geográfica desta actividade. Permitem ainda constatar em traços gerais a permanência da distribuição sectorial apresentada por Jorge Manuel Pedreira.¹⁰¹ Em 1814, além da acentuada preponderância de Guimarães (86) na liderança destacada da lista de comarcas onde foram contabilizados os estabelecimentos ligados à transformação das peles, os valores apresentados para Lisboa (23), Santarém (27), Coimbra (20) e Bragança (18) também sugerem a persistência desta actividade que parece não ter sido abalada pelas invasões francesas.

No que diz respeito a Guimarães, os dados compilados por Acúrsio das Neves com base nas informações emitidas pelo Corregedor da Comarca podem consubstanciar uma visão quantitativa da realidade do sector, mas a existência de outros levantamentos pré-estatísticos impõe a devida confrontação.

Em 1815, a Junta do Comércio recebeu o *Mapa das Fábricas que existem na vila, termo e Comarca de Guimarães*.¹⁰² O documento terá sido elaborado em obediência às ordens enviadas por esta entidade a todos os corregedores, “para que anualmente, a começar em 1815, organizassem e

⁹⁸ José Manuel CORDEIRO, «A indústria de curtumes em Guimarães (sécs. XIX-XX)», *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*, Vol. IV, Câmara Municipal de Guimarães, 1998, pp. 247-259.

⁹⁹ Idem, cit. José Acúrsio das NEVES (1814), «Mapa Geral Estatístico que representa as fábricas do Reino no estado em que existiam nos primeiros tempos depois da última invasão», *Obras Completas*, Vol. III, ed. Afrontamento, Porto, s/d, pp. 258-261.

¹⁰⁰ Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1881*, Vol. I, Imprensa Nacional, Lisboa, 1881, p. XV-XVI.

¹⁰¹ Cf. Figura I.

¹⁰² «Mapa das Fábricas que existem na vila, termo e Comarca de Guimarães em 1815», AHMOP, JC-13.

lhe remetessem novos mapas das fábricas”,¹⁰³ e oferece uma aproximação mais incisiva sobre a organização produtiva.

1.2.1.1. Mapa das Fábricas da Comarca de Guimarães

Enquanto o *Mapa das fábricas existentes no país em 1814* resume os sectores industriais que animavam a Comarca de Guimarães aos estabelecimentos de curtumes (86), de papel (2), tecidos de seda (2) e tramoias (2), no *Mapa das Fábricas que existem na vila, termo e Comarca de Guimarães de 1815* – apesar das lacunas que lhe podem ser apontadas – oferece um retrato mais pormenorizado. Pouco avança na caracterização social e económica dos processos produtivos, mas permite constatar o predomínio das pequenas unidades sobre as fábricas, apesar de não evidenciar preocupações de classificação dos estabelecimentos industriais. Sabe-se, no entanto, as características bastante heterogêneas do exercício das actividades industriais no início do século XIX. A persistência da ligação à terra no meio urbano, onde vários artífices cultivavam as hortas e quintais existentes nas imediações da urbe, e a resistência aos modos de vida tipicamente rurais, em que os habitantes quando não trabalhavam no campo exerciam uma actividade oficial complementar. Por isso, existiam diferentes modos de organização produtiva.

De qualquer forma, paralelamente à proliferação de manufacturas a laborar com privilégios reais, funcionava uma rede de oficinas onde vigorava o sistema corporativo, abrangendo as principais actividades económicas. O trabalho relacionado com o tratamento e manuseamento das peles, em Guimarães, era tutelado pela Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano, entidade de cariz religioso e de regulamentação sócio-profissional que, até 1834, foi responsável pela vigilância do exercício das funções de sapateiro, surrador, tamanqueiro e curtidor.

Embora o *Mapa das Fábricas que existem na vila, termo e Comarca de Guimarães de 1815*¹⁰⁴ seja omissivo neste tipo de referências, várias ilações podem ser extraídas do documento: o número de estabelecimentos, o sector de actividade, o nome do proprietário, o número de trabalhadores e as suas funções no seio da organização produtiva, as matérias-primas utilizadas, a obra que fazem, a obra que vendem e para onde exportam os produtos manufacturados.

Os resultados apresentados pelo inquérito, em comparação com os apresentados por Acúrsio das Neves, permitem constatar algumas disparidades, relativamente ao número dos estabelecimentos recenseados e até à natureza das actividades industriais mencionadas. Apesar de

¹⁰³ Ministério das Obras Públicas, *op. cit.*, Vol. I, 1881, p. XVI.

¹⁰⁴ Cf. Apêndice Documental, documento nºI.

continuar a manifestar a preponderância dos curtumes, não ignora a importância dos têxteis (tremoias, traslado ou traçado, tólhos, toalhado, fitas de seda e algodão e seda) e da chapelaria (chapéus grossos), fazendo ainda alusão a uma pequena oficina de produção de papel, sediada em S. Paio de Moreira de Cónegos. De notar a ausência de informações sobre uma actividade tradicionalmente exercida em Guimarães: as cutelarias.

QUADRO N.º 1
N.º DE FÁBRICAS, TRABALHADORES E GÊNEROS QUE SE UTILIZAM (1815)

Actividades		N.º de fábricas	N.º de trabalhadores				Gêneros
			Mestres	Operários	Aprendizes	Serventes	
Têxteis	Tremoias	10	10	37	0	0	Fio e algodão
	Traslado ou Traçado	4	4	32	1	0	Fiados
	Tólhos	1	1	5	1	0	Fiados
	Fitas de Seda	1	1	0	0	0	Seda
	Algodão e Seda	1	1	5	1	0	Algodão e seda
	Toalhado	15	15	45	3	0	Fiados
Chapelaria	Chapéus Grossos	28	28	36	1	0	Lãs
Curtumes	Sola e Bezerros	43	43	26	8	9	Casca, cal e azeite
	Curtumes	1	2	1	1	0	
Papel	Papel	1	1	0	0	0	Trapo branco

Fonte: *Mapa das Fábricas que existem na vila, termo e Comarca de Guimarães (1815)*

Quanto à distribuição espacial das actividades económicas parece existir uma especialização geograficamente demarcada. Na vila de Guimarães prevalecem as “solas e bezerras”, “o traslado ou trassado” e os “chapéus grossos”. Na periferia do centro urbano, em S. Miguel de Creixomil, verifica-se o funcionamento de quatro fábricas de “tremoias” de dimensão apreciável (uma com onze, outro com sete e outro com cinco trabalhadores).

Nas margens do rio Selho – S. Martinho de Candoso, S. Jorge de Cima Selho, S. Cristóvão de Selho, S. João de Gondar – predomina o “toalhado”, enquanto na área geográfica que compreende e envolve a actual vila das Caldas das Taipas – S. Tomé de Caldelas, S. Clemente, S. Martinho e S. Lourenço de Sande – destaca-se a ligação à produção de “chapéus grossos”, actividade que também ostentava uma certa projecção

nas zonas rurais situadas na fronteira de Braga com Guimarães, nomeadamente S. Salvador de Balazar e S. Martinho de Leitões.

Em S. Torcato, foram demarcadas duas fábricas que não laboravam por falta de tracção, uma no lugar de Pinhô e outra no Lugar da Corredoura. Mas o redactor indica que “há mais algumas manufacturas de bezerros de sumagre, mas não se acham estabelecidas como fábricas”, e os trabalhadores ocupam-se na maior parte do tempo na “laboira por jornais”.¹⁰⁵

QUADRO Nº 2
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS FÁBRICAS (1815)

Localidades	TÊXTEIS			CHAPELARIA	CURTUMES
	Tremoias	Traslado	Toalhado	Chapéus grossos	Sola e Bezerros
Guimarães	1	4	0	3	14
S. Martinho de Candoso	0	0	7	0	0
St. Maria de Silvaes	0	0	1	0	0
S. Jorge de Cima Selho	0	0	3	0	0
S. Cristóvão de Selho	0	0	2	0	0
S. João de Gondar	1	0	0	0	0
S. Martinho de Leitões	4	0	0	1	0
St. Eulália de Fermentões	0	0	0	1	0
S. Tomé de Caldelas	0	0	0	1	0
S. Clemente de Sande	0	0	0	1	0
S. Martinho de Sande	0	0	0	3	0
S. Lourenço de Sande	0	0	0	2	0
S. Salvador de Balazar	0	0	0	5	0
S. Tomé de Travassós	0	0	0	0	22
St. Eulália de Nespereira	0	0	1	0	0
S. Miguel do Monte	0	0	0	3	0
S. Miguel de Creixomil	4	1	0	0	0
Couto de S. Torcato	0	0	0	0	2
Couto de Fonte Arcada	0	0	0	0	2

Fonte: *Mapa das Fábricas que existem na vila, termo e Comarca de Guimarães (1815)*

Na área correspondente a Fafe, “as solas e bezerros” destacavam-se em S. Tomé de Travassós e S. Miguel do Monte, embora o número de trabalhadores referenciado (um por estabelecimento) permita concluir a presença de uma rede de oficinas que permitia o recrutamento sazonal de mão-de-obra, nos interregnos da azáfama agrícola.

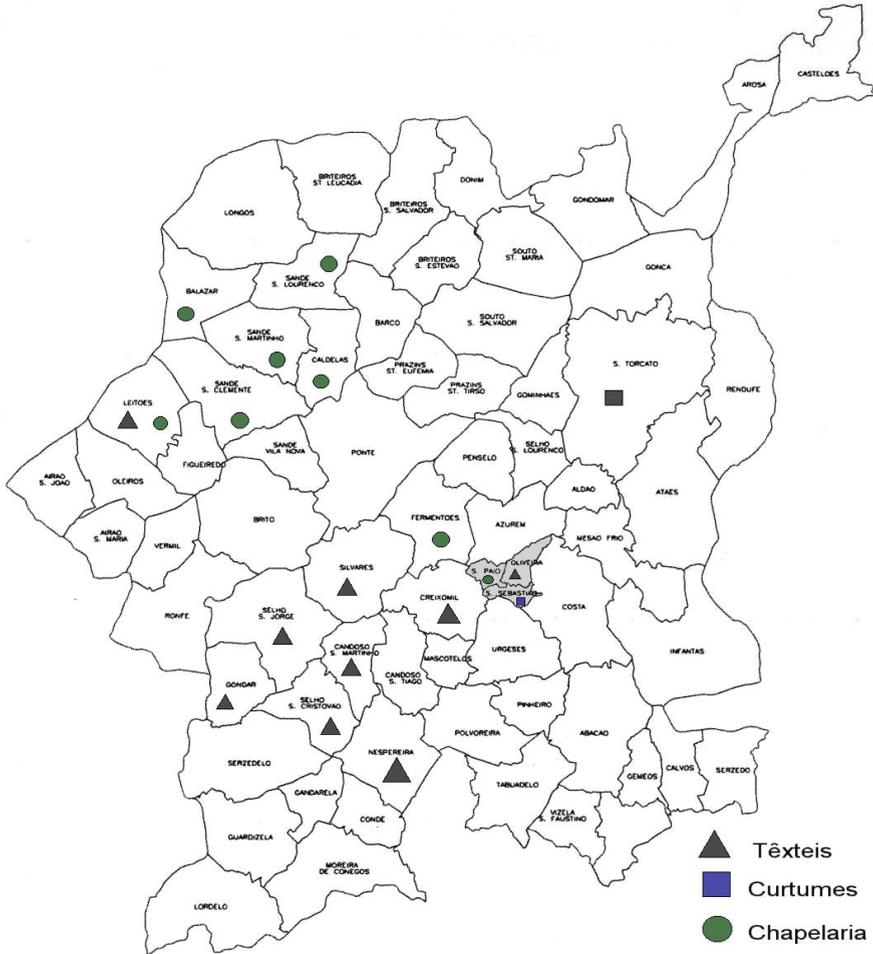
No que concerne à Póvoa de Lanhoso, a única menção efectuada salienta que a “fábrica é pouco laboriosa, em razão da incapacidade do sítio em que está situada”.¹⁰⁶ A mesma actividade aparece assinalada, nomeadamente, no Couto de Fonte Arcada, onde existiam duas fábricas

¹⁰⁵ «Mapa das Fábricas que existem na vila, termo e Comarca de Guimarães em 1815», AHMOP, JC-13.

¹⁰⁶ Idem.

“bem estabelecidas”, no lugar de Valbom, onde o Corregedor observou que “continua sua perfeição e aumento”.¹⁰⁷

MAPA Nº 1
DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DAS FÁBRICAS (1815)



Convém salientar que o aparecimento destas fábricas, ainda que de reduzida dimensão, não acabou com formas mais rudimentares de organização produtiva. Em todo o século XIX, no Vale do Ave, coexistiram estes dois regimes. Como adverte Jorge Pedreira, “o sistema doméstico funcionava a par do artesanato e de modos cooperativos de produção e era frequente que todas estas modalidades estabelecessem de

¹⁰⁷ Idem.

uma maneira ou de outra, um relacionamento com manufacturas ou protofábricas”.¹⁰⁸

1.2.1.2. Análise Sectorial – Os Curtumes

No início do século XIX, em termos de organização produtiva, já tivemos oportunidade de constatar a persistência de uma dualidade funcional no sector dos curtumes. Por um lado, mediante atribuição de licença régia, laboraram algumas fábricas de reduzida dimensão. Por outro, prevalecia a apertada vigilância corporativa.

Numa aproximação mais detalhada aos resultados do inquérito de 1815 para a estrutura das actividades relacionadas com o sector dos curtumes, em conformidade com o objecto desta investigação, analisámos os dados respeitantes à área urbana do concelho de Guimarães. As doze fábricas identificadas dizem respeito “a solas e bezeros”, matéria-prima que era utilizada conjuntamente com a aplicação de “casca, cal e azeite” nas demoradas operações da curtimenta. Desconhecem-se as qualificações escolares dos trabalhadores, o tipo de instrumentos utilizados, de onde provinham as matérias primas, em que condições se exercia o processo de fabrico, os salários e os critérios utilizados para a sua definição, os ritmos de produção, quem determinava as características do produto e quem se encarregava da comercialização.

Aparece contabilizado o n.º de trabalhadores (12 mestres, 18 operários, 7 aprendizes e 9 serventes), o volume de fazendas produzidas (12 600 couros) e o destino da produção.

Como é evidente, nem sempre as fontes disponíveis possibilitam um preenchimento completo da matriz de interrogações construída para definir uma perspectiva ainda que de conjunto sobre a actividade económica em causa. Por isso, impõe-se o cruzamento de informações para que a aproximação ao passado seja mais consistente.

¹⁰⁸ Maxine BERG, Pat HUDSON e Michael SONENSCHER, *The Age of Manufactures in Town and Country Before the factory*, Cambridge, 1983, in Jorge Manuel PEDREIRA, *op. cit.*, 1994, p. 148.

QUADRO Nº 3
CONFIGURAÇÃO SECTORIAL – OS CURTUMES EM GUIMARÃES

Proprietários	N.º de trabalhadores				Obra que fazem	Obra que vendem	Para onde exportam
	Mestres	Operários	Aprendizes	Serventes			
Bento José Ferreira	1	3	1	1	2000 couros	2000 couros	Províncias do Reino
Luís Pinto	1	1	0	1	400 couros	400 couros	«
Joaquim José Pinto	1	3	1	1	1200 couros	1200 couros	«
Manuel José Pinto	1	1	1	1	2000 couros	2000 couros	«
Pedro José Pereira	1	2	2	0	1200 couros	1200 couros	«
Manuel José Pereira	1	1	1	0	1000 couros	1000 couros	«
José Fernandes	1	1	0	0	300 couros	300 couros	«
Maria Mendes	1	1	0	3	1500 couros	1500 couros	«
Domingos de Freitas	1	1	1	0	600 couros	600 couros	«
Manuel José Vieira	1	1	0	1	400 couros	400 couros	«
Domingos Vieira	1	0	0	0	200 couros	200 couros	«
José Francisco Ribeiro	1	2	0	0	600 couros	600 couros	«
António José Pinto	1	0	0	1	600 couros	600 couros	«
António de Oliveira	1	1	0	0	600 couros	600 couros	«
Total	12	18	7	9	12600 couros	12600 couros	

Fonte: *Mapa das Fábricas que existem na vila, termo e Comarca de Guimarães (1815)*

1.2.2. A Persistência dos Laços Corporativos

Apesar do incremento industrial, através da atribuição de privilégios reais a algumas manufacturas, as limitações organizativas mantinham-se através das corporações de ofícios. Predominava o trabalho oficinal, mediante mecanismos de controlo. As confrarias ou irmandades eram das mais importantes instituições sócio-culturais da época, destacando-se a sua actividade religiosa, assistencial e de regulamentação da organização produtiva. Preenchiam funções de vinculação e identificação que suscitavam sentimentos de pertença muito fortes entre os seus membros. Aliás, “era comum também que os oficiais que se

encontravam fora do regime corporativo se achassem imbuídos dos mesmos costumes e valores artesanais e participassem das mesmas formas de solidariedade”.¹⁰⁹

No século XIX, alguns ofícios obtiveram pela primeira vez o privilégio da incorporação e foram contemplados nos respectivos regimentos. Uma situação que terá desencadeado formas de resistência por parte das categorias sócio-profissionais tradicionalmente associadas à liderança destas instituições. Não surpreende, por isso, que, em Guimarães, em 1824, os irmãos da Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano tivessem aprovado os *Estatutos dos Mestres Sapateiros, e mais Ofícios anexos à sua Bandeira desta vila de Guimarães e seu Termo*.¹¹⁰ É que, no conjunto das actividades ligadas à transformação das peles, existia uma certa preponderância dos sapateiros sobre os tamanqueiros, surradores e curtidores. Era uma diferenciação acalentada ao longo de séculos com a persistência de uns e a resistência de outros aos regulamentos corporativos.¹¹¹

Não obstante os interesses divergentes, mais ou menos difundidas, as corporações profissionais abrangeram um variado leque de actividades: sapateiros, cutileiros, ourives, alfaiates, etc. Cada um destes ofícios estava associado a uma “bandeira” – geralmente, com a invocação a um santo – e constituía o modo de produção industrial das cidades. Os seus representantes exerciam o seu “mister” em oficinas, onde os mestres trabalhavam e orientavam escrupulosamente as tarefas de um ou dois oficiais, de um ou dois aprendizes e, talvez, de um ou dois serventes a quem competiam as funções mais rudes. Em alguns casos, os oficiais podiam também trabalhar por sua conta. Estabeleciam-se numa das divisões da sua casa e com a ajuda da família exerciam o ofício, em obediência às orientações corporativas.

1.2.2.1. As Divergências Sócio-Profissionais

Os *Estatutos dos Mestres Sapateiros, e mais Ofícios anexos à sua Bandeira desta vila de Guimarães e seu Termo*, de 1824, constituem um exemplo para análise das repercussões do corporativismo nas relações existentes entre as diferentes categorias sócio-profissionais envolvidas no tratamento das peles.

¹⁰⁹ Jorge Manuel PEDREIRA, *op. cit.*, 1994, p. 174.

¹¹⁰ «Estatutos de 1824», Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano, AMAP, MC- 801.

¹¹¹ Fruto da posição económica e social privilegiada, no início do século XIX, os sapateiros procuravam diferenciar o estatuto que ostentavam daqueles que exerciam actividades menores, como a curtição das peles. Era um trabalho muito sujo e, por isso, durante séculos não logrou obter reconhecimento corporativo.

Importa salientar que a publicação destes estatutos decorreu da necessidade de fixar um novo regimento, após se terem “desencaminhado”¹¹² os documentos antigos. O regulamento estipulou as normas a que deveria obedecer a conduta profissional e social dos mestres sapateiros, surradores e tamanqueiros que fazem “paus de socos”.¹¹³ À margem permaneciam os curtidores. “Que nenhum artífice de Sapateiro e anexos possa passar a curtidor, e passando perderá as prerrogativas do nosso ofício”, declara o Capítulo XVIII¹¹⁴ dos referidos estatutos. Quais seriam as razões desta aversão aos curtidores? Seria uma questão de concorrência?

A Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano possuía uma presa de água com sete pias grandes de pedra, na Rua de Couros, onde o Juizado do Ofício, (o Juiz da Albergaria, Tesoureiro dos Foros e Procurador, como Administradores da Albergaria e Capela) tinham servidão para molharem as peles que desejassem curtir para a obra de sapataria. Desconhece-se qual a quantidade permitida. No entanto, por estranho que pareça, nos Estatutos de 1824 aparece a proposta de desistência desta servidão mediante certas condições: “Que eles à face daquela poça, e dentro do seu terreno, e medição façam uma casa para grosar, e esta casa, poça, e pias serão arrendadas anualmente a quem maior preço por elas der.”¹¹⁵

A adopção deste modo de produção terá sido uma reacção ao padrão organizativo que estaria ser introduzido no sector dos curtumes. A

¹¹² «Termo de convocação dos Estatutos dos Mestres Sapateiros, e mais Ofícios anexos à sua Bandeira desta vila de Guimarães e seu Termo», *Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano*, AMAP, MC- 801.

¹¹³ Idem. Tinha como principais disposições: assegurar a rectidão nas eleições existentes no seio da corporação; estipular os deveres dos responsáveis pela oficina, juízes e escrivão de ofício, tesoureiro de fóros, bem como o procurador; recomendações a observar durante as cerimónias de culto religioso como a procissão do Corpus-Christi; número de aprendizes que podia ter cada Mestre, bem como a forma de admissão vigente na corporação e respectivas condenações pela não observância do disposto; e procedimentos a efectuar durante os exames dos oficiais e sua fiscalização.

¹¹⁴ Idem. “Determinámos que todo, e qualquer Mestre de Sapateiro, e tachador de socos, e formeiro, que mudar daquele seu ofício para o de curtidor, ainda que no mesmo use do seu ofício, desde logo perderá todo o direito e regalias da nossa Albergaria, e Capela, e da nossa Oficina; e não serão mais admitidos a cargos de Mesa da nossa Irmandade, só assim gozarão dos sufrágios, na forma deste Estatuto; pois que esta classe de curtidores não é oficina, nem tem juiz, nem são examinados; e nos causa prejuízo à nossa Albergaria e Capela;

¹¹⁵ Idem. Observações sobre o estado da oficina e suas posses. Esta decisão visava a “conservação e aumento pelo bem da caridade para com os pobres que nele habitam, e dos mendigos que nele se recolhem, vindo de toda e qualquer parte que seja, e a quem se faz todo o agasalho e bem fazer determinado na instituição da nossa Albergaria e como os fóros determinado na instituição da nossa Albergaria, e como os fóros dela não podem suprir todas aquelas despesas”.

concentração de alguns trabalhadores debaixo do mesmo tecto, embora incipiente, mobilizava os agentes económicos que pretendiam responder às oportunidades do mercado. Consoante a oferta e a procura, no longo processo de tratamento das peles, a curtição era a primeira fase do ciclo produtivo. E o trabalho dos curtidores podia fugir ao espartilho corporativo liderado pelos sapateiros. Bastava que os modos de produção – poças de água, pelames ou aloques - fossem explorados por um “negociante” com autonomia suficiente para contratar a aplicação dessa operação à matéria-prima que lhe pertencia. Uma tendência que, após, a abolição do sistema corporativo, será profusamente diversificada.

Terá sido este comportamento, demonstrativo de uma emancipação profissional, o motivo para os sapateiros, secularmente dependentes das peles preparadas pelos curtidores ou lavadores de couros, negligenciarem a validade da sua actividade? Ou terá o desenvolvimento do sector contribuído para o aparecimento de um novo ofício?

1.3. Incentivos e Resistências à Industrialização

Libertas do espartilho corporativista, a partir de 1834, algumas actividades encontraram condições favoráveis à expansão. Com a extinção da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação, os industriais ficaram com mãos livres para adoptar inventos, investir capitais, fixar preços e explorar o trabalho como melhor entendessem, realça Oliveira Marques, ao enunciar as mudanças profundas na tradição nacional. Antes de 1820, “o fabrico de couros e actividades afins vinha à cabeça, seguido pela indústria têxtil”.¹¹⁶ De acordo com o autor, “sessenta anos depois, a indústria dos curtumes decaíra para o nível de actividade secundária, que nem sequer maquinaria utilizava. Ao lugar cimeiro ascendera a indústria têxtil”.¹¹⁷

Por sua vez, Jorge Viana Pedreira considera que “os curtumes continuam a ser, entrado o século XIX, uma das mais significativas actividades industriais. A sua diversidade corresponde tanto à variedade dos recursos como à multiplicidade dos mercados, pois a produção nacional, tal como acontece no caso da chapelaria, beneficia de uma fortíssima protecção e preenche por inteiro o consumo interno e colonial, conseguindo até exportar para o estrangeiro”.¹¹⁸

Com efeito, a abertura do comércio à escala planetária possibilitou o aparecimento de novas matérias tanantes que foram postas à disposição

¹¹⁶ António H. Oliveira MARQUES, *História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, 1985, pp. 86-87.

¹¹⁷ Idem.

¹¹⁸ José Manuel Viana PEDREIRA, *op. cit.*, 1994, p. 106.

desta indústria. O desenvolvimento da química proporcionou o aparecimento de ácidos que, uma vez introduzidos no processo produtivo, provocaram uma diminuição do tempo requerido para a curtição, dominada por práticas meramente artesanais. Em 1856, Perkins descobriu a fórmula que permitia a obtenção de tintas artificiais e a indústria de curtumes encontrou um novo recurso para tingir os seus produtos destinados aos mais diferentes fins. Depois, o americano August Schultz, no ano de 1880, impregnou as peles com uma solução de bicarbonato, juntamente com triosulfato, descobrindo desta maneira o primeiro processo de curtição com sais de crómio, alicerçando-se a arte de curtir em bases cada vez mais científicas, ampliando-se as suas possibilidades e despertando um interesse cada vez mais acentuado tanto da química pura como da química aplicada que começava a querer despontar. A importância dos conhecimentos químicos na transformação das peles era tão notória que, em 1897, teve lugar em Londres o 1º Congresso dos Químicos da Indústria de Curtumes, no qual se fixaram as normas oficiais para a análise de extractos e matérias tanantes. Em França, é o próprio *Syndicat Général des Cuirs et Peaux* que, em 1899, estimula o desenvolvimento científico dos conhecimentos e das técnicas utilizadas nesta indústria, subsidiando a criação na Universidade de Lion da *École Française de Tannerie*, inicialmente dirigida por Louis Meunier, tendo este professor dedicado a sua atenção à curtição mineral através de sais de crómio.

Nessa época, na Áustria e na Alemanha, as técnicas da curtimenta tinham já uma expressão científica bastante sólida, pois, no ano de 1874, foi fundado o Instituto de Pesquisas de Viena e, em 1889, a Escola de Freiberg. A par do trabalho destas instituições de índole estatal, as indústrias químicas também estimularam a investigação e o desenvolvimento dos conhecimentos requeridos pelo tratamento dos curtumes. Por exemplo, em 1912, a firma alemã B.A.S.F proporcionou a criação do Instituto de Couro de Darmstadt e, aí, se levaram a efeito, sob a direcção de Stiasny, importantes estudos não só dos fenómenos observados na indústria tradicional como ainda visando a criação de novos produtos de curtimenta. Assim se obtiveram, por síntese química, produtos desta natureza que levaram, no ano de 1937, Kuntzel, sucessor de Stiasny, a afirmar que “conseguiu-se estudar e desenvolver produtos que não só se assemelham pelas suas propriedades curtientes aos produtos naturais como ainda, em alguns aspectos, como a cor e a solidez à luz, os ultrapassam”.¹¹⁹

¹¹⁹ Cf. António Peres Correia AMADO, *op. cit.*, 1958, pp. 4-10; Jacques BÉRARD et Jacques GODILLARD, *Cuirs et Peaux*, PUF, Paris, 1964, pp. 11-30.

1.3.1. Ausência de Aperfeiçoamentos Técnicos

Em Portugal, ao longo de todo o século XIX, persistiu o arcaísmo, sendo utilizados processos extremamente dependentes das condições atmosféricas e do esforço do homem, cujo desempenho muscular era vital.

O redactor do *Relatório da Exposição Industrial do Porto*, realizada em 1861, denuncia o atraso evolutivo registado neste sector de actividade. A apreciação lançada à situação que enfrentava a transformação dos couros é esclarecedora: “poucas industrias pareciam votadas ao status quo, como esta”.¹²⁰ António Luciano indica a existência de uma série de processos empíricos, “aconselhados pela prática secular legada de pais para filhos”,¹²¹ característica essa que se fazia sentir nas operações realizadas quase em todas as fábricas de curtumes.

Segundo o autor, a principal causa da adesão rotineira a técnicas ancestrais, “não residia nos proprietários das fábricas, mas sim nos operários, na sua grande parte rudes e refractários a qualquer tipo de inovação. Mesmo que, os proprietários das fábricas desejassem introduzir melhoramentos, ensaiar novos processos recorrendo à utilização de outras máquinas, para economizar trabalho manual, esbatiam com os interesses dos operários pouco abertos à evolução da ciência”.¹²² A falta do ensino industrial constituía um dos pontos mais sensíveis nos operários que seguiam à risca os ensinamentos transmitidos de geração em geração. Muitos industriais sentiam a necessidade de abreviar o mais possível a duração dos processos de transformação, “para que as peles não se deteriorassem durante a curtimenta, porque era excessivamente grande o período exigido pelos velhos artífices para concluir a transformação”.¹²³

1.3.1.1. Operações Rotineiras

Embora fossem várias as contrariedades, a indústria dos curtumes no Norte de Portugal possuía elementos favoráveis ao seu florescimento. Dada a proximidade com o entreposto portuário “que mais relações comerciais mantém com o Brasil”¹²⁴ resultava a abundância de couros, importados “de muitos pontos das terras de Santa Cruz, e que satisfazem as exigências do consumo, o que é impossível aos couros chamados da terra”.¹²⁵

¹²⁰ António LUCIANO, *A exposição Industrial do Porto em 1861 – Impressões desta grande festa nacional*, impresso na Typografia do Diário Mercantil, Porto, 1861, p. 58.

¹²¹ Idem.

¹²² Idem.

¹²³ Idem.

¹²⁴ Ibidem, p. 60.

¹²⁵ Idem.

Na preparação das peles para os demorados banhos de curtimento, o tratamento mais habitual requeria a utilização de substâncias alcalinas, de onde se destacava a cal. Apesar de ser abundante no país, “as suas múltiplas aplicações não a sustentam num preço muito baixo, chegando a ser aproveitada mesmo quando estava quase estragada”,¹²⁶ o que comprometia a qualidade do produto final.

Igualmente vantajosa era a fácil aquisição de substâncias tânicas. As cascas de carvalho e os rebentos de sumagre eram conduzidos pelos cursos de água, como o Rio Douro, ou chegavam de Trás-os-Montes em carros de bois que percorriam deficientes vias de comunicação.

Não obstante as condições favoráveis ao desenvolvimento, a rotina e a falta de mecanização predominavam nas unidades de produção. “A moagem dos produtos tânicos ainda se faz à custa da força muscular do boi ou do cavalo, e foi uma vitória substituir estes instrumentos pelos de ferro, pesadíssimas e incompletas mós verticais de pedra. A batadura dos couros ainda se efectua com duas ordens de maços de bronze e bucho sobre mesas de mármore prejudicando a pele com desigualdades que só mãos experientes podem disfarçar. O esgoto dos tanques ainda tem lugar com bombas monstruosas, precisando de ser compostas repetidas vezes, levando os operários tanto tempo a fazê-lo como no próprio esgoto se corresse regular”.¹²⁷

Ao certame de 1861, apenas a Fábrica da Formiga, no Porto, apresentou couros envernizados, inovação que concorria com as peles trabalhadas pela Fábrica de Campanhã onde tinha sido instalada uma máquina a vapor para “bater sola”¹²⁸ e com as peles estampadas originárias de Lisboa.¹²⁹ Volvidos vinte anos, aquando da realização do *Inquérito Industrial de 1881*, persistiam as técnicas de feição artesanal e o trabalho manual.

1.3.1.2. Falta de Mecanização Generalizada

A divulgação dos progressos verificados nas indústrias do Porto e Lisboa, apesar de ser evidenciada nos relatórios das exposições, nos manuais técnicos, na imprensa e até no contacto directo, não era de igual modo interiorizada pelos diferentes agentes económicos com intervenção no sector. Fazia-se sentir uma rede de dependências muito forte entre as unidades de produção espalhadas pelos outros distritos do país e as fábricas situadas nestes dois centros aglutinadores.

¹²⁶ Idem.

¹²⁷ Ibidem, p. 61.

¹²⁸ Ibidem, p. 63.

¹²⁹ O autor não menciona o nome da fábrica correspondente.

De acordo com o *Inquérito Industrial de 1881*, em Bragança, no concelho do Vimioso, as carneiras produzidas por “um grande número de chefes de família que, com mais três ou quatro pessoas de casa ou de fora, se dedicam exclusivamente a este mister”,¹³⁰ recebiam ali o primeiro preparo, depois eram remetidas para Guimarães, “onde se lhes dá o acabamento, sendo em seguida enviadas para os diferentes mercados”.¹³¹

Nas duas fábricas existentes em Viseu, as peles importadas que chegavam através do Porto e aquelas que resultavam do abate bovino eram consumidas geralmente no concelho, “e uma parte é também vendida na feira de Mangualde”.¹³² Um dos proprietários que prestou esclarecimentos à Comissão de Inquérito, questionado sobre as condições de concorrência dos produtos similares estrangeiros, desconhecia os processos de fabrico empregados lá fora, apesar de ser intermediário de couros curtidos noutros países, os quais considerava serem evidentemente mais aperfeiçoados e mais baratos. “Mostrou um amasso de vitelas tintas *veaux ceirés* com a marca de *Cornelins Heyl*, dizendo-nos que cada uma destas peles, pesando 560 gramas, lhe custa 1\$000 réis, mas que só as despesas de curtume e surramento importariam em 1\$000 ou 1\$100 reis e que a pele ficaria sempre com uma aparência de muito inferior qualidade”.¹³³ Mandara-as vir de Hamburgo, “onde são mais baratas, mas as despesas de transporte e outras anulavam o baixo preço da factura”.¹³⁴

Em Santarém, o principal pólo de concentração da actividade era Alcanena, onde a maior parte dos habitantes se ocupavam na indústria de curtumes, responsável pela existência de 28 proprietários. As matérias-primas utilizadas eram couros nacionais e brasileiros de Pernambuco e Rio Grande; casca de carvalho e sobro, procedente principalmente do Alentejo e da Beira, e recebia também muita importada directamente de Argel; lixo de pombo, farinha de centeio e farelos de trigo.¹³⁵ A actividade encontrava-se num “estado primitivo”. “Os processos rápidos que hoje se conhecem para alcançar em menor tempo a curtimenta completa do couro são completamente desconhecidos (...). Ninguém acreditaria que, segundo as últimas experiências de Knapp, se procura alcançar em semanas, o que até agora só em muitos meses se podia realizar. Pela mesma forma são desconhecidos os maquinismos auxiliares que facilitam o trabalho,

¹³⁰ Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria, *Inquérito Industrial de 1881*, Inquérito Directo. Segunda Parte. Visita às Fábricas. Livro Terceiro, Imprensa Nacional, Lisboa, 1881, pp. 65-66.

¹³¹ Idem.

¹³² Idem, pp. 79-80.

¹³³ Idem, p. 79.

¹³⁴ Idem, p. 268.

¹³⁵ Idem, p. 239.

tornando-o ao mesmo tempo mais barato. Assim, esta indústria caminha entre nós para uma forma perfeitamente empírica e atrasada. Os processos e produtos empregados nela são ainda os mesmos com que ela começou”.¹³⁶

Em Aveiro, existia uma fábrica no lugar da Conceição, freguesia de S. Tiago de Riba d'Ui, concelho de Oliveira de Azeméis. “Em média, preparava 1 000 couros grandes por ano, uns eram nacionais comprados no próprio concelho, outros oriundos do Brasil, fazendo escala no Porto. A casca de carvalho triturava-se num moinho de ferro fabricado no Porto e era comprada à porta, à razão de 150 réis cada 15 Kg. Os couros custavam 5\$000 réis cada um, e só curtia dos grandes. O trabalho dos raspadores foi aqui substituído pelo maquinismo que os franceses denominam *machine à feindre*, consistia em aparar os couros reduzindo-os a igual espessura e deixando ainda com préstimo para diversas aplicações os bocados de apara, ao passo que tirados pelos raspadores só servem para cola. Os cabedais aqui preparados depois serviam principalmente para tamancos”.¹³⁷

No distrito de Braga, Guimarães constituía o pólo centralizador desta actividade, na qual se empregavam 300 operários. Mas, o sector não tinha “a feição moderna: o regime dos grandes estabelecimentos, a concentração de capitais avultados, o emprego de potentes instrumentos, a larga divisão do trabalho”.¹³⁸ Exercida em pequenas oficinas ou no domicílio, não dispunha de grandes máquinas, sendo notória a falta de aptidões técnicas e especiais no pessoal empregado. Os produtos que afluíam aos centros de transacção eram distribuídos por grandes casas comerciais. “A dispersão da indústria em pequenos estabelecimentos traz muitas vezes a anarquia, isto é, a louca concorrência entre os empresários, prejudicando-se mutuamente. Com respeito ao curtume de peles, onde estão empenhados milhares de contos de réis, se dá frequentemente este caso: o desacordo entre os fabricantes, a mutua desconfiança e indiscreta rivalidade, é invencível obstáculo, que se opõe a maiores aperfeiçoamentos desta valiosa indústria”.¹³⁹ O valor deste ramo de produção ascendia em Guimarães a mais de 1 000 000\$000 réis, em cada ano.

Esta retrospectiva permite detectar que a ausência de progressos técnicos e a falta de formação profissional foram factores que ofereceram resistência ao fenómeno da industrialização que bafejou, por exemplo, a indústria têxtil, no último quartel do século XIX, a qual não exigia grandes

¹³⁶ Idem, pp. 237-239.

¹³⁷ Idem.

¹³⁸ Idem, p. 273.

¹³⁹ Idem.

conhecimentos científicos ao operariado. Mas, outras circunstâncias condicionaram a evolução necessária ao desenvolvimento do sector dos couros e peles.

1.3.2. A Regulamentação Industrial

Dependendo da sua localização geográfica, as oficinas e fábricas, ainda que progressivamente, tiveram que se adaptar às novas exigências decretadas em nome da preservação da higiene e saúde pública. Anunciaram-se medidas de combate à insalubridade no espaço urbano, onde a inexistência de esgotos domésticos e a proliferação de actividades industriais davam azo à criação de focos de doença tanto para os trabalhadores como para os habitantes das redondezas.

Desses receios generalizados nos núcleos urbanos com vocação industrial dá conta um artigo publicado no *Jornal da Associação Industrial Portuense*, ao aparecer sintetizada a dualidade existente nas cidades. O crescimento populacional, em conjugação com a proliferação de actividades produtivas, fazia emergir uma transformação urbana profunda, com implicações directas na vida dos habitantes e na saúde dos trabalhadores. Salienta o autor que, “os antigos, guiados unicamente pela experiência, tinham banido do recinto das grandes povoações para os arrabaldes todas as artes e ofícios, cujas matérias em seu preparo e fabrico produziam exalações nocivas, ou simplesmente desagradáveis. O correr dos tempos trouxe o crescimento das cidades, que não cabendo já dentro das muralhas, que as cingiam saltaram para fora delas, ou as derrocaram; o que era do arrabalde e rural, tornou-se urbano e cidadão: sucederam-se as revoluções nas instituições e nos costumes, novas necessidades criaram novas artes, a indústria tornou-se onnipotente”.¹⁴⁰ O crescimento industrial desenfreado contrariava “a saúde e conservação dos homens (...); era um grande mal; mas foi necessário que ele ameaçasse destruir a própria indústria, e a sociedade, para que o homem acudisse por ele, e tratasse de o remediar”.¹⁴¹

Em Portugal, a obrigatoriedade de regulamentar a instalação de estabelecimentos industriais surgiu no início da Regeneração, em 1855, com a publicação de um decreto que apresentava uma tabela de classificação das fábricas, oficinas, manufacturas e outros estabelecimentos

¹⁴⁰ Autor mencionado apenas com as abreviaturas P. A. F. de M., «Hygiene Industrial: insalubridade e polícia sanitária das fábricas e officios considerados em geral», *Jornal da Associação Industrial Portuense*, Vol. I, Porto, 1852, p. 26.

¹⁴¹ Idem, p. 27.

industriais considerados insalubres, incómodos ou perigosos.¹⁴² Na sequência da actualização legislativa, em 1863, foi publicado um novo decreto que apenas foi revogado em 1922, com a publicação de um novo regulamento.

Inicialmente, sem grandes implicações no sistema produtivo, com o passar dos anos a sua aplicação acabou por condicionar a distribuição geográfica das unidades fabris, fazendo com que as actividades desenvolvidas junto dos aglomerados urbanos fossem erradicadas. Sobretudo, quando nas diferentes tarefas eram aplicadas substâncias susceptíveis de provocarem inalações prejudiciais à saúde ou serem consideradas perigosas. Esta situação terá sido responsável por um movimento de deslocalização industrial, com consequências drásticas para as unidades de pequena dimensão e dependentes de certos recursos naturais como, por exemplo, a água.

¹⁴² José Manuel Lopes CORDEIRO, «Empresas e Empresários Portuenses na Segunda Metade do Século XIX», *Análise Social*. Vol. XXXI (136 - 137), 1996 (2º -3º), p. 313. O decreto determinava que a competência para autorizar a instalação de novas indústrias dentro das povoações e na proximidade das habitações particulares cabia ao governo, mediante informação prestada pelo Governador Civil de cada um dos distritos do reino. Algumas disposições deste decreto e a tabela classificativa das actividades foram substituídas em 1860.

Capítulo III – O Arrabalde de “Couros”: O Espaço e os Homens



Fonte: Col. Muralha – MAS

“Por baixo do Campo da Feira para o Sul está situado o burgo, que chamam rua de Couros, que se compõe de três, a do seu nome, a rua de S. Francisco, e a d’ Além, que lhe chamam assim, porque a divide das outras o regato, que corre do Campo da Feira, que largando aqui o nome, que trazia de empréstimo, formou o de Rua de Couros, por estes serem conservados nele pelos sapateiros, aonde naquele lugar têm seus pelames, e nele passa este regato por baixo de uma ponte de pedra com guardas de uma e outra parte; e já tão cheio de águas, que passando por três casas de moinhos, faz trabalhar em cada uma duas mós. Na sua mesma corrente se ajunta o campo da Carreira com o terreiro de S. Sebastião, que está defronte da alpendrada da Alfândega, e contíguo com ela para a parte do Sul, aonde está situada a Igreja de S. Sebastião, que lhe deu o nome, a qual é uma das paróquias da vila”.¹⁴³

¹⁴³ António Carvalho da COSTA, *Corografia Portuguesa*, Tomo I, Braga, 1868, p.50. Aponta cinco freguesias no distrito da vila “como são as duas da Colegiada, São Miguel do Castelo, São Paio e São Sebastião”.

1.1. Enquadramento Geográfico

MAPA Nº 2
O CONCELHO DE GUIMARÃES E AS SUAS FREGUESIAS

Áreas:

Oliveira - 64 hectares

S. Paio - 43 hectares

S. Sebastião - 42 hectares



Fonte: (MEYRA; 1907)

No contexto da antiga divisão administrativa, o concelho de Guimarães ocupava o centro da Província de Entre Douro e Minho, formando com Fafe e Famalicão o extremo sul do distrito de Braga.

Situada num terreno acidentado, mas fértil e aprazível, nas fraldas da serra de Santa Catarina, a cidade integrava quatro paróquias: Nossa

Senhora da Oliveira e a sua anexa S. Miguel do Castelo, S. Paio e S. Sebastião.¹⁴⁴ Além destas, “ainda outras cinco freguesias suburbanas metem no aro da cidade lugares mais ou menos importantes”¹⁴⁵: Santa Marinha da Costa (a Nascente), Santo Estêvão de Urgeses (a Sul), S. Miguel de Creixomil (a Poente), S. Pedro de Azurém e Santa Eulália de Fermentões (a Norte).

A configuração administrativa sofreu grandes alterações ao longo do século XX. Mas, antes da proclamação da República, o concelho estava dividido em 80 freguesias, distribuídas predominantemente em torno dos vales dos rios Ave, Vizela e Selho.¹⁴⁶ Ocupava uma área de 25 mil e 710 hectares, sendo o terceiro maior concelho do distrito, atrás de Barcelos (37 mil 250 hectares) e Terras do Bouro (27 mil e 280 hectares).

O núcleo urbano encontra-se localizado numa depressão “de tipo interfluvial”¹⁴⁷ limitado por pequenas elevações em todos os quadrantes. O povoamento desenvolveu-se ao longo de dois cursos de água que atravessam o aglomerado - o Regato de Santa Luzia, a Norte, e a Ribeira de Couros, a Sul. As duas ribeiras confluem no limite Sudoeste do núcleo urbano central da cidade, em Creixomil, dando a partir daí lugar ao Ribeiro de Couros que, fora do aglomerado populacional, segue em direcção ao quadrante Oeste, ao encontro do Rio Selho, um dos afluentes do Ave.

1.1.1. O Solo

Quanto à natureza geológica, a estrutura do solo apresenta-se essencialmente dominada pela decomposição das “rochas graníticas, com pequenos afloramentos de rochas xistentas a noroeste e a sudeste do concelho”.¹⁴⁸ “Embora pobres em princípios calcários, como todos os terrenos graníticos, as terras não o são, todavia, de tal forma que não permitam, sem a correcção de adubos especiais a cultura de plantas exigentes destas substâncias”.¹⁴⁹

¹⁴⁴ Apesar do objecto desta investigação incidir sobre S. Sebastião, não podemos negligenciar os indicadores referentes a S. Paio e Oliveira, dada a importância destas paróquias para a compreensão do fenómeno urbano, no qual se desenvolvem teias de relações que extravasam os limites geográficos.

¹⁴⁵ António José Ferreira CALDAS, *Guimarães, Apontamentos para a sua História*, Reedição do livro publicado em 1881, Câmara Municipal de Guimarães e Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 1996, p. 130.

¹⁴⁶ João Monteiro de MEYRA, *O concelho de Guimarães - estudo de demographia e nosografia*, Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto, Tipografia a Vapor da Empresa Guedes, Porto, 1907, pp. 3-4.

¹⁴⁷ António Sousa LARA, «Análise sócio-geográfica do povoamento de Guimarães», *Actas do I Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Vol. III, Guimarães, 1981, p. 106.

¹⁴⁸ Plano Director Municipal de Guimarães, Guimarães, 1991.

¹⁴⁹ João Monteiro de MEYRA, *op. cit.*, p. 6.

Nos solos ocupados com a produção agrícola predominava o cultivo do milho, do trigo e do centeio. Havia explorações inseridas nos limites urbanos, pertencentes às grandes quintas que circundavam a cidade. Paulatinamente, essa configuração espacial não resistiu aos raios de modernidade que alteraram a fisionomia do território, num processo vagaroso despoletado ao longo dos séculos XIX e XX.

No entanto, para o último quartel de Oitocentos, apesar da reduzida dimensão das freguesias urbanas, é possível demonstrar que o solo era aproveitado para fins agrícolas. Além dos legumes que cresciam nas hortas, como as couves e o feijão, semeavam-se alguns cereais.

QUADRO Nº 4
PRODUÇÃO DE CEREAIS NAS PARÓQUIAS URBANAS (1877)¹⁵⁰

	PRODUÇÃO DO CORRENTE ANO/ALQUEIRES		PRODUÇÃO REGULAR/ALQUEIRES	
	Trigo	Centeio	Trigo	Centeio
Oliveira	40	100	50	120
Castelo	-	-	-	-
S. Paio	30	50	35	70
S. Sebastião	20	40	24	50

De facto, as quantidades de cereais produzidas nas paróquias urbanas eram manifestamente reduzidas. Por isso, a subsistência da população citadina estava dependente do abastecimento oriundo das freguesias vizinhas, onde os cereais ocupavam grande parte dos terrenos agrícolas.¹⁵¹

Entre as espécies cultivadas destaca-se a abundância do milho grosso, algum centeio e trigo, pouco milho alvo e muito feijão, segundo a observação do pároco de S. Miguel de Creixomil, na resposta ao *Inquérito Paroquial de 1842*.¹⁵² O sacerdote indica ainda que “o estrume é feito de vegetais e lixo, e muito se apanha nas ruas de Guimarães, e há anos vão usando de pelo de boi que trazem dos curtumes, cujo adubo dura muito nas terras, e produz bons frutos; também se emprega a raspa de chifre ou pó de

¹⁵⁰ Documento avulso encontrado na pasta *Projectos com plantas – S. Sebastião*, AMAP, M-25-3-1.

¹⁵¹ Da apreciação dos valores referentes ao concelho de Guimarães, pode-se constatar a sua posição destacada na produção cerealífera do distrito. Entre 1882 e 1885, Guimarães ocupa o primeiro lugar no cultivo do milho e trigo, ficando em segundo lugar na produção do centeio, logo a seguir a Braga.

¹⁵² Plácido António de Sequeira LIMA, «Inquérito Paroquial de 1842», *Revista de Guimarães*, Vol. 108, ed. Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, 2001, p. 241.

penete o que é superior a todo o estrume, mas é pouco e caro, por isso só o empregam em hortaliças mimosas”.¹⁵³

No mesmo inquérito, o pároco de Santo Estevão de Urgeses confirma o aproveitamento dos desperdícios da curtimenta. Para a cultura do pão, o estrume “é de mato, folhas, rapão e excrementos, o melhor é o do pelo do gado dos curtumes, onde chega, estruma e rega”.¹⁵⁴

A par dos cereais, a cultura do vinho também ocupava um importante lugar na região; as videiras eram criadas “encostadas às árvores que marginam os campos de cereais e em ramadas que a febre de produzir tem multiplicado”.¹⁵⁵

1.1.2. O Clima

Em termos morfológicos predomina o relevo granítico acidentado, com configurações onde são notórias bastantes colinas, o que de certa forma influencia o clima existente na região. O Inverno é frio e chuvoso. O Verão é muito quente e pouco húmido, com amplitudes térmicas anuais relativamente altas, devido principalmente ao afastamento do litoral e à disposição da cidade (rodeada por serras quase encaixada num vale).

O clima é do tipo muito húmido, com moderada falta de água no Verão.¹⁵⁶ As chuvas são abundantes na época invernal, sem que da sua abundância possa tirar-se grande proveito, visto correrem na época em que menos precisas são e o solo, em virtude da sua natureza, não as poder reter. “Os ventos sopram mais de duas terças partes do ano, com grande predominância das nortadas cortantes e desabridas”.¹⁵⁷

Quanto à cidade, “envolta todas as noites em neblina que o sol dissipa a custo pela manhã, ora sujeita a frios polares, ora a calores tropicais, é terra que na parte baixa pode bem dispensar as viciações do agregado urbano, para se apresentar como das mais insalubres do país”.¹⁵⁸ Justamente, na parte baixa da cidade, laborava e vivia a maioria dos actores sociais directamente envolvidos nos trabalhos da curtimenta.

¹⁵³ Idem, p. 244.

¹⁵⁴ José Martins GONÇALVES, «Inquérito Paroquial de 1842», *op. cit.*, 2001, pp. 607-608.

¹⁵⁵ João Monteiro de MEYRA, *op. cit.*, 1907, p. 30.

¹⁵⁶ Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, *Plano da Bacia Hidrográfica do Vale do Ave*, versão on-line, 2000.

¹⁵⁷ João Monteiro de MEYRA, *op. cit.*, 1907, p. 19

¹⁵⁸ Idem.

1.2. A Estrutura Populacional

1.2.1. A Evolução

Não foi ao acaso que em meados do século XIX, a então vila de Guimarães foi elevada à categoria de cidade por régia providência de D. Maria II, datada de 22 de Junho de 1853.¹⁵⁹ No quadro do desenvolvimento económico, o concelho integrava aquilo que David Justino classifica como sendo o “quarto centro industrial do país”.¹⁶⁰

No documento, a monarca justificava a elevação, reconhecendo que a “vila desfruta a primazia de ser uma das mais populosas da província do Minho, é a mais florescente em diversos ramos de industria, à qual são devidas sua opulência e prosperidade, e as suas relações comerciais dentro e fora do País”.¹⁶¹

Poucos anos antes, no rescaldo da difícil implantação do liberalismo, as estruturas eclesásticas na tentativa de reconstituir a Igreja portuguesa, atingida pela guerra civil e pelas medidas anti-religiosas do Governo realizaram vários inquéritos. No caso de Guimarães assumem especial importância os resultados do inquérito do arcebispo para o ano de 1845.¹⁶² Os dados reflectem uma grande discrepância de efectivos populacionais entre as zonas rurais e a área urbana.¹⁶³ Para as três

¹⁵⁹ “Atendendo a que a famosa vila de Guimarães, sempre honrada por Meus Augustos Predecessores com especiais privilégios, possui as condições e elementos necessários para sustentar a dignidade e categoria de Cidade: Por todas estas circunstancias, e Querendo Eu também dar, aos habitantes de tão nobre Povoação, um testemunho autêntico do distinto Apeço em que Tenho a sua honrada e habitual dedicação à cultura das artes e trabalhos úteis, por Mim presenciados na ocasião da Minha visita às províncias do norte: Hei por bem Elevar a Vila de Guimarães à categoria de Cidade com a denominação de Cidade de Guimarães”. Cf. *Livro de Ouro do Centenário da Cidade de Guimarães*. Ed. Câmara Municipal de Guimarães, 1954. S/p.

¹⁶⁰ David JUSTINO, *op. cit.*, 1988, p. 108.

¹⁶¹ Cf. *Livro de Ouro do Centenário da Cidade de Guimarães, op. cit.*. O decreto, que elevava Guimarães à categoria de cidade, já havia sido passado a 19 de Fevereiro de 1953. Em sessão de 30 de Março desse ano, a Câmara “por tão fausto motivo, convidou os habitantes a porem luminárias na noite de 31 de Abril, demorando-se todavia semelhante manifestação por se haver recebido a notícia na semana santa”. Assim, começavam a produzir frutos os raios de modernidade irradiados pelo desenvolvimento económico e social a partir do “berço da monarquia”.

¹⁶² Franquelim Sampaio Neiva SOARES, «O Arciprestado de Guimarães no inquérito de 1845», *Actas do I Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. III, Guimarães, 1981, pp. 39-74.

¹⁶³ *Idem*, p. 44. Na contagem dos efectivos populacionais, “se as grandes são na maioria urbanas e suburbanas, as pequenas são exclusivamente rurais”.

freguesias urbanas aparecem referenciados 2 mil e 137 fogos e 7 mil e 239 habitantes.

QUADRO Nº 5
FREGUESIAS DA CIDADE DE GUIMARÃES NO INQUÉRITO DE 1845

FREGUESIAS	N.º DE FOGOS	N.º DE HABITANTES
Oliveira	960	3200
S. Sebastião	667	2219
S. Paio	510	1820

Fonte: (SOARES; 1981)

A evolução populacional registada na segunda metade de Oitocentos reflecte-se mais no conjunto concelhio do que propriamente na área citadina. Esta proliferação de um grande centro populacional aparece aliada à expansão das actividades industriais e comerciais. De acordo com David Justino, em 1864, Guimarães era o sexto maior núcleo do país, encontrando-se “implantada no coração de uma sub-região rural de minifúndio altamente produtiva e uma das mais densamente povoadas”.¹⁶⁴ Para o autor, foi justamente nesta sub-região que se implantaram, a partir do “arranque” industrial da década de 1870, uma indústria têxtil com características muito peculiares, em que se distinguem diversas unidades de grandes dimensões que exploram de forma intensiva a abundante mão-de-obra, bem como as inesgotáveis capacidades da bacia hidrográfica do Rio Ave.

Para uma abordagem mais pormenorizada à expansão populacional operada na segunda metade do século XIX e primeiro quartel do século XX, recorreremos aos dados censitários sobre a totalidade do concelho e das paróquias citadinas,¹⁶⁵ nas quais destacamos os quantitativos referentes a S. Sebastião.

É notória uma grande dinâmica populacional com ritmos de crescimento bastante diferenciados. Entre 1878 e 1890, ao nível concelhio, parece confirmar-se a tendência de aumento, com uma taxa de crescimento médio anual de 0.69 por cento. Uma percentagem que, na década seguinte, se eleva para 0.96 por cento, o que ilustra a continuidade da pujança demográfica concelhia que, posteriormente, sofrerá uma quebra no volume global dos seus efectivos.

¹⁶⁴ David JUSTINO, *op. cit.*, 1988, p. 367.

¹⁶⁵ Nos indicadores alusivos ao item “Cidade de Guimarães” contabilizámos os dados das paróquias de S. Paio, S. Sebastião, Nossa Senhora da Oliveira e S. Miguel do Castelo. Esta última paróquia veio a ser anexada à Oliveira no final do século XIX.

QUADRO Nº 6
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO EM GUIMARÃES E NA PARÓQUIA DE S. SEBASTIÃO

	ANO	POPULAÇÃO	CRESCIMENTO ANUAL MÉDIO	FOGOS
Concelho de Guimarães	1864	45015		
	1878	46385	0.21	11860
	1890	49695	0.69	12778
	1900	54723	0.96	12892
	1910	58997	0.75	13592
	1920	56231	- 0.48	13056
Cidade de Guimarães	1864	7750		2023
	1878	8205	0.41	1986
	1890	8611	0.40	1962
	1900	9104	0.56	2044
	1910	9550	0.48	2064
	1920	9023	-0.58	1976
Freguesia de S. Sebastião	1864	2415		619
	1878	2580	0.47	629
	1890	2615	0.11	610
	1900	2631	0.06	620
	1910	2877	0.89	632
	1920	2680	-0.70	592

Fonte: Elaborado a partir dos Recenseamentos de 1864, 1878, 1890, 1900, 1910 e 1920

Apesar de evidenciar uma certa propensão para o crescimento, com ligeiras flutuações na segunda metade de Oitocentos, em termos gerais, o panorama citadino parece acompanhar o ritmo de crescimento global verificado em Guimarães. Neste aspecto, a pequena paróquia de S. Sebastião não foge à regra. Após o impacto do aumento do volume populacional registado entre 1864 e 1878, na década seguinte, a taxa de crescimento apresenta um valor quase insignificante. Porém, entre 1900 e 1910, volta a ser dilatado o aumento populacional verificado, voltando a enfrentar uma regressão na segunda década do século XX.

1.2.2. S. Sebastião: Alguns Comportamentos Demográficos

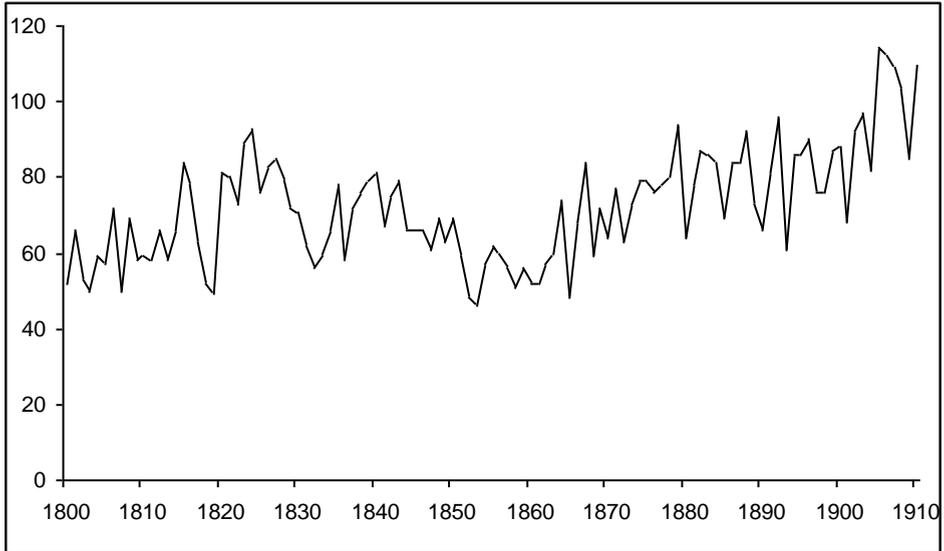
Com base nos resultados do processo de reconstituição da paróquia de S. Sebastião, o tratamento micro-analítico das variáveis demográficas ajuda a fundamentar explicações sobre os comportamentos da população.

Apesar da complexidade da análise das diferentes variáveis no ambiente urbano, proceder-se-á à apresentação sucinta de alguns indicadores com o intuito de proporcionar uma aproximação ao contexto

sócio-demográfico da área geográfica eleita para a realização deste estudo.¹⁶⁶

1.2.2.1. Movimento de Baptizados

GRÁFICO N° 1
MOVIMENTOS BAPTIZADOS - FREQUÊNCIAS ABSOLUTAS



A apreciação da curva de nascimentos (Gráfico N.º1) comprova a considerável evolução ao longo de Oitocentos. Detectámos algumas oscilações anuais, reveladoras de momentos de abrandamento, intercalados com períodos de crescimento. Entre 1820 e 1830, consolidou-se uma certa estabilidade, com uma média de 77 nascimentos por ano. Nas décadas seguintes verifica-se uma ligeira diminuição, mais acentuada de 1850 e 1860, tendo uma média anual de 57 baptismos. A partir da década de sessenta o movimento de baptismos dispara podendo-se, através da informação proveniente da reconstituição da paróquia, constatar que essa expansão acompanha a viragem do século XIX para o século XX. Entre 1900 e 1906, registou-se uma média anual de 96 baptismos na paróquia de S. Sebastião.

Em relação ao total, a expressão numérica dos nascimentos ilegítimos apenas aparece mais evidenciada a partir de 1860. Este peso

¹⁶⁶ Como já mencionámos, a apresentação destes dados apenas se torna possível devido à existência de uma base de dados genealógica sobre a paróquia de S. Sebastião, elaborada a partir do trabalho realizado pelos investigadores do NEPS: Maria Norberta AMORIM e Rodrigo AZEVEDO.

significativo das relações fora do casamento segue uma tendência de crescimento até ao final da observação.

QUADRO Nº 7
NASCIMENTOS LEGÍTIMOS E ILEGÍTIMOS

PERÍODO	TOTAL DE NASCIMENTOS	TOTAL DE ILEGÍTIMOS	% DE ILEGÍTIMOS
1820-1829	811	28	3.45
1830-1839	678	39	5.75
1840-1849	693	28	4.04
1850-1859	564	24	4.26
1860-1869	626	52	8.31
1870-1879	763	66	8.65
1880-1889	801	50	6.42
1890-1899	805	68	8.45
1900-1909	950	92	9.68

Os níveis decenais na primeira metade do século XIX não ultrapassam os 5.75 pontos percentuais, na década de 1830. Nos vinte anos seguintes verifica-se uma acentuada descida. A partir de 1860, parece impor-se um movimento ascendente, com o aumento até ao final da observação, altura em que se regista o valor mais elevado.

Na interpretação do fenómeno, como assinalou António Augusto das Neves, autor de uma investigação sobre a ilegitimidade em 11 paróquias rurais de Guimarães nos séculos XVI-XVIII, “são bastante comuns as situações de crianças ilegítimas originárias da vila de Guimarães levadas a baptizar no espaço rural”.¹⁶⁷ No século XIX, essa prática constatada para o período do Antigo Regime parece apenas lentamente sofrer alterações.

1.2.2.2. Movimento de Casamentos

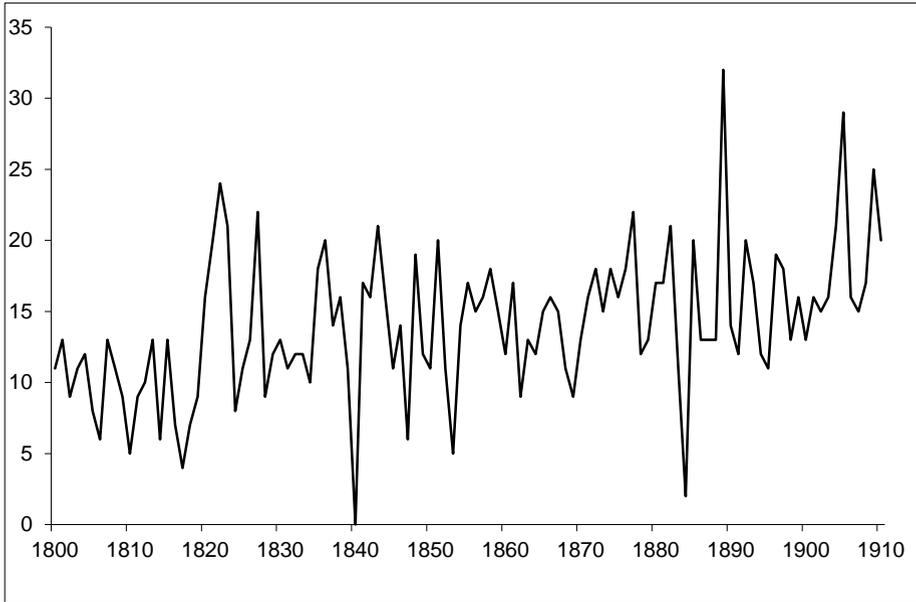
O volume de casamentos celebrados na paróquia de S. Sebastião regista níveis bastante elevados. No período em observação, a frequência varia entre os 10 e os 20 eventos por ano, correspondendo a uma média anual de 15 cerimónias, no período compreendido entre 1820 e 1906.

A análise comparada das curvas de nupcialidade e de nascimentos possibilita uma interpretação para as ligeiras diminuições no número de eventos entre 1850 e 1860. Nesta década, a descida média para 12 casamentos por ano terá sido responsável pelo decréscimo de baptizados também ocorrido. Sequencialmente, ressalta o aumento do número médio

¹⁶⁷ António Augusto das NEVES, *Filhos das Ervas – A ilegitimidade no norte de Guimarães (séculos XVI – XVIII)*, Col. Monografias do NEPS, n.º 10, Núcleo de Estudos de População e Sociedade, ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 2001. p. 126.

de casamentos verificado até ao final da observação. A coincidência com a transição do século XIX para o século XX reflecte a continuidade do aumento do número de casamentos, acompanhada por idêntica tendência na curva de nascimentos.

GRÁFICO Nº 2
MOVIMENTO DE CASAMENTOS - FREQUÊNCIAS ABSOLUTAS



Com efeito, estamos perante uma paróquia urbana influenciada por um modelo de organização familiar distinto daquele que caracterizava as zonas rurais, onde o casamento tardio funcionava como mecanismo de sobrevivência e de controle do património familiar. Ao contrário, a observação da idade ao primeiro casamento em S. Sebastião revela quase uma correspondência etária entre homens e mulheres.

QUADRO Nº 8
IDADE MÉDIA AO 1º CASAMENTO

PERÍODOS	HOMENS	MULHERES
1800-1819	23.0	21.44
1820-1839	25.88	23.14
1840-1859	26.74	23.94
1860-1879	25.26	24.21
1880-1899	24.19	24.00
1900-1906	23.36	22.26

A idade média ao primeiro casamento apresentou-se tendencialmente mais elevada no sexo masculino, não sendo muito significativa a diferença existente com o sexo feminino.

Apesar de se verificarem excepções, esta vocação para o matrimónio mais jovem poderá explicar-se com as maiores facilidades que os nubentes encontram para constituírem um novo agregado economicamente auto-suficiente, mercê da diversificação da oferta de trabalho num ambiente industrial e da possibilidade de tanto o homem como a mulher poderem exercer uma actividade remunerada, o que não acontece nas zonas rurais.

Para compreendermos o posicionamento da paróquia relativamente ao mercado matrimonial, aproveitamos ainda os indicadores fornecidos pelo levantamento exaustivo dos assentos de casamento para configurar a origem geográfica dos nubentes.

QUADRO Nº 9
% NATURALIDADE DOS NUBENTES

PERÍODOS	HOMENS		MULHERES	
	Naturais	De fora	Naturais	De fora
1800-1819	37	63	72	28
1820-1839	42	58	78	22
1840-1859	45	55	73	27
1860-1879	34	66	39	61
1880-1899	45	55	40	60
1900-1906	45	55	45	55

É possível verificar uma grande circulação interparoquial em ambos os sexos, o que reflecte a abertura desta comunidade urbana aos matrimónios exogâmicos. No caso feminino essa tendência torna-se mais acentuada em meados do século XIX, altura em que a tradição do casamento nas paróquias de origem da noiva parece ser profundamente alterada, talvez devido à atracção proporcionada pela paisagem citadina, onde os têxteis e os serviços domésticos constituíam novas oportunidades de trabalho. De facto, as percentagens referentes aos noivos de naturalidade exterior a S. Sebastião, no início de Oitocentos, começam por ser muito distanciadas dos valores relativos às mulheres. No entanto, essa clivagem acaba por diluir-se já nos primeiros anos do século XX.

A origem combinada dos nubentes indicia que uma grande parte dos casamentos celebrados na paróquia de S. Sebastião envolvia intervenientes de outras freguesias, o que ajuda a demonstrar que o espaço paroquial assistia a uma intensa mobilidade geográfica dos seus membros. Este comportamento não é estranho se for tomada em linha de consideração a localização da cidade de Guimarães numa rota comercial,

sendo o principal elo de união entre o litoral e o interior, um posicionamento estratégico que sofreu alterações no período Oitocentista, sobretudo, após a construção da linha férrea do Douro.

De qualquer modo, ao longo de toda a observação, a origem geográfica dos nubentes extravasava os limites citadinos e as fronteiras concelhias. Uma realidade que confirma a capacidade de atracção desta paróquia.

QUADRO Nº 10
% PROCEDÊNCIA GEOGRÁFICA DOS NUBENTES NÃO NATURAIS

PROVENIÊNCIAS		1800-1819	1820-1839	1840-1859	1860-1879	1880-1899	1900-1906
Freguesias limítrofes da paróquia de S. Sebastião	Oliveira	11.11	12.91	14.29	13.97	14	15.36
	S. Paio	5.79	8.28	8.9	10.8	9.93	7.88
	Creixomil	6.28	7,62	4.49	8.94	8.16	8.29
	Azurém	0.48	2.31	1.74	3.54	7.62	4.15
	Urgeses	5.32	5.64	5.19	6.33	4.43	7.48
	Fermentões	0.96	2.31	1.38	1.30	2.84	0.41
	Costa	1.94	2.98	1.74	1.86	4.61	3.73
Total	31.88	42.05	37.73	46.74	51.59	47.30	
Outras freguesias do concelho		29.47	24.83	22.84	17.5	16.13	19.5
Distrito de Braga		13.53	13.58	16.61	13.41	15.07	16.59
Distrito do Porto		13.05	12.26	14.18	13.22	8.33	11.63
Outros distritos do país		9.18	5.29	6.57	7.26	7.47	3.74
Brasil		0	0	0.69	1.67	0.88	0
Espanha		2.89	1.99	1.38	0.18	0.53	1.24

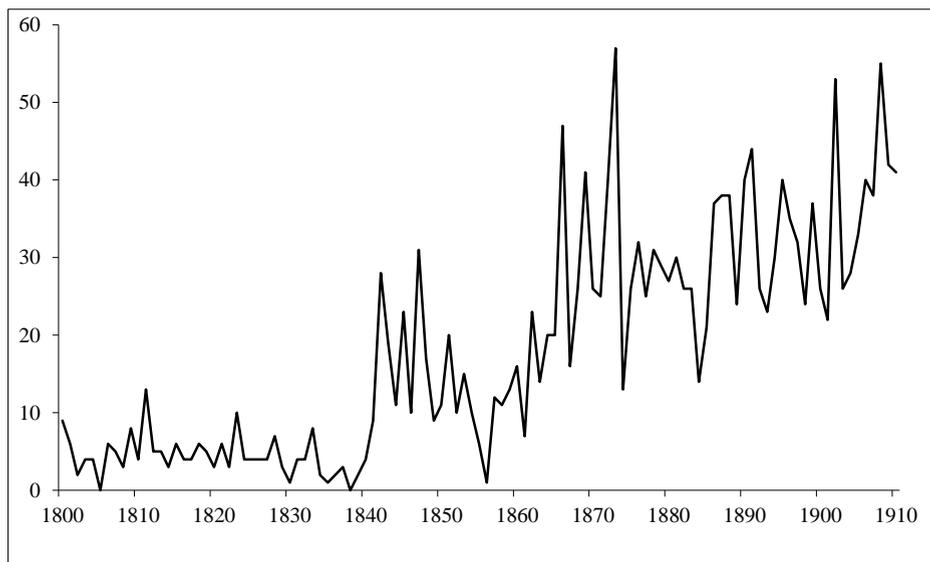
Em todos os períodos considerados, constata-se o predomínio dos nubentes naturais das freguesias do concelho de Guimarães, assumindo neste contexto especial relevância as áreas limítrofes a S. Sebastião, nomeadamente as paróquias urbanas: Oliveira e S. Paio. Todavia, o sagrado sacramento do matrimónio estimulou contactos com pessoas de outras paragens. Os distritos de Braga e Porto aparecem privilegiados. No primeiro caso, Braga e Fafe foram os concelhos que mais contribuíram para esta tendência exogâmica, enquanto no segundo, as cidades do Porto e Felgueiras afirmam a superioridade nos vínculos familiares estabelecidos na sede da paróquia de S. Sebastião.

1.2.2.3. Movimento de Óbitos

Os dados extraídos do ficheiro da reconstituição da paróquia de S. Sebastião reflectem realidades distintas ao longo da centúria. Até 1840, o calculo das médias anuais de óbitos não ultrapassa os 5 falecimentos. Porém, a partir dessa data a média anual dos óbitos registados pelo pároco sofre um aumento muito elevado. Este facto pode ser explicado pelo

aparecimento de informações sobre a mortalidade infantil, detectadas a partir de 1842. Também a abertura do hospital na Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, após a extinção das ordens monásticas, poderá ter contribuído para o aumento dos óbitos registados em S. Sebastião.

GRÁFICO Nº 3
MOVIMENTO DE ÓBITOS - FREQUÊNCIAS ABSOLUTAS



Tendo presente essa conjectura de factores na segunda metade de Oitocentos, as médias anuais de óbitos são de 16, 11, 23, 30, 28, 33 e 36, respectivamente para os períodos compreendidos entre 1840-1849, 1850-1859, 1860-1869, 1870-1879, 1880-1889, 1890-1899 e 1900-1910.

QUADRO Nº 11
MOVIMENTO DE ÓBITOS

PERÍODOS	TOTAL DE ÓBITOS	MENORES DE SETE ANOS
1820-1829	48	0
1830-1839	27	0
1840-1849	161	61
1850-1859	109	35
1860-1869	230	82
1870-1879	304	127
1880-1889	281	98
1890-1899	331	93
1900-1909	363	0

Na análise destes dados, os valores referentes à mortalidade permitem identificar com alguma nitidez que o confronto directo com a morte fazia parte do quotidiano da população de S. Sebastião. Já

verificámos a existência do peso significativo da mortalidade infantil no volume de óbitos registado. Mas, que circunstâncias seriam responsáveis pela ocorrência deste flagelo?

No período em análise, os receios de eclosão de uma grande epidemia de cólera levaram as autoridades municipais a adotarem medidas de prevenção, como a obrigatoriedade da “limpeza de latrinas, rócios e quaisquer outros lugares imundos nos interiores das casas, limpando e caçando estas e evitando a criação de animais insalubres”¹⁶⁸.

Em complementaridade, sistematicamente a imprensa publicava informações com advertências para contornar o surto epidémico que suscitou sérias preocupações às entidades públicas. Acima de tudo, insistia-se na necessidade de zelar pela higiene individual e pela salubridade pública.

“O uso de água de má qualidade é uma das principais causas que predispõem para o cólera. A água dos poços, ribeiros, regatos, muitas vezes vem inquinada pelas infiltrações das latrinas, canos de esgoto, resíduos das fábricas. Quando se não tenha confiança na água que se tem a usar como bebida e na cozinha, prudente é fervê-la para consumo do dia seguinte. Pode-se também deitar de infusão na água a ferver uma porção de chá, de serpula, de centaurea, de plantas amargas ou aromáticas, para se usar misturada com vinho à hora da comida ou só durante o dia.

A seguinte bebida é muito recomendada com vantagem para matar a sede, sem que seja necessário beber-se muito: Rum, 40 gramas; Tintura alcoólica de genciana, 4 gramas; água fresca, 1 litro. Aconselha-se o uso do filtro de carvão.”¹⁶⁹

Além da epidemia mais temida do século XIX,¹⁷⁰ outras causas estavam associadas à mortalidade verificada, como os acidentes que vitimavam os menores incautos.

“Uma criança que andava com outra brincando junto aos pelames dos curtumes, na Rua de Couros, caiu pela abertura de um destes, sem que ninguém desse pelo caso. Mais tarde, quando a família a chamava foi que outra criança disse que ela estava a brincar de pernas para o ar ali dentro”.¹⁷¹

Para uma análise global do fenómeno da mortalidade, neste período, julgamos também pertinente recorrer a um estudo detalhado, elaborado por João de Meira. Este reputado médico constatava que, à

¹⁶⁸ «Tudo relativo às providências que se houveram de tomar contra o flagelo de cólera morbus», *Cólera Morbus em 1865*, AMAP – 22-1-100.

¹⁶⁹ «Higiene individual: regras que se devem seguir em estado de saúde», *O Commercio de Guimarães*, 19 de Maio de 1884, 1884.

¹⁷⁰ António da Cunha Vieira de MEIRELLES, *Memórias de Epidemiologia Portuguesa*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1866.

¹⁷¹ «Morte de uma criança», *Religião e Pátria*, 28 de Fevereiro de 1883, Guimarães, 1883.

semelhança do que acontecia em toda a província minhota, em Guimarães, os homens não morriam de velhice. “Morrem de fome, morrem de trabalho, morrem de pouco resguardo contra as intempéries do clima”.¹⁷²

Na sua pesquisa sobre as maleitas dos doentes que deram entrada no Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, em 1904, o autor acaba por concluir que “a tuberculose cai sobre a população citadina com fúrias de abutre. A pelagra reina no campo com uma intensidade assustadora. A lepra está de novo reclamando o regime das gafarias. As doenças das vias digestivas surgem numa proporção que espanta, provocadas não pelas digestões laboriosas de boa carne muscular, mas pela miséria de uma alimentação, além de insuficiente, viciadíssima em qualidade”.¹⁷³ No campo como na cidade, o povo “sempre passou a vida rilhando côdeas muitas vezes enjeitadas pelos cães”,¹⁷⁴ alimentando-se a maioria da população com o caldo, “o tradicional cozimento de couve galega com raros feijões boiando, e um parco fio de azeite por adubo”.¹⁷⁵

1.2.2.4. A Mobilidade

Anteriormente, já tivemos a oportunidade de evidenciar o crescimento populacional ocorrido na cidade de Guimarães, assim como a existência de algumas particularidades económicas e sociais que tornavam o burgo atractivo, suscitando a captação de novos habitantes e a movimentação de forasteiros. Impõe-se analisar, ainda que sucintamente, a grande mobilidade que caracterizou a população no período em estudo, tanto de indivíduos singulares como de grupos familiares.

Num trabalho, onde abordou o fenómeno da emigração em Guimarães, Carmen Sarmiento Cunha considera que não se tratou apenas de deslocações das terras de naturalidade, no Continente, constatando “uma movimentação importante entre o Brasil e Portugal que se revela através da naturalidade dos indivíduos que solicitam passaportes”.¹⁷⁶

Entre 1890-1914, as freguesias do centro urbano de Guimarães – Oliveira, S. Sebastião e S. Paio – são as que totalizam maior número de pedidos de passaporte, seguidas das freguesias que constituem as povoações termais das Caldas de Vizela e das Caldas das Taipas, da freguesia limítrofe de Creixomil e S. Torcato.

¹⁷² João Monteiro de MEYRA, *op. cit.*, 1907, p 129.

¹⁷³ Idem, p. 176.

¹⁷⁴ Idem, p. 126.

¹⁷⁵ idem.

¹⁷⁶ Carmen Morais Sarmiento CUNHA, *Emigração familiar para o Brasil. Concelho de Guimarães 1890-1914. (Uma perspectiva micro-analítica)*, Dissertação de Mestrado policopiada, Departamento de História – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 1997, p. 35.

Numa análise ao quadro das profissões, o fenómeno emigratório assume relevância entre os agentes ligados à actividade comercial, como os negociantes, proprietários e capitalistas, apesar daqueles que estavam ligados às actividades secundárias também se sentirem impelidos a emigrar.

QUADRO Nº 12
EMIGRANTES NATURAIS DAS FREGUESIAS DA CIDADE DE GUIMARÃES

ANOS	S. SEBASTIÃO	CIDADE (TOTAL)	CONCELHO (TOTAL)
1890	7	19	1983
1891	20	38	2051
1892	7	21	1967
1893	2	13	1968
1894	0	6	1954
1895	8	27	2006
1896	3	21	1995
1897	16	38	2029
1898	7	23	2013
1899	4	21	1988
1900	4	18	1980
1901	2	9	1950
1902	3	15	1961
1903	6	19	1989
1904	5	17	2019
1905	5	21	2029
1906	6	21	2037
1907	3	15	2018
1908	1	16	2043
1909	3	20	2065
1910	1	5	2007
1911	4	17	2029
1912	11	35	2297
1913	15	46	2266
1914	6	20	2085
Total	149	525	3179

Fonte: CUNHA (1997: 37-38)

QUADRO Nº 13
EMIGRAÇÃO POR PROFISSÕES

ACTIVIDADE	ESTADO CIVIL					IDADE MÉDIA
	sol.	cas.	Viúvo	div.	Total	
Negociante	63	72	10	0	145	37
Proprietário	26	93	6	0	125	43
Capitalista	29	23	3	1	56	40
Fabricante	14	33	0	0	47	28
Surrador	5	16	1	0	22	31
Industrial	8	10	0	0	18	31
Curtidor	8	6	0	0	14	31

Fonte: CUNHA (1997; pp. 37-38)

O principal destino da emigração era o Brasil. Mas, neste caso, a lista dos emigrantes do sexo masculino era liderada pelos lavradores, trabalhadores e empregados do comércio. Um fenómeno que ajuda a consolidar a ideia de que o abandono da terra e a partida para outras paragens exigia condições materiais para ser exequível, sendo restrito o acesso aos trabalhadores manuais que sobreviviam do trabalho proporcionado por outrem.

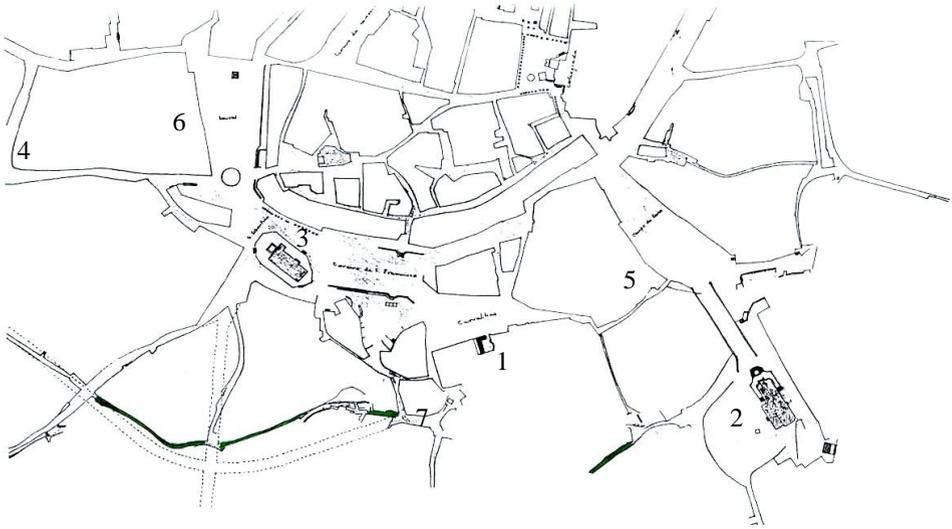
1.3. A Ocupação do Território

Integrada no território correspondente à freguesia de S. Sebastião, a zona onde proliferaram diversas manufacturas de curtumes desenvolve-se praticamente ao longo do pequeno curso fluvial que assume diferentes designações consoante o trajecto percorrido pelo seu caudal. A população fixou-se com maior expressão na margem esquerda, formando um arrabalde relativamente à zona muralhada.

Do intenso fervor laboral suscitado pela utilização dos recursos hídricos existentes, a localidade apenas conserva alguns topónimos e esporádicos vestígios da presença do curso de água que se apresenta quase dissimulado nas edificações urbanas. Porém, em meados do século XIX, a paisagem era dominada pelas poças de diferentes tamanhos, pelo xadrez dos pelames – tanques rasos ao solo construídos com estruturas de granito - e as condutas de água alinhadas em função da orientação da pequena ribeira caracterizavam o ambiente do “burgo”¹⁷⁷ de Couros.

¹⁷⁷ Designação frequentemente encontrada nas referências alusivas a esta área geográfica da paróquia de S. Sebastião.

**MAPA Nº 3
PLANTA DA PARÓQUIA DE S. SEBASTIÃO**



Mapa da Cidade de Guimarães

Folha

Fog.º Manuel da Alameda Ribeiro

7 de Outubro 1861

0 m 100 m 200 m

Legenda:

- 1 – Ordem de S. Francisco
- 2 – Igreja da Consolação e Santos Passos
- 3 – Igreja de S. Sebastião
- 4 – Igreja e Convento de Santa Rosa Lima
- 5 – Igreja de S. Dâmaso
- 6 – Basílica de S. Pedro
- 7 – Rio de Couros

Em permanente convívio com as operações da curtimenta, nesta área da cidade, os homens nasciam, casavam e morriam em habitações escuras e exíguas. Na maior parte dos casos, esses imóveis confundiam-se com as oficinas onde quotidianamente eram manuseadas as peles, através da aplicação de pestilentas técnicas e processos químicos artesanais para assegurar a curtimenta, a libertação de impurezas e a secagem das fazendas. Era a zona mais insalubre de Guimarães, aquela que recebia os despejos das latrinas das casas situadas na cidade alta e toda a sujidade inerente à transformação das peles.

Não muito distante do pequeno burgo, onde os edifícios toscos se aglomeravam em vielas e travessas estreitas condicionando a entrada dos raios de sol, vários templos, alguns dos quais ligados a ordens monásticas que resistiram às ofensivas liberais, disputavam a devoção e as esmolas dos fiéis agregados em diversas irmandades.

1.3.1. A Arquitectura Religiosa

1.3.1.1. Igreja de S. Sebastião

Perfeitamente integrada no aglomerado urbano, a paróquia com o orago S. Sebastião tinha a sua sede numa igreja com escadaria voltada para o actual Largo do Toural, bem no coração da cidade.

Segundo o Padre António Caldas, a construção da extinta igreja de S. Sebastião remonta a 1570, por ordem do Cabido e Prior da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, num local que “anteriormente ao campo santo servia de cemitério público para os pobres falecidos nos hospitais da Misericórdia e do Anjo”,¹⁷⁸ onde havia “uma pequenina capela dedicada ao santo mártir e que já tinha erecta a sua irmandade”.¹⁷⁹ Mal foram concluídas as obras, o templo adquiriu a categoria de paroquial.

No interior, a igreja tinha quatro altares, “separados da capela-mor por um arco de pedra”,¹⁸⁰ num dos quais estava erecta a Irmandade de S. Sebastião, com a imagem do mártir padroeiro, “que aqui se festeja a 20 de Janeiro de cada ano, procedendo à solenidade concorridas novenas, com o senhor exposto e prática”.¹⁸¹

Em 1881, no dia dos festejos, em honra do “herói do cristianismo, e inclito advogado contra os flagelos da peste, fome e guerra, de tarde, saiu a procissão que era formada pelas irmandades e confrarias da paróquia e por uma numerosa colegiada de clérigos, indo a imagem do santo num vistoso andor. O préstito era fechado por uma banda de música e por uma força do Destacamento de Infantaria 18, sob o comando de um capitão. Era numerosíssima a concorrência dos fiéis que acompanhavam a procissão e grande parte dos habitantes desta cidade absteve-se como de costume de trabalhar por devoção para com o milagroso santo”.¹⁸²

Apesar da fidelidade a S. Sebastião, a igreja foi demolida em 1892, de modo a permitir a melhoria das vias de comunicação entre o Largo do Toural e o cais do caminho de ferro, inaugurado em 1884. Com outros propósitos, iniciativa semelhante havia sido proposta em 1835, quando alguns paroquianos “com o intuito de demolir a sua igreja para dar mais amplo espaço ao campo de S. Francisco, obtiveram uma portaria do governo que lhes concedia a igreja de S. Francisco para matriz da mesma freguesia, podendo a Ordem Terceira continuar ali com as suas

¹⁷⁸ António José Ferreira CALDAS, *op. cit.*, 1996, p. 330.

¹⁷⁹ Idem.

¹⁸⁰ Idem.

¹⁸¹ Idem.

¹⁸² «Procissão de S. Sebastião», *Religião e Pátria*, 22 de Janeiro de 1881.

festividades e actos de culto público”.¹⁸³ No entanto, as irmandades erectas em S. Sebastião opuseram-se e conseguiram inviabilizar as intenções com uma outra portaria que “anulava e caçava a primeira”.¹⁸⁴

A demolição da igreja de S. Sebastião obrigou à transferência da paróquia para a igreja e convento de Santa Rosa Lima.

1.3.1.2. Igreja e o Convento de S. Francisco

Imponente pela intensa actividade assistencial que ao longo dos séculos desenvolveu, a presença da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco afirma-se pela edificação mais vistosa no território construído. O magnífico conjunto monumental acompanha a diferença de cotas provocada pelo acentuado declive que separa a zona onde corre a ribeira de Couros e a área anexa à desaparecida zona muralhada. A fundação da instituição remonta ao século XIII e o templo de raiz gótica sofreu uma profunda remodelação no século XVIII.¹⁸⁵

Após a extinção das ordens religiosas, o convento ficou devoluto. E “várias vezes serviu de quartel a diversas forças militares, e de tribunal a esta comarca, foi mais tarde entregue ao Ministério da Guerra, que o converteu em hospital militar”.¹⁸⁶ Em 1875, a Ordem Terceira assumiu “a troco de dois contos de reis a obrigação de nele estabelecer duas escolas de instrução primária para ambos os sexos, onde se eduquem gratuitamente os filhos dos irmãos pobres”.¹⁸⁷ Iguualmente, em 1886, o Ministro João António de Almeida propôs a criação de duas oficinas de ensino profissional, uma de tipografia e outra de encadernação; no ano seguinte apareceu a de sapataria.¹⁸⁸ Estas oficinas foram extintas alguns anos depois, na sequência de um conflito entre a Irmandade de Santo António, erecta na igreja da Ordem, e a própria instituição, justamente devido “à criação do ensino profissional cuja organização era então muito discutida desfavoravelmente para a boa administração daquela casa”.¹⁸⁹

Embora os objectivos desta investigação não estejam orientados para o estudo aprofundado das representações religiosas e sociais da população de S. Sebastião, importa salientar que a comunidade associada aos trabalhos do couro contribuiu grandemente para o esplendor e riqueza

¹⁸³ António José Ferreira CALDAS, *op. cit.*, 1996, p. 331.

¹⁸⁴ *Idem*, p. 331.

¹⁸⁵ Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, *Convento de S. Francisco – Guimarães*, edição da Mesa Administrativa da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, Guimarães, 2000.

¹⁸⁶ António José Ferreira CALDAS, *op. cit.*, 1996, p. 320.

¹⁸⁷ *Idem*, p. 321.

¹⁸⁸ Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, *A extinção das oficinas de ensino profissional da Ordem Terceira de S. Francisco de Guimarães*, Tipografia Operária, Coimbra, 1891.

¹⁸⁹ *Idem*, p. 2.

que a instituição ostenta. Não existe qualquer pesquisa sobre a correlação entre os cargos desempenhados pelos irmãos, a condição social, as categorias sócio-profissionais ou áreas de residência. Todavia, as informações recolhidas permitem sustentar essa forte dependência. Anteriormente, já frisámos a singular trajectória de Cristóvão José Fernandes da Silva (1812 -1883) - que em 1830 juntamente com o seu pai obteve privilégio para a criação de uma manufactura de curtumes -, “capitalista” e um dos quarenta maiores contribuintes do concelho, que exerceu o cargo de Ministro na Venerável Ordem de S. Francisco, a quem se deve o patrocínio concedido a importantes trabalhos de restauração da igreja, hospital e da capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição.¹⁹⁰ Em 1878, quando foi agraciado com a Comenda da Ordem de Nossa Senhora da Conceição, um jornal da cidade trazia à estampa a notícia, caracterizando Cristóvão José Fernandes da Silva como um “negociante de grosso trato, abastado capitalista e grande proprietário”.¹⁹¹ Por alguma razão era conhecido pela alcunha d’ O Cidade.

Como teremos oportunidade de verificar mais adiante, também os Ministros António Mendes Ribeiro e João António de Almeida possuíam grandes interesses nos negócios do couro, a par de outras influências económico-sociais.

1.3.1.3. Igreja e Convento de Santa Rosa de Lima

As origens da instituição remontam a 1630. Por iniciativa de Frei Sebastião, Prior do Convento de S. Domingos de Viana do Castelo, e de algumas “pessoas piedosas”¹⁹² procedeu-se à fundação de um recolhimento, onde pudessem viver honesta e clausuradamente algumas donzelas”.¹⁹³

Com o dinheiro de esmolas foram adquiridas “pequenas casas, e algumas terras”, então situadas na Rua Travessa, depois Rua de Santa Rosa Lima e, actualmente, Rua de Camões. Estes bens foram alargados em 1680. As senhoras que ali viviam em recolhimento obtiveram a cedência

¹⁹⁰ A licença para a construção do Hospital foi emitida em 1814. No ano seguinte, as enfermarias começaram a receber doentes. Mas, “como a casa era demasiadamente acanhada e pouco própria para tal fim, crescendo os recursos desta corporação e com eles o vivo desejo de a dotar dum hospital em tudo digno, depois de reiterados esforços é lançada a primeira pedra a tão humanitário estabelecimento a 23 de Setembro de 1853. Esta obra correu lentamente e por mais que uma vez foi suspensa, até que veio dar-lhe rápido andamento, quase a expensas suas, o comendador Cristóvão José Fernandes da Silva, que teve a glória de colocar-lhe a última pedra a 25 de Maio de 1877”. Cf. António José Ferreira CALDAS, *op. cit.*, 1996, p. 392.

¹⁹¹ «O Cidade», *Religião e Pátria*, 30 de Novembro de 1878.

¹⁹² António José Ferreira CALDAS, *op. cit.*, 1996, p. 333.

¹⁹³ Idem.

das casas do Hospital ou Albergue de S. Roque, com a sua capela e hortas, cuja administração pertencia à Confraria da Senhora da Graça. Constituída a comunidade religiosa, iniciaram-se as obras de construção do convento. No início do século XVIII, em 1725, “sendo priora a madre Catarina das Chagas, levantaram-se os muros da cerca que custaram 644\$ 000 réis e mandou-se tirar a planta do mosteiro”,¹⁹⁴ sob orientação de Frei Pedro da Conceição, mestre arquitecto, carmelita descalço.

Na descrição legada sobre a actividade do Convento, o Padre António Caldas indica a existência de apenas três freiras professas, em contraste com o número de religiosas que recolheu antes da extinção das ordens monásticas. Mesmo assim, não deixava de ser “muito conhecido pelo excelente doce de fruta, e mimosos trabalhos em linha, que ali se manufacturavam e exportavam para fora do reino, principalmente para Inglaterra e Brasil, onde eram muito apreciados”.¹⁹⁵

A demolição da igreja de S. Sebastião fez com que a sede da paróquia fosse transferida para este templo, situação que ainda hoje perdura.

1.3.1.4. Igreja de S. Dâmaso

Muitos dos vimaranenses ainda se lembram dos trabalhos de trasladação da igreja de S. Dâmaso para as imediações do Campo de S. Mamede, próximo do Castelo, em Azurém. A mudança iniciou-se em 1960, no âmbito de uma série de demolições que transformaram por completo uma das zonas mais povoadas de S. Sebastião e que proporcionaram a edificação de um jardim entre o Largo do Toural e o Campo da Feira.

A construção do templo terá começado no século XVII, anos depois de Lucas Rebelo, Abade de Santa Comba de Regilde, ter legado em testamento, datado de 1609, “por herdeira universal de todos os seus bens a Irmandade das Chagas e Cordão de S. Francisco, com obrigação de edificar uma capela para o serviço da mesma irmandade, e junto dela um hospital, para o tratamento de eclesiásticos pobres e seculares igualmente pobres de Santa Comba”.¹⁹⁶ O hospital terá começado a receber doentes em 1679, “não estando ainda concluídas as obras da casa nem da igreja”.¹⁹⁷ Até à transferência verificada no século XX, a localização do templo serviu de identificação ao lugar de S. Dâmaso.

¹⁹⁴ Idem, p. 334.

¹⁹⁵ Idem, p. 336.

¹⁹⁶ Ibidem.

¹⁹⁷ Idem, p. 390.

1.3.1.5. Igreja de Nossa Senhora da Consolação e Santos Passos

Erigida no antigo Campo da Feira, a origem primitiva da imponente igreja da Consolação e Santos Passos terá sido uma humilde capela. O templo terá sido construído na segunda metade do século XVIII. Em 1862, por iniciativa da Mesa da Irmandade ali erecta e mercê das esmolas dos habitantes de Guimarães sofreu um arranjo arquitectónico com a colocação de duas grandes torres, onde foi instalado um carrilhão de sinos, oferecidos pelos homens da numerosa indústria da curtimenta. “É esta igreja uma das mais belas e completas da cidade”,¹⁹⁸ confessa o Padre Caldas, ao destacar a preciosidade da indumentária utilizada nas cerimónias litúrgicas e as obras de arte oferecidas por alguns vimaranenses que conquistaram a fortuna noutras paragens do País e do Mundo.

1.3.1.6. Basílica de S. Pedro

Com a escadaria frontal voltada para o Largo do Toural, o templo conheceu diversas vicissitudes até ser aprovado o seu projecto definitivo. Projecto que nunca chegou a ser concretizado na íntegra. Desde a sua fundação em 1697, a Irmandade de S. Pedro terá permanecido erecta na capela de invocação do seu padroeiro, nos claustros de Nossa Senhora da Oliveira, paróquia contígua a S. Sebastião. Aqui, terá transitado provisoriamente para uma outra capela na Ordem de S. Francisco. Porém, “ansiando sempre a irmandade a posse duma capela exclusivamente sua, pediu licença à câmara para edificar sobre o socalco da rua de Couros, hoje Largo do Trovador, junto às oliveiras de S. Sebastião, mas não podendo realizar tal projecto, resolveu finalmente, em 1737, dar princípio às obras no Largo do Toural”.¹⁹⁹

Por falta de plano primitivo, as obras demoraram mais de um século a ficar concluídas. Apesar de incompleto, o templo foi elevado à categoria de basílica, por indulto da Santa Sé, assinado pelo Papa Benedito XIV, em 1751.

1.3.2. O Ambiente Citadino

Nas ruas, praças, becos e vielas que ainda hoje caracterizam singularmente a paróquia de S. Sebastião identificámos realidades distintas. Por um lado, na zona baixa, junto ao ribeiro, perduram os vestígios das fábricas de curtumes, com a sua configuração muito peculiar,

¹⁹⁸ Idem, p. 350.

¹⁹⁹ Idem, p. 348.

e das habitações construídas ao redor ou sobre esse tipo de estabelecimentos.

Um dos jornalistas que fez a cobertura noticiosa da Exposição Industrial de Guimarães em 1884, observou que a indústria ocupava, na cidade, “uma faixa bastante extensa, orlando a cidade pelo sul, e dentro de barreiras. São considerados os curtumes, pelos decretos de 1863 e 1864, estabelecimentos insalubres. Todavia, tem-se notado, como fenómeno, que essa parte da cidade, não obstante os curtumes ocuparem a linha de junção das águas confluentes do rio de Couros, apesar dos detritos que se depositam no meio do rio, de pequena corrente e de pequeno volume, é das mais salubres. Sobre a maior aglomeração de fábricas está construído o hospital da Ordem de S. Francisco: o movimento clínico acusa idênticas condições de salubridade. Atribui-se ao emprego da cal e ao tanino da casca, que se usa na curtimenta”.²⁰⁰ E anotou ainda que a actividade da transformação das peles era exercida “na cidade, na parte ou bairro ao sul, nas margens do Rio de Couros conhecido pela denominação genérica de Rua de Couros, mas compreendendo diversas pequenas ruas, pequenos largos e becos, e contendo em área estreita uma grande aglomeração de casas, lagares, lagaretas, barracas, tinas, secadouros”.²⁰¹

Um levantamento aerofotogramétrico, datado do início do século XX²⁰², permite reparar (em torno das principais artérias da freguesia de S. Sebastião, aqui representada apenas pela área vulgarmente designada de Zona de Couros), a presença dos pelames, onde eram mergulhadas as peles durante o processo de curtimenta. Ao lado destas estruturas, surgem habitações, algumas das quais bastante requintadas, em contraste com os casebres destinados ao operariado e de terrenos agrícolas, nos finais do século XIX e ao longo do século XX, aproveitados para a construção de grandes edifícios que acolheram os teares que deram corpo à têxtil algodoeira.

Por outro lado, na área adjacente às antigas muralhas que envolviam a cidade, existiam espaços mais abertos e planos, ladeados por imóveis onde o rés-do-chão servia para o estabelecimento de empreendimentos comerciais. Aqui, os locais de domínio público não eram regateados para a secagem das cascas de carvalho, nem invadidos pelos escorros das peles. Constituíam uma zona favorável às transações comerciais.

²⁰⁰ «Artigos publicados no Jornal do Commercio», in Alberto SAMPAIO e Joaquim José de MEIRA, *op. cit.*, 1991, p. 220.

²⁰¹ *Idem*, p. 218.

²⁰² Cf. Apêndice Documental, documento nºII.

1.3.2.1. Centro de transações comerciais

Segundo o *Regimento do Código de Posturas* apresentado à vereação municipal, em 1867, “a feira semanal costumará a ser aos sábados.”²⁰³ É proibido vender fora das praças ou mercados, os géneros e objectos para que elas são destinadas bem como fora do arruamento que pela Câmara for designado, sob pena de 1800 réis de multa, exceptuando as pessoas que venderem apregoando e de passagem pelas ruas”.²⁰⁴

Com base nesta informação, podemos definir os locais onde a administração concelhia permitia a realização de transações comerciais em plena via pública.

Já mencionámos que, ao longo do século XIX, a paróquia de S. Sebastião conheceu profundas mudanças, em consequência da forte vontade de remodelação urbana e do desejo de transformar a velha vila numa cidade moderna. Nesse sentido, realizou-se um levantamento topográfico da zona urbana (entre 1863 e 1867) e foi criada uma comissão (em 1869) para estudar os seus melhoramentos “composta pelas personalidades civis mais importantes, engenhosa forma encontrada pela edilidade para lhe dar mais força para levar avante a maior parte das medidas propostas pelo engenheiro portuense Manuel Almeida Ribeiro”.²⁰⁵

O aglomerado urbano era um importante local de cruzamento de vias de comunicação: Guimarães era o principal entreposto comercial entre a cidade do Porto e outras zonas do litoral, como a Póvoa do Varzim, e o interior norte do país, estimulando o comércio com a província de Trás-os-Montes. O fecundo desenvolvimento industrial animava o crescimento do comércio e dos negócios, tanto de produtos agrícolas, como de artesanais e industriais, existindo uma praça bancária bastante conceituada no país.

Em 1884, chegou à cidade a linha ferroviária, por altura da inauguração da Exposição Industrial de Guimarães, então realizada, sob o impulso da Sociedade Martins Sarmento, instituição responsável pela criação de duas aulas nocturnas (de francês e de desenho) para a instrução de operários.

²⁰³ Ocupando o Terreiro de S. Francisco, depois denominado de Praça D. Afonso Henriques, nas imediações da zona muralhada de Guimarães, na zona alta da paróquia de S. Sebastião.

²⁰⁴ «Código de posturas», *Actas da vereação da Câmara Municipal de Guimarães*, Lv. 17 (1867-06-19/1868-09-18), AMAP, M-1852, p. 235.

²⁰⁵ Eduardo Pires de OLIVEIRA e Maria José MEIRELES, “Caem as paredes, abrem-se as portas, rasgam-se as estradas”, in *Catálogo da Exposição 1000 anos a construir Portugal*, Museu de Alberto Sampaio e Câmara Municipal de Guimarães, Guimarães, 2000, p. 64.

QUADRO Nº 14
ARRUMAMENTOS DESTINADOS ÀS TRANSAÇÕES COMERCIAIS (1867)

RUAS	GÉNEROS DE VENDA PERMITIDA
Praça do Toural*	Destinada ao mercado diário, a feira semanal do linho em fibra, pano de linho, estopa, varados, cerguilha, aves e pipos e as escadas do passeio para o mercado diário do leite
Terreiro de S. Francisco*	Destinado para a venda de cereais, desde o adro de S. Sebastião até à fonte dos Passarinhos
Carvalhas de S. Francisco*	Destinado à venda de louça, seja qual for a sua qualidade
Terreiro do Olival* e Rua de Vila Pouca*	Destinada para a venda de porcos
Campo da Feira*	Destinada para a venda de madeira, feira de gado cavalariço, muar e suíno
Terreiro do Cano	Feira de gado vacum
Terreiro do Carmo	Feira de venda de telha, tijolos e cal
Praça da Oliveira	Feira de venda da lenha em carros e cargas
Praça de S. Tiago	Feira de venda do carvão de pedra, choça, carqueja e urze
Praça de S. Bento	Mercado do cebolinho, sementes, flores e plantas
Largo das Lagens*	Feira de venda de hortaliças, legumes, cestos, tamancos e qualquer calçado
Largo de S. Sebastião*	Ao lado da Caldeiroa para venda de lenha em molhas, e colmo; e do lado das Lagens para ervão e pondão
Alpendrada da Alfândega*	Dentro: venda da sardinha (do lado de nascente), e pão cozido de milho e mistura (do lado do poente); fora: trigo (junto ao adro de S. Sebastião), doce e fruta das regateiras
Alfândega*	Destinado para a venda de peixe

*Espaços públicos situados na paróquia de S. Sebastião

No certame industrial foi apresentado o quadro das indústrias então existentes no concelho de Guimarães. Por um lado, os organizadores pretendiam realçar a importância da indústria no conjunto das actividades económicas, por outro, alertar o poder central para a necessidade urgente de conceder a “indispensável protecção a que têm direito”.²⁰⁶

Como salientava Alberto Sampaio na folha de apresentação da referida exposição, “tendo a mecânica moderna, auxiliada por enormes capitais, revolucionando a indústria fabril em todos os países civilizados do mundo, a nossa tem continuado a viver aqui humildemente com os seus velhos instrumentos de produção, procurando somente na habilidade manual a perfeição e a barateza que aliás lhe devia ser dada economicamente por máquinas e ferramentas aperfeiçoadas”.²⁰⁷ Era um problema de mentalidades. Aliado ao conservadorismo presente na organização produtiva, prevalecia o analfabetismo da maioria da população, o que tornava incipiente qualquer tentativa para o aparecimento de uma verdadeira classe operária. Em Guimarães, à semelhança do que acontecia na maior parte do país, era reduzido o acesso dos trabalhadores ao poder político. O exercício da cidadania ficava assim à mercê de um núcleo restrito de dirigentes sociais, aos quais os trabalhadores vergavam a sua vontade para garantirem a sobrevivência.

²⁰⁶ Alberto SAMPAIO e Joaquim José de MEIRA, *op. cit.*, 1991, p. 11.

²⁰⁷ Cf. *A Indústria Vimaranesa*, Folha Única, Publicação da Imprensa Vimaranesa Comemorando a abertura da primeira exposição industrial de Guimarães, 1884, ed. fac-simile Sociedade Martins Sarmento, p. 1.

Capítulo IV – Caracterização sócio-profissional



Fonte: Col. Muralha – MAS

“Entre nós é enorme a percentagem de analfabetos; em geral o operário curtidor ou surrador é mais solícito em mandar os filhos para a oficina do que para a escola; e assim é que nós vemos muitas vezes crianças de 8, 9 e 10 anos empregadas no árduo trabalho da nossa profissão, quando ainda deviam sobraçar os livros das primeiras letras. É claro que os pais justificam o seu procedimento com a necessidade de conseguir salários para a sustentação de suas famílias pobres”.

A cidade é um espaço de vivências múltiplas, aberta ao cruzamento de pessoas, de vias de comunicação, de produtos e de ideias num movimento constante, ao qual não são alheios os seus habitantes. Tanto hoje como no passado, a distribuição espacial dos diferentes elementos que caracterizam e distinguem uma urbe não obedece a critérios homogêneos, sendo criadas áreas de concentração populacional, de práticas industriais e de serviços em função dos recursos naturais, das movimentações económicas, de sentimentos de pertença e de identidade.

No que diz respeito à paróquia de S. Sebastião, o amanho das peles insurge-se como sendo a componente distintiva das demais zonas da cidade, uma característica profundamente enraizada que deu origem à criação do “burgo de Couros”. Todavia, como tivemos oportunidade de verificar, outros espaços revelavam uma ocupação funcional dominante, muito ligados ao comércio e à permanente circulação de pessoas.

Com vista a identificar os agentes económicos envolvidos na indústria de curtumes (quem eram, onde e como viviam) procurámos uma fonte que nos oferecesse listagens anuais de todos os indivíduos da paróquia, capaz de fornecer uma radiografia social da comunidade, para assim conseguirmos identificar os curtidores e surradores e as outras actividades relacionadas com o trabalho e o negócio das peles.

À falta destes indicadores, com base nas informações recolhidas nos *Recenseamentos Eleitorais*, onde aparece mencionado o nome e a profissão do indivíduo do sexo masculino com direito a voto, ensaiámos a utilização das informações contidas nesta documentação para determinar o seu local de residência e caracterizar o seu posicionamento social, em função do cruzamento efectuado com outras fontes onde aparece mencionado o nome.²⁰⁸ Aliás, esta documentação além de possibilitar a apreensão das actividades económicas em que estavam envolvidas as diferentes classes profissionais, proporciona também alguns dados sobre os rendimentos colectáveis no tecido urbano. Não tivemos em consideração as habilitações literárias dos eleitores, apesar de alguns documentos indicarem com precisão se os respectivos indivíduos sabiam ou não ler e

²⁰⁸ Até à Lei Eleitoral de 28 de Março de 1895, houve um alargamento progressivo do direito de voto dos portugueses. Apesar de nunca ter sido consignado o sufrágio universal masculino, a partir da Lei de 18 de Março de 1878, houve a inclusão no corpo eleitoral de não contribuintes sem as habilitações literárias previstas nas leis eleitorais anteriores. Esta situação resulta do artigo da referida lei que consagrava o direito de participação eleitoral aos chefes de família e aos que soubessem ler e escrever, independentemente de terem atingido o censo (100\$000 réis). Por força da lei, estavam também impedidos de participar nos actos eleitorais as mulheres e, entre 1852 e 1878, os empregados públicos amovíveis que não dispusessem de outro qualquer tipo de rendimento adicional. Cf. Maria Antonieta CRUZ, *op. cit.*, 1999, pp. 51-52.

escrever. Porém, dada a identificação de lacunas na informação, optámos por não aprofundar o estudo desta variável.

1.1. Distribuição dos eleitores por sectores de actividade

Infelizmente, os dados que dispomos não permitem fazer uma observação exaustiva e sistemática das profissões, ou melhor, das ocupações de todos os indivíduos de S. Sebastião. No entanto, tendo sempre em conta as condicionantes inerentes ao método de elaboração dos *Recenseamentos Eleitorais*, procurámos caracterizar os membros dos diversos grupos profissionais residentes nesta paróquia.

QUADRO Nº 15
DISTRIBUIÇÃO DO CORPO ELEITORAL POR SECTORES DE ACTIVIDADE

Actividades por Sectores	1857	1865	1878	1884	1895
1. – PRIMÁRIO	13	4	1	7	12
1.1. – Lavradores	5	1	1	2	4
1.2. – Outros	8	3	0	5	8
2. – SECUNDÁRIO	37	49	115	143	174
2.1. – Madeiras	0	2	3	2	3
2.2. - Construção civil	0	1	4	9	12
2.3. – Têxteis	3	4	12	15	17
2.4. – Calçado	1	3	8	10	15
2.5. – Metalurgia	5	7	12	13	23
2.6. – Ourivesaria	2	0	0	1	2
2.7. – Panificação	3	3	2	1	4
2.8. – Curtumes	11	29	74	90	94
2.9. – Outros	12	0	0	2	4
3. – TERCEÁRIO	43	56	52	48	69
3.1. – Comércio	24	22	22	19	21
3.2. – Transportes	0	0	1	2	5
3.3. - Saúde e Higiene	4	11	7	9	10
3.4. – Artes	1	2	1	4	10
3.5. – Ensino	2	0	1	0	1
3.6. – Serviços	7	16	14	8	13
3.7. – Outros	5	5	6	6	9
4. – INDETERMINADO	68	74	95	84	84
4.1. – Proprietários	43	48	48	31	27
4.2. – Negociantes	25	23	36	43	46
4.3. – Capitalistas	0	0	3	2	1
4.4. – Fabricantes	0	3	8	8	10
5. – CLERO	8	18	2	3	16
5.1. – Sacerdotes	5	15	0	0	13
5.2. – Outros	3	3	2	3	3
6. - SEM REFERÊNCIA	15	4	21	16	14
TOTAL	184	205	286	303	336

Fonte: Recenseamentos Eleitorais de 1857, 1865, 1878, 1884, 1895

É discutível o tipo de classificação apresentado para agrupar as diferentes ocupações funcionais.²⁰⁹ Para simplificar a análise, optámos por recorrer à clássica distribuição das actividades pelos sectores primário, secundário e terciário. Em virtude das dificuldades em integrar algumas ocupações nestes sectores, agrupámos os proprietários, os negociantes, os capitalistas e os fabricantes à parte dos sectores tradicionais, assim como os membros do clero, aos quais foi concedida uma arrumação diferente.

No primeiro caso, a escolha resulta da impossibilidade de identificar a que sectores de actividade se dedicam os protagonistas, pois, no caso dos proprietários, negociantes e capitalistas, a origem dos seus rendimentos tanto provinha directa ou indirectamente da agricultura, da indústria ou do comércio. Quanto à caracterização dos fabricantes, à primeira vista, poderá parecer facilitada sugerindo uma inclusão no seio das restantes actividades transformadoras. Porém, decidimos não efectuar essa integração. Não temos dúvidas sobre a ligação destes indivíduos a sectores como a transformação das peles, mas impõe-se a interrogação: em que condições exerceriam essa actividade? Seriam apenas intermediários nos diferentes processos de produção ou agentes detentores dos direitos de utilização dos equipamentos que permitiam preparar as matérias-primas antes de estas poderem ser distribuídas pelo domicílio ou pelas oficinas daqueles que trabalhavam à peça?

Ainda que os recenseamentos permitam uma visão redutora das actividades económicas a que estavam ligados os habitantes desta paróquia – apenas temos conhecimento da ocupação indicada pelos eleitores (esta aproximação relativa à paisagem sócio-profissional permite-nos penetrar na bruma que encobre essa realidade).

Sem dúvida, a análise dos indicadores comprova a importância que o sector secundário assumia neste aglomerado populacional citadino, sendo declarada uma multiplicidade de ofícios, integrados nas actividades que exigem a transformação manual e industrial.

Numa apreciação mais detalhada, evidencia-se a superioridade dos curtumes. Essa importância aparece sublinhada à medida que a legislação eleitoral se torna mais aberta à participação dos indivíduos, no caso, tendo como directos representantes os curtidores e surradores.

²⁰⁹ Paula Guilhermina de Carvalho FERNANDES, «A classificação sócio-profissional: uma questão em aberto», *Revista População e Sociedade*, CEPFAM, n.º 1, Porto, 1995, pp. 177-208.

QUADRO Nº 16
CURTIDORES E SURRADORES (TOTALS)

	1857	1865	1878	1884	1895
Curtidores	3	8	34	39	37
Surradores	8	21	40	50	57
TOTAL	11	29	74	89	94

Igualmente, os dados inscritos nos cadernos de recenseamento mostram a vitalidade comercial da cidade de Guimarães, com a expressão numérica do corpo eleitoral ligado ao sector terciário a acompanhar a tendência de crescente representatividade verificada ao nível das actividades transformadoras. Também em evidência no panorama sócio-profissional surgem as figuras do negociante e do proprietário, com uma capacidade de participação eleitoral tão alargada como as restantes categorias.

1.1.1. Lugares de residência

Atendendo ao objecto de estudo, apenas iremos apresentar a distribuição espacial da residência dos eleitores com maior representativa sócio-profissional. Assim, apresentámos os proprietários, os negociantes, os curtidores, os surradores e ainda os fabricantes, neste caso, de modo a podermos perspectivar qual o âmbito das suas movimentações profissionais. Traçámos a distribuição espacial dos domicílios declarados, no sentido de apurarmos se existe ou não uma tendência para a concentração profissional, em função da actividade exercida.

As categorias sócio-profissionais aparecem representadas simbolicamente para simplificar a observação:

I – Curtidores; II – Fabricantes; III – Negociantes; IV - Proprietários; V – Surradores.

QUADRO Nº 17
DISTRIBUIÇÃO POR LOCAL DE RESIDÊNCIA

LOCAL	ANOS																								
	1857					1865					1878					1884					1895				
	I	II	III	IV	V	I	II	III	IV	V	I	II	III	IV	V	I	II	III	IV	V	I	II	III	IV	V
R. de Couros	1		1	10	2	3	1	1	9	8	5	1		4	4	3			3	4	1	1		4	
Rua de São Francisco	2			1	2	2			1	4	10		1	2	8	2	1	2	2	1				1	
São Dâmaso			2	3		1		2	5			1	1			3	1					6	1	1	
Terreiro de São Francisco			9	2				5	2																
Toural			11	3				9	6			7	5			11	1					11			
Molianas				1																					
Caldeira			2	5				2	4	1	4	1	2	4	4	6	1	2	7	6	1	1	1	6	
Cancela				1					1	1			3				1								
Guardal				1		1	1	1																	
Oliveiras				5				8	1		3						1							2	
Quintal				1									1					1							
Torre Velha				1																					
Travessa				5				4																	
Travessa do Quintal				1																					
São Sebastião				1	1			2	3	1	3	7	1	1	8	2	1			7	2	1			
Trás dos Oleiros				1			1	2																	
Vila Pouca				1				1				1	3				4							1	
Além Rio					1	1		1	3																
Rua das Pretas					3				2																
Ponte							1																		
Vila Verde							1			5	2	1	2	5	4	1	1		10	8	1			8	
Viscaias							1																		
Rua da Ramada								1	4	1	1	3	7	6	1			12	3	1	1	1	15		
Relho									1																
Lg. do Pelourinho										3	3	3	7												
Rua de Santa Rosa Lima										1			2	1	1	3			1		2				
Rua dos Terceiros										1	1	3	1	1	1	6	2							11	
Rua da Alegria										1		5	1		2	2					3				
Vila Flor										6	3	1	7	2	1		3	1						1	
Alvim													1				1								
Largo do Cidade														2	1			2	1	1		1		4	

LOCAL	ANOS																								
	1857					1865					1878					1884					1895				
	I	II	III	IV	V	I	II	III	IV	V	I	II	III	IV	V	I	II	III	IV	V	I	II	III	IV	V
Largo do Trovador																6	1	3	4		7	4	2	1	2
Pr. D. Afonso Henriques																					1		11	1	
Rua de Camões																1		5	8				4	14	
Campo																									1
Rua das Hortas																		2							
Indeterminado				2								1	10	4											
TOTAIS	3	25	45	8	8	3	23	48	21	34	8	36	48	40	39	8	43	31	50	37	10	46	27	58	

Fonte: Recenseamentos Eleitorais²¹⁰



Fonte: Col. Muralha – MAS

²¹⁰ Registámos sistematicamente todos os locais de residência mencionados nas fontes. Por isso, alguns locais são coincidentes devido às alterações toponímicas introduzidas. Por exemplo, Terreiro de S. Francisco passou a ser Praça de D. Afonso Henriques e Largo do Pelourinho assumiu a designação de Largo do Trovador.

Verifica-se uma tendência para a concentração, ao compararmos os diferentes locais de residência das categorias sócio-profissionais com maior representatividade nos cadernos eleitorais de S. Sebastião. Logo no início da observação, em 1857, nota-se a afirmação dos proprietários e dos negociantes: os primeiros com grande dispersão pelo território, embora possa ser apontado o seu predomínio na Rua de Couros (zona tradicionalmente ligada ao tratamento das peles, onde proliferavam pequenas oficinas, o que leva a crer que havia indivíduos com a condição social de proprietários a partilhar o espaço onde laboravam os curtidores e surradores, sendo ainda possível suspeitar do seu relacionamento com as actividades da curtimenta, já que a designação de proprietário também poderá querer dizer detentor de empreendimentos industriais ou de espaços propícios à prática produtiva); os segundos mostram a sua prevalência no Largo do Toural e no Terreiro de S. Francisco, locais abertos para a circulação de pessoas e produtos, abrangendo a área onde se realizava a feira semanal.

Manifestamente com fraca representatividade, antes das mudanças legislativas introduzidas em 1878, os curtidores e surradores gravitavam na zona ribeirinha, nos mesmos locais onde até meados do século XX se fazia sentir a sua relevância: Rua de Couros, Rua de S. Francisco, Rua das Pretas e Além Rio (mais tarde Largo do Cidade, em homenagem ao industrial Cristóvão José Fernandes da Silva, um dos 40 maiores contribuintes do Concelho, que nas redondezas instalou duas fábricas de curtumes).

Na verdade, a amplitude das mudanças inseridas na legislação eleitoral aumentou a participação dos indivíduos que exerciam ofícios específicos. Assiste-se a um progressivo crescimento da representatividade dos surradores e dos curtidores face à supremacia tradicional dos proprietários e dos negociantes. Desta forma, constata-se uma transformação social, o que ajuda a reforçar a ideia de que a paróquia conhece uma notável afirmação da condição dos curtidores e surradores cujas actividades, ao longo dos séculos, tinham sido menosprezadas.²¹¹ A este fenómeno não serão alheios os efeitos da tentativa de industrialização, através do redimensionamento do sector produtivo, embora não tenham sido eliminadas totalmente as suas feições arcaicas.

Com maior incidência nas Rua de Couros, Rua de S. Francisco, Vila Verde, Caldeiroa, S. Sebastião e Rua da Ramada, os principais protagonistas do demorado processo da curtimenta estabeleceram as suas residências e, apesar das contrariedades que rodeavam o seu espaço de acção (a proximidade com o curso de água e a zona dos pelames e todo o

²¹¹ No capítulo anterior, apresentámos alguns dos condicionamentos corporativos que impediam o reconhecimento desta actividade.

ambiente de relativa insalubridade decorrente dos processos de aplicação da curtimenta ainda que de uma maneira incipiente) conseguiram afirmar o seu grupo sócio-profissional no exercício da cidadania. Consequentemente, até que ponto essa afirmação virá a ter influência significativa na tomada de decisões referentes a temas e problemas que lhes interessavam mais de perto?

1.1.2. A participação na vida pública

Em obediência à legislação vigente, entre os indivíduos inscritos nos cadernos eleitorais, apenas uma parcela estava em condições de ser elegível, ou seja, ser eleito para determinados cargos públicos, o que originava diferenças no interior da população masculina com competência para exercer o direito de votar.²¹²

No entanto, existiam também os excluídos,²¹³ aqueles que não faziam parte do corpo eleitoral. Apesar de não ser fácil quantificar com exactidão qual seria a proporção da população incluída no recenseamento eleitoral, pode-se fazer uma aproximação conjugando a informação censitária disponível para o século XIX, com o número de indivíduos que integram as listagens eleitorais. É apenas um indicador referencial, já que não possuímos dados seguros acerca da população activa presente na paróquia.

²¹² Havia entre os eleitores, aqueles que eram considerados elegíveis para os cargos públicos, os que tivessem 400\$000 réis de renda líquida anual, os que tivessem colectado na último lançamento imediatamente anterior ao recenseamento alguma das seguintes verbas: 40\$000 réis de décima e impostos anexos a foros, juros ou pensões ou de quaisquer proventos de Câmaras Municipais, Misericórdia, ou Hospitais; 20\$000 de décima e impostos anexos a de prédios rústicos e urbanos arrendados; em 4 mil réis dos quatro por cento sobre a renda das casas; eram inelegíveis, os estrangeiros naturalizados, os que não fossem habilitados com os graus e títulos literários e muitos outros detentores de cargos públicos dependentes da administração central. Com todas estas condicionantes, os chefes de família – homens casados – compunham a maioria dos eleitores, desde a década de 1850 até ao final do período analisado. Cf. Ana Sílvia Volpi SCOTT, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*, Col. Monografias n.º 6, NEPS-Universidade do Minho, Guimarães, 1999, pp. 280-283.

²¹³ Além daqueles que não tivessem a renda líquida anual de 400 mil réis, ou que não possuíssem graus e títulos literários, tinham a condição de inelegível os governadores civis, os administradores nos concelhos, os juizes de primeira e segunda instância, os delegados do procurador régio nas suas comarcas, os procuradores régios, os comandantes das divisões militares, os chefes de estado maior, os governadores gerais e secretários gerais do governo do ultramar. Cf. Ana Sílvia Volpi SCOTT, *op. cit.*, 1999, pp. 280-283; Miguel MONTEIRO, *Migrantes, Emigrantes e Brasileiros (1834 – 1926)*, Col. Monografias n.º 8, NEPS-Universidade do Minho, Guimarães, 2000, pp. 108-118.

QUADRO Nº 18
S. SEBASTIÃO: POPULAÇÃO TOTAL E ELEITORAL

CENSOS			RECENSEAMENTOS ELEITORAIS			
	Residentes	Homens		eleitores	elegíveis	Total
1864	2415	1020	1865	109	98	205
1878	2580	1116	1878	140	113	253
1990	2613	1137	1895	183	174	357

Através da comparação entre a população residente com a informação proveniente dos recenseamentos eleitorais, podemos concluir que, por exemplo, para o ano de 1878, dos 1116 indivíduos do sexo masculino arrolados nos censos, 22.6% tinham participação eleitoral: 12.5% eleitores e 10.1% elegíveis. No âmbito desta análise sócio-profissional, apenas tivemos em consideração a classificação atribuída ao cargo de “elegível para deputado”.

Em termos de representatividade, atendendo às pretensões inerentes à realização desta pesquisa, optámos por conhecer com maior detalhe as possibilidades de participação eleitoral existentes entre as actividades que considerámos predominantes em S. Sebastião.

I – Eleitores; II – Elegíveis; III - Total

QUADRO Nº 19
% REPRESENTATIVIDADE DOS ELEITORES E DOS ELEGÍVEIS²¹⁴

Actividades	1857			1865			1878			1884			1895		
	I	II	III												
Curtidores	2.6	0	1.6	6.4	1.0	3.9	19.3	5.5	13.0	18.1	7.4	13.7	15.3	5.2	10.3
Negociantes	22.7	17.6	20.7	5.5	17.4	11.1	5.7	23.9	13.8	0.6	34.4	14.7	0	26.4	12.9
Proprietários	20.9	29.7	24.5	14.7	28.6	22.7	5.0	30.9	16.6	4.1	18.8	10.2	1.6	13.8	7.6
Surradores	7.4	0	4.3	18.4	1.0	10.1	24.3	1.7	14.2	26.3	4.1	20.5	29.5	1.7	16.0
Fabricantes	0	0	0	0.9	2.0	1.5	0	7.0	3.3	0.6	4.1	2.0	0.6	5.2	2.8
Outras	46.4	52.7	48.9	54.1	50.0	50.7	45.7	31.0	39.1	50.3	31.2	38.9	53.0	47.7	50.4
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Recenseamentos eleitorais

De facto, basta uma interpretação superficial para comprovar a preponderância representativa entre os elegíveis dos indivíduos proprietários e negociantes, assim como o aumento da integração no corpo eleitoral das actividades directamente ligadas à transformação dos couros: os curtidores e surradores. Este crescimento não reflecte grande relevância em termos de afirmação política no seio dos órgãos municipais.

²¹⁴ Nos cálculos para a elaboração do respectivo quadro, apenas foram considerados os indivíduos que apresentavam a respectiva classificação eleitoral.

Do início ao final da observação, os proprietários e negociantes aglutinam a apetência para participar e decidir activamente na vida pública. Nem as sucessivas alterações que contemplaram a legislação eleitoral trouxeram grandes mudanças ao *status quo*. Apesar de darem a possibilidade a cerca de metade da população masculina de ser eleitor, os quantitativos referentes ao grupo dos proprietários e negociantes não sofreram grandes atropelos à sua supremacia entre os elegíveis. A este nível, continuavam a ser aqueles que possuíam mais participação no conjunto das actividades profissionais.

Em 1857, dos 184 indivíduos inscritos nos cadernos eleitorais, 24.5% pertenciam ao grupo dos proprietários, sendo 20.9% eleitores e 29.7% elegíveis. Relativamente ao número total, os negociantes representavam 20.7% dos contribuintes registados, 17.5 % ostentavam a condição de elegível e 22.7% conformavam-se com o estatuto de eleitor. Entre os curtidores e surradores não existia qualquer representante entre os elegíveis de S. Sebastião.

As repercussões decorrentes das mudanças legislativas fazem-se sentir no corpo eleitoral. Principalmente, os surradores assistem a uma projecção da sua representatividade, talvez explicável com o aumento do reconhecimento que a actividade passou a ter após a erradicação das corporações de ofícios e ainda pelo súbito incentivo que a actividade conheceu. Em 1865, essa tendência já se faz sentir com notória demarcação em relação ao que foi possível observar em 1857. Aumenta também a visibilidade dos curtidores, apesar de não assumir proporcionalmente correspondência com a afirmação dos surradores, fenómeno que regista um crescimento permanente até ao final do século XIX.

Paulatinamente, o número de surradores integrados nos cadernos eleitorais ultrapassou o dos proprietários e dos negociantes. Mas, essa hegemonia no contexto sócio-profissional da paróquia não teve assinaláveis influências no seio da participação pública, continuando a ser diminuta a percentagem dos surradores relativamente ao grupo dos negociantes e proprietários classificados entre os elegíveis. Aliás, no último quartel do século XIX, os negociantes reforçam a sua posição social perante os proprietários. Mas, até que ponto a natureza e alcance de uma actividade não se confundia muitas vezes com a outra?

1.1.2.1. A Idade

Na análise da representatividade política, torna-se interessante também analisar as classes etárias dos eleitos e dos elegíveis, de maneira a ser possível apurar as exigências requeridas para aceder à participação política.

QUADRO Nº 20
% CLASSES ETÁRIAS (ELEITORES E ELEGÍVEIS)

CLASSES ETÁRIAS	1857		1865		1878		1884		1895	
	Eleit.	Eleg.								
1 – 40	17.9	7.6	10.2	7.8	28.7	16.4	28.4	15.8	18.3	18.9
41 – 65	31.5	27.2	34.1	21.5	16.8	22.4	22.8	19.8	24.2	25.4
+ =66	5.4	3.8	3.9	5.9	1.4	5.9	5.9	5.0	7.9	5.3
S/idade	6.6		16.6		8.4		2.3		0	

Fonte: Recenseamentos Eleitorais

Com alguma naturalidade, verificámos a influência da idade na determinação da capacidade eleitoral. Mais do que um factor de integração nos cadernos de recenseamento, este indicador afirma-se como sendo um elemento diferenciador entre os vários membros do corpo eleitoral.²¹⁵

De facto, a condição de elegibilidade parece andar associada a uma determinada faixa etária. Deparámos com uma forte concentração de indivíduos na classe dos 41 aos 65 anos, o que demonstra que a obtenção de um estatuto social no seio da comunidade surgia, principalmente, através dos rendimentos acumulados ao longo de uma vida. E a disputa de cargos públicos ficava confinada a uma elite de homens experimentados, na exploração das potencialidades económicas oriundas dos contratos de arrendamento das suas propriedades, da obtenção de rendas dos seus imóveis, ou do empate de capitais decorrente do exercício ou financiamento de actividades industriais e comerciais.

Verifica-se que esse agrupamento etário continuava confinado à acção de grupos profissionais como os proprietários e negociantes. Apesar das informações contidas nos livros de recenseamento eleitoral, ao longo do período estudado, não tenham sido sempre as mesmas, elas traduzem o perfil dos indivíduos pertencentes aos diferentes quadrantes sociais.

²¹⁵ Além da prova dos rendimentos referidos, o corpo eleitoral era constituído por aqueles que tivessem entrado na maioridade legal, ou seja, ter 25 anos completos. Eram também considerados como tendo a maioridade eleitoral os que, tendo 21 anos, pertencessem a pelo menos uma das seguintes classes: serem casados, oficiais do exército ou da armada, os clérigos de ordens sacras; os que tivessem completado algum curso na Escola Politécnica de Lisboa, da Academia Politécnica do Porto, os das escolas naval do exército, medico-cirúrgicas; os que fossem doutores e bacharéis formados em qual universidade ou academia estrangeira; os que fossem membros da Real Academia das Ciências de Lisboa, professores de instrução pública, secundária e superior e, finalmente, os que tivessem completado curso de algum liceu do reino. Excluídos de serem eleitores estavam os criados de servir, os quais não se compreendiam guarda-livros, caixeiros das casas do comércio, criados da Casa Real, e os administradores de fazendas rurais e fábricas; os que estivessem interditos da administração de seus bens, os indiciados em pronúncia ratificada pelo júri ou passada em julgado; os falidos não reabilitados; os libertos. Cf. Ana Sílvia Volpi SCOTT, *op. cit.*, 1999, pp. 280-283; Miguel MONTEIRO, *op. cit.*, 2000.

1.1.2.2. Actividades mais representativas

Pela rede de influências e interesses que envolve o negócio das peles e da curtimenta, já definimos que os indivíduos proprietários, negociantes, fabricantes, curtidores e surradores são os protagonistas que elegemos para caracterizar com maior acuidade o ambiente sócio-profissional de S. Sebastião. De modo a averiguarmos o seu posicionamento social, recorreremos às informações tributárias constantes nos recenseamentos eleitorais. Na análise, agregamos a totalidade dos rendimentos colectáveis, o que não impede de evidenciar as semelhanças e divergências existentes entre os vários agrupamentos profissionais.

1.1.2.2.1. Os Proprietários

A distribuição etária dos proprietários comprova a existência de um elevado número de indivíduos nos cadernos eleitorais já com idade avançada. Uma característica que poderá indiciar a inclusão neste grupo de muitos reformados que, afastados da vida activa, se inscreveriam como eleitores, considerando apenas os rendimentos que lhes provinham dos imóveis arrendados ou de outras aplicações de capitais.

QUADRO Nº 21
CLASSES ETÁRIAS - PROPRIETÁRIOS

CLASSES ETÁRIAS	1857		1865		1878		1884		1895	
	Eleit.	Eleg.								
1 – 40	4.3	1.1	0.5	1.0	1.0	3.0	0.3	0.3	0	1.4
41 – 65	4.3	8.7	6.8	7.8	1.4	5.9	1.0	5.0	0.6	3.7
+ = 66	3.3	1.6	0.5	4.4	0	4.2	1.0	2.6	0.3	1.7

Com efeito, durante a segunda metade do século XIX, a importância social da figura do proprietário assume dimensões diferentes. Nota-se uma diminuição da sua representatividade no conjunto dos eleitores inscritos, mas esse recuo não tem correspondência directa com o estatuto de elegibilidade.

Predominam indivíduos casados, com uma idade média que oscila entre os 50 e os 60 anos (1857: elegíveis 54 e eleitores 53; 1865: elegíveis 56 e eleitores 52; 1878: elegíveis 55 e eleitores 45; 1884: elegíveis 60 e eleitores 60; 1895: elegíveis 53 e eleitores 59).

Os rendimentos atribuídos aos detentores desta categoria sócio-profissional revelam que estamos perante um grupo que usufruía de uma situação material relativamente estável. Aliás, os valores comprovam que eram os maiores contribuintes da paróquia.

Os dados disponíveis nos cadernos eleitorais não nos permitem fornecer informações sobre os rendimentos declarados para 1895. Talvez, devido à legislação publicada durante o governo de Hintze Ribeiro, que modificou radicalmente a legislação anterior.²¹⁶ No entanto, os indicadores demonstram uma tendência de crescimento económico. Se, em 1857, 40.4% dos proprietários declaravam receitas inferiores a 4 mil réis e 38% acima dos 10 mil réis, em 1878 verificava-se uma situação completamente diferente: 18.6% abaixo dos 4 mil réis e 65% acima dos 10 mil. Por último, em 1884, essa disparidade de valores diminuiu com 22% dos eleitores a inscreverem rendimentos inferiores a 4 mil réis e 62% a apresentarem quantias superiores a 10 mil réis.

QUADRO Nº 22
DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS - PROPRIETÁRIOS

RENDIMENTOS (RÉIS)	1857	1865	1878	1884
- 2000	7	1	4	2
2001 - 4000	10	11	4	4
4001 - 6000	5	3	4	0
6001 - 8000	1	6	1	2
8001 - 10 000	3	6	2	2
10 001 - 20 000	9	7	9	6
20 001 - 40 000	3	7	11	5
40 001 - 60 000	2	3	3	4
60 001 - 80 000	1	2	2	1
80 001 - 100 000	0	0	1	1
+ 100 000	1	1	2	0
Sem rendimento	3	1	5	4
TOTAL	45	48	48	31

Não obstante maioritariamente viverem das rendas dos seus haveres, sendo mencionada nos recenseamentos eleitorais a natureza das contribuições, mais do que um grupo ocupacional, os proprietários constituíam uma referência social, com um estatuto no seio da comunidade que tanto poderia ser adquirido pelo sangue, como pelo talento e mérito evidenciado nos negócios.

Vejamos os seguintes casos de dois proprietários elegíveis, por sinal, ambos pertencentes ao grupo dos 40 maiores proprietários do concelho de Guimarães, extraídos da listagem de 1878:

²¹⁶ Os analfabetos deixavam de poder votar, o que, dada a taxa de analfabetismo, afastava das urnas uma percentagem considerável da população. A nova lei só concedia o voto aos homens que soubessem ler e escrever ou que pagassem pelo menos 500 réis de contribuição directa, tendo afastado a grande maioria das classes trabalhadoras do sistema político.

- António Mendes Ribeiro, casado, 65 anos, morador em Vila Verde, com a verba de 85 mil e 920 réis inscrita na rubrica prédios arrendados;
- Cristóvão José Fernandes da Silva, solteiro, 69 anos, morador em Vila Verde, com a verba de 260 mil e 598 réis inscrita na rubrica prédios arrendados;

Anteriormente, fizemos alusão à forma como estes dois habitantes de S. Sebastião tinham conseguido privilégios reais para conseguirem instalar as suas fábricas de curtumes de sola e bezerro em Guimarães, assim como destacámos a sua proeminência social projectada através de uma das mais representativas instituições religiosas da paróquia: a Venerável Ordem Terceira de S. Francisco. Parecem ser o protótipo dos proprietários bem sucedidos. Aos lucros obtidos com o exercício da actividade industrial, juntaram as aplicações financeiras em títulos da dívida pública, em propriedades urbanas e rurais e no crédito concedido a terceiros, conseguindo um posicionamento social de grande relevância no seio da comunidade.

Tidos como proprietários para efeitos do recenseamento eleitoral, noutras circunstâncias aparecem referenciados como capitalistas e industriais, o que motiva uma certa confusão na apreensão da sua dimensão sócio-profissional. No fundo, esta indefinição revelada pelos principais dinamizadores da actividade produtiva ajuda a compreender o atraso e a lentidão que o processo de industrialização enfrentou em Portugal, um fenómeno agravado pela inexistência de uma verdadeira apetência para o investimento industrial.

1.1.2.2.2. Os Negociantes

Paira uma grande indefinição relativamente às funções desempenhadas pelos negociantes. No entanto, no contexto da paróquia de S. Sebastião, a sua representatividade parece perseguir de perto o estatuto obtido pelos proprietários, embora possam ser detectadas algumas variantes. Estamos perante um grupo profissional que se avoluma nos cadernos eleitorais, ganhando terreno à condição social ostentada pelos proprietários no início da segunda metade de Oitocentos. Não foram apenas as facilidades concedidas pelas mudanças legislativas que estiveram na origem deste súbito aumento da participação eleitoral concedida aos negociantes. Certamente, essa proeminência deve-se ao incremento económico, atendendo às condições favoráveis à prática comercial.

QUADRO Nº 23
CLASSES ETÁRIAS - NEGOCIANTES

CLASSES ETÁRIAS	1857		1865		1878		1884		1895	
	Eleit.	Eleg.								
1 - 40	3.8	1.6	1.9	2.4	1.0	4.2	0.3	6.9	0	5.1
41 - 65	2.7	5.4	1.0	4.8	1.4	4.9	0	6.3	0	5.9
+ = 66	0	0	0	0.5	0	0.35	0	0.7	0.3	1.7

No corpo eleitoral, os negociantes destacam-se pela afirmação de uma faixa etária ainda muito jovem, o que permite adivinhar o dinamismo que estaria inerente à sua actividade cujo raio de actuação era muito diversificado.

Calculando a média de idades dos indivíduos integrados nesta categoria sócio-profissional, podemos constatar que uma variação entre os 38 e os 50 anos, (1857: elegíveis 49 e eleitores 38; 1865: elegíveis 50 e eleitores 40; 1878: elegíveis 44 e eleitores 42; 1884: dado que apenas foi detectado um eleitor, referimos os elegíveis com uma média de 43 anos de idade; 1895: os elegíveis tinham uma média de 45 anos), o que demonstra a vitalidade daqueles que exerciam esta actividade. Entre os elegíveis prevalecem indivíduos casados, enquanto que a representação dos eleitores fica assinalada por uma maior preponderância de negociantes solteiros e com uma média de idade relativamente mais baixa.

No que concerne aos rendimentos, sendo aquele que vivia do comércio, o negociante tanto podia representar interesses de outrem como agir por sua conta e risco no tráfico de inúmeros géneros ou serviços. Porém, não deixa de ser relevante que a maior parte das verbas inscritas nos cadernos de recenseamento sejam referentes à “décima e impostos anuais de indústria”.

Ao contrário dos proprietários, os negociantes declaram rendimentos provenientes de “prédios não arrendados”, mas poucos são os que apresentam verbas em “prédios arrendados” ou “impostos de juros”. Essencialmente, a inclusão no corpo eleitoral ficava-se a dever às participações na “indústria”, terminologia que aqui deve ser considerada num sentido lato, pois, está associada à actividade comercial, o que não invalida que alguns negociantes tivessem interesses directos na organização produtiva.

QUADRO Nº 24
DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS - NEGOCIANTES

RENDIMENTOS (RÉIS)	1857	1865	1878	1884
- 2000	4	1	4	0
2001 - 4000	6	6	4	3
4001 - 6000	3	3	1	0
6001 - 8000	4	2	5	1
8001 - 10 000	0	4	3	3
10 001 - 20 000	4	5	6	6
20 001 - 40 000	2	1	7	14
40 001 - 60 000	1	0	4	6
60 001 - 80 000	0	0	0	2
80 001 - 100 000	0	0	0	0
+ 100 000	0	0	0	0
Sem rendimento	1	1	2	8
Total	25	23	36	43

A análise dos rendimentos declarados pelos negociantes no momento do recenseamento eleitoral elucida a dimensão da expansão registada no seio desta actividade. Em 1857, 41.5% dos negociantes arrolados apresentam valores contributivos iguais ou inferiores a 4 mil réis, enquanto 29% indicam recursos financeiros superiores a 10 mil réis. Em 1878, nota-se uma grande viragem, ou seja, 23.5% dos negociantes têm rendimentos abaixo dos 4 mil réis e 50% tiram proveitos acima dos 10 mil. Mais significativa torna-se ainda a comparação destes indicadores com os dados calculados em função dos rendimentos de 1884. Neste ano, encontramos 80% dos negociantes com rendimentos superiores a 10 mil réis e apenas 8.6 % com verbas inferiores a 4 mil réis.

Tal como verificámos entre os proprietários, os negociantes não eram exclusivamente aqueles que se dedicavam tão só à actividade comercial. A sua influência estendia-se a outros domínios. E numa cidade onde o tráfico de peles movimentava muitos capitais, esse mercado não era negligenciado pelos homens de negócio, como teremos oportunidade de constatar, quando abordarmos os diferentes modos de organização produtiva.

1.1.2.2.3. Os Fabricantes

O termo “fabricante” aplica-se simultaneamente ao artesão, ao mestre, ao dono da oficina e ao indivíduo que dava trabalho ao

domicílio.²¹⁷ A terminologia também permite identificar o fabricante como sendo o dono de uma fábrica ou de muitas, aquele que não fabrica com as suas mãos, mas sim com o seu entendimento.

No seio da paróquia de S. Sebastião, a imagem do fabricante parece não se afirmar logo no início da segunda metade do século XIX, sendo até uma franja bastante reduzida da população a assumir esta caracterização funcional. Decidimos incluir esta categoria numa abordagem mais pormenorizada, porque através do cruzamento documental, chegámos à conclusão que os fabricantes mencionados nos cadernos eleitorais têm intervenção directa com a transformação das peles. No entanto, a sua condição social não está ao nível dos surradores nem dos curtidores.

Com efeito, os rendimentos apresentados pelos fabricantes revelam uma superioridade económica relativamente aos artífices especializados em determinadas operações da curtimenta. Num período em que se assistia à formação de uma burguesia fabril e ao aparecimento da organização industrial moderna, torna-se conveniente avaliar as repercussões desse processo de transição junto deste grupo que regista um significativo aumento.

Embora fossem indivíduos com grandes oscilações etárias, uns extremamente jovens e outros a revelar uma idade já avançada, quase todos os fabricantes usufruíam de rendimentos capazes de assegurar a sua classificação como elegíveis. Este factor indicia as potencialidades de participação política existentes entre os membros do grupo.

QUADRO Nº 25
CLASSES ETÁRIAS - FABRICANTES

CLASSES ETÁRIAS	1857		1865		1878		1884		1895	
	Eleit.	Eleg.								
1 – 40	0	0	0	0.9	0	2.1	0.3	0.9	0	0.6
41 – 65	0	0	0.5	0	0	0.7	0	0.6	0.3	2.0
+ = 66	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

De acordo com as informações dos cadernos eleitorais, apenas um dos fabricantes apresenta a condição de viuvez na descrição do estado civil, sendo os restantes casados.

Ao analisarmos as provas de censo sobre as quais incidiam as contribuições, os valores apresentados dizem essencialmente respeito à matriz “industrial”. Uma situação que se verifica ao longo de toda a observação, salvo uma excepção protagonizada por um destacado fabricante (José Maria Leite, morador na Rua de Couros) que, em 1865 e

²¹⁷ Maria Filomena MÓNICA, «Capitalistas e industriais (1870-1914)», in *Análise Social*, vol. XXIII (99), 1987 – 5.º, pp. 819-863.

1884, se apresenta com valores modestos para a colecta referente à actividade industrial. Mas, em 1895, integra os 40 maiores contribuintes do concelho, sendo um dos poucos a manifestar valores nesse ano, apresentando a quantia de 117 mil e 951 réis relativos a “prédios arrendados”.

Por sinal, o seu filho, José Maria Leite Júnior aparece mencionado como sendo curtidor e, igualmente, morador na Rua de Couros.

QUADRO Nº 26
DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS - FABRICANTES

	1857	1865	1878	1884
- 2000	0	1	0	2
2001 - 4000	0	0	0	2
4001 - 6000	0	2	3	1
6001 - 8000	0	0	1	0
8001 - 10 000	0	0	1	0
10 001 - 20 000	0	0	2	1
20 001 - 40 000	0	0	1	1
40 001 - 60 000	0	0	0	0
60 001 - 80 000	0	0	0	0
80 001 - 100 000	0	0	0	0
+ 100 000	0	0	0	0
Sem rendimento	0	0	1	1
Total	0	3	8	8

O caso de José Maria Leite evidenciado pela análise dos recenseamentos eleitorais encontra paralelo em alguns dos outros fabricantes, que se destacam pela aplicação de algumas das características funcionais da industrialização no seio desta actividade produtiva. Parecem ter interiorizado a necessidade de alterar os valores subjacentes à organização do trabalho, como o estabelecimento de um horário ou a contribuição para a caixa de socorros mútuos da Associação de Classe dos Curtidores e Surradores, sem se demarcarem das técnicas ancestrais de produção. Embora não tenhamos fontes capazes de precisar com clareza a evolução da trajectória profissional de cada um destes indivíduos, recorrendo à base de dados da paróquia de S. Sebastião constatámos que o percurso social dos fabricantes passa geralmente pelo exercício de actividades ligadas à curtimenta das peles. Deste modo, o universo dos curtidores e surradores parece permanecer aberto à progressão social, sendo o fabricante a categoria sócio-profissional mais propícia a receber esses indivíduos. Mas, dado o núcleo restrito de fabricantes identificados, não seria fácil obter esse estatuto.

Na verdade, numa actividade em que predominava a laboração manual e o saber empírico legado por familiares, a destreza técnica poderia

ser um factor determinante para a melhoria das condições de vida. Porém, julgamos que terá sido a disponibilidade de capitais (próprios ou conseguidos através de empréstimo) a par da facilidade de obter matérias-primas que terá permitido a emancipação de alguns fabricantes. Mesmo sem deterem propriedade industrial, possuíam meios para assumir os compromissos decorrentes da sua utilização, nomeadamente a renda da ocupação dos tanques e dos lagares, as respectivas servidões e a água.

1.1.2.2.4. Os Curtidores e Surradores

Em termos absolutos, os curtidores e surradores dominam a paisagem laboral em S. Sebastião, sendo uma referência da actividade industrial predominante no concelho até à última década do século XIX. Não é preciso escarpelizar os recenseamentos eleitorais para apreender a dimensão da sua representatividade no conjunto da população que constituía o arrabalde, mas esses indicadores ajudam a compreender a condição social deste grupo sócio-profissional. A integração do território numa urbe em expansão e a existência de condições aparentemente favoráveis à prática de uma actividade industrial terão funcionado como factores de atracção de mão-de-obra, apesar de se notar a permanência de laços familiares muito fortes entre os actores sociais envolvidos no processo da curtimenta.

Não obstante exercerem funções interdependentes, a complexidade e a morosidade das operações necessárias para a transformação das peles originaram o aparecimento de duas especializações funcionais: o curtidor e o surrador. Ao primeiro estavam confiados os “trabalhos de ribeira” e a aplicação da curtimenta, através do tempero das águas para a erradicação das impurezas e submissão das peles às substâncias tânicas; ao segundo ficava reservado o “aparelho”²¹⁸ ou os acabamentos, consoante a finalidade das matérias-primas, tendo a missão de harmonizar as peles que se apresentavam com diferenças de espessura. Tanto uma como outra eram tarefas que exigiam um enorme exercício muscular. Por isso, como anota A. L. de Carvalho, “os homens do ofício dos couros foram sempre de fêvera e têmpera. Em certo modo, talvez o facto se explique pela circunstância do processo arcaico de trabalho requerer obreiros de músculos fortes”.²¹⁹

Este recurso a técnicas rudimentares constituía a principal particularidade da curtimenta praticada em Guimarães, mesmo no século

²¹⁸ Informação prestada por Manuel de Oliveira, 79 anos, antigo surrador, mestre em várias unidades industriais, numa das entrevistas realizadas durante a elaboração do trabalho.

²¹⁹ A. L. de CARVALHO, *op. cit.*, Vol.III, 1942, p. 87.

XX, com a instalação de algumas fábricas e a introdução de pequenas incursões tecnológicas.

Numa perspectiva social, importa apreender os reflexos da transição suscitada pela emancipação das teias do corporativismo que condicionavam os movimentos no interior do grupo que corporiza esta categoria sócio-profissional. Por isso, recorreremos aos dados fornecidos pelos recenseamentos eleitorais, na tentativa de traçarmos o perfil daqueles que exerciam estas actividades.

Lançando um olhar sobre as classes etárias dos curtidores e surradores, podemos constatar que predominam os indivíduos em idade activa. Em ambos os casos, a idade média oscila entre os 30 e os 47 anos, em função sua condição eleitoral, com os elegíveis a revelarem uma idade média sensivelmente inferior aos eleitores.

QUADRO Nº 27
CLASSES ETÁRIAS – SURRADORES

CLASSES ETÁRIAS	1857		1865		1878		1884		1895	
	Eleit.	Eleg.								
1 – 40	1.1	0	2.0	0	7.3	0.3	7.6	1.3	8.2	0.8
41 – 65	3.3	0	5.8	0	3.8	0.3	5.6	0.3	5.4	0
+ = 66	0	0	0.5	0	0.7	0	1.7	0	1.4	0

QUADRO Nº 28
CLASSES ETÁRIAS - CURTIDORES

CLASSES ETÁRIAS	1857		1865		1878		1884		1895	
	Eleit.	Eleg.								
1 - 40	1.1	0	1.0	0.5	7.7	1.0	7.3	1.7	2.5	1.1
41 – 65	0.5	0	2.0	0	1.0	1.7	2.6	1.3	4.5	1.4
+ = 66	0	0	0	0	0	0	0	0	0.8	0

Os dados fornecidos pelas listas de recenseamento chamam a atenção para uma particularidade existente na indicação da identidade, ao mencionar entre parêntesis a alcunha, principalmente quando estavam em causa indivíduos com o mesmo nome.

Ficámos assim a saber que, em 1884, havia dois curtidores com o nome de José Pereira: “O Angela”, morador em Santa Rosa, e “O Pantaleão”, da Rua de Couros; igualmente, constata-se a existência de dois surradores com o nome de José Ribeiro: “O Nini” e “O Sardinha”. Em 1895, o redactor alargou a inscrição das alcunhas, o que nos permite saber que, por exemplo, quem era “O Fole”, Fortunato da Silva, curtidor, do Largo do Trovador, e “O Barriga”, Francisco de Oliveira, de Vila Flor. Entre os surradores, as alcunhas parecem ainda ter sido mais vulgarizadas, surgindo: “O Menino”, António Ribeiro, da Rua de Couros; “O Nobre”

Bento José de Araújo, da Rua de Couros; “O Tareco”, Manuel de Oliveira, da Rua da Ramada; e “O Viana”, Manuel Dias, do Campo.

Para debruçarmo-nos sobre os rendimentos, agregámos a informação relativa às contribuições do corpo eleitoral, atendendo às semelhanças verificadas entre uma e outra actividade.

Com efeito, não estamos perante indivíduos com avultados recursos materiais. Apenas declaram verbas referentes à tributação industrial, onde a maioria não chega a atingir os dois mil réis, sendo muito reduzida a sua representatividade política, mesmo com as alterações legislativas introduzidas em 1878 pelos Regeneradores.

QUADRO Nº 29
DISTRIBUIÇÃO DOS RENDIMENTOS – CURTIDORES E SURRADORES

	1857	1865	1878	1884
– 2000	8	19	63	30
2001 – 4000	1	0	1	15
4001 – 6000	0	5	4	3
6001 – 8000	0	0	0	0
8001 – 10 000	0	0	1	2
10 001 – 20 000	0	0	2	6
20 001 – 40 000	0	0	0	3
40 001 – 60 000	0	0	0	1
60 001 – 80 000	0	0	0	0
80 001 – 100 000	0	0	0	0
+ 100 000	0	0	0	0
Sem rendimento	2	2	3	29
Total	11	29	74	89

Comparando com os proprietários, negociantes e fabricantes, os curtidores e surradores praticamente estavam arredados da participação na vida política, apesar do trabalho representar um capital que através de uniões estratégicas poderia ser a chave para a ascensão social.

De qualquer modo, a vida em comunidade e as vivências partilhadas pelos membros das categorias sócio-profissionais envolvidas no processo de transformação das peles contribuíram para o aparecimento de outras formas de relacionamento, às quais não ficava alheio o contacto com a classe dirigente. Em 1885, quando em Braga os procuradores de Guimarães foram apedrejados, num acontecimento que ficou conhecido pelo Motim de 28 de Novembro,²²⁰ os trabalhadores da Rua de Couros não

²²⁰ Foi um episódio marcante na rivalidade existente entre Braga e Guimarães, sendo uma referência na jornada de luta pela afirmação dos interesses de Guimarães no seio da Junta Geral do Distrito. Em causa estava o alargamento dos cursos do Liceu de Braga, com o consequente reforço de contribuições que cada concelho do distrito teria que assumir para

ficaram indiferentes à onda de bairrismo que atravessou todos os quadrantes sociais da cidade. Nesse período foi célebre o lema “Antes Quebrar que Torcer”, inscrito numa bandeira de seda bordada a ouro com as armas da cidade feita pelas senhoras de Guimarães, ao qual se juntou um outro “O trabalho é Honra”, lavrado juntamente com as armas da cidade num estandarte patrocinado pelos homens da Rua de Couros. O fervoroso apego aos ideais conservadores parece também ter sido apanágio destes actores sociais, leais adeptos do deputado eleito pelo Círculo de Guimarães, João Ferreira Franco Pinto de Castelo Branco. “Quem se arriscasse a dizer mal de João Franco, diante de um surrador, corria o risco, se o caso se passasse na Rua de Couros, de ser mergulhado nos pelames”.²²¹

Ao nível associativo, o relacionamento entre a classe dirigente e os trabalhadores da curtimenta também ficou patenteado com repercussões que extravasavam o domínio restrito desta actividade. Por exemplo, através da Associação de Classe dos Curtidores e Surradores de Guimarães, criada em 1901, sob a égide da “união” entre os trabalhadores e os proprietários dos estabelecimentos, o que de certo modo condicionou a sua linha de intervenção. Apesar de não termos conseguido localizar o arquivo, uma recolha das notícias relativas à sua actividade publicadas na imprensa vimaranense ajudou a sustentar a ideia de que as tensões e conflitos em que intervinha esta associação beneficiavam a classe dirigente – os detentores dos meios de produção – com a argumentação dessa postura a favorecer e a defender os interesses dos trabalhadores. Era uma forma de conter a agitação dos curtidores e surradores perante a imprevisibilidade constante verificada no seio desta actividade. Porém, a crise que atravessou o sector, após a implantação da República e antes da I Guerra Mundial, originou uma forte agitação laboral, com os trabalhadores a manifestarem-se contra algumas práticas generalizadas entre os donos dos estabelecimentos dos quais estavam dependentes.

garantir os encargos com a sua manutenção. Os procuradores de Guimarães – Conde de Margaride, Joaquim José de Meira e José Martins Minotes – votaram contra a proposta, inviabilizando essa aspiração. Ao abandonar a cidade, a representação vimaranense foi apupada pela multidão com insultos e apedrejamentos. Um incidente que criou uma onda de bairrismo em Guimarães, com o corte de relações oficiais com as autoridades distritais e o pedido de “união ao Porto”. Cf. Manuel Alves de OLIVEIRA, *Um motim de há cem anos*, Guimarães, 1995.

²²¹ A . L. de CARVALHO, *op. cit.*, Vol. III, 1942, p. 88.

Capítulo V – Curtir e Surrar no Ambiente Urbano



Fonte: Col. Muralha – MAS

“Nesta indústria tudo se aproveita.
A pele curtida dá a conhecida variedade de cabedais.
As cascas tanantes, depois de usadas e de se secarem,
assim como a raspa das peles, servem para combustível.
A carne, que se tira ao descarnar, serve para cola ou para adubos.
A cal, depois de prestar os seus serviços, junta ao pêlo e a todos os escorros,
representa ótimo adubo para as terras.”²²²

²²² Alberto MARGARIDE, *Indústria de Curtumes*, ed. Fábrica de Curtumes de Roldes, Porto, 1938.

Anteriormente, tivemos oportunidade de conhecer o território onde se movimentavam os homens ligados à actividade da curtimenta, assim como a sua representatividade social na paróquia de S. Sebastião. Agora, privilegiaremos a análise das relações produtivas acalentadas por esta indústria em pleno contexto urbano.

Não obstante as limitações impostas pelas fontes, incapazes de oferecer uma visão aprofundada da heterogeneidade que caracterizava este sector industrial de perfil arcaico, procuraremos identificar as formas de relacionamento que os homens estabeleciam com o trabalho, com o espaço onde o exerciam e com todos aqueles que participavam nos processos de produção. É difícil penetrar nesse ambiente denso, apresentando informações de natureza quantitativa capazes de tornar inquestionável a análise que vamos efectuar. Porém, atendendo à impossibilidade de localizar outros recursos documentais, tentámos interrogar as fontes disponíveis para alicerçarmos a aproximação que planeamos fazer a essa realidade.

1.1. Modos de organização produtiva

O *Inquérito Industrial de 1881* classifica a indústria vimaranense como sendo “em grande parte caseira ou a domicílio”, considerando-a, por isso, “menos insalubre do que essas cerradas multidões das grandes fábricas”, ficando “o operário mais independente”²²³. O redactor indica que a dispersão em pequenos estabelecimentos chegava a provocar a anarquia, situação frequente “no curtume de peles, onde estão empenhados milhares de contos de réis”²²⁴.

António Peixoto de Matos Chaves, com depósito no Largo do Toural, foi o único industrial do sector a ser ouvido pela Comissão de Inquérito, tendo indicado que tinha “em serviço vinte tanques onde emprega doze homens e quatro rapazes”²²⁵. Detinha uma pequena parte da produção que na cidade se elevaria a muito mais de 1. 000:000\$000 réis em cada ano, dando sustento a perto de 300 operários.

O *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884* fornece informações mais precisas sobre o conjunto da actividade produtiva. Revela que a preparação dos couros compreende duas principais operações, “a curtimenta e o aparelho, o que dá origem às duas profissões

²²³ Ministério das Obras Públicas, *Inquérito Industrial de 1881*, Segunda Parte, Inquérito Directo, p. 254.

²²⁴ Idem.

²²⁵ Ibidem.

em que se dividem os operários ‘curtidores e surradores’”.²²⁶ Nestas tarefas apenas se recorria ao serviço manual, aparecendo declarados igualmente 300 operários: 270 do sexo masculino, dos quais 70 eram menores; e 30 do sexo feminino, 10 dos quais menores.

No certame, apresentaram os seus produtos 18 fabricantes, mas em nenhuma ocasião aparece referenciado o modelo de organização produtiva. Cruzando os dados dos cadernos eleitorais de 1884 com as informações disponíveis no catálogo da exposição, verificámos que existem designações diferentes para o exercício de uma mesma actividade. Notemos alguns exemplos:

Nome do expositor	Actividade no caderno eleitoral
Bento José Leite	Fabricante
José Maria Leite	Fabricante
Manuel José Teixeira	Negociante
Bento José de Araújo Nobre	Surrador
Manuel Ferreira Pimenta	Proprietário
Manuel José Martins	Negociante
António José Ribeiro	Fabricante

De facto, como tínhamos suspeitado ao fazer a classificação sócio-profissional das actividades dos eleitores de S. Sebastião, os fabricantes detectados estavam directamente ligados à actividade industrial, não sendo alheios aos factores económicos existentes no meio em que viviam.

Identificámos, porém, que negociantes e proprietários apresentam no certame os couros curtidos e aparelhados que produzem. Ou seja, o negócio das peles, apesar da imprevisibilidade dos mercados, revelava oportunidades de investimento bastante sedutoras para quem dispunha de capitais. Aliás, “esta indústria está sujeita a frequentes empates e crises; mas o negociante que for previdente e cauteloso, que possa sem maior sacrifício conservar capitais dormentes, esperando ocasião propícia, levanta avultada fortuna, como tem sucedido repetidas vezes”,²²⁷ observou o correspondente do *Jornal do Commercio de Lisboa*, num dos artigos que escreveu sobre a exposição de 1884. Não lhe foi ainda indiferente a condição de quem laborava nesta indústria: “os operários são

²²⁶ Alberto SAMPAIO e Joaquim José de MEIRA, *op. cit.*, 1991, p. 75.

²²⁷ Cit. S/a, artigo publicado no *Jornal do Commercio de Lisboa*, in Alberto Sampaio e Joaquim José de MEIRA, *op. cit.*, 1991, p. 218.

trabalhadores, realmente mansos e resignados, ainda quando a escassez de trabalho lhes leva a fome ao seio das famílias”²²⁸.

Então, a que modelo obedeceria a organização produtiva? Somos levados a acreditar que não existia um padrão único, podendo os trabalhadores do sector laborar ao dia como também à peça, no próprio domicílio ou na fábrica ou oficina, pertencente ou explorada por outrem.

1.1.1. Rede de dependências

Indubitavelmente, existia uma especialização no sector, sendo identificadas duas funções distintas, mas complementares. Tanto o curtidor como o surrador tinham que manter relações com os detentores dos modos de produção, fossem eles os proprietários dos lagares e dos pelames (por aluguer ou “contrato” verbal de trabalho), ou com os negociantes que podiam ceder a matéria-prima e pagar a respectiva transformação.

Mesmo com a eliminação dos estrangulamentos corporativos, prevalece um sistema de trabalho próximo do modelo proto-industrial, com padrões organizativos adaptados em função das condições de produção. Entre os curtidores, dificilmente encontramos trabalhadores independentes que, por exemplo, possuem um direito de propriedade para a utilização de poças e tanques, necessárias para a curtimenta das peles. Precisavam de pagar servidões para esses locais e de ter acesso à água cujo aproveitamento era feito à gota, sendo arrematado em hasta pública camarária o direito de receber os escorros da Fonte das Passarinhas, antigamente situada a poucos metros da Rua de Couros.

Geralmente, quem se encontra em tais condições assume a designação de fabricante. Por isso, restava aos curtidores oferecer os seus serviços àqueles que deles necessitassem, podendo existir uma ligação profissional a uma única oficina ou a várias. Igualmente, o trabalho podia ser exercido a troco de um salário em instalações pertencentes a um proprietário, utilizando a matéria-prima fornecida por um negociante. Pode ser equacionada uma infinidade de possibilidades contratuais, contribuindo todas elas para a alimentação de uma rede de dependências.

Embora possa existir uma unificação integral das operações produtivas numa mesma unidade, da transformação inicial da matéria-prima ao produto acabado, a especialização funcional obrigava a que, após o trabalho de curtimenta, as peles atravessassem o processo de surragem. Evidentemente que o curtidor e o surrador podiam trabalhar na mesma unidade produtiva, mas as características pré-industriais que prevaleciam no sector e a tipologia dos estabelecimentos fabris obrigava a vigência de

²²⁸ Idem.

uma certa demarcação entre as duas funções. O surrador podia exercer as tarefas que lhe estavam confiadas no seu domicílio, numa tenda ou pequena oficina instalada numa parte da casa, onde apenas precisava de uma mesa de pedra de ardósia inclinada e de um “ferro de pulso” para desbastar, raspar e apurar os couros após já terem sido submetidos às demoradas imersões com cascas de carvalho.²²⁹ Uma tarefa árdua que requeria um enorme esforço braçal. Naturalmente, esta operação também podia ser feita nas “casinhas” existentes em algumas instalações, debaixo do olhar atento de um mestre. Todavia, através da documentação consultada aparece mais referenciado o ofício de curtidor em ligação directa com as unidades produtivas. Exemplo disso, no *Inquérito Industrial de 1890*, dos 18 estabelecimentos referenciados na indústria de curtumes, apenas a firma Almeida & Irmão apresenta a categoria profissional de surrador, com 8 pessoas do sexo masculino: dois mestres, quatro operários com mais de 16 anos e dois aprendizes, com mais de 12 anos e menos de 16.

1.1.1.1. Reminiscências do corporativismo

Em paralelo com algumas firmas onde se verificava uma organização produtiva de feição moderna, ainda persistiam reminiscências dos laços corporativos. A Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano era detentora da propriedade de uma poça e vários pelames, na Rua de Couros, cuja exploração durou até ao final do século XIX, mediante um contrato celebrado após uma arrematação pública.²³⁰

A documentação desta instituição religiosa é bastante avulsa, não permitindo qualquer tentativa de sistematização prolongada. Mesmo assim, identificámos os processos relativos à celebração de alguns contratos anuais de arrendamento que obedeciam a uma certa sazonalidade.

Depois da Irmandade “mandar meter o pregão a fim de arrendar a quem mais desse uma poça e pias de pedra de demolhar couros”,²³¹ a Mesa escolhia o “lanço mais favorável” para a concretização do contrato com início no S. Miguel, a 29 de Setembro, e fim em véspera de igual dia do ano seguinte”.²³²

²²⁹ Em Guimarães, os extractos taninosos apenas foram introduzidos no século XX, quando a sua utilização já era vulgarizada nas unidades industriais de Lisboa, Porto e Alcanena. Recorria-se unicamente à casca de carvalho, em aplicações adequadas ao tipo de pele e à funcionalidade pretendida.

²³⁰ Esta propriedade acabou por ser vendida em hasta pública, na sequência de um processo judicial que opôs os confrades da Irmandade.

²³¹ «Arrendamentos da poça e sete pias de pedra, na Rua de Couros», *Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano*, AMAP, MC – 804.

²³² Idem.

QUADRO Nº 30
ARRENDAMENTOS DA POÇA E SETE PIAS DE PEDRA, NA RUA DE COUROS
(1868-1878)

ANO	ARREMATANTE			QUANTIA	TESTEMUNHAS		
	Nome	Profissão	Morada		Nome	Profissão	Morada
1868	António Joaquim Torcato	Proprietário	Rua de Couros	20 000			
1869	António Joaquim Torcato	Proprietário		20 000	João Leite da Silva; António José Tomé	Mestre ensamblador; Mestre sapateiro	
1870	António Joaquim Torcato	Proprietário	Rua de Couros	20 000	João Leite da Silva; António Mendes Guimarães	Mestre Marceneiro; Caixeiro	Rua Sapateira; Além Rio de Couros
1871	António Joaquim Torcato	Proprietário	Rua de Couros	20 000	José Martins da Silva; José Francisco Almeida Guimarães	Negociante; s/ indicação	
1872	António Joaquim Torcato	Proprietário	Rua de Couros	20 000	António José Soares; Manuel Almeida	Sapateiro; servo da Santa Casa da Misericórdia	Rua Nova do Muro; s/ indicação
1874	António Joaquim Torcato	Negociante	Rua de Couros	20 000	João Oliveira Matos; Joaquim José de carvalho Almeida	Proprietário; s/ indicação	Rua de Alcobça; Rua Nova do Comércio
1875	António Joaquim Torcato	Proprietário	Rua de Couros	20 000	José Francisco Almeida Guimarães; Joaquim José Carvalho Almeida	Negociante; tamanqueiro	Rua da Caldeira; Rua de Alcobça
1876	António José Ribeiro Salgado	Proprietário	Rua da Ramada	20 100	Bernardo da Silva Sampaio; Bento de Oliveira Machado	Fabricante; barbeiro	Rua de Couros; Rua da Rainha
1878	Bernardo da Silva Sampaio	Fabricante	Rua de Couros	20 100	João de Oliveira Matos; Francisco Cândido Pinto; Manuel Dionísio	Proprietário; marceneiro; oficial de diligências	Rua de Alcobça; Rua das Oliveiras; s/ indicação
1879	Bernardo da Silva Sampaio	Proprietário	Rua de Couros	26 100	João Oliveira Matos; José Francisco Almeida Guimarães	Proprietário; proprietário	Rua de Alcobça; Rua de Vila Flor

Fonte: *Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano*, AMAP, MC - 804

Na documentação sobre os arrendamentos celebrados, a informação que oferece uma visão mais próxima das intenções que estavam subjacentes à exploração da poça e das pias de pedra, pertencentes à Irmandade de S. Crispim, diz respeito ao acordo assinado por António José Ribeiro Salgado, da Rua da Ramada, em 1876. Logo após a arrematação, o proprietário sub-arrendou as instalações precisamente a uma das testemunhas que confirmaram a validade do acto público: Bernardo da Silva Sampaio, casado, fabricante da Rua de Couros. Curiosamente, por uma quantia superior àquela que o arrematante pagou à repartição dos foros, administrada pela Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano. No entanto, os encargos financeiros não tinham a mesma rigidez que a instituição impunha ao arrematante. O contrato funcionava assim como uma aplicação de capital que a seu tempo traria os juros esperados.

O sub-arrendamento tinha como principais cláusulas:

- “Que eu caseiro ficarei obrigado a pagar a quantia de 20 mil e 100 réis, metal, de renda da poça e sete pias de pedra. Que esta quantia será paga por mim caseiro no dia 28 de Setembro do ano próximo futuro de 1877.
- Que além desta renda terei de pagar a quantia de 720 réis, logo ao assinar este arrendamento, por esta quantia já ele arrematante tinha despendido em papel selado para os anúncios da arrematação, bem como ao oficial do juízo de direito Manuel José Pereira, a bem assim para papel selado do auto de arrematação e deste sub-arrendamento;
- Que não poderei deixar demolhar couros nas pias nem na poça ao Sr. João Mendes Ribeiro Alves, com pena de este arrendamento ficar logo sem efeito e eu caseiro obrigado a pagar a renda por em cheio, desde o momento que se prove que aquele Ribeiro Alves d’ entrar um só couro na poça;
- Que finalmente ficarei obrigado a cumprir todas as condições estipuladas, não só neste sub-arrendamento, mas também a tudo que ele arrematante se obrigou no auto de arrematação feito em 12 de Maio deste corrente ano de 1876. E para cumprimento de tudo obrigo minha pessoa, bens móveis e de raiz presentes e futuros e meus terços(...).”²³³

Na apreciação dos factores que condicionaram a realização deste sub-arrendamento, não passa despercebida a intencionalidade declarada de afastar do acesso à propriedade foreira João Mendes Ribeiro Alves, 21 anos, fabricante, sediado na Rua de Couros.²³⁴ O documento é explícito nas consequências que tal permissão poderá acarretar, quebrando-se o sub-arrendamento em prejuízo do seu titular.

²³³ Idem.

²³⁴ A condição sócio-profissional, a idade e a residência, foi identificada através do recenseamento eleitoral relativo a 1976.

Mais do que ilustrar as dependências e cumplicidades abrigadas pela transformação das peles, o conteúdo deste contrato ajuda a perceber o ambiente de rivalidade, desconfiança e concorrência que tanto separava como unia os actores sociais ligados à indústria de curtumes (um clima de tensão que ficou registado no *Inquérito Industrial de 1881*). De igual forma, permite compreender a existência e a necessidade de recorrer a espaços comuns para a preparação das peles, antes de receberem a curtimenta propriamente dita, mediante o pagamento da sua utilização. Necessidade com maior prevalência para aqueles que não dispunham de todos os meios necessários à produção.

E como se distinguiam as peles depois de estarem imersas na poça? Embora este banho fosse relativamente breve, dois a três dias, dependendo das condições climatéricas, as peles eram devidamente assinaladas com a chancela do seu proprietário, o que evitava confusões e permitia identificar o infractor em caso de furto²³⁵.

1.1.2. Uniões estratégicas

Em virtude da complexidade em torno dos processos de produção, temos vindo a constatar que não havia uma completa independência do produtor. Pelo contrário, através da análise de alguns actos notariais é possível apreender a dimensão das uniões estratégicas entre agentes económicos ligados a esta actividade.

Por exemplo, atendámos ao objectivo da sociedade comercial firmada a 23 de Fevereiro de 1881, entre Francisco Caetano, morador na Rua de Couros, e Joaquim da Costa Ruivães, morador na Rua de Vila Verde, ambos fabricantes de curtumes²³⁶, tendo por fim o “comércio de curtumes de couro”²³⁷. As principais cláusulas do contrato são as seguintes:

“Que a firma social é a de Caetano & Ruivães, da qual ambos os sócios poderão usar, mas única e exclusivamente nos negócios da sociedade e nunca em seu proveito

²³⁵ Frequentemente, a imprensa relatava o roubo de couros. Na edição de 3 de Maio de 1891, *O Commercio de Guimarães* noticiava um “roubo de 18 couros do enxugo” que tinham feito ao negociante José Maria Leite, “acreditado negociante de curtumes”, e a prisão de um operário sobre quem recaíam as suspeitas. Como não havia provas, o operário foi restituído à liberdade. Volvidos quinze dias, apareceram os couros no riacho da Madroa, tendo sido identificados como pertencentes a José Maria Leite pela marca que ostentavam.

²³⁶ «Sociedade Commercial entre Francisco Caetano e Joaquim Costa Ruivães, ambos desta cidade, a 28 de Fevereiro de 1881», *Livro de Notas do Tabelião João Joaquim Oliveira Bastos*, AMAP, N – 2021, pp. 43v-44v.

²³⁷ Idem.

particular ou em favor de terceiras pessoas, pois que isso desde já lhes fica expressamente proibido(...);

Que a gerência e administração da sociedade pertença a ambos os sócios;

Que o capital social é o da quantia de 550 mil réis, para o qual contribuem o sócio Francisco Caetano com 500 mil réis e o sócio Joaquim da Costa Ruivães com 50 mil réis. Este capital poderá ser elevado quando as necessidades e interesses do negócio assim o exijam;

Que os lucros e perdas serão divididos entre os sócios em partes iguais;

Que a sociedade somente pagará a renda dos lagares, fábrica e mais pertences necessários e indispensáveis para o negócio (...);

Que se, porventura, qualquer dos sócios faltar em algum dia ao trabalho, que respectivamente estiver a seu cargo, dará um homem que o substitua, à sua custa.”²³⁸

O contrato estabelece a duração de três anos para a vigência da sociedade comercial, salvo denúncia de qualquer um dos fabricantes de curtumes, sendo os lucros repartidos no final de cada ano civil, “imputando-se no quinhão de cada um dos sócios, o que tiver recebido durante o ano”.²³⁹ É de realçar a diferença de capitais aplicados, assim como a exigência do cumprimento integral dos dias de trabalho pelos sócios, podendo a eventual falta de disponibilidade ser suprimida através do recurso a mão-de-obra temporária, o que indicia que essa situação era prática corrente no meio laboral.

Alcance diferente terá tido a sociedade comercial em nome colectivo celebrada entre o Doutor Caetano Mendes Ribeiro, casado e proprietário, morador no Largo do Cidade,²⁴⁰ e seu sobrinho Alfredo Dias Mendes Ribeiro, solteiro, morador na mesma casa, em acto notarial lavrado a 28 de Dezembro de 1888. A sociedade tinha “por fim a compra de peles e couros para curtir e a sua venda depois de curtidos, e as mais transações que são inerentes a este ramo de comércio”.²⁴¹ A firma social terá a designação de Mendes Ribeiro e Sobrinho, com sede no Largo do Cidade.

²³⁸ Ibidem.

²³⁹ Ibidem.

²⁴⁰ Filho de António Mendes Ribeiro, proprietário e capitalista, a quem D. Luís I nomeou Cavaleiro da Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, a 2 de Julho de 1869. Cf. *Livro do Registo Geral da Câmara*, AMAP, M – 2684, p. 217 v. Igualmente, no contexto paroquial, António Mendes Ribeiro e o filho afirmaram a sua preponderância, tendo sido Ministros da Venerável Ordem Terceira de S. Francisco, à semelhança de outros notáveis envolvidos no negócio dos couros.

²⁴¹ «Sociedade Comercial entre o Dr. Caetano Mendes Ribeiro e seu sobrinho Alfredo Dias Mendes Ribeiro, ambos desta cidade, a 28 de Dezembro, de 1888», *Livro de Notas do Tabelião João Joaquim Oliveira Bastos*, AMAP, N – 2047, pp. 22-25v.

As cláusulas mais relevantes da escritura são as seguintes:

“Que a gerência da sociedade pertença a ambos os sócios;

Que o capital social é da quantia de seis contos de réis, para o qual contribuem o sócio Doutor Caetano Mendes Ribeiro com quatro contos de réis e o sócio Alfredo Dias Mendes Ribeiro com dois contos de réis;

Que os lucros e perdas sejam repartidos em três partes iguais, pertencendo duas terças partes ao sócio Doutor Caetano Mendes e uma terça parte ao sócio Alfredo Dias Mendes Ribeiro. Os lucros e perdas serão o que ficar líquido depois de pagas as despesas e mais encargos da sociedade;

Que a sociedade durará por tempo de dez anos (...) e poderá prolongar-se por mais tempo, quando para isso haja acordo, ou terminar antes de expirar o prazo fixado, se qualquer um dos sócios assim o exigir.”²⁴²

Ficou ainda estabelecido que, no final de cada ano, deveria processar-se a repartição dos lucros. Se em vez de lucros houver perdas, “ficam ambos os sócios obrigados a completar o capital social, concorrendo o sócio Doutor Caetano Mendes Ribeiro com duas terças partes e o sócio Alfredo Dias Mendes Ribeiro com uma terça parte daquilo que faltar”.²⁴³ Foram testemunhas Manuel José Teixeira, viúvo, negociante e proprietário, da Rua de Vila Verde; e João Francisco Mendes, casado, surrador, do Largo do Cidade.

Para melhor compreendermos a importância da celebração desta sociedade comercial, devemos acrescentar que Caetano Mendes Ribeiro, após a morte do pai, ficou a ser credor da sua herança. Entre outras obrigações, assumiu o crédito de 493 mil e 225 réis “proveniente de despesas feitas com a fábrica de curtumes antes de ser encarregado da liquidação do activo e passivo da herança”.²⁴⁴ Ou seja, o abastado proprietário defendia interesses comerciais familiares ao criar a sociedade juntamente com um sobrinho. Com esta parceria, pretendia evitar o contacto com os intermediários que asseguravam o funcionamento da fábrica de curtumes, acabando com dependências que pudessem existir com negociantes responsáveis pelo abastecimento de matérias-primas e escoamento de produtos acabados.

Embora possa ser apenas uma especulação, a importância económica deste contrato teve repercussões no florescimento do estabelecimento de Caetano Mendes Ribeiro, patenteado no Inquérito

²⁴² Idem.

²⁴³ Ibidem.

²⁴⁴ «Ajuste de contas e pagas entre o Dr. Caetano Mendes Ribeiro, desta cidade, e sua irmã e sobrinhos, da mesma, e outras partes, e paga de todos eles a favor da Dona Ana Augusta de Oliveira, desta cidade, em 26 de Abril de 1890», *Livro de Notas do Tabelião José Joaquim de Oliveira*, AMAP, N – 1873, p. 14-17v.

Industrial de 1890. A sua unidade industrial ficava localizada no Largo do Cidade, nas proximidades de outros sete estabelecimentos, e nas imediações da sua sumptuosa moradia.

Sem dúvida, o Largo do Cidade constituía o núcleo central da actividade da curtimenta de peles, negócio que afirmava como a principal referência económica da cidade de Guimarães, antes da intensa penetração da indústria têxtil. Como se pode constatar, o sector exigia avultados investimentos com retorno tardio.

QUADRO Nº 31
CAPITAL FIXO E CIRCULANTE - INQUÉRITO INDUSTRIAL DE 1890 (RÉIS)

ESTABELECIMENTOS	LOCALIZAÇÃO	CAPITAL FIXO	CAPITAL CIRCULANTE
Francisco Caetano	Rua de Couros	65 000	1 500 000
António Teixeira Araújo	Largo do Cidade	1 500 000	1 000 000
Caetano Mendes Ribeiro	Largo do Cidade	18 000 000	5 000 000
Manuel José Martins	Largo do Cidade	1 000 000	1 000 000
Joaquim José de Carvalho	Largo do Trovador	5 000	1 000 000
Manuel José Teixeira	Largo do Cidade	65 000	20 000 000
Francisco José Oliveira Guimarães	Rua de S. Francisco, 22	20 000	3 000 000
António José Ribeiro	Largo do Cidade	1 800 000	500 000
Bento Mendes de Oliveira	Rua de Vila Flor	800 000	800 000
Joaquim da Costa Rivães	Rua de S. Francisco, 28	65 000	1 000 000
Bento José Araújo Nobre	Rua de Vila Flor, 39	80 000	1 000 000
Fortunado da Silva	Largo do Trovador	5 000	1 000 000
José Maria Leite Júnior	Rua de Couros	70 000	2 000 000
Almeida & Irmão	Largo do Cidade	2 000 000	20 000 000
Bento José Leite	Largo do Cidade, 15	90 000	4 000 000
António Mendes Guimarães	Largo do Cidade	30 000	15 000 000
José Maria Leite	Rua de Couros	7 000 000	25 000 000
Pequena indústria	estabelecimentos: 21	4 235 340	33 759 000
TOTAL	38	36 830 340	136 559 000

Fonte: *Inquérito Industrial de 1890*

1.1.2.1. A intervenção associativa

A prevalência da classe dirigente no sector dos curtumes pode-se verificar ao nível associativo, no seio da Associação Comercial de Guimarães.²⁴⁵ Cruzando os nomes dos proprietários dos estabelecimentos

²⁴⁵ Associação criada em 1865. As lacunas documentais detectadas na documentação constante no arquivo da ACG impedem a apreensão do movimento associativo. Acompanhámos o percurso da instituição através das actas das reuniões de direcção e da Assembleia Geral,

do *Inquérito Industrial de 1890* com os dos membros dos órgãos directivos da colectividade, identificámos as posições destacadas que João António de Almeida e Eduardo Manuel de Almeida, da firma Almeida & Irmão, assumiram na Assembleia Geral da colectividade. Na última década do século XIX, a documentação permitiu-nos acompanhar algumas das acaloradas discussões sobre os assuntos que mais preocupavam os dirigentes deste sector industrial:

- A conclusão da instalação das oficinas da Escola Francisco de Holanda, fundada em 1884, com a criação de disciplinas de ensino prático;
- O prolongamento da linha férrea, que ligava Guimarães ao Porto, até Fafe, Chaves e Braga; no caso de Fafe, o alvará para a realização da obra foi emitido em 1891 e a inauguração verificou-se em 1907; os outros projectos, mesmo os que contemplavam a criação de um ramal de linha americana a ligar Guimarães a Famalicão, nunca chegaram a ser concretizados;
- A remodelação e construção das estradas Guimarães-Fafe, Guimarães-Gonça e Guimarães-Pedome;
- A construção de uma avenida ligando o centro da cidade à estação de caminho-de-ferro, atravessando o arrabalde de Couros e exigindo a construção de um túnel, obra necessária para corrigir o trânsito, e para evitar os terrenos pantanosos e a ravina, existente na zona baixa da cidade, que tornava difícil a tracção (1896);
- A normalização dos horários de trabalho, a contestação às medidas pautais ao aumento das contribuições prejudiciais ao negócio da indústria de curtumes, procurando-se alternativas para fomentar o seu restabelecimento, responsabilizando as fábricas a vapor do Porto e Lisboa pelo estado de decadência em que se encontrava a actividade exercida em Guimarães (1896 e 1907).

Na verdade, a presença de homens com interesses na indústria de curtumes entre os corpos sociais da Associação Comercial de Guimarães ajuda a compreender os insistentes protestos destinados a proteger a organização produtiva concelhia, onde os raios da industrialização eram imperceptíveis no final do século XIX, não se vislumbrando quando é que iriam irradiar a luz da esperança tecnológica.

Inconformados com os avanços que se começavam a vulgarizar nos outros centros industriais, com a introdução de tecnologia mecânica e máquinas a vapor que permitiam acelerar o processo de curtimenta, os

na tentativa de encontrar reflexos da actividade dos curtumes no seio das movimentações associativas.

representantes da classe industrial de Guimarães reclamavam protecção ao Governo. Em 1896, tendo conhecimento de que o Marquês de Liveri, residente em Lisboa, tinha requerido um privilégio para a produção de peles e couros curtidos, os industriais exigiram o seu indeferimento. Segundo a representação enviada ao Governo, a pretensão do estrangeiro residia no facto de, em Portugal, “existir apenas a produção de couros, atinado e peles de vaqueta, e não está ainda estabelecida a indústria por meio da qual os couros e as peles são tratadas como no estrangeiro: amarroquinados e marroquinos; peles e couros envernizados lisos ou frisados, chagrins, pelicas lisas ou lavradas, etc., de que a indústria faz grande uso numa quantidade variadíssima de formas e objectos”.²⁴⁶ Um argumento que não era válido para a classe industrial vimaranense, ao indicar que “nenhuma das várias espécies de pelaria produzidas pela indústria de curtumes são desconhecidas em Portugal não havendo, portanto, motivo nem pretexto o mais insignificante para que à face do decreto de 30 de Setembro de 1892 alguém possa julgar-se com direito a pedir privilégio por introdução de nova indústria”.²⁴⁷ Reconhecem que “não tem esta indústria conseguido atingir aquele grau de aperfeiçoamento que apresentam alguns dos similares espécimes da indústria estrangeira”,²⁴⁸ sendo a lacuna devida ao incumprimento da promessa de instalar o ensino prático na Escola Industrial Francisco de Holanda. É que, no regulamento de funcionamento estava prevista “a criação de uma secção de curtumes para aperfeiçoamento de alguns ramos daquela indústria, e cujo estabelecimento e fornecimento depende assim o crêem os industriais da adaptação do edifício da escola para a exequibilidade da lei”.²⁴⁹

Na mesma senda, em 1900, as preocupações “dos fabricantes de curtimenta e aparelho de peles” diziam respeito à aprovação da lei n.º 21 E, publicada a 5 de Abril, no *Diário de Governo*, por considerarem que “os interesses que nela estão comprometidos serão violentamente chocados e, além das perniciosas consequências económicas, a que tal comoção pode dar lugar, resultará certamente mais uma nova crise de trabalho, ficando sem colocação fácil e sem meios de subsistência os centos de operários que se empregam neste mister”.²⁵⁰ Previa-se o aumento pautal, o que

²⁴⁶ «Representação que a numerosa classe de cortumes dirigiu a Sua Magestade», *O Commercio de Guimarães*, 12 de Dezembro de 1896.

²⁴⁷ Idem.

²⁴⁸ Ibidem.

²⁴⁹ Idem.

²⁵⁰ «Representação dos proprietários de cortimenta e aparelho de peles», *O Commercio de Guimarães*, 5 de Junho de 1900.

prejudicava a classe industrial da mais importante actividade de Guimarães que “tinha no Estado um dos seus principais consumidores”.²⁵¹

Pouco antes desta advertência feita ao Governo, num clima de instabilidade, nasceu a Associação de Classe dos Curtidores e Surradores de Guimarães, em 1900, sendo criada com o fim de “subsidiar os sócios quando doentes e impossibilitados de trabalhar, vindo enfileirar-se na linha das que espelham a bem entendida caridade e o verdadeiro socialismo”.²⁵² Esta associação apenas foi aprovada a 21 de Fevereiro de 1901, tendo como associados fundadores: José Torcato Ribeiro, José Mendes d’Oliveira, José António Alves de Abreu, Francisco da Silva Guimarães, José Ribeiro Peixoto, José António d’Almeida, Manuel Ribeiro Venâncio, José Pereira Pantaleão, Manuel Ribeiro da Cunha, João Paulo da Silva, Bento Mendes Guimarães, António José d’Almeida, Manuel da Silva Sampaio, António Mendes de Almeida, Bento Moraes, Jacintho Pereira Pantaleão, António José Mendes da Silva, José da Silva Félix, Bento Ribeiro Venâncio, José de Abreu e Silva e Vicente Pereira.

A classe industrial associa-se aos operários na criação de uma caixa de socorros mútua, obtendo, até à crise que afectou o sector antes da I Guerra Mundial, a sua prestimosa colaboração na defesa dos supremos interesses do sector. Em 1903, por exemplo, perante o aumento da contribuição industrial, os operários saíram à rua e percorreram as mais representativas instituições vimaranenses de modo a agregarem apoios para o fortalecimento da intercessão junto do Governo, “a fim de que o imposto industrial incida somente nos lagares de curtumes como até hoje e se continue pagando o mesmo imposto que até ao presente se tem pago, por ser este o compatível com o estado e os recursos da indústria de curtumes em Guimarães”.²⁵³

1.1.2.2. Tendência de concentração

A sobrevivência dos industriais e dos operários envolvidos na indústria de curtumes exigia o estabelecimento de redes de solidariedade. Mas, numa altura em que uma instabilidade profunda atravessava o sector, a existência de um estabelecimento capaz de assegurar a sua laboração e ainda servir de entidade credora daquelas que lhe estavam mais próximas pode ser entendida como uma forma subtil de promover a concentração em torno da actividade.

²⁵¹ Idem.

²⁵² «Associação de Classe dos Curtidores e Surradores de Guimarães», *O Commercio de Guimarães*, 18 de Março de 1902.

²⁵³ «Manifestação ordeira do descontentamento pelo aumento exagerado das contribuições», *O Commercio de Guimarães*, 2 de Outubro de 1903.

Embora seja difícil penetrar nas relações que uniam os industriais, por não dispormos de um volume quantitativo de informações susceptível de validar o conhecimento sobre esse fenómeno, a apreensão das implicações resultantes da celebração de alguns contratos sugere a existência dessa tendência centrífuga em torno de um determinado estabelecimento. Senão, vejamos os contornos da modalidade de abertura de crédito promovida pela firma Almeida & Irmão, em 1906, já sob a administração de Eduardo Manuel de Almeida,²⁵⁴ casado, negociante e proprietário, morador na rua de Gil Vicente, e António José Ribeiro, viúvo e proprietário, morador no Largo do Trovador, para fornecimento de fazendas:

“- A firma comercial Almeida & Irmão (...) obriga-se a fornecer a crédito a António José Ribeiro, em parcelas, como por este lhe forem requisitadas, fazendas de couro até à importância de oito contos de réis. Pelas importâncias das ditas fazendas, que assim lhe forem fornecidas, (...) António José Ribeiro aceitará letras aos prazos que convencionar com o primeiro outorgante.

- Este contrato, que principiou no dia 23 de Janeiro, durará enquanto que convier reciprocamente, devendo aquele dos outorgantes que quiser dá-lo por terminado, avisar o outro com seis meses de antecipação.

- O segundo outorgante (...) obriga-se também a pagar o juro anual de seis por cento, desde o protesto das letras, que não forem pagas no seu vencimento até real e completo embolso da dita firma comercial.

- Que o segundo outorgante António José Ribeiro hipoteca a favor do primeiro outorgante (...) para segurança e pagamento das letras e seus juros quando os vençam nos termos do artigo antecedente, e das custas e mais despesas judiciais e extra-judiciais, de que for devedor por virtude deste contrato, até à indicada importância de oito contos de réis, a raíz, rendimentos, águas, direitos acessórios, servidões activas e mais pertenças dos seguintes prédios:

- uma morada de casas de três andares (...), no Largo do Trovador;
- uma fábrica para cortume de couro, situada ao fundo da Rua de S. Francisco, (...) composta de casas para armazém, vinte e quatro lagares, quatro lagaretas e quatro pelames, com seis lugares de casinha dos oito que compreende uma casinha, que está junto da mesma fábrica, ao lado do poente (...); pertence a esta fábrica o direito de demolhar 220 couros cada vez e sucessivamente na poça que foi da Irmandade de S. Crispim (...);
- dez lagares e uma lagareta para curtume de couros, situados no Largo do Cidade (...);
- dois lagares e uma lagareta para curtume de couros situados no mesmo Largo do Cidade (...);
- dois pelames e duas humadas para o curtume de couros, situados no Largo do Cidade (...);
- um pelame para curtume de couros, situado no mesmo Largo (...); a estes quatro prédios ultimamente descritos pertencem dois lugares na casinha (...) e o direito

²⁵⁴ Nome que também está ligado à criação de uma importante unidade têxtil, a Companhia de Fiação e Tecidos de Guimarães, e à actividade bancária, tendo sido responsável pela instalação, em Guimarães, de uma agência do Banco Ultramarino.

de demolhar cento e vinte couros cada vez e sucessivamente na dita poça que foi da Irmandade de S. Crispim (...); uma morada de casas de dois andares, com um barracão de madeira, dentro do qual se acham sete lagares e duas lagaretas para o curtume de couros, situada na Rua de Couros (...); o casal denominado da Quinta de Antemil, situado na freguesia de S. João Baptista de Penselo (...); uma morada de casas com os números 33 e 34 (...) situada no Largo do Trovador; uma morada de casas com os números 35, 36 e 37, situada no Largo do Trovador e o casal das Aldeias, situado na freguesia de Santo Estêvão de Urgeses (...) com exclusão da leira da estrada nova com sua horta (...).»²⁵⁵

Infelizmente, a inexistência de registos sobre a contabilidade das firmas envolvidas neste contrato não permite apurar a dimensão do seu impacto, nem as consequências económicas para cada uma das partes. No entanto, o facto do contrato expor os haveres do proprietário António José Ribeiro (em 1890, com estabelecimento sediado no Largo do Cidade), oferecidos como fiança, ajuda a compreender a postura que o detentor dessa categoria sócio-profissional ostentava perante os demais actores sociais relacionados com o processo da curtimenta.²⁵⁶

Apesar de se verificar uma concertação de interesses entre os diferentes protagonistas, as dependências revelam práticas de concentração em torno desta actividade. Em simultâneo, a forma como estava distribuída a propriedade industrial denuncia o arcaísmo que invadia o sector, com os modos de produção a pertencerem a um grupo restrito de indivíduos que cediam a sua utilização a troco de um pagamento, ou que procediam à sua exploração directamente.

1.2. Matérias-primas e processos de transformação

No final do século XIX, Guimarães era o centro mais importante do Norte em vitelas, atanados e seleiro, obstinado no seu tradicional emprego da casca de carvalho, pura e simples. Com o decorrer do tempo, o Porto conseguiu quase fazer desaparecer de Guimarães o fabrico do couro de seleiro e, “tendo persistido nas vitelas e atanados, diminuiu-lhe um tanto a

²⁵⁵ «Abertura de crédito entre a firma commercial Almeida & Irmão e António José Ribeiro, desta cidade em 3 de Fevereiro de 1907», *Livro de Notas do Tabelião João Joaquim Oliveira Bastos*, AMAP, N – 4353, pp. 50-54

²⁵⁶ A análise das matrizes prediais respeitantes às instalações citadas no documento ajuda a constatar o modo de organização a que obedecia a exploração desses tanques' lagares e pelames, aparecendo alusões à natureza foreira, alodial e mieira a que estava submetido o regime de propriedade.

preponderância que tradicionalmente exercia”.²⁵⁷ No entanto, os couros vimaranenses conseguiam atingir mercados extra-regionais.

Entrado o século XX, o processo de curtição continuava a ser bastante sensível e muito demorado, mantendo-se a eterna dependência da casca, da água e do tempo. As peles apenas se convertiam em couros mediante sucessivas imersões e repousos em tanques com casca de carvalho traçada, sendo utilizadas matérias-primas de origem local e também de mercados exteriores. Dada a proximidade com as terras altas de Fafe, a Serra do Merouço, onde abundava o carvalho alvarinho na vegetação que cobre aquela mancha florestal, existia uma grande disponibilidade de substâncias tânicas.

Por sua vez, as peles provinham do abate de reses nos matadouros. Os couros mais espessos e mais sólidos, empregados sobretudo na sapataria, eram fornecidos pelos bois, bezerros e vitelas, constituindo o que eles denominavam a “fazenda verde da terra”. Podiam também ser encaminhados das ilhas dos Açores, de várias localidades brasileiras (Maranhão, Pará, Pernambuco), de outras zonas da América Latina (Montevideu, Buenos Aires) e, durante o século XX, das possessões africanas portuguesas (Guiné, Angola e Moçambique). Atravessavam o Atlântico e chegavam a Guimarães por intermédio de negociantes, muitos dos quais instalados no Porto e Lisboa.

Dessas paragens longínquas, as peles apresentavam-se secas ou salgadas, sendo adquiridas em função das conveniências do fabricante. As de bezerros eram recebidas secas e destinavam-se à preparação dos atanados. As de vitela eram vulgarmente oriundas dos matadouros locais ou, então, de diversos pontos da Europa, sobretudo do norte da Alemanha e da Rússia.²⁵⁸

Para a transformação das peles em couros era também necessário água (de preferência não muito calcária para não prejudicar a curtimenta), cal e excrementos de pomba ou de cão (podendo a sua utilização ser substituída por farelo). Estes ingredientes eram essenciais para a lavagem das peles, antes de ser aplicado o curtume propriamente dito.

²⁵⁷ Fernando GALHANO, «Sobre a projectada organização da indústria de cortumes», *Revista de Contabilidade e Comércio*, Vol. I, n.º 3 e n.º 4, Trimestário de Cultura Económica, Porto, 1933, p. 241-242.

²⁵⁸ Fernando Homem da Cunha CÔRTE-REAL, «A Indústria dos Cortumes na 3ª Circunscrição Industrial», *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 43, Imprensa Nacional, Lisboa, 1912.

1.2.1. As técnicas tradicionais

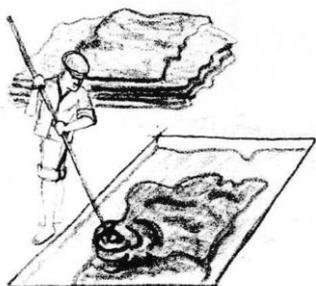
Até à I Guerra Mundial, em Guimarães, a laboração nas fábricas de curtumes era de carácter manual, sendo exercida essencialmente no arrabalde citadino. Apesar de algumas unidades instaladas posteriormente terem inserido nos processos de fabrico a componente mecânica, o esforço braçal exigido ao curtidor e ao surrador continuava a ser a principal referência desta actividade. As operações permaneciam indiferentes à inovação técnica. Sem fórmulas químicas, o sucesso das operações continuava dependente do conhecimento transmitido de geração em geração.

A partir do testemunho de Manuel Oliveira²⁵⁹, procurámos enumerar as principais etapas a que eram submetidas as fazendas, desde que eram retiradas dos animais até se tornarem um produto maleável, passível de ser utilizado como matéria-prima dos sapateiros, seleiros ou correiros que moldavam a sua funcionalidade final.

1.2.1.1. A “ribeira”

A conversão da pele em couro iniciava-se com uma série de operações conhecidas por “trabalhos de ribeira”. Consistiam na aplicação de algumas substâncias para remover as matérias estranhas e restituir à pele a humidade perdida no decurso da armazenagem, de modo a permitir o processo de curtimenta propriamente dita.

1- Demolhar: 1 semana



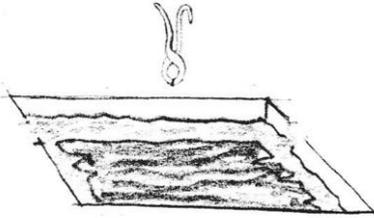
Uma grande quantidade de peles era mergulhada em tanques rasos ao chão. Geralmente, eram lançados mil “couros” a demolhar numa poça, em águas corredias. A qualidade da água era um factor importante para o sucesso desta operação (não devia ser muito ferrosa), assim como as condições meteorológicas que interferiam decisivamente no tempo que as peles demoravam a demolhar, embora regra geral

²⁵⁹ O testemunho que sustenta esta descrição foi recolhido no durante o período em que foi realizado este trabalho, tendo já falecido o autor do relato oral.

* Ilustrações elaboradas a partir da publicação *El Museu De La Pell d' Igualada*, Quaderns de Didàctica I Difusió ~14, Museu de La Ciència I de La Tècnica de Catalunya, Museu de La Pell D'Igualada I Comarcal De L'Anoia, 2002.

fosse sempre necessário uma semana. Este banho destinava-se a, pela primeira vez, abrir os poros da pele, de modo a facilitar a execução eficaz das fases seguintes. Um “apartador” encarregava-se de levantar as peles e tinha como função observar quais eram as “fazendas” que estavam reverdecidas, sendo estas posteriormente introduzidas nos pelames.

2- Pelame : 1º banho - 3 dias



As peles passavam 24 horas em tanques de menor dimensão - os pelames - onde recebiam o primeiro banho, em água que já tinha sido utilizada em fases mais adiantadas do processo de tratamento dos couros. Por isso, continham ainda vestígios químicos da curtimenta.

Depois, os couros eram retirados e o “tempero de curtimenta” existente nas águas era reforçado com cal e sulfureto, sendo as peles reintroduzidas nesse banho. Uma vez no pelame, tinham que ficar bem cobertas pelo preparado. Além disso, “era conveniente que os couros não ficassem amontoados desordenadamente, uns em cima dos outros”. Este primeiro processo demorava 24 horas, de maneira que, volvido esse tempo, as peles eram revolvidas numa primeira e segunda vez.

3- Descabelar: 30 a 45 minutos por fazenda



Os peles eram retiradas dos pelames e estavam prontas para serem “descabeladas”, sendo o pêlo extraído pelo “descabelador” com a ajuda de uma “ferrelha”. Era um trabalho bastante árduo. O “descabelador” tinha que estar agachado numa espécie de lavadouro para remover o pêlo da flor da pele, com os pés mergulhados na água.

4 - Pelame: 2º banho



Após a “descabelagem”, os couros eram encastelados e regressavam ao pelame em lotes de 25 fazendas, onde recebiam um banho de cal fina, com a flor da pele virada para baixo, de modo a amaciar e flexibilizar a pele em melhores condições, sendo limpos os resíduos dos pêlos extraídos e evitando-se sempre manchas que a cal poderia imprimir ao cabedal. Quando este segundo banho terminava, consoante a finalidade das

fazendas, os couros ou podiam ser grosados ou descarnados.

5 - Grosar ou descarnar - 1 hora por fazenda

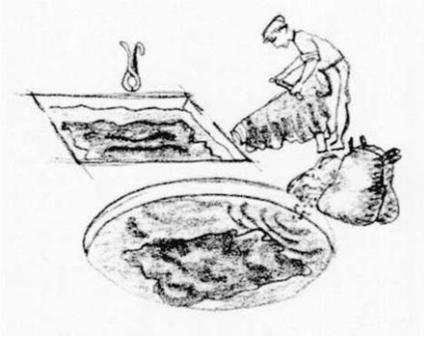


Ambas as operações destinavam-se a igualizar os couros, porque a pele, depois de extraída dos animais, não é uniforme. Se os couros fossem utilizados para atanado -cabedal para fazer botas e sapatos comuns - eram “grosados”; caso o produto final estivesse destinado à sola dos sapatos, então, era “descarnado”. Esta última finalidade exigia um procedimento menos moroso que o acto de grosar, porque consistia simplesmente em

limpar a carnaça.

Mesmo assim, tanto uma como outra técnica consistiam em raspar o carnaz da pele; esses resíduos serviam posteriormente para a fabricação de sebos e colas, actividades subsidiárias da transformação dos curtumes. Em geral, cada homem descarnava por dia 12 couros e quando se juntavam 125 a 130 fazendas, estas eram introduzidas num tanque - o lagar dos couros - prontas a receber a “humada”.

6 – Desencalagem ou humada - entre 5 a 15 dias



A “humada” era preparada com excrementos de pomba e de cães (é conhecido o poder corrosivo do “lixo” destes animais) juntamente com a água. Essa porção era diluída nos pelames onde também mergulhavam-se as peles, até ocorrer a fermentação (processo essencial para depois ajudar os couros a receber a tanação das cascas e entrecasas de carvalho). O tempo que

demorava esta fase, tal como algumas anteriores, dependia das condições climáticas. Se fosse Verão podiam ser três ou quatro dias, ao passo que, no Inverno, com as águas mais frias, esta operação podia prolongar-se por nove ou doze dias. Os rigores da trovoadas também podiam determinar a necessidade de retirar rapidamente as peles da humada. Manuel Oliveira²⁶⁰ recordou que, “às vezes, aos domingos no fim da missa das almas, a indústria toda dirigia-se aos pelames para ir dar uma volta às fazendas e aquele que não aparecesse pagava uma multa... A gente a contar que ia para as namoradas! Está bem!!! As humadas adiantavam e não podiam ficar ali. Tinham que sair, senão o lixo de pomba começava a picar a pele e não havia remédio, era dinheiro perdido”.

1.2.1.2. Curtimenta

Tratava-se do conjunto de operações que tornavam a pele imputrescível, após a aplicação de substâncias vegetais com propriedades tanantes. Carvalho, castanheiro, sumagre, quebracho, mimosa e mirabolano foram os produtos aplicados na curtimenta, sob a forma de cascas trituradas ou ainda sob a forma de extractos concentrados. Porém, em Guimarães, a casca de carvalho constituía o produto mais requisitado, sendo os extractos apenas introduzidos quando algumas fábricas aceleraram os processos de curtimenta com a introdução de um mecanismo, designado por “tanú” ou “foulão”, que substituiu o processo de ribeira.

²⁶⁰ Curtidor experiente cujo testemunho oral constituiu uma importante fonte para a realização deste trabalho.

1 - Abaldoar - 24 horas

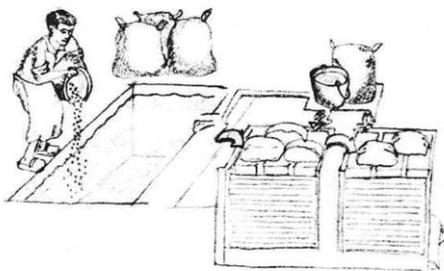


As peles eram retiradas da “humada” e introduzidas em lagares, antecipadamente cobertos com água limpa. As propriedades químicas desta água seriam reforçadas com a junção de cascas de carvalho, permitindo uma rápida libertação dos taninos, a substância que ao reagir com a pele

conferia-lhe a imputrescibilidade.

No dia seguinte, os couros eram levantados pelos “encascadores” que com o auxílio de um “engaço de encanhar” retiravam aquela primeira casca.

2 - Atabicar o lagar: perto de 3 meses



1ª casca - 1 mês

As peles eram levantadas e dispostas uma a uma num pelame repleto de água, sendo envolvidas em casca de carvalho moída. Quando as fazendas estivessem muito bem encascadas, chegava o momento de “atabicar”: como a pele dos

animais não é uniforme, "a porção de casca tinha que ser adequada a estas condicionantes e se o encascador não tivesse consciência do que andava a fazer, o couro ganhava umas levas que nunca mais lhe saiam".

2ª casca – 2 semanas

Depois era dado um segundo banho de casca para que o tanino aderisse à pele. Nessa altura, inspeccionava-se o estado do couro. Por vezes, as peles tinham que ser “casadas” porque certas partes da pele absorviam melhor do que outras as substâncias tanantes.

3ª casca – 1 semana

Último reforço de casca moída para fornecer o curtume definitivo à pele.

3 - Lavar à perna -



Após os sucessivos banhos de casca, os couros eram “lavados à perna”. Uma tarefa que começava ao romper do dia. Por volta das cinco, seis horas da manhã, os “lavadores” já andavam enterrados em água até aos joelhos para esfregar as peles que, depois, eram postas a escorrer até secar.

1.2.1.3. Aparelho

Depois de receberem o curtume, os couros sofrem as operações de acabamento, que variam conforme o fim a que se destinam. Assim, os curtidores procuram tingir ou gravar os couros, dar-lhe mais flexibilidade pela impregnação de gorduras, torná-los mais ou menos espessos, rugosos ou lisos, consoante as finalidades comerciais dos produtos.

1 - Surrar - 30 minutos



Depois de escorridos, os couros passavam para as “tábuas de surrar”. Com a ajuda da “pissara” ou da “estira” era extraída a humidade e o excesso de tanino concentrado no couro, antes de ocorrer a oxidação que o poderia tornar quebradiço. Raspavam-se as peles pelo carnoz, regulando-se a espessura pretendida.

2 - Secar - 1 mês



A pele era enrolada e introduzida numa tala de madeira para depois ser batida de modo a adquirir a densidade pré-determinada. Em seguida, a pele era desenrolada, sendo novamente sujeita à força dos braços do surrador sobre as mesmas tábuas. Com a ajuda de uma “romanadeira” começava a ser dado brilho à flôr da pele, para ultimar esta operação. Era posta novamente a secar.

3 - Engordurar ou engraxar



Após terem passado pelo secadouro, os couros eram engordurados com sebo (produto confeccionado com gordura de boi e óleo de peixe, extraído da cabeça da sardinha) para esticar a pele e cobrir eventuais manchas que pudessem existir. Um preparado que era aplicado sobre as peles que depois se penduravam a secar para perderem a humidade. Depois de secas nas varandas e nos tendais, eram empilhadas à espera de entrar na fase de acabamento, onde poderiam ser ou não tingidas consoante a sua finalidade.

Para terminar, as peles eram classificadas por categorias, de acordo com a qualidade do curtume aplicado e também pela homogeneidade existente nas fazendas. De realçar que, o valor de muitos couros diminuía consoante fossem ou não detectados os golpes aplicados nos animais antes do abate. As peles eram seleccionadas e distribuídas por quatro categorias, existindo também aquilo que os industriais denominavam de «refugo» que tinha variadas utilidades na indústria de calçado. Após essa selecção criteriosa, as peles eram agrupadas e amarradas com uma corda em «costais». Aliás, o termo «costal» ainda faz parte da linguagem técnica dos industriais de curtumes.

1.2.2. A evolução emergente

Relativamente à forma como estava estruturada a organização produtiva, um industrial portuense, ao analisar a realidade sectorial nos primeiros vinte anos do século XX, observa que, em Guimarães, “as crises da indústria eram periódicas e, aparte três ou quatro fabricantes, os outros davam, de anos a anos, importantíssimos prejuízos à praça do Porto. O número desses fabricantes aumentava; a venda dos couros em cabelo intensificava-se; a concorrência nos curtidos seguia no mesmo andar, especialmente quando os prazos das letras se aproximavam dos seus termos, circunstância esta de que os negociantes do Porto habilmente se aproveitavam para apertar, duro e forte, o gasnete do fabricante sem outros recursos fora da sua indústria”.²⁶¹ Numa retrospectiva ao atraso verificado na indústria vimaranense, Fernando Galhano refere que, em 1898, “as fábricas para alguns e não poucos industriais não existiam; os tanques, os lagares eram serventia de diversos, alugavam-se e os surradores, de casa em casa, acabavam os couros de toda a gente, mediante preços

²⁶¹ Fernando GALHANO, *op. cit.*, 1933, p. 242.

estabelecidos por peça, ou a ajustar quando o trabalho afrouxava, ou urgia”.²⁶² Assim, continuava, “e à parte, a meia dúzia, escassa, de fabricantes com sólidos recursos, após a desenfreada, mas de certo modo compreensível concorrência, não eram pagas as letras e nova crise se abria no ciclo das periódicas”.²⁶³

Era impossível assim a introdução de qualquer tentativa de inovação tecnológica, bem como a concertação de interesses entre os diferentes industriais, apesar das dependências exigidas pela prática desta actividade.

No entanto, a necessidade de abreviar as operações de curtimenta determinou a substituição da casca pelos extractos taninosos, favorecida pela agitação das peles em mecanismos apropriados. A utilização dos “tanús” ou “foulons” há muito introduzidos nas fábricas do Porto e Lisboa, com recurso à energia hidráulica, em Guimarães, apenas se verificou com a vulgarização da electricidade. Em 1921, Alberto Cardoso Martins de Meneses (Margaride) ousou romper com a tradição, ao aproveitar uma queda de água, no Rio de Selho, em Fermentões, para aí instalar a moderna Fábrica de Cortumes de Roldes. Escolheu uma zona rural, longe da precaridade das instalações industriais cujo funcionamento tornava insalubre o ambiente citadino. Aí, as máquinas e seus acessórios de cerrar peles, acamurçar, amaciar e lustrear, assim como as estufas de fazer vernizes e os cilindros de bater eram o símbolo do progresso, em competição com os curtidores e surradores que continuavam a laborar manualmente. Mas, esta iniciativa que rompeu com o arcaísmo dominante no sector não conseguiu recuperar a preponderância perdida, pois, a indústria de curtumes vimaranense há muito estava desalinhada dos investimentos tecnológicos feitos noutros pontos do país.

1.3. As condições de trabalho

No seio da transformação das peles, a organização produtiva demorou a adaptar-se ao ritmo funcional determinado pelo processo de industrialização implementado, por exemplo, na indústria têxtil. Sendo uma actividade tradicional, profundamente enraizada na memória daqueles que a exerciam, os hábitos de trabalho dos operários correspondiam à tradição e eram cumpridos em função das determinações das leis da natureza. As tarefas continuavam muito dependentes das condições climáticas, sendo escassos os locais resguardados da chuva e do sol. A maioria das operações eram praticadas ao ar livre e os poucos armazéns

²⁶² Idem.

²⁶³ Idem, p. 243.

que existiam apenas serviam para defender das intempéries as matérias-primas e os produtos acabados.

Além de rotineira e insalubre, a indústria praticada no arrabalde de Couros não dignificava todos os seus operários com um tecto, embora constituíssem a classe mais representativa do panorama económico vimaranense.

1.3.1. Hierarquias funcionais

Pelas razões já apontadas na caracterização dos modos de organização produtiva, não se pode definir um modelo orientador das relações laborais verificadas nas diversas unidades industriais. De qualquer forma, atendendo aos indicadores fornecidos pelo *Inquérito Industrial de 1890*, podemos observar a permanência do sistema de produção doméstica e as características da organização corporativa do trabalho. Ou seja, o funcionamento dos estabelecimentos de pequena dimensão girava em torno das figuras do mestre, do operário e do aprendiz. Dos 269 indivíduos identificados, os mestres representam 14%, os operários 68.7% e os aprendizes 16.3%. Curiosamente, neste universo profissional, nota-se a diminuta expressão dos surradores, apenas representados numa das unidades industriais, revelando que a prática desta actividade estava remetida para trabalhadores que não tinham patrão certo.

QUADRO Nº 32
CONDIÇÃO PROFISSIONAL DOS TRABALHADORES

ESTABELECIMENTOS	OFÍCIO	MESTRES	OPERÁRIOS	APRENDIZES	TOTAL
Francisco Caetano	Cortidor	1	6	1	8
António Teixeira Araújo	Cortidor	1	12	2	15
Caetano Mendes Ribeiro	Cortidor	2	5	2	9
Manuel José Martins	Cortidor	1	8	2	11
Joaquim José de Carvalho	Cortidor	1	5	1	7
Manuel José Teixeira	Cortidor	1	6	2	9
Francisco José Oliveira Guimarães	Cortidor	1	8	2	11
António José Ribeiro	Cortidor	1	8	2	11
Bento Mendes de Oliveira	Cortidor	1	10	1	12
Joaquim da Costa Ruivães	Cortidor	1	5	1	7
Bento José Araújo Nobre	Cortidor	1	8	5	14
Fortunado da Silva	Cortidor	1	6	5	12
José Maria Leite Junior	Cortidor	1	7	1	9
Almeida & Irmão	Cortidor	1	3	2	6
	Surrador	2	4	2	8
Bento José Leite	Cortidor	1	6	...	7
António Mendes Guimarães	Cortidor	2	7	3	12
José Maria Leite	Cortidor	1	28	...	29
Pequena indústria	Cortidor	19	43	10	72
Total		40	185	44	269

Fonte: *Inquérito Industrial de 1890*

Preponderam as unidades industriais de reduzida dimensão. Dos 18 estabelecimentos arrolados, 9 tinham menos de 10 trabalhadores, sendo igualmente 9 o número de unidades com mais de 10 operários. Apenas a firma de José Maria Leite se desatacava com 29 trabalhadores ao seu serviço.

Apesar da evolução da organização profissional registada ao longo do século XX, os usos e costumes ancestrais moldavam a dinâmica funcional da curtimenta de peles. A progressão social obedecia a directrizes escrupulosamente cumpridas. “Ainda hoje o aprendiz de curtidor é corrente dar 4 anos ao ofício. Quanto ao surrador, dá o tempo que for necessário para o seu aprendizado”, observou A. L. de Carvalho a respeito da ascensão profissional verificada no sector.

Sendo um momento importante para a trajectória de cada indivíduo, a passagem de aprendiz a oficial obedecia a um ritual.

“Quando o curtidor deita a primeira pele à tábua da grossa é sua obrigação pagar um beberete aos companheiros. Consta de vinho e uma bucha de pão. Este trabalho da primeira pele não é ainda o oficial. Se o fosse, então pagaria, à mesa de uma taberna ou estalagem a patente. A este bródio assistiam outrora não só os companheiros, mas, quantas vezes, o próprio mestre e patrão da oficina. Constava de uma jantarada ou pitéu de cozinha. Aquele que se recusasse a pagar a patente corria o risco de lhe recusarem o trabalho, além de ser apodado de miserável.”²⁶⁴

Desta forma, o pagamento da patente era acto simbólico, semelhante ao que era cumprido para a obtenção do diploma de oficial, quando as actividades manuais eram exercidas sob a apertada vigilância corporativa e a progressão profissional dependia de um exame e da avaliação do juiz de ofício.

A juntar à manutenção destas tradições reveladoras do arcaísmo que, em Guimarães, acompanhou a transformação das peles ao longo do século XX, torna-se imperioso acrescentar o recurso sistemático à mão-de-obra infantil e o analfabetismo verificado entre os trabalhadores e até fabricantes.

1.3.2. A falta de instrução

Conscientes da importância que revestia a formação profissional para o correcto desempenho das mais diferentes actividades económicas, os organizadores da Exposição Industrial de Guimarães, em 1884, conseguiram institucionalizar a necessidade de promover o ensino industrial. No entanto, a consequente instalação da Escola Industrial

²⁶⁴ A. L. de CARVALHO, *op. cit.*, p. 85.

Francisco de Holanda não teve os resultados esperados, pelo menos no que diz respeito ao sector dos curtumes, dado que a instrução especializada nesta área nunca chegou a ser implementada.

Não obstante os efeitos da realização do certame, já antes da existência deste estabelecimento de ensino, nem as iniciativas da Sociedade Martins Sarmento enraizaram-se entre os operários que laboravam na transformação das peles. Apesar da propaganda activa da instituição, anotava um jornalista, “ainda nenhum curtidor ou surrador frequenta o curso nocturno de francês; um rapaz surrador venceu o acanhamento e matriculou-se; as chufas dos companheiros, as advertências mais ásperas do patrão obrigaram-no a abandonar o curso”.²⁶⁵

Mesmo assim, no ambiente produtivo animado pela tradição, alguns fabricantes manifestavam interesse em acompanhar as inovações tecnológicas. Por exemplo, Bento José Nobre, um dos participantes da Exposição Industrial, foi considerado um dos mais empreendedores homens da classe, mas “a perseverança e actividade intelectual que o caracterizam lutam sempre com a grave dificuldade da sua ignorância; sabe o que tem aprendido no empirismo da sua fábrica, sabe o que, por esforço do seu espírito em sucessivas experiências vai descobrindo”.²⁶⁶ Convenceu o filho a frequentar a disciplina de francês no Instituto Escolar da Sociedade Martins Sarmento para conseguir colher informações do *Manual do Curtidor*, da Colecção Roret. “Essa tradução, a imanente vivacidade do fabricante, a sua experiência produziram, e bem, o novo preparo até agora desconhecido nas fábricas da rua de Couros.”²⁶⁷

Apesar da curiosidade suscitada pela descoberta de novos processos, em Guimarães não se assistia à introdução de substâncias como o ácido sulfúrico, o alumínio ou o cromo utilizados nos estabelecimentos do Porto ou de Lisboa a fim de activar o curtume. Estas substâncias conferiam imputrescibilidade através de um processo mecânico que consistia na suspensão das peles numa espécie de um tambor em movimento rotativo. Mas, a adaptação tecnológica exigia pessoal devidamente habilitado e apto a acompanhar o progresso científico, o que não se verificava entre os operários vimaranenses. Aliás, atendendo aos dados de 1890, a maioria dos trabalhadores nem sequer sabia ler nem escrever.

²⁶⁵Cit. Artigo publicado no *Jornal do Commercio de Lisboa*, Alberto Sampaio e Joaquim José de MEIRA, *op. cit.*, 1991, p. 217.

²⁶⁶ Idem

²⁶⁷ Idem.

QUADRO Nº 33
OPERÁRIOS QUE SABEM LER E ESCREVER (1890)

ESTABELECIDAMENTOS	OFÍCIO	OPERÁRIOS QUE SABEM LER	TOTAL DE OPERÁRIOS	%
Francisco Caetano	Cortidor	5	8	62.5
António Teixeira Araújo	Cortidor	4	15	26.6
Caetano Mendes Ribeiro	Cortidor	4	9	44.4
Manuel José Martins	Cortidor	4	11	36.4
Joaquim José de Carvalho	Cortidor	2	7	28.5
Manuel José Teixeira	Cortidor	5	9	55.5
Francisco José Oliveira Guimarães	Cortidor	6	11	54.5
António José Ribeiro	Cortidor	-	11	--
Bento Mendes de Oliveira	Cortidor	1	12	8.3
Joaquim da Costa Rivães	Cortidor	1	7	14.3
Bento José Araújo Nobre	Cortidor	5	14	35.7
Fortunado da Silva	Cortidor	4	12	33.3
José Maria Leite Junior	Cortidor	4	9	44.4
Almeida & Irmão	Surrador	6	6	71.4
	Cortidor	4	8	
Bento José Leite	Cortidor	7	7	100
José de Mattos	Cortidor	7	12	58.3
José Maria Leite	Cortidor	19	29	65.5
Pequena indústria	Cortidor	41	72	56.9
Total		129	269	47.9

Fonte: *Inquérito Industrial de 1890*

Na tentativa de combater o atraso na formação profissional, já verificámos que a Associação Comercial de Guimarães dirigiu uma representação ao Governo, em 1896, mas a intenção principal visava a constatação a uma nova unidade industrial surgida em Lisboa.

Em 1904, durante as comemorações do aniversário da Associação de Classe dos Cortidores e Surradores de Guimarães, Joaquim José de Meira, director e professor da Escola Industrial, pronunciou-se sobre o estado do ensino, tendo lamentado a falta de instrução primária, "a base e fundamento de todos os outros ramos de instrução, uma necessidade tanto para o negociante, como para o operário."²⁶⁸ No seu entender, sem o desenvolvimento da instrução popular, não seria possível concretizar o progresso social.

²⁶⁸ «Associação de Classe dos Cortidores e Surradores de Guimarães», *O Commercio de Guimarães*, 5 de Abril de 1904.

As palavras de Joaquim José de Meira parecem ter sido interiorizadas pelos membros da direcção da instituição. Em 1905, num discurso publicado na imprensa, um dos seus dirigentes era peremptório, ao traçar o quadro social dos operários que laboravam neste sector: “entre nós é enorme a percentagem de analfabetos; em geral o operário curtidor ou surrador é mais solícito em mandar os filhos para a oficina do que para a escola; e assim é que nós vemos muitas vezes crianças de 8, 9 e 10 anos empregadas no árduo trabalho da nossa profissão, quando ainda deviam sobraçar os livros das primeiras letras. É claro que os pais justificam o seu procedimento com a necessidade de conseguir salários para a sustentação de suas famílias pobres”.²⁶⁹

Com efeito, a possibilidade de obter um trabalho, ainda que mal remunerado, constituía uma alternativa à frequência da escola para os filhos dos operários. O *Inquérito Industrial de 1890* apenas dá conta da existência de 9 aprendizes com menos de 12 anos, dos quais apenas três sabiam ler e escrever, e 27 com idade compreendida entre os 12 e 16 anos, dos quais sete sabiam ler e escrever. Mas, a realidade deveria ser bem diferente. A falta de instrução evidenciada no inquérito poderia ser um sintoma das reticências colocadas pelos pais à possibilidade dos filhos frequentarem a escola, como também um sinal da miséria e da pobreza que atingiram as famílias operárias.

1.3.3. Horário de trabalho e remunerações

Recorrendo novamente ao testemunho do industrial portuense que se debruçou sobre as circunstâncias que proporcionaram o desaparecimento da indústria de curtumes de Guimarães, ficamos a saber que, no final dos séculos XIX, “o trabalho nas fábricas de curtumes fazia-se de sol a sol”.²⁷⁰ Com um horário vago e impreciso, a transformação das peles não fugia à regra daquilo que se passava nas outras actividades industriais, mostrando o estado rudimentar em que se vivia.

Dada a escassez de fontes capazes de ilustrar os rendimentos dos operários, com base no *Inquérito Industrial de 1890* procurámos sintetizar a grelha salarial aplicada nos diferentes estabelecimentos.

²⁶⁹ «Associação dos Cortidores e Caixa de Socorros», *O Commercio de Guimarães*, 31 de Março de 1905.

²⁷⁰ Fernando GALHANO, *op. cit.*, 1933, pp. 241-242.

QUADRO Nº 34
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO A JORNAL E HORAS DE TRABALHO

ESTABELECIMENTOS	OFÍCIO	OPERÁRIOS	APRENDIZES	HORAS/DIA
Francisco Caetano	Cortidor	300 – 360	100 - 160	12 ou 13
António Teixeira Araújo	Cortidor	300 – 360	100 - 200	9 a 12
Caetano Mendes Ribeiro	Cortidor	360 – 460	100 - 200	9 a 12
Manuel José Martins	Cortidor	280 – 300	100 - 200	9 a 12
Joaquim José de Carvalho	Cortidor	300 – 340	100 - 140	9 a 12
Manuel José Teixeira	Cortidor	360 – 460	100 - 120	9 a 12
Francisco José Oliveira Guimarães	Cortidor	300 – 360	100 - 200	9 a 11
António José Ribeiro	Cortidor	360 – 400	100 - 160	9 a 12
Bento Mendes de Oliveira	Cortidor	300 – 360	100 - 160	9 a 12
Joaquim da Costa Rivães	Cortidor	300 – 360	100 - 160	9 a 12
Bento José Araújo Nobre	Cortidor	300 – 360	200 - 260	9 a 12
Fortunado da Silva	Cortidor	300 – 360	300 - 320	9 a 12
José Maria Leite Junior	Cortidor	360 – 400	160 - 240	9 a 12
Almeida & Irmão	Cortidor	360 – 400	100 - 200	9 a 12
	Surrador	9 a 12
Bento José Leite	Cortidor	360 – 400	...	9 a 12
António Mendes Guimarães	Cortidor	9 a 12
José Maria Leite	Cortidor	360 – 400	...	9 a 12
Pequena indústria	Cortidor	240 – 400	80 - 200	9 a 12

A retribuição por cada dia normal de laboração aparece dividida em dois grupos: o trabalho a jornal e o trabalho de empreitada ou tarefa. Na curtimenta das peles, a generalidade das funções era retribuída em função do “jornal” contratado. Porém, também existia a modalidade do trabalho de empreitada, nomeadamente nos estabelecimentos: Almeida & Irmão (abrangendo o ofício de surrador), José Maria Leite Júnior, Bento José Leite, António Mendes Guimarães, José Maria Leite e na pequena indústria.

Verifica-se uma diferença significativa entre as retribuições feitas a jornal e à tarefa. Tendo em conta que a modalidade de pagamento por empreitada se praticava com maior expressividade nos estabelecimentos de maior dimensão, somos levados a considerar que essa opção resultava da necessidade de contratar os melhores e mais habilidosos operários para o correcto desempenho das funções. De salientar que, o trabalho por empreitada exigia uma responsabilidade acrescida, podendo a realização da tarefa não se esgotar num só dia, como também poderia nem chegar a preenchê-lo.

QUADRO Nº 35
REMUNERAÇÃO DO TRABALHO DE EMPREITADA

ESTABELECIMENTOS	OFÍCIO	OPERÁRIO	APRENDIZES
José Maria Leite Junior	Cortidor	500-1000	100-280
Almeida & Irmão	Cortidor	500-1000	...
	Surrador	300-800	100-300
Bento José Leite	Cortidor	500-1000	...
António Mendes Guimarães	Cortidor	300-600	200-360
José Maria Leite	Cortidor	500-1000	...
Pequena indústria	Cortidor	300-400	...

Dado que as actividades relacionadas com a transformação das peles dependiam muito das condições climatéricas e da conjuntura económica, o trabalho assistia a fases de alguma imprevisibilidade, com grandes inconvenientes para os operários, sem outros meios para garantirem o sustento das suas famílias.

A criação da Caixa de Socorros Mútua da Associação de Classe de Cortidores e Surradores procurou atenuar as dificuldades sentidas pelos associados devido a doença, falta de recursos financeiros ou falecimento. Embora fosse incentivada a participação nesta organização mutualista, nem todos os operários, certamente, se mostravam sensíveis aos benefícios da assistência prestada. Porém, sucediam-se as mensagens de apelo à adesão à Caixa de Socorros: “o operário que não pensa na hora da desdita, confiando somente nas suas forças e na sua saúde, nem pode mesmo pelo que auffer adquirir o pecúlio para ela; ter quem o socorra é uma obrigação, se não legal, pelo menos moral”.²⁷¹

Nos primeiros anos de funcionamento desta vertente do associativismo, os balanços publicados na imprensa aludem ao aumento do número de membros e também às participações feitas pelos patrões dos mais importantes estabelecimentos, como Manuel José Teixeira, José Maria Leite e Eduardo de Almeida. Exaltava-se a “harmonia entre operários e patrões que tem continuado até hoje e continuará para o futuro, embora haja quem ouse apodar de retrogados os que julgam encontrar nessa harmonia uma base segura do progresso social. É que nós não vemos no patrão um tirano, mas sim um amigo”.²⁷²

Estas afirmações feitas pelo Presidente da Direcção da Associação de Operários Cortidores e Surradores surgem em 1905, numa altura em que

²⁷¹ «Associação dos Cortidores e Caixa de Socorros», *O Commercio de Guimarães*, edição de 18 de Março de 1902.

²⁷² «Associação dos Cortidores e Caixa de Socorros», *O Commercio de Guimarães*, 31 de Março de 1905.

o operariado atravessa “uma crise de trabalho, como já há muito não se sentia”.²⁷³ Por isso, para muitos dos associados, “que em geral têm numerosa família a sustentar, era quase impossível satisfazer os seus compromissos sociais, pagando as quotas que deviam pagar; embora não pudesse prover a todas as necessidades, provenientes da falta de trabalho, a caixa de socorros pode cumprir o seu fim beneficente, socorrendo 37 sócios enfermos e sustentando ainda seis sócios inválidos”.²⁷⁴

1.3.3.1. A greve de 1911

As dificuldades laborais agudizaram-se ainda mais após a implantação da República, com o operariado ligado à transformação dos curtumes a protagonizar uma greve, onde reivindicava a igualdade nos salários e no horário de trabalho praticado nas fábricas do Porto.

Apesar do alarido que a anunciada paralisação provocou na imprensa, verifica-se uma certa contenção das reivindicações do operariado. José Mendes de Almeida, Presidente da Associação dos Operários Curtidores e Surradores, declarava à imprensa que os trabalhadores “não queriam a greve”.²⁷⁵ “Sendo um pouco precária a nossa situação operária, apresentámos aos nossos patrões uma tabela que nos garanta assim uma melhoria para podermos viver, visto que a vida está cara, mas não queremos empregar violências”,²⁷⁶ salientou o responsável, afirmando que se os patrões não anuissem às pretensões, “não fariam pressões para que a tabela vencesse no seu todo”.²⁷⁷

Os industriais mantinham-se firmes e irredutíveis na manutenção da tabela salarial. Álvaro Teixeira de Carvalho afirmou que as imposições do operariado não podiam ser atendidas: “operário há que tira a média diária de 1\$000 e 1\$200 réis que, com o aumento que pedem ficariam ganhando 1\$500 e mais! Certo é que alguns são merecedores de aumento, mas que esses em pequeno número, a quem não negaremos a concessão por justa”.²⁷⁸

Por sua vez, o industrial Bento José Leite também manifestou concordar com “algumas das exigências do pessoal”,²⁷⁹ mostrando-se pronto a atendê-las, “mas só na parte que for de justiça”.²⁸⁰

²⁷³ Idem.

²⁷⁴ Ibidem.

²⁷⁵ «Movimento Operário: A greve da rua de Couros», *O Commercio de Guimarães*, 28 de Abril de 1911.

²⁷⁶ Idem.

²⁷⁷ Ibidem.

²⁷⁸ Ibidem.

²⁷⁹ Ibidem.

²⁸⁰ Ibidem.

Perante a necessidade urgente de empreender uma remodelação nos trabalhos da indústria de curtumes, o manifesto operário visava “por cobro a desmandos e a crises com que o operariado muito tem sofrido”.²⁸¹

O regulamento apresentado aos industriais estava dividido em três tabelas e incluía ainda as pretensões quanto à mudança do horário de trabalho:

“Regulamento

Tabela N.º 1 Indústria de Curtumes

- 1 – O preço da grossa para toda a qualidade de peles, excepto cavalos e suínos, será paga ao preço de 50 réis.
- 2 – Cavalos e suínos serão pagos ao preço de 9 réis.
- 3 – O trabalho diário será pago ao preço
- 4 – Serviços Extraordinários quando o pessoal esteja por sua conta serão pagos à razão de 100 réis por hora ou fracção.
- 5 – Serviços aos domingos e dias santificados, como: voltas a fazendas, serão pagas a 100 réis cada lagar. Quaisquer outros serviços serão pagos pelo duplo ao salário diário. (Decreto ao descanso semanal);
- 6 – Quando se julgue necessário ensinar aprendizes, será da competência de todos os operários da respectiva oficina, sendo para tal fim dada a preferência a filhos de operários da indústria de curtumes.

Tabela N.º 2 Indústria de Surragem

PRODUTOS	RASPAGEM	ACABADURA	PUCHADURA	ENSEBADURA
Couros espichados	45 réis	60 réis
Idem do Maranhão	50 réis	60 réis
Vacas de toda a procedência	50 réis	60 réis
Touras	50 réis	60 réis	...	
Vitelas	40 réis	50 réis	...	
Seleiro	60 réis	100 réis	60 réis	
Qualquer outra pele	60 réis	
Toda a qualidade de peles	30 réis

De referir, ainda, a abolição da tiragem de fazendas, assim como de carretos e o fim de todos os serviços grátis, pois, podem que sejam pagos, à razão de 80 réis à hora a cada operário.

²⁸¹ «A causa operária: a greve na Rua de Couros», *O Commercio de Guimarães*, 2 de Maio de 1911.

Quando se julgue necessário ensinar aprendizes, será da competência de todos os operários da respectiva oficina, sendo para tal fim dada preferência aos filhos de operários da indústria de curtumes.

Tabela N.º 3 **Ajudantes de Surradores**

1 – O salário diário dos operários empregados neste ramo de indústria será aumentado em mais 35 % sobre os actuais ordenados, observando-se mais as seguintes condições:

- a) - Serem preferidos em primeiro lugar os filhos de operários da indústria de curtumes para aprendizes;
- b) - Não recorrer, em caso algum, a braços estranhos à classe, sem que a Comissão de Melhoramentos se informe se é de necessidade a admissão de novos operários;
- c) - Que as oficinas dos ajudantes de surradores estejam em condições higiénicas, e não expostas ao tempo, como quase todas são, o que promove quase sempre a aproximação de doenças contagiosas;
- d) - Quando for necessário trabalhar além do horário estabelecido, o serviço será pago pelo dobro do que cada operário ganhar diariamente;

Horário de trabalho

Aqui residia a base principal das reclamações junto dos industriais. A indústria de curtumes no Porto trabalha 10 horas por dia, não andando os operários expostos ao tempo, como na indústria de Guimarães, sucedendo que em Lisboa e Alcanena trabalham só 9 horas por dia, facilitando aos operários os meios precisos para descanso e estudo, tendo além disso os ordenados bem compensados, com o que os operários folgavam da luta do trabalho, dedicando-se a estudos em que se tornam homens conscienciosos, para saberem cumprir o seu mandato nas oficinas, assim como pugnar sempre pelo que, de direito, lhes pertence.

Assim, pois, apresentamos o seguinte horário de trabalho:

Nos meses de Novembro, Dezembro, Janeiro e Fevereiro, será a entrada para as oficinas às 7 horas da manhã e saída às 5 horas da tarde com uma hora para jantar, e nos restantes meses, a entrada será às 6 horas da manhã e saída às 6 horas da tarde com meia hora para o almoço e uma hora para o jantar. O horário apresentado dá uma média de 10 horas por dia, sendo isso o bastante para que num trabalho espinhoso como o nosso, ao fim destas horas, nos vejamos exaustos de forças, para maior continuação de trabalho.”²⁸²

Na resposta à petição, os industriais de curtumes consideraram que “a diminuição de horas de trabalho e o aumento de salários mais embaraços hão-de trazer ao fabricante que, com maior dificuldade encontrará nas praças colocação aos seus produtos e, conseqüentemente, terá de restringir o seu fabrico com prejuízo próprio e dos operários”.²⁸³ Concordaram em fazer “uma revisão de salários e horas de trabalho, concedendo ao operariado tudo o que for justo, equitativo e razoável, mas

²⁸² Idem.

²⁸³ Idem.

não aceitam de forma alguma imposições, porque se é certo que o industrial precisa do operário certíssimo é que este não pode prescindir daquele”²⁸⁴.

Dado que não é possível o acordo e os industriais “se conservam renitentes em lançar as fazendas à água, o que dava margem a que o operariado, em breves dias fosse impellido a não trabalhar, foi votada a greve por unanimidade,”²⁸⁵ contando a decisão com a adesão moral da Associação de Classe dos Alfaiates e Costureiras de Guimarães, da Associação de Classe dos Operários Cortidores de Sola e Cabedais de Lisboa e da Associação de Operários Cortidores e Artes Correlativas do Porto.

A paralisação apenas foi ultrapassada por intercessão de um delegado do Governo Civil de Braga que, após ter reunido com representantes do operariado e dos industriais, revelou que tinha ficado estabelecido que “seriam atendidas as reclamações do operariado, servindo como norma de comparação as condições de horário e salários pagos nas principais fábricas do Porto”²⁸⁶.

De qualquer modo, as reivindicações do operariado continuaram a fazer-se sentir, sendo direccionadas ao patronato como às autoridades municipais e governamentais. Em 1912, enquanto os deputados discutiam as disposições do Código Administrativo, a Associação de Classe dos Cortidores e Surradores enviou uma representação ao Parlamento, a fim de se fugir às más condições de vida que ameaçavam o operariado.

Na exposição feita por José Mendes de Almeida, Presidente da Associação de Classe dos Cortidores e Surradores de Guimarães, faziam-se as seguintes observações para legitimar as exigências:

“Considerando que o operário sendo casado e tendo dois filhos, constitui uma sociedade doméstica de quatro pessoas;

Considerando que o operário ganhe 500 réis diários, mas deduzidos os dias em que o trabalho é defeso, esse salário ficaria reduzido a 330;

Considerando que o aluguer de casa lhe custa 25\$000 réis anuais ou sejam 70 réis por dia;

Considerando que lhe ficam apenas 190 réis por dia, ou sejam 47,5 réis para alimentação de cada um dos membros da família;

Considerando que lhe ficam menos de 50 réis por dia para sustento de um homem que trabalha 15 horas por dia ou de uma mulher que se ocupa continuamente dos serviços domésticos e da procriação dos filhos, ou de cada um dos filhos que

²⁸⁴ Idem.

²⁸⁵ «É votada a greve por unanimidade», *O Commercio de Guimarães*, 6 de Maio de 1911

²⁸⁶ «A greve dos Operários Cortidores e Surradores», *O Commercio de Guimarães*, 9 de Maio de 1911.

necessitam robustecer-se para as grandes lutas do trabalho e considerando que há sociedades domésticas que se compõem de maior número de membros de família”;²⁸⁷

Com base nestas considerações, os curtidores e surradores pretendiam que o Código Administrativo incluísse “disposições que dêem aos municípios atribuições para evitarem o açambarcamento dos artigos de alimentação, criando armazéns de víveres e para corrigirem o alto preço das habitações, construindo casas por administração directa”.²⁸⁸

Em 1913, uma nova crise de proporções ainda maiores que a verificada em 1911 afectou “centenas de operários”.²⁸⁹ As agruras vividas no seio da classe despertavam sentimentos de solidariedade para com os “obreiros que nunca souberam o que era falta de trabalho e que se vêem rodeados da família sem lar e sem pão”.²⁹⁰ À Associação dos Operários Curtidores e Surradores chegavam ofertas para serem distribuídas pelos sócios mais necessitados, mas essas “esmolas” não eram suficientes para atender a todas as necessidades.

Paradoxalmente, nas fábricas que laboravam perdurava o descontentamento dos operários com o horário de trabalho. Queriam entrar às 6 horas, com pausa para o almoço entre as 8 e as 8 horas e 30 minutos; regressar ao trabalho e jantar das 12 às 14 para saírem novamente às 18 horas e 30 minutos.

Durante a I Guerra Mundial, em Guimarães, a indústria de curtumes parece ter conhecido um certo restabelecimento. Pelo menos, as tensões laborais serenaram. Aliás, importa realçar que, apesar das manifestações de protesto terem conduzido à greve, não existia uma verdadeira consciência sindical. O operariado analfabeto venerava o patrão, sendo notório que a agitação social decorria das influências e dos contactos travados com os trabalhadores portuenses do mesmo sector.

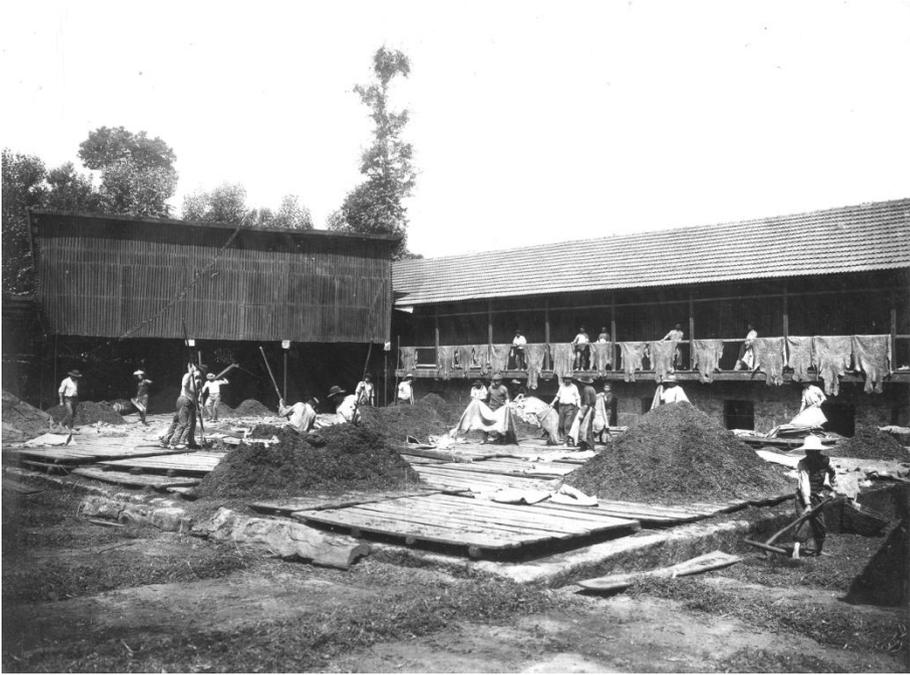
²⁸⁷ Idem.

²⁸⁸ Idem.

²⁸⁹ «Crise nos Cortumes de Guimarães», *O Commercio de Guimarães*, edição de 22 de Abril de 1913.

²⁹⁰ «Curtidores e Surradores», *O Commercio de Guimarães*, 3 de Maio de 1913.

Capítulo VI – A difícil transição industrial



Fonte: Col. Muralha – MAS

“O processo fabril consistia na curtimenta de peles ou couros em tanques alimentados pela água do regato, com emprego da casca de carvalho e cal, e finda ela na surragem manual dos ditos couros e na secagem ao tempo. Os produtos utilizados serão couros secos ou atanados”.

Apesar das más condições de higiene e salubridade proporcionadas aos operários e habitantes da Zona de Couros, até ao primeiro quartel do século XX, ainda funcionavam intensamente algumas unidades industriais, onde os processos de transformação obedeciam a práticas ancestrais conjugadas com algumas incursões tecnológicas. A actividade singrou graças à intensa procura registada durante a I Guerra Mundial. Porém, a exiguidade do espaço e a defesa da saúde pública motivaram a contestação à instalação de novos estabelecimentos industriais.

É neste contexto que surge a única unidade industrial de feição verdadeiramente moderna. Numa zona rural, situada na periferia da cidade, a Fábrica de Curtumes de Roldes afirma-se como exemplo de uma transição industrial que não chegou a verificar-se nos estabelecimentos tradicionalmente instalados nas margens do pequeno Rio de Couros. Aliás, no sentido dessa zona periférica da cidade, assiste-se ao aparecimento de grandes unidades industriais, mas ligadas à indústria têxtil.

1.1. O progresso efémero

Com a I Guerra Mundial, em todo o país a indústria de curtumes conheceu um período de intensa actividade. Fernando Galhano registou as implicações decorrentes desse movimento: “os compradores de curtidos estavam sempre insatisfeitos; era preciso vencer as dificuldades para aprovisionar as fábricas, quer em couros, quer em cascas, extractos e todos os materiais necessários; colidiam os interesses de todos os que em couros e curtumes negociavam: os dos marchantes que pretendiam exportar couros, com os dos curtidores que se opunham por todas as maneiras; os dos curtidores, a quem convinha exportar os seus curtidos, com os dos sapateiros que os embargavam, a pretexto de evitarem a saída da sua matéria-prima, ao mesmo tempo que exportavam livremente calçado; as dificuldades na aquisição dos extractos eram imensas e, pela sua continuidade, fatigantes; as cascas, disputadas a preços nunca atingidos, escasseavam”.²⁹¹

Em Guimarães, os reflexos deste surto produtivo certamente também se fizeram sentir, embora a apreensão do fenómeno seja difícil de quantificar dada a impossibilidade de identificar fontes susceptíveis de uma abordagem sistemática. Através da análise das estatísticas industriais produzidas nas duas primeiras décadas do século XX (*Relatório dos Serviços da 1ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria Durante*

²⁹¹ Fernando GALHANO, *op. cit.*, 1933, p. 244.

os anos de 1912 e 1916²⁹² e *Estatística Industrial do Ano de 1917*²⁹³) constatámos a inexistência de qualquer referência à transformação das peles na área respeitante ao concelho de Guimarães, o que não deixa de ser surpreendente.

Entre 1912 e 1916, a estatística apenas apresenta os estabelecimentos industriais com mais de 10 operários, tendo a classe industrial com a classificação de peles e anexos, com representatividade ao nível da 1ª Circunscrição somente no Porto, com a laboração de sete fábricas e 197 operários, e Gondomar, onde existia uma fábrica com 15 operários. No que concerne ao concelho de Guimarães, a indústria têxtil insurge-se como sendo o sector mais referenciado com 12 estabelecimentos, envolvendo um total de 3 559 operários.

Comparativamente ao *Inquérito Industrial de 1890*, nota-se uma grande projecção da indústria têxtil, apesar do número de estabelecimentos mencionados não expressar a verdadeira dimensão do sector. Em 1890, as actividades relacionadas com a fiação e tecelagem do algodão movimentavam 46 estabelecimentos e 1613 operários, 673 do sexo masculino e 942 do sexo feminino, estando disseminadas por várias freguesias do concelho, sobretudo em torno da zona do Pevidém, na orla do Rio Selho. Por seu turno, como já dissemos, os estabelecimentos ligados à transformação das peles surgem concentrados na Zona de Couros, dinamizando 18 unidades e 269 operários, oferecendo essencialmente mão-de-obra masculina.

A *Estatística Industrial de 1917* volta a não fazer qualquer alusão às fábricas de curtimenta de Guimarães, aparecendo a actividade muito concentrada em Alcanena (com 59 estabelecimentos e 581 operários), no Porto (com sete estabelecimentos e 412 operários), em Lisboa (com 15 estabelecimentos e 168 operários), em Leiria (com 10 estabelecimentos e 40 operários) e outras localidades, situadas predominantemente nos distritos de Santarém e Leiria.

Mesmo assim, a tradição de curtir e surrar continuava profundamente associada à dinâmica industrial dos vimaranenses. No entanto, a ausência de uma estrutura produtiva de cariz moderno, as instalações de reduzida dimensão e a continuidade da laboração manual, em obediência aos ensinamentos ancestrais, possivelmente fez com que a sua expressividade não fosse incluída nas estatísticas industriais. Conclui-

²⁹² Joaquim Augusto de Macedo FREITAS, «Relatório dos Serviços da 1ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria Durante os Anos de 1912 e 1916», *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 113, Imprensa Nacional, Lisboa, s/d.

²⁹³ Ministério do Trabalho, «Estatística Industrial do ano de 1917», *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 116, Imprensa Nacional, Lisboa, 1926.

se, então, que a actividade não tinha ultrapassado as características artesanais.

Apesar de ter sido negligenciada para fins estatísticos, através de um processo de justificação administrativa, em 1915, verificámos a existência de pelo menos 15 fábricas. Nessa informação produzida com a finalidade de verificar o licenciamento industrial, as fábricas de curtumes situadas na Rua de Couros (pertencentes a Rosa de Jesus Leite, Joaquina Rosa Leite, José Maria Leite Júnior, Bento José Leite, Júlio António Cardoso, José António de Castro, José Caetano Pereira, António José de Oliveira, António José Ribeiro, Francisco José de Carvalho e Oliveira Júnior, José Francisco de Oliveira Guimarães, José Correia de Matos e José Maria de Oliveira) foram julgadas isentas de licença.²⁹⁴ O documento justifica a decisão do Governo Civil de Braga pelo facto “das referidas fábricas terem sido constituídas antes da publicação do Decreto de 27 de Agosto de 1855 e o artigo 30 do Regulamento de 21 de Outubro de 1863 conceder livre exploração aos estabelecimentos insalubres fundados antes da data do referido decreto de 1855, o que tudo se provou pelos depoimentos das respectivas testemunhas”.²⁹⁵

Infelizmente, não tivemos acesso ao processo completo, dado que correu termos nos serviços do Governo Civil de Braga, tendo sido remetida à administração concelhia apenas uma cópia da deliberação. De qualquer modo, o seu conteúdo permite constatar a laboração dessas unidades industriais e de outras instituídas posteriormente a 1855. É o caso de Joaquim Luciano Guimarães, proprietário que, em 1901, obteve licença para instalar uma laboração manual de curtumes de peles na sua propriedade denominada Campo do Lameiro, limites da Rua da Caldeiroa com a freguesia de Urgeses, cuja fábrica compreendia vinte e três poços, com os respectivos pelames e lagaretas”.²⁹⁶ A laboração continuada desta fábrica aparece atestada num requerimento feito pelo seu proprietário em 1922, onde pede à administração concelhia autorização para construir “um prédio dentro de um terreno, ao lado da sua fábrica manual de curtumes, e que faz face para a viela que vai da Rua Trindade Coelho para a Rua da Alegria, que dividida em sete casas independentes se destina à habitação dos operários da sua fábrica”.²⁹⁷

²⁹⁴ «Processos de licenciamento», AMAP - (15-5-922).

²⁹⁵ Idem.

²⁹⁶ «Processos de licenciamento de uma fábrica de laboração manual de curtumes de peles», AMAP -(15-5-922).

²⁹⁷ «Requerimento para construir um prédio de Joaquim Luciano Guimarães», AMAP- (15-5-922).

1.1.1. O incremento produtivo durante a I Guerra Mundial

O incremento produtivo suscitado pela I Guerra Mundial, aliado à predisposição existente para a aplicação de capitais na transformação das peles, terá também motivado José Pedro de Carvalho, industrial, morador na Rua da Ramada, a solicitar licença ao Governo Civil de Braga para instalar a “laboração manual de uma fábrica de curtumes de peles no lugar da Cancela (limites da Rua da Ramada)”.²⁹⁸ A 10 de Outubro de 1914 foi emitido o respectivo alvará, atestando o seu funcionamento.

Durante a I Guerra Mundial, através da imprensa vimaranense não foi possível apurar as repercussões do súbito aumento de produtividade na dinâmica industrial, nem entre os operários. De qualquer maneira, atendendo às considerações tecidas por Fernando Galhano, “a maré cheia não foi aproveitada por todos os curtidores da mesma maneira por que o foi pela maior parte das outras indústrias”.²⁹⁹ Além disso, a prosperidade que a actividade conhecia nos centros tradicionais fez irromper “disseminadas pelo país e em pontos afastados novas fábricas que, aproveitando de início os recursos regionais em couros e cascas, criaram à sua volta uma clientela que deixou de abastecer-se no principal mercado do Norte – o Porto”.³⁰⁰ É assim que se inicia a afirmação da indústria na zona de Santarém, como demonstra a *Estatística Industrial do ano de 1917*.

Por conseguinte, em Guimarães, terá sido efémero o progresso provocado pela intensa actividade despoletada pela I Guerra Mundial, já que não se traduziu numa mudança ao nível da organização produtiva e profissional, mantendo-se os rudimentares processos de transformação em instalações primitivas.

Nos anos posteriores ao conflito bélico, o sector conheceu uma grande instabilidade. “Negociantes que faliram, fizeram concordatas, moratórias ou que simplesmente não pagaram a quem deviam, arrastaram na queda ou deixaram mal feridos, os fabricantes que, por seu turno e nas mesmas condições e circunstâncias, levaram à mesma situação os importadores de couros em cabelo”,³⁰¹ recordava o industrial ao enumerar as feridas que tornaram a indústria combalida. Com o decorrer do tempo, “o Porto conseguiu quase fazer desaparecer de Guimarães o fabrico do couro de seleiro e, tendo persistido nas vitelas e atanados, diminuiu-lhe um tanto a preponderância que tradicionalmente exercia”.³⁰²

²⁹⁸ «Cópia de Registo de Alvará», AMAP – (15-5-922).

²⁹⁹ Fernando GALHANO, *op. cit.*, 1933, p. 244.

³⁰⁰ *Idem*.

³⁰¹ *Idem*, p. 245.

³⁰² *Idem*, p. 243.

Na tentativa de ultrapassar a crise, aparece a constituição de sociedades como aquela que, em 1920, originou a firma «Francisco José Ribeiro e Companhia, Limitada», tendo como objecto “o exercício da indústria de curtumes e do seu comércio, podendo também explorar qualquer outro ramo de negócio em que os sócios de futuro venham a acordar”.³⁰³ Neste caso, tratava-se de uma sociedade por quotas estabelecida entre Francisco José Ribeiro e José António Mendes Ribeiro, ambos casados, industriais e proprietários, moradores na Rua de Couros, e Luís de Oliveira Bastos, proprietário, morador na Praça de D. Afonso Henriques, todos da freguesia de S. Sebastião, em Guimarães. Com um capital social 18 mil escudos, em três quotas: uma de 9 mil e 500 escudos subscrita por Francisco José Ribeiro, outra de 3 mil e 500 escudos subscrita pelo sócio Luís de Oliveira Bastos, e ainda outra de 5 mil escudos subscrita por José António Mendes Ribeiro.

Em termos funcionais cabia a José António Mendes Ribeiro “permanecer à testa da fábrica em todos os dias úteis; aos outros dois sócios competia o serviço de fiscalização da fábrica e a aquisição e colocação dos artigos em que a sociedade negociar”.³⁰⁴

Em virtude das dificuldades verificadas no sector, os industriais procuravam partilhar responsabilidades, manifestando ainda confiança nos investimentos feitos na indústria de curtumes. Este sentimento perdura entre os investidores vimaranenses, assistindo-se durante a década de 20 ao aparecimento de novas unidades industriais, instaladas nas margens do curso de água, nas zonas de cultivo existentes a montante e a juzante da Zona de Couros. Mas, os conflitos provocados pela insalubridade dos processos de transformação agudizaram-se e os operários retomaram as reivindicações por melhores condições de trabalho.

Em 1920, reacendeu-se o movimento grevista com a reivindicação de melhores ordenados e o fim da carestia de vida, já que “o pão continua a vender-se caro e os operários precisam de alimentar os seus filhos”.³⁰⁵ Na sequência da acção operária, uma bomba rebentou na casa do industrial António Leite, na Rua de Couros, tendo atingido mortalmente um dos seus filhos e provocado ferimentos em outros dois.³⁰⁶ Nunca foi identificado o autor do atentado e as pretensões do operariado não chegaram a ser satisfeitas.

³⁰³ «Anúncio de constituição de sociedades por quotas que entre si fazem Francisco José Ribeiro, José António Mendes Ribeiro e Luís de Oliveira Bastos, em 15 de Abril de 1920», *O Commercio de Guimarães*, 16 de Abril de 1920.

³⁰⁴ Idem.

³⁰⁵ «Manifesto dos couros e cabedais», *O Commercio de Guimarães*, 5 de Fevereiro de 1920.

³⁰⁶ «Triste desfecho de uma greve», *O Commercio de Guimarães*, 10 de Fevereiro de 1920.

A instabilidade laboral e a oposição à classe dirigente continuou, sobretudo incrementada pelos órgãos de informação da Federação dos Operários da Indústria de Calçado, Couros e Peles, sediada em Lisboa.³⁰⁷ No entanto, o peso da tradição, a fidelidade ao patrão e ao rigoroso cumprimento das suas ordens não se tinham desviado do espírito conservador da maioria dos homens que laboravam nesta actividade.

1.2. A insalubridade: momentos de tensão

A falta de higiene e insalubridade verificada em Guimarães conduziu os industriais a uma tomada de posição. Em 1919, a Associação Comercial, sob a presidência do Dr. Eduardo de Almeida (filho do industrial Eduardo de Almeida, cuja ligação à ACIG já mencionámos), dirigiu uma representação ao Governo apelando à tomada de medidas profiláticas para se evitar o alastramento das epidemias da varíola e do tifo exantemático, cuja virulência se assenhoreava sobretudo dos bairros operários.³⁰⁸

Não se tratava de um problema novo numa cidade, onde a forte concentração populacional e a falta de uma rede de saneamento eficaz proporcionavam o contágio das mais diferentes doenças. Na Zona de Couros, o casario amontoado sobre as instalações onde se limpavam, curtiavam, surravam e secavam as peles, constituía uma das zonas mais insalubres da cidade, apesar da crença de que os estranhos odores provocados pela aplicação das substâncias taninosas eram benéficos para a saúde.

Mesmo assim, apesar da instalação de estabelecimentos industriais insalubres estar regulamentada desde 1863, as autoridades municipais vimaranenses continuavam a recomendar ao Governo Civil de Braga a aprovação dos licenciamentos pedidos. Porém, em 1921, essa norma conheceu sérios revés, com industriais e moradores a oporem-se à instalação do estabelecimento de curtumes de peles requerido por António F. de Melo Guimarães.

³⁰⁷ «Os industriais de cortumes de Guimarães acusados de ‘bestas’ e de ‘cambada torpe’», *O Commercio de Guimarães*, 16 de Novembro de 1923.

³⁰⁸ «O Estado Sanitário do Concelho de Guimarães – A Associação Comercial apela para o Governo», *O Commercio de Guimarães*, 29 de Outubro de 1919.

1.2.1. Contestação à fundação de um novo estabelecimento

Com o intuito de construir 20 tanques para curtir peles “num seu campo, sito nas traseiras duns prédios da Rua da Ramada”,³⁰⁹ a 14 de Novembro de 1921, António F. de Melo Guimarães, casado, negociante, morador na Rua Egas Moniz, freguesia da Oliveira, dirigiu ao Administrador do Concelho de Guimarães o pedido da respectiva licença. Trata-se de um estabelecimento em que “o processo fabril consistirá na curtimenta de peles ou couros em tanques alimentados com águas do regato, com o emprego de cascas de carvalho e cal. Os produtos serão couros secos ou atañados”.³¹⁰

No cumprimento da legislação em vigor, a intenção do negociante foi alvo de um processo de consulta pública. De acordo com o edital afixado, a autoridade municipal explicava que pelo facto destes estabelecimentos estarem compreendidos “na primeira classe da tabela do Decreto de 21 de Outubro de 1863, com as inconvenientes de ‘mau cheiro e emanações insalubres’, devem os responsáveis públicos, os chefes e gerentes de qualquer estabelecimento e todas as pessoas interessadas que se quiserem opor à concessão da licença requerida a reclamarem por escrito, dentro do prazo de trinta dias”.³¹¹

De todos os argumentos contrários à instalação da unidade industrial, merece destaque o abaixo assinado protagonizado pelo gerente e sócios da firma comercial Fernandes, Malheiro e C.^a Lda., proprietários da fábrica manual de calçado e mercearia adstrita à mesma, sitas na Rua dos Terceiros; e os moradores, proprietários ou inquilinos e os simples proprietários de terrenos confinantes ou circunjacentes à propriedade pertencente a António F. de Melo Guimarães, compreendida entre o Largo República do Brasil, Ruas da Ramada, Terceiros e viela de Soalhães que liga estas duas, onde aparecia projectada a construção da referida fábrica.

A contestação apresentava os seguintes fundamentos:

“Pelos inconvenientes de ‘mau cheiro e emanações insalubres’ e ainda miasmas e poeiras que muito podem prejudicar e incomodar os reclamantes, facto previsto pelo decreto que determina que tais estabelecimentos sejam por completo afastados das habitações, por constituírem perigo para a saúde pública e serem incómodos (...). É certo que a indústria de curtumes, noutros países, está tão adiantada que, acompanhando tão de perto o progresso da ciência, se poderá talvez exercer entre as habitações sem molestar os habitantes; porém, não é menos certo que, entre nós, e particularmente em Guimarães, o decreto que teve oportunidade em 1866 muito mais oportunidade tem hoje, pois que, na totalidade das fábricas desta especialidade, a indústria é exercida por processos tão

³⁰⁹ «Processo de fundação de uma fábrica de cortumes de peles», AMAP – (15-5-922).

³¹⁰ *Idem*.

³¹¹ «Edital», *O Commercio de Guimarães*, 29 de Novembro de 1921.

primitivos e atrasados como nessa data afastada. E tanto é que, especialmente durante o período de inverno, por vezes se torna insuportável a pestilência, quer das matérias orgânicas putrefactas, quer dos ingredientes que as maceram e lhes sustam a marcha da decomposição. Acresce ainda que, no caso sujeito, tendo em atenção a falta de escoamento, sendo o terreno já de sua natureza pantanoso, implantar-se-á ali, de futuro, com a obra projectada e abusivamente começada, um formidável foco de incubação de mosquitos, que são por vezes veículos de gravíssimas doenças. Este aumento de superfície aquosa estagnada, além dos miasmas que provoca, vem aumentar o grau de humidade e concorrer ainda mais para a insalubridade da parte baixa da cidade, tornando-a um verdadeiro pântano em vez de uma cidade salubre e habitável, como se pretende que seja, e como é desejo e aspiração dos cidadãos desta terra. Devemos ainda considerar o insuportável inconveniente das poeiras que nos invadem as habitações quando do lançamento ao curtume das cascas vegetais trituradas e outros variados ingredientes(...).³¹²

Com estas alegações, os 15 suplicantes exortam a Administração do Concelho a opor-se à construção “de mais um pântano dentro da cidade, visto que tal indústria pode e deve ser exercida onde não moleste ninguém, de harmonia com a lei; e o facto de já existirem, aliás de longa data, edificações congêneres, situadas neste lugar povoado e central, não é argumento justificativo para que, em nossos dias, as continue permitindo com a geral reprovação, um tão prejudicial abuso, tanto mais que não faltará local afastado e devidamente apropriado ao exercício da indústria de curtumes; e se infelizmente não podem destruir as fábricas existentes, e tão mal situadas, que, pelo menos, se não consinta a construção de novas fábricas de tal natureza ainda mais mal situadas que as já existentes no seio da cidade”.³¹³

No processo constam ainda mais duas reclamações, sendo curioso verificar que uma delas é apresentada por uma proprietária, com residência em Espinho. Maria Elisa Correia de Mattos Guimarães, na qualidade de proprietária de três prédios, situados na Rua da Ramada, e de terrenos confinantes com aquele onde se pretende construir a fábrica de curtumes, também apresentou a sua contestação porque “essa indústria não pode ser exercida em local onde prejudique a saúde pública”.³¹⁴

Na reacção às reclamações dirigidas à Administração do Concelho, António F. Melo Guimarães indicou que os representantes da firma comercial Fernandes, Malheiro & C^a Lda. se “esqueceram de dizer que tinham muito próximo da mercearia um depósito de matérias fecais”,³¹⁵ utilizadas numa unidade industrial situada nas proximidades. Acrescenta ainda que os sócios da firma, “com a loja de mercearia adstrita e

³¹² Idem.

³¹³ Idem.

³¹⁴ Idem.

³¹⁵ Idem.

montureira há cerca de 2 anos, não teve receio do mau cheiro, das emanações insalubres e dos miasmas e das poeiras da fábrica de curtumes do industrial Simão Ribeiro, que fica quase tão próxima da fábrica de calçado, como a fábrica em projecto”.³¹⁶

Dirigindo-se a um dos signatários do abaixo assinado, o industrial manifestou também a sua estranheza pelo protesto. “O Dr. Augusto Alfredo de Matos Chaves que vive no Largo Martins Sarmiento, muito distante, portanto, do local da fábrica em reclamação, é usufrutuário de um prédio situado na Rua da Ramada em cujas lojas tem instalado um armazém de surragem e tinturaria de couros, com o mesmo cheiro e as mesmas emanações de uma fábrica de curtumes. Convém notar que este médico foi Sub-Delegado de Saúde neste concelho e deu pareceres favoráveis à montagem de fábricas de curtumes dentro da cidade e próximo a habitações”.³¹⁷

No mesmo sentido foi orientada a apreciação feita ao protesto apresentado por Júlio António Cardoso. “Tem nesta cidade uma fábrica de curtumes onde vive o seu sobrinho José de Sousa Pinto, e mora perto de outras fábricas congéneres, mas só encontra maus cheiros e emanações insalubres na fábrica em projecto”,³¹⁸ justificou o requerente junto da Administração do Concelho.

Por último, relativamente à reclamação feita por Maria Elisa Correia de Matos Guimarães, informa que “esqueceu-se de dizer que o seu prédio está junto à fábrica de curtumes de Simão Ribeiro e de que é proprietária de duas fábricas iguais no Largo do Cidade que têm com certeza o mesmo cheiro e as mesmas emanações das fábricas similares”.³¹⁹

Desta forma, o industrial que pretendia o licenciamento da fábrica de curtumes invoca que as contestações eram movidas por interesses pessoais, pelo receio da concorrência, indicando até a falta de legitimidade da fábrica de calçado para se “armar em arauto da higiene, salubridade e beleza desta terra, tendo ela uma mercearia numa fábrica de calçado e muito perto um depósito de matérias fecais”.³²⁰

Não obstante a insalubridade associada à laboração de um estabelecimento desta natureza, António F. Melo Guimarães remete para a tradição a pertinência da criação da nova fábrica, referindo as qualidades terapêuticas decorrentes da prática da actividade como sendo um motivo favorável à sua instalação. “Entre as indústrias do concelho, avulta, pela sua importância e pelo número de fábricas que consta, a de curtumes,

³¹⁶ Idem.

³¹⁷ Idem.

³¹⁸ Idem.

³¹⁹ Idem.

³²⁰ Idem.

exercida desde tempos remotos até hoje, em fábricas contíguas a casas de habitação e num dos bairros mais populosos da cidade. Pois é precisamente neste bairro que está instalado o Hospital da Ordem de S. Francisco, com a sua creche e asilo e escolas, o que menos tem sofrido com as epidemias que nestes últimos anos têm assolado esta terra. Só por espírito de maldade é que se pode dizer que a indústria de curtumes é anti-higiénica e insalubre.”³²¹

Ainda com o intuito de fundamentar os seus argumentos, o requerente revelou que o Sub-Delegado de Saúde de Guimarães, a 14 de Dezembro de 1921, emitiu um parecer favorável à construção na Madrôa, de uma fábrica de curtumes pertencente a Domingos Ribeiro Martins da Costa. Afirmou ainda que, posteriormente à publicação das leis de 1863 e 1866, se montaram a poucos metros de distância do local da fábrica projectada fábricas importantes de curtumes, contíguas a habitações, como as dos industriais Simão Ribeiro, José Maria Leite Júnior, Joaquim Luciano Guimarães, José Joaquim de Almeida, com plena concordância “das autoridades e vizinhos que nunca viram nelas focos de insalubridade”.³²²

Invocando que o art. 7 da Lei de 21 de Outubro de 1863 consigna o princípio de que “não serão também atendidas as reclamações das pessoas que depois da promulgação do decreto de 27 de Agosto de 1855 edificaram, adquiriram ou foram habitar propriedade na proximidade de qualquer estabelecimento industrial”,³²³ o industrial requerente declarou que, neste caso, estão todos os reclamantes, exigindo assim a concessão da respectiva licença.

A contrariar a fundação da fábrica, o Sub-Delegado de Saúde de Guimarães emitiu um parecer negativo. Afirmou que a instalação do estabelecimento violava a lei: “porque o local escolhido está cercado de habitação; porque está próximo de um dos largos mais aprazíveis e movimentados da cidade; porque a distância das habitações próximas é muito pequena, sendo apenas de oito metros relativamente à casa de um dos reclamantes; porque os habitantes que circundam o local escolhido pelo requerente reclamaram contra a implantação de tal estabelecimento”.³²⁴

Perante a irredutibilidade das autoridades municipais em aprovar o licenciamento da obra, António F. de Melo Guimarães referiu que, recentemente, Domingos Ribeiro Martins da Costa tinha obtido

³²¹ Idem.

³²² Idem.

³²³ Idem.

³²⁴ Idem.

licenciamento para uma fábrica análoga instalada na Madrôa, tendo solicitado a anexação desse pedido de licenciamento ao seu processo.

Embora com muitas alterações em relação ao projecto inicial, este estabelecimento ainda funciona nas margens do pequeno curso de água. Aquando da instalação, “o processo fabril consistia na curtimenta de peles ou couros em tanques alimentados pela água do regato, com emprego da casca de carvalho e cal, e finda ela na surragem manual dos ditos couros e na secagem ao tempo. Os produtos utilizados serão couros secos ou atanados”.³²⁵ Mas, a localização desta fábrica tinha outras particularidades. O Delegado de Saúde foi favorável ao licenciamento, “visto o local escolhido ser afastado do centro da cidade e ainda das habitações, a não ser de uma fábrica cuja laboração não pode ser muito prejudicada”.³²⁶

Por isso, a localização não tinha as mesmas características. A fábrica que António F. de Melo Guimarães pretendia edificar ficaria situada muito próximo das habitações, o que não acontecia com a fábrica da Madrôa. Mesmo assim, após ter analisado todo o processo, o Delegado de Saúde do Distrito de Braga acabou por recomendar ao Governador Civil de Braga a aprovação do projecto.

O responsável visitou o local e fez as seguintes considerações:

“Junto à fábrica que se pretende instalar, existe uma outra em plena laboração, com os seus tanques, o seu barracão de secagem (estando muitíssimo próximo de casas de habitação, cujos donos ou moradores pertencem ao número dos protestantes). Mas, não me contentando com isso percorri algumas ruas onde se vêem fábricas de curtumes e também verifiquei que, nas suas proximidades, lá estavam habitações de gente que nestas tinha tais fábricas. Nem tal admira sabendo-se que, em Guimarães, há talvez mais de cem curtumes, limitados a uma parte da cidade e constituindo a sua principal indústria. São, sem dúvida, consideradas essas fábricas estabelecimentos insalubres, mas como é que só agora que se pretende construir mais uma se deu por isso? De resto, repito, muito mais próximo de casas de habitação estão outras fábricas, o que constitui uma das razões pelas quais sou de parecer que seja aprovado o presente projecto.”³²⁷

No entanto, a Comissão Executiva da Câmara Municipal entendeu que fosse negada a concessão da licença requerida, desautorizando a autoridade distrital na convicção de que o parecer indica que “são sem dúvida essas fábricas consideradas insalubres, e apenas chega à conclusão de aprovar porque outras fábricas congéneres se encontram estabelecidas”.³²⁸ Mesmo assim, o projecto de licenciamento foi aprovado, mas a insalubridade continuou a fazer parte da zona baixa da cidade.

³²⁵ Idem.

³²⁶ Idem.

³²⁷ Idem.

³²⁸ Idem.

Embora não possamos revelar com precisão a data da fundação da fábrica de Cândido Carvalho e Filhos, as informações orais recolhidas acerca do seu funcionamento confirmam a sua laboração em meados do século XX, com a alteração da denominação social. Em 1923, através do catálogo da *Exposição Industrial e Agrícola* realizada nesse ano em Guimarães, não identificámos a sua presença entre os expositores da secção de curtumes. Por isso, somos levados a crer que a fábrica tenha surgido posteriormente a essa data, sendo um exemplo de resistência à pretendida deslocalização da actividade desta zona da cidade.

Na busca realizada no Arquivo Municipal de Guimarães, apenas encontrámos a planta dessa unidade industrial, sem qualquer referência à data em que terá sido submetida à apreciação. Todavia, através desse documento tivemos oportunidade de apreender alguns dos traços da estrutura arquitectónica destas unidades³²⁹. Predominantemente são edifícios térreos e um segundo piso, com tanques de granito construídos rasos ao chão e construções de madeira semelhantes aos espigueiros que na propriedade rural serviam para secar os cereais. Aqui, todas as diferentes componentes se articulam num pátio exterior que serve de amparo às diferentes matérias-primas entre as longas operações da curtimenta.

Na publicação comemorativa da Exposição Industrial e Agrícola Concelhia realizada em 1923, o célebre livro *Guimarães. O Labor da Grei*, consta uma importante análise ao sector dos curtumes. O autor fez a seguinte observação: “esta indústria é das mais importantes, pois ocupa o segundo lugar na actividade fabril do concelho, está representada por 36 fábricas de serviço manual e duas mecânicas com os maquinismos mais perfeitos e modernos”. Não revelou a designação social dessas fábricas inovadoras, mas acrescentou que a indústria “está localizada no bairro sul da cidade, denominado Rua de Couros, e na freguesia rural de S. Torcato, no Lugar da Corredoura, empregando-se nos diferentes serviços aproximadamente 300 pessoas”.

Naquele certame, a secção de «Couros Curtidos e Aparelhados e Peles de Fantasia» apareceu representada pelos expositores que tinham as suas fábricas na cidade, apenas compareceu um industrial da Corredoura, na freguesia de S. Torcato.

Os expositores mencionados na referida obra documental são:

³²⁹ Cf. Apêndice Documental, documento nºIII.

- Álvaro de Oliveira Leite e António Pinto Leite: “seleiro da terra: verde; vitelas da terra; atanados: Montevidéu e África, sêco; e ainda com curtume em pedra hume: peles de cabra, raposa e toura”³³⁰.

- António José de Oliveira & Filhos: seleiro: verde e sêco; vitelas (degoladas) de talco, (inteiras); degoladas e engorduradas; atanados: Montevidéu e África.

- António Nicolau de Miranda: vitelas da terra; atanados; Montevidéu e África.

- Domingos Ribeiro Martins da Costa: seleiro da terra: verde; vitelas da terra: verde e ensebadas; atanados: Montevidéu e África; curtume em pedra hume: uma pele de cavalo.

- Empresa Industrial de Guimarães: bezerras da terra: verde; e Montevidéu.

- Francisco José Ribeiro & Companhia, Limitada: seleiros verdes; atanados: Montevidéu e África;

- Francisco da Silva Guimarães & Companhia Lda.: seleiro seco, vitelas em branco e ensebadas; e porco; apresentou no certame as ferramentas: ferros de grosar, de espartilhar, de acabar, pedra de desleitar, de dar fio, mascotos, engaçó de boldear, ferrelhas, garneadeira, tesouras de aparar, engaçó de canhar, ganchos de tirar pêlo; tábuas de surrador e de grosar;

- José António de Castro: seleiro verde e seco; vitelas ensebadas, brancas e à francesa; atanados: Montevidéu; couros em cabelo e casca; este industrial colocou “alguns pedaços de casca na ornamentação do seu espaço de exposição”³³¹;

- José Maria Leite, Limitada: seleiro verde e seco; vitelas ensebadas e brancas; atanados: Montevidéu; couros em cabelo e casca.

- João Paulo da Silva: seleiro seco e verde; vitelas ensebadas e brancas; atanados: Montevidéu; couros em cabelo e casca; amostras de casca.

- Joaquim Luciano Guimarães & Filhos, Limitada: seleiro da terra, vitelas em branco e cores; atanados: Montevidéu; diversas ferramentas, como: fuis, escovas, ferro de grosar, ganchos para tirar pêlo, pedra para dar fio, mascotos, tina para água;

- José Torcato Ribeiro Júnior: touras da terra, em casca e em sumagre, pretas e em várias cores;

- Júlio Ribeiro da Silva: seleiro verde; touras e vacas de sumagre; couros para tamancos em sumagre; peles apropriadas para pilha, curtume em sumagre;

³³⁰ Francisco MARTINS, *Guimarães. O Labor da Grei*, Publicação comemorativa da Exposição Industrial e Agrícola Concelhia realizada em Agosto de 1923, Guimarães, 1928, p. 187.

³³¹ Idem, p. 188.

- Simão Ribeiro & Companhia: seleiro seco; vitelas verdes; atanados; Montevidéu e África;
- José Teixeira de Carvalho Júnior e Luís Teixeira de Carvalho: vitelas da terra; atanados: Montevidéu.

Com efeito, foi em 1923 que o Major de Margaride concretizou a criação da moderna Fábrica de Curtumes de Roldes, na freguesia de Fermentões, nos arredores da Cidade. Não é propósito deste trabalho alargar a observação espacial a essa área geográfica, embora seja conveniente realçar a visão de Alberto Cardoso Martins de Menezes, filho do Conde de Margaride. Ele ousou romper com a tradição, ao aproveitar uma queda de água, no Rio Selho, em Fermentões, para aí montar uma turbina, e assim instalar uma moderna fábrica. Escolheu uma zona rural, longe da precaridade das instalações industriais cujo funcionamento tornava insalubre o ambiente citadino.

Optimista quanto à prosperidade económica resultante da transformação das peles, o Major Margaride acreditava que o ramo do crómio da indústria de curtumes era o que mais interesse podia ter no futuro e assim resolveu explorá-lo, conhecendo bastantes contrariedades ao seu projecto.

Não vamos entrar em grandes detalhes relativos à vida desta empresa, embora seja curioso assinalar que a actual administração descende de um dos sócios fundadores, Joaquim Ribeiro da Silva. O seu filho António Augusto Ribeiro da Silva nasceu no ano da criação da Fábrica de Curtumes de Roldes – 1923 -, vindo a ingressar como aprendiz no laboratório químico da empresa, cabendo-lhe a ele duas décadas após a fundação aperfeiçoar o sistema de curtume com crómio. No entanto, as palavras do Major de Margaride são elucidativas da confiança que tinha no sucesso económico do empreendimento que rompia com a tradição. “Nesta indústria tudo se aproveita; a pele curtida dá a conhecida variedade de cabedais; as cascas tanantes, depois de usadas e de se secarem, assim como a raspa das peles servem para combustível; a carne, que se tira ao descarnar, serve para cola ou para adubos; a cal, depois de prestar os seus serviços, junta ao pêlo e a todos os escorros, representa um óptimo adubo para as terras”³³².

Nas margens do ribeiro de Couros durante todo o Estado Novo continuaram a laborar as arcaicas manufacturas, das quais restam os vestígios arquitectónicos degradados e duas fábricas que continuam a

³³² Alberto MARGARIDE, Indústria de Curtumes, Fábrica de Curtumes de Roldes, Porto, 1938, p. 18.

dedicar-se à transformação das peles: a Fábrica da Ramada³³³, de António Martins Ribeiro da Silva, criada posteriormente ao período abrangido por este estudo, e a Fábrica da Madroa.

Apesar da mecanização ter substituído o intenso esforço braçal, estes estabelecimentos continuaram a perpetuar a memória da mais significativa actividade industrial do passado vimaranense.

³³³ Esta unidade industrial encerrou em 2006, após a realização deste trabalho.

Observações finais

Ao abraçarmos a realização da presente investigação, tínhamos como principal propósito contribuir para o conhecimento de um sector económico pouco referenciado na historiografia portuguesa e dos actores sociais que directa ou indirectamente se dedicavam à transformação das peles em couros, na zona baixa da cidade de Guimarães, num arrabalde integrado na paróquia de S. Sebastião.

Tendo como referência temporal a segunda metade do século XIX e o primeiro quartel do século XX, recorrendo a variadas fontes documentais, procurámos esboçar algumas das características dos curtidores e surradores, categorias sócio-profissionais inseparáveis da indústria dos curtumes, bem como as relações que estabeleciam com os outros protagonistas envolvidos na actividade económica mais representativa do passado histórico vimaranense.

Apesar de estabelecermos balizas temporais bem definidas, começámos por efectuar uma perspectiva histórica da transformação das peles no território nacional, oferecendo uma visão, ainda que fragmentada, da importância do fabrico dos couros na economia nacional. Assim, tentámos elucidar que, além da tradição secular de fiar e tecer, outras actividades industriais se encontravam disseminadas nas várias localidades do Vale do Ave, assumindo o sector dos curtumes, em Guimarães, uma especialização cuja origem remonta à época medieval. No entanto, a ancestralidade das práticas de curtir e surrar não impediu que a actividade tivesse conhecido um certo incremento industrial durante o século XVIII, sendo alvo de algumas tentativas de organização manufactureira. A importação de peles, sobretudo do Brasil, parece ter contribuído para uma certa abundância de matérias-primas em Portugal, onde vários fabricantes obtiveram privilégios reais para o estabelecimento de fábricas de solas e atanados, num movimento a que não ficaram alheios os habitantes da Comarca e Termo de Guimarães. Mas, as limitações organizativas mantinham-se através do controlo profissional exercido pelas corporações de ofícios, sendo até comum que os oficiais que se encontravam fora do regime se achassem imbuídos dos mesmos costumes e formas de solidariedade.

Em Guimarães, no conjunto das actividades ligadas à transformação das peles, no seio da Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano, ao longo dos séculos verificou-se uma preponderância dos sapateiros sobre os tamanqueiros, surradores e curtidores.

Porém, a análise efectuada à acção de curtidores e surradores já na segunda metade do século XIX, permite identificar uma certa expansão da representatividade social destes categorias sócio-profissionais relativamente às outras actividades que dinamizavam o comércio e a indústria vimaranense. Cruzando as informações constantes nos cadernos eleitorais de S. Sebastião com outras fontes documentais, conseguimos verificar que tanto proprietários como negociantes tinham interesses na transformação das peles, constituindo aquilo que designámos por classe dirigente. Ou seja, apesar da imprevisibilidade dos mercados, o negócio das peles revelava oportunidades de investimento bastante sedutoras para quem dispunha de capitais.

Gradualmente, assistimos ainda à ascensão dos fabricantes, alguns dos quais dependentes dos modos de produção pertencentes aos proprietários, das matérias-primas fornecidas pelos negociantes e da mão-de-obra de curtidores e surradores. Para eliminar os obstáculos desta rede de dependências, aparecem algumas sociedades comerciais, representando uma reacção às dificuldades decorrentes desta actividade económica cuja geografia se encontrava muito bem delimitada no contexto vimaranense.

No final do século XIX, a nova ordem industrial que atingiu outros sectores de actividade também teve repercussões na transformação das peles, com o aparecimento do sentimento de classe entre os operários. No entanto, em 1900, a criação da Associação de Classe dos Curtidores e Surradores de Guimarães teve como pretensão suscitar a união entre os trabalhadores e os patrões, sob o argumento de que era preciso encontrar alternativas para combater os constantes empates de capitais que a indústria requeria. Porém, a crise que atravessou o sector, após a implantação da República e antes da I Guerra Mundial, originou uma forte agitação laboral, com o operariado a reivindicar melhores salários e condições de trabalho, evidenciando uma demarcação nítida dos industriais.

Não obstante continuar a intensa actividade dos curtidores e surradores, entrado o século XX, os curtumes vimaranenses foram definitivamente ultrapassados pelos produtos de outros centros industriais, nomeadamente Porto, Alcanena e Lisboa, onde a mecanização e os avanços químicos se tinham vulgarizado na transformação das peles. Por oposição, na zona de Couros, o processo de curtição continuava a ser bastante rudimentar e muito demorado, mantendo-se a dependência da casca de carvalho, da água e do tempo. As peles apenas se convertiam em couros mediante sucessivos banhos tanantes, responsáveis pela intensa insalubridade verificada nesta área da cidade.

De resto, a defesa da higiene e saúde pública terá sido responsável pela lenta erradicação da actividade do ambiente urbano, com as

autoridades municipais a declinarem a instalação de novos estabelecimentos industriais na zona tradicionalmente associada à curtimenta das peles.

Com efeito, esta mudança de atitude dos responsáveis pela higiene e saúde pública constatada no final do primeiro quartel do século XX também teve repercussões na mentalidade daqueles que pretendiam investir no sector. Destacámos o caso de Alberto Cardoso Martins, ao instalar a moderna Fábrica de Curtumes de Roldes na periferia da cidade, em Fermentões, fazendo a moderna maquinaria rivalizar com os movimentos braçais dos curtidores e surradores. Estava assinada a emergência do reordenamento industrial perante a difícil sobrevivência de uma indústria insalubre no ambiente citadino. Todavia, permaneceram as resistências e, ainda hoje, laboram duas unidades industriais neste espaço profundamente ligado à memória laboral vimaranense.

Importa ainda frisar que, ao estabelecermos como limite temporal de observação o ano de 1923, será conveniente alargar a análise no espaço e no tempo, de modo a proporcionarmos um conhecimento mais aprofundado sobre os homens e a estrutura produtiva da curtimenta das peles. Esta abordagem torna-se mais necessária numa altura em que se perspectiva a recuperação integral da Zona de Couros.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

1.1. Fontes

1.1.1. Fontes Manuscritas

ARQUIVO MUNICIPAL ALFREDO PIMENTA

- Fundo Municipal

- «Código de posturas», *Actas da vereação da Câmara Municipal de Guimarães*, Lv. 17 (1867-06-19/1868-09-18), AMAP, M-1852, p. 235;

- «Privilégios concedidos à Fábrica de Bezerros, Atanados e Couros de Francisco Mendes de Oliveira», *Livro do Registo Geral da Câmara (1784-1794)*, AMAP, M-2671;

«Petição para o estabelecimento de uma fábrica com privilégios reais de João José Carneiro e seu filho», *Livro do Registo Geral da Câmara (1801-1806)*, AMAP, M-2672.

«Representação feita a D. Miguel por Manuel José Fernandes da Silve e seu filho Cristóvão José Fernandes da Silva», *Livro do Registo Geral da Câmara (1827-1830)*, AMAP, M-2680;

«Despacho da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação destes Reinos e seus Domínios de 9 de Março de 1830», *Livro do Registo Geral da Câmara*, (1827-1830), AMAP, M-2680;

- «S. Sebastião», *Recenseamentos Eleitorais de 1857*, AMAP, B-15-4-2;

- «S. Sebastião», *Recenseamentos Eleitorais de 1865*, AMAP, B-15-4-9;

- «S. Sebastião», *Recenseamentos Eleitorais de 1878*, AMAP, B-15-4-24;

- «S. Sebastião», *Recenseamentos Eleitorais de 1884*, AMAP, B-15-4-45;

- «S. Sebastião», *Recenseamentos Eleitorais de 1895*, AMAP, B-15-4-44;

«Processo de fundação de uma fábrica de cortumes de peles», AMAP – 5-5-922;

«Tudo relativo às providências que se houveram de tomar contra o flagelo de cólera morbus», *Cólera Morbus em 1865*, AMAP – 22-1-100;

«Cópia de Registo de Alvará», AMAP – 15-5-922;

«Requerimento para construir um prédio de Joaquim Luciano Guimarães», AMAP- 15-5-922;

«Processos de licenciamento de uma fábrica de laboração manual de curtumes de peles», AMAP -15-5-922;

«Projectos com plantas – S. Sebastião», AMAP, M-25-3-1;

Fundo Monástico e Conventual

«Estatutos de 1824», *Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano*, AMAP, MC- 801;

«Termo de convocação dos Estatutos dos Mestres Sapateiros, e mais Ofícios anexos à sua Bandeira desta vila de Guimarães e seu Termo», *Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano*, AMAP, MC- 801;

«Arrendamentos da poça e sete pias de pedra, na Rua de Couros», *Irmandade de S. Crispim e S. Crispiniano*, AMAP, MC – 804;

Fundo Notarial

«Sociedade Commercial entre Francisco Caetano e Joaquim Costa Ruivães, ambos desta cidade, a 28 de Fevereiro de 1881», *Livro de Notas do Tabelião João Joaquim Oliveira Bastos*, AMAP, N – 2021, pp. 43v-44v.;

«Sociedade Comercial entre o Dr. Caetano Mendes Ribeiro e seu sobrinho Alfredo Dias Mendes Ribeiro, ambos desta cidade, a 28 de Dezembro, de 1888», *Livro de Notas do Tabelião João Joaquim Oliveira Bastos*, AMAP, N – 2047, pp. 22-25v.;

«Ajuste de contas e pagas entre o Dr. Caetano Mendes Ribeiro, desta cidade, e sua irmã e sobrinhos, da mesma, e outras partes, e paga de todos eles a favor da Dona Ana Augusta de Oliveira, desta cidade, em 26 de Abril de 1890», *Livro de Notas do Tabelião José Joaquim de Oliveira*, AMAP, N – 1873, p. 14-17v.;

«Abertura de crédito entre a firma commercial Almeida & Irmão e António José Ribeiro, desta cidade em 3 de Fevereiro de 1907», *Livro de Notas do Tabelião João Joaquim Oliveira Bastos*, AMAP, N – 4353, pp. 50-54;

ARQUIVO DO MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS

Junta do Comércio (cortumes):

«Mapa das Fábricas que existem na vila, termo e Comarca de Guimarães em 1815», AHMOP, JC-13;

«Petição contra a exportação de casca de carvalho», AHMOP, JC 12, pasta 2;

«Sobre o requerimento dos fabricantes de sola e atanados do Rio de Janeiro», AHMOP, JC 12, pasta 2;

«Sobre o requerimento dos fabricantes de solla e atanados nas Capitánias de Pernambuco e Paraíba. E assim mais dos fabricantes da mesma manufactura nos subúrbios do Rio de Janeiro». AHMOP, JC 12, pasta 1;

«Sobre a isenção dos direitos dos Atanados e Couros que se embarção para fora do Reyno», AHMOP, JC 12, pasta 1;

«Sobre a proibição dos atanados e sola fabricados em Reinos Estrangeiros», AHMOP, JC 12, pasta 1;

Levantamento aerofotogramétrico da Cidade de Guimarães, AHMOP, 1921;

Manuscritos:

- “Atanados” e “Couros”, in *Diccionario do Commercio*, Vol. I, Manuscrito, AHMOP. Também referenciado pela designação de Dicionário de Savary, trata-se de uma obra que, segundo Albino Forjaz de Sampaio, por comparação com o outro exemplar existente na Biblioteca Nacional, teve como autor Alberto Jacqueri de Sales, 2º lente da aula de Comércio, fundada pelo Marquês de Pombal em 1759. Trata-se de uma adaptação do *Dictionnaire Universel de Commerce* de Jacques Savary des Bruslons, editado em Paris, 1723-1730;

OUTRAS:

Actas da Assembleia Geral da Associação Comercial de Guimarães (1865-1823), ACIG, sem catalogação;

Actas da Direcção da Associação Comercial de Guimarães (1865-1823), ACIG, sem catalogação;

Conservatória do Registo Predial de Guimarães, *Descrições Prediais*, Livro B-3, n.º 225, p. 169; Livro B-11, n.º 2041, p. 107; Livro B-24, n.º 6714, p. 3; Livro B-30, n.º 9228, p. 143 v.; Livro B-44, n.º 14477, p. 69v.; Livro B-50, n.º 16755, p. 44, n.º 16752, p. 42 v, n.º 16753, p. 43; Livro B-70, n.º 24456, p. 28 v;

1.1.2. Fontes Impressas

Estatísticas e Relatórios:

- *Censo no 1º de Janeiro de 1864*, Estatística de Portugal, População, Imprensa Nacional, Lisboa, 1868;

- *Censo no 1º de Janeiro de 1878*, Estatística de Portugal, Imprensa Nacional, Lisboa; 1881;

- *Censo da População do Reino de Portugal no 1º de Dezembro de 1900* (Quarto Recenseamento Geral da População), 3 vols., Lisboa, Imprensa Nacional, 1900-1906;

- *Censo de 1911*, Direcção Geral de Estatística, 1913;

- *Censo de 1920*, Direcção Geral de Estatística, s. d.;

- FREITAS, Joaquim Augusto de Macedo, «Relatório dos Serviços da 1ª Circunscrição dos Serviços Técnicos da Indústria Durante os Anos de 1912 e 1916», *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 113, Imprensa Nacional, Lisboa, s/d;

- LUCIANO, A. , *A Exposição Industrial do Porto em 1861. Impressões D'Esta Grande Festa Nacional*, Porto, Typographia do Diário Mercantil, 1861;

- MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, *Inquérito Industrial de 1881*, Livro Primeiro, Imprensa Nacional, Lisboa, 1881;

- MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, *Inquérito Industrial de 1881. Inquérito Directo. Segunda Parte. Visita às Fábricas*. Livro Terceiro, Imprensa Nacional, Lisboa, 1881;

- MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, *Inquérito Industrial de 1881, Visita às Fábricas dos Distritos Administrativos*, Livro Quarto, Imprensa Nacional, Lisboa, 1881;

- MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, COMÉRCIO e INDÚSTRIA, *Inquérito Industrial de 1890*, Imprensa Nacional, Vol. II a V, Lisboa, 1891;

- MINISTÉRIO DO TRABALHO, «Estatística Industrial do ano de 1917», *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 116, Imprensa Nacional, Lisboa, 1926;

- NEVES, José Acúrsio (1814), “Mapa Geral Estatístico que representa as Fábricas do Reino no estado em que existiam nos primeiros tempos depois da última invasão”, *Obras Completas*, Edições Afrontamento, Vol. 3, Porto, s./d.;

- NEVES, José Acúrsio (1820), *Memória sobre os meios de melhorar a Indústria Portuguesa Considerada nos seus diferentes ramos*, ed. Jorge Custódio, Lisboa, 1983;

- SAMPAIO, Alberto e MEIRA, Joaquim José de, *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884*, ed. fac-smile da Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património, Guimarães, 1991;

Periódicos:

- «Hygiene Industrial: insalubridade e polícia sanitária das fábricas e officios considerados em geral», *Jornal da Associação Industrial Portuense*, Vol. I, Porto, 1852;

«O Cidade», *Religião e Pátria*, 30 de Novembro de 1878;

«Morte de uma criança», *Religião e Pátria*, semanário, 28 de Fevereiro de 1883;

«Folha Única», *A Indústria Vimaranesse*, Publicação da Imprensa Vimaranesse Comemorando a abertura da primeira exposição industrial de Guimarães, ed. fac-simile Sociedade Martins Sarmiento, 1884;

«Higiene individual: regras que se devem seguir em estado de saúde», *O Commercio de Guimarães*, 19 de Maio de 1884;

«Roubo de 18 couros do enxugo», *O Commercio de Guimarães*, 3 de Maio de 1891;

«Representação que a numerosa classe de cortumes dirigiu a Sua Magestade», *O Commercio de Guimarães*, 12 de Dezembro de 1896;

«Representação dos proprietários de cortimenta e apparelho de peles», *O Commercio de Guimarães*, 5 de Junho de 1900;

«Associação dos Cortidores e Caixa de Socorros», *O Commercio de Guimarães*, 18 de Março de 1902;

«Manifestação ordeira do descontentamento pelo aumento exagerado das contribuições», *O Commercio de Guimarães*, 2 de Outubro de 1903;

«Associação de Classe dos Cortidores e Surradores de Guimarães», *O Commercio de Guimarães*, 5 de Abril de 1904;

«Associação dos Cortidores e Caixa de Socorros», *O Commercio de Guimarães*, 31 de Março de 1905;

«Movimento Operário: A greve da rua de Couros», *O Commercio de Guimarães*, 28 de Abril de 1911;

«A causa operária: a greve na Rua de Couros», *O Commercio de Guimarães*, 2 de Maio de 1911;

«É votada a greve por unanimidade», *O Commercio de Guimarães*, 6 de Maio de 1911;

«A greve dos Operários Curtidores e Surradores», *O Commercio de Guimarães*, 9 de Maio de 1911;

«Crise nos Cortumes de Guimarães», *O Commercio de Guimarães*, 22 de Abril de 1913;

«Curtidores e Surradores», *O Commercio de Guimarães*, 3 de Maio de 1913;

«O Estado Sanitário do Concelho de Guimarães – A Associação Comercial apela para o Governo», *O Commercio de Guimarães*, 29 de Outubro de 1919;

«Manifesto dos couros e cabedais», *O Commercio de Guimarães*, 5 de Fevereiro de 1920;

«Triste desfecho de uma greve», *O Commercio de Guimarães*, 10 de Fevereiro de 1920;

«Anúncio de constituição de sociedades por quotas que entre si fazem Francisco José Ribeiro, José António Mendes Ribeiro e Luís de Oliveira Bastos, em 15 de Abril de 1920», *O Commercio de Guimarães*, 16 de Abril de 1920;

«Edital», *O Commercio de Guimarães*, 29 de Novembro de 1921;

«Os industriais de cortumes de Guimarães acusados de ‘bestas’ e de ‘cambada torpe’», *O Commercio de Guimarães*, 16 de Novembro de 1923;

1.2. Bibliografia

ALMEIDA, Eduardo, *Romagem dos séculos*, Guimarães, Edição da Sociedade Martins Sarmiento, 1923;

- ALMODOVAR, António e BRANDÃO, Maria de Fátima , «A Indústria no Pensamento Económico. O caso português», *A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica*, Actas do Colóquio, Centro Leonardo Coimbra/Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 1998;
- ALVES, Jorge Fernandes (coordenação), *A Indústria Portuense em Perspectiva Histórica*, Actas do Colóquio, CLC-FLUP, Porto, 1998;
- ALVES, Jorge Fernandes, *Fiar e Tecer: uma perspectiva histórica da indústria têxtil a partir do Vale do Ave*, Museu da Indústria Têxtil, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão, 1999;
- ALVES, Jorge Fernandes, *Os Brasileiros: emigração e retorno no Porto Oitocentista*, Porto, 1994;
- ALVES, José Maria Gomes, «Duas notícias (a zona de interesse arqueológico-industrial das antigas fábricas de curtumes em Guimarães)», *Revista de Guimarães*, Guimarães, 87 Jan. -Dez. , 1977, pp. 281-284
- AMADO, António Peres Correia, «A Indústria de Curtumes – evolução e aspectos químicos», *Revista Portuguesa de Química*, Lisboa, Vol. I, 1958;
- AMORIM, Maria Norberta, *Demografia Histórica e Família. Uma proposta metodológica*. Separata Studia Histórica, História Moderna, n.º 18, Ediciones Universidad Salamanca, 1998, p. 33.
- AMORIM, Maria Norberta, «Uma metodologia de reconstituição de paróquias sobre registos portugueses», in *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, X-1, Madrid, pp. 7-25.
- AMORIM, Maria Norberta, *Guimarães 1580 – 1819*, Instituto Nacional de Investigação Científica, Lisboa, 1987.
- BADÍA, Joám Carmona, *El atraso industrial de Galicia – auge y liquidación de las manufacturas textiles (1750-1900)*, ed. Ariel, Barcelona, 1990 ;
- BÉRARD, Jacques e GODILLARD, Jacques, *Cuir et Peaux*, PUF, Paris, 1964;
- BURKE, Peter, *A escrita da história: novas perspectivas*. Ed. UNESP - Fundação para o Desenvolvimento da UNESP, 2ª ed., 1994;
- CALDAS, António, *Guimarães, apontamentos para a sua História, Guimarães*, ed. Câmara Municipal de Guimarães/Sociedade Martins Sarmiento, Guimarães, 1996;
- CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES, *Livro de Ouro do Centenário da Cidade de Guimarães*. Ed. Câmara Municipal de Guimarães, Guimarães, 1954;

- CÂMARA MUNICIPAL DE GUIMARÃES, *Plano Director Municipal de Guimarães*, Guimarães, 1991;
- CARVALHO, A. L. de, *Os Mesteres de Guimarães*, Vol. III, Barcelos, 1942;
- CASTELO BRANCO, Camilo de, «A viúva do enforcado», *Novelas do Minho*, Vol. III, 7ª edição, Parceria M. Pereira Lda., Lisboa, 1965;
- CEPÊDA, Augusto Abreu Lopes, *Penafiel e Argosêlo ligados pelos curtumes*, Penafiel, ed. autor, 1992;
- CORDEIRO, José Manuel Lopes, «A indústria de curtumes em Guimarães (sécs. XIX-XX)», *Actas do II Congresso Histórico de Guimarães*, Guimarães, ed. Câmara Municipal de Guimarães, Vol. IV, 1996;
- CORDEIRO, José Manuel Lopes, «Empresas e Empresários Portuenses na Segunda Metade do Século XIX», *Análise Social*. Vol. XXXI (136 - 137), Lisboa, 1996 (2º -3º);
- CORDEIRO, José M. Lopes, «A persistência do ‘sistema antigo’: a indústria em Guimarães na época da Exposição de 1884», in Alberto SAMPAIO e Joaquim José de MEIRA, *Relatório da Exposição Industrial de Guimarães em 1884*, ed. fac-smile da Muralha – Associação de Guimarães para a Defesa do Património, Guimarães, 1991;
- CÔRTE-REAL, Fernando Homem da Cunha, «A Indústria dos Curtumes na 3ª Circunscção Industrial», *Boletim do Trabalho Industrial*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1912;
- COSTA, António Carvalho da, *Corografia Portuguesa*, Tomo I, Braga, 1868;
- CRUZ, Maria Antonieta, *Os Burgueses do Porto – Segunda metade do Século XIX*, Ed. Fundação Eng. António de Almeida, Porto, 1999;
- CUNHA, Carmen Morais Sarmiento, *Emigração familiar para o Brasil. Concelho de Guimarães 1890-1914. (Uma perspectiva micro-analítica)*, dissertação de Mestrado policopiada, Departamento de História – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Braga, 1997;
- FERNANDES, Paula Guilhermina de Carvalho, «A classificação sócio-profissional: uma questão em aberto», *Revista População e Sociedade*, CEPFAM, nº 1, Porto, 1995, pp. 177-208;
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão, *Guimarães: «Duas Vilas, Um Só Povo» - Estudo de História Urbana – (1250-1389)*, vol. II, tese de doutoramento policopiada, Departamento de História, ICS-Universidade do Minho, Braga, 1997;
- GALHANO, Fernando, «Sobre a projectada organização da indústria de Cortumes», *Revista de Contabilidade e Comércio*, Porto, Vol. I, n.º 3, 1933;

- GINZBURG, Carlo, *A Micro-História e outros Ensaios*, Difel, Lisboa, 1991;
- GODINHO, Vitorino Magalhães, «A História da técnica», *Ensaio sobre Teoria da História e Historiografia*, Tomo III, Ed. Livraria Sá da Costa, Lisboa, 1971;
- GONGALVES, José Martins, «Inquérito Paroquial de 1842», *Revista de Guimarães*, Vol. 108, ed. Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 2001;
- GUIMARÃES, Avelino da Silva, «Subsídios para a história das indústrias vimaranenses. Excesso de reforma liberal em detrimento agrícola e industrial», *Revista de Guimarães*; 9 (1) Jan.-Mar., 1892;
- JUSTINO, David, *A Formação do Espaço Económico Nacional – Portugal 1810-1913*, Vol. I, Vega, Lisboa, 1988;
- KRAVETZ, Marc, «Os jornalistas ‘fazem’ a História», *História e Nova História*, ed. Teorema, Lisboa, 1986;
- LAINS, Pedro, *A economia portuguesa no século XIX*, Imprensa Nacional, Lisboa, 1995;
- LARA, António Sousa, «Análise sócio-geográfica do povoamento de Guimarães», *Actas do I Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Vol. III, Guimarães, 1981;
- LIMA, Plácido António de Sequeira, «Inquérito Paroquial de 1842», *Revista de Guimarães*, Vol. 108, ed. Sociedade Martins Sarmento, Guimarães, 2001;
- MACEDO, Jorge Borges de, *Problemas de História da Indústria Portuguesa no Século XVIII*, Ed. Querco, Lisboa, 1982;
- MARGARIDE, Alberto, *Indústria de Curtumes*, Fabrica de Curtumes de Roldes, Porto, 1938;
- MARQUES, António H. OLIVEIRA, «Estruturas do Passado e Nova Ordem», *História de Portugal*, Vol. III, Lisboa, 1985;
- MARTINS, Francisco, *Guimarães. O Labor da Grei*. Publicação comemorativa da Exposição Industrial e Agrícola Concelhia realizada em Agosto de 1923, Guimarães, 1928;
- MINISTÉRIO DO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO, *Plano da Bacia Hidrográfica do Vale do Ave*, versão on-line, 2000.
- MEIRELLES, António da Cunha Vieira de, *Memórias de Epidemiologia Portuguesa*, Imprensa da Universidade, Coimbra, 1866;
- José Amado MENDES, «Etapas e Limites da Industrialização», *História de Portugal*, org. José Matoso, Vol. V, Círculo de Leitores, Lisboa, 1993;
- MENDES, José Manuel Amado, *História Económica e Social dos Séculos XV a XX*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa, 1997;

- MENDES, José Maria Amado, *Trás-os-Montes nos fins do século XVIII, segundo um manuscrito de 1796*, Coimbra, 1981;
- MEYRA, João Monteiro, *O concelho de Guimarães - estudo de demographia e nosografia*, dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto, Tipografia a Vapor da Empresa Guedes, Porto, 1907;
- MÓNICA, Maria Filomena, *Artesãos e Operários*, col. Teses e Teorias I, ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 1986;
- MÓNICA, Maria Filomena, «Capitalistas e industriais (1870-1914)», in *Análise Social*, vol. XXIII (99), 1987 – 5.º, pp. 819-863.
- MONTEIRO, Miguel, *Migrantes, Emigrantes e Brasileiros (1834-1926)*, Monografias n.º 8, NEPS ICS - Universidade do Minho, Fafe, 2000;
- MOSER, Eduardo, *Breves Observações sobre a Projectada Via Férrea de Bougado a Guimarães Entroncando com as vias férreas do Porto e Braga e à Régua feitas sobre Dados Estatísticos*, Typographia Lusitana, Porto, 1874;
- NEVES, António Augusto das, *Filhos das Ervas – A ilegitimidade no norte de Guimarães (séculos XVI – XVIII)*, col. Monografias do NEPS, n.º 10, Núcleo de Estudos de População e Sociedade, ICS – Universidade do Minho, Guimarães, 2001;
- OLIVEIRA, António José, *A Confraria do Serviço de Santa Maria de Guimarães (séculos XIV-XVI)*, dissertação de Mestrado em História e Cultura Medievais, Instituto de Ciências Socais, Universidade do Minho, Braga, 1998;
- OLIVEIRA, Eduardo Pires de e MEIRELES, Maria José, «Caem as paredes, abrem-se as portas, rasgam-se as estradas», *Catálogo da Exposição 1000 anos a construir Portugal*, Museu de Alberto Sampaio e Câmara Municipal de Guimarães, Guimarães, 2000;
- OLIVEIRA, Manuel, *Um motim de há cem anos*, Guimarães, 1985;
- PEDREIRA, Jorge Miguel Viana, *Estrutura Industrial e Mercado Colonial – Portugal e Brasil (1780-1830)*, DIFEL, Lisboa, 1994;
- PEREIRA, Esteves, *Subsídios para a História da Indústria Portuguesa: com um ensaio económico-social sobre as corporações de mesteres*, Guimarães ed., Lisboa, 1979;
- PERY, Gerardo Augusto, *Geografia e Estatística Geral de Portugal e Colónias, com Um Atlas*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa, 1875;
- REIS, Jaime, *O atraso Económico Português (1850-1930)*, Imprensa Nacional Casa da Moeda, Lisboa, 1993;

- RODRIGUES, Manuel Ferreira e MENDES, José Manuel Amado, *História da Indústria Portuguesa, da Idade Média aos Nossos Dias*, Associação Industrial Portuense e Publicações Europa-América, Mem Martins, 1999;
- RIBEIRO, Orlando, «Entre-Douro-e-Minho», *Revista da Faculdade de Letras – Geografia*, I Série, Vol. III, Porto, ;
- SCOTT, Ana Sílvia Volpi, *Famílias, Formas de União e Reprodução Social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*, Col. Monografias n.º 6, NEPS-Universidade do Minho, Guimarães, 1999;
- SERRÃO, Joel e MARTINS, Gabriela, *Da Indústria Portuguesa: do antigo regime ao capitalismo*, Livros do Horizonte, Lisboa, 1978;
- SOARES, Franquelim Sampaio Neiva, «O Arciprestado de Guimarães no inquérito de 1845», *Actas do I Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, Vol. III, Guimarães, 1981;
- TRAQUINA, Nelson, *Jornalismo: Questões, Teorias e 'Estórias'*, Col. Comunicação & Linguagens, Vega, Lisboa, 1993;
- VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO, *A extinção das oficinas de ensino profissional da Ordem Terceira de S. Francisco de Guimarães*, Tipografia Operária, Coimbra, 1891;
- VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE S. FRANCISCO, *Convento de S. Francisco – Guimarães*, edição da Mesa Administrativa, Guimarães, 2000;
- VICENTE, Gil, «Auto (de imoralidade) da Barca do Inferno», in *Teatro de Gil Vicente*, Biblioteca Ulisseia de Autores Portugueses, Lisboa, 1995, pp. 75-76.
- VIEIRA, José Augusto, *O Minho Pitoresco*, Tomo I, Livraria de António Maria Pereira, Lisboa, 1886;
- WOLFROM, Jean-Didier, «Quarenta anos de vida quotidiana», *A Nova História*, Edições 70, Lisboa, s/d;

APÊNDICE DOCUMENTAL

Documento N°1

«Mapa das fábricas que existem na vila, termo e Comarca de Guimarães em 1815», AHMOP, JC-13

Lugares	Denominação	Proprietário	Mestres	Operários	Aprendizes	Serventes	Estado Actual	Géneros	Obra Que Fazem	Obra Que Vendem	Para Onde Exportam
Guimarães	Fitas e tremoias	José Francisco de Araújo Silva	1	11	0	0	Em vigor	Fio e algodão	8 200 varas	8 200 varas	Várias terras do reino
Guimarães	Tralado ou trassado	José Bento Ribeiro	1	8	1	0	Idem	Fiados	900 varas	900 varas	Porto, Lisboa e outros lugares do Reyno
Guimarães	Idem	Mariana Luísa Teixeira	1	9	0	0	Idem	Idem	1 000 varas	1 000 varas	Idem
Guimarães	Idem	Quitéria Ferreira Viúva	1	5	0	0	Idem	Idem	500 varas	500 varas	Idem
Guimarães	Idem	Manuel Alves da Costa	1	10	0	0	Idem	Idem	1 500 varas	1 500 varas	Idem
Guimarães	Chapéus grossos	André Vieira	1	0	0	0	Idem	Lans	348 chapéus	348 chapéus	Nas feiras publicas deste Reyno
Guimarães	Idem	José Mateus	1	1	0	0	Idem	Idem	720 chapéus	720 chapéus	Idem
Guimarães	Idem	António da Silva	1	0	0	0	Idem	Idem	384 chapéus	384 chapéus	Idem
Guimarães	Solla e Bezerros	Bento José Ferreira	1	3	1	1	Idem	Casca, cal e azeite	2 000 couros	2 000 couros	Provincias deste Reyno e Algarve
Guimarães	Idem	Luis Pinto	1	1	0	1	Idem	Idem	400 couros	400 couros	Idem
Guimarães	Idem	Joaquim José Pinto	1	3	1	1	Idem	Idem	1 200 couros	1 200 couros	Idem
Guimarães	Idem	Manuel José Pinto	1	1	1	1	Idem	Idem	2 000 couros	2 000 couros	Idem
Guimarães	Idem	Pedro José Pereira	1	2	2	0	Idem	Idem	1 200 couros	1 200 couros	Idem
Guimarães	Idem	Manuel José Pereira	1	1	1	0	Idem	Idem	1 000 couros	1 000 couros	Idem
Guimarães	Idem	José Fernandes	1	1	0	0	Idem	Idem	300 couros	300 couros	Idem
Guimarães	Idem	Maria Mendes Solteira	1	1	0	3	Idem	Idem	1 500 couros	1 500 couros	Idem
Guimarães	Idem	Domingos de Freitas	1	1	1	0	Idem	Idem	600 couros	600 couros	Idem
Guimarães	Idem	Manuel José Vieira	1	1	0	1	Idem	Idem	400 couros	400 couros	Idem
Guimarães	Idem	Domingos Vieira Solteiro	1	0	0	0	Idem	Idem	200 couros	200 couros	Idem
Guimarães	Idem	José Francisco Ribeiro	1	2	0	0	Idem	Idem	600 couros	600 couros	Idem
Guimarães	Idem	António José Pinto	1	0	0	1	Idem	Idem	600 couros	600 couros	Idem

Lugares	Denominação	Proprietário	Mestres	Operários	Aprendizes	Serventes	Estado Actual	Géneros	Obra Que Fazem	Obra Que Vendem	Para Onde Exportam
Guimarães	Idem	António de Oliveira	1	1	0	0	Idem	Idem	600 couros	600 couros	Idem
S. Martinho de Candoso	Toalhado	Domingos António de Faria	1	3	0	0	Idem	Fiados	100 varas	100 varas	Guimarães
Idem	Idem	José de Carvalho	1	2	0	0	Idem	Idem	150 varas	150 varas	Idem
Idem	Idem	Manuel de Faria	1	6	0	0	Idem	Idem	300 varas	300 varas	Idem
Idem	Idem	Domingos da Cunha	1	3	0	0	Idem	Idem	200 varas	200 varas	Idem
Idem	Idem	Manuel da Quinta de S. Jorge	1	0	0	0	Idem	Idem	80 varas	80 varas	Idem
Idem	Idem	José Russo	1	0	0	0	Idem	Idem	90 varas	90 varas	Idem
Idem	Idem	António José	1	1	0	0	Idem	Idem	70 varas	70 varas	Idem
St. Maria de Silves	Idem	Jerónimo Pereira	1	1	0	0	Idem	Idem	60 varas	60 varas	Idem
S. Jorge de Cima Selho	Tolhos	Luis António de Faria	1	5	1	0	Idem	Idem	864 varas	864 varas	Idem
Idem	Toalhado	Pedro José de Oliveira	1	1	2	0	Idem	Idem	720 varas	720 varas	Idem
Idem	Idem	José Bento Oliveira	1	1	0	0	Idem	Idem	540 varas	540 varas	Idem
Idem	Idem	Manuel Oliveira	1	1	1	0	Idem	Idem	480 varas	480 varas	Idem
S. Cristovão de Selho	Idem	João da Silva	1	4	0	0	Idem	Idem	500 varas	500 varas	Idem
Idem	Idem	Manuel Francisco	1	2	0	0	Idem	Idem	250 varas	250 varas	Idem
S. João de Gondar	Tremoias	Jerónimo Francisco	1	4	0	0	Idem	Idem	1 400 varas	1 400 varas	Idem
S. Martinho de Leitões	Idem	João Rodrigues	1	2	0	0	Idem	Idem	900 varas	900 varas	Idem
Idem	Fitas de seda	Custódio de Souza	1	0	0	0	Idem	Idem	300 varas	300 varas	Braga
Idem	Tremoias	Manuel Machado	1	0	0	0	Idem	Idem	200 varas	200 varas	Idem
Idem	Idem	João Pereira	1	0	0	0	Idem	Idem	150 varas	150 varas	Braga e Guimarães
Idem	Idem	Manuel José da Costa	1	0	0	0	Idem	Idem	300 varas	300 varas	Braga
Idem	Chapéus grossos	Manuel Luis Ferreira	1	5	0	0	Idem	Lans	800 chapéus	800 chapéus	América

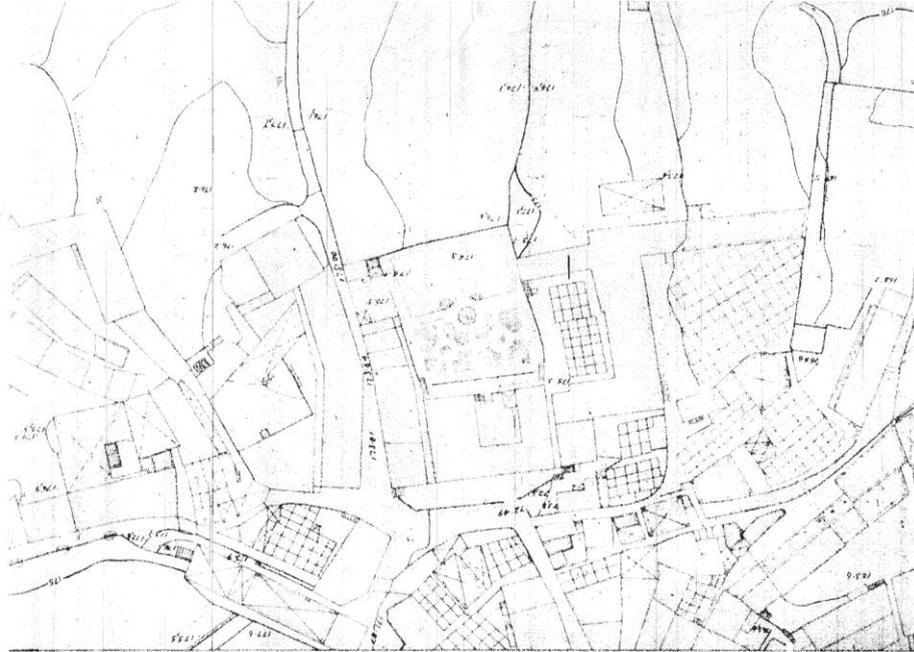
Lugares	Denominação	Proprietário	Mestres	Operários	Aprendizes	Serventes	Estado Actual	Géneros	Obra Que Fazem	Obra Que Vendem	Para Onde Exportam
S ^{ta} . Eulália de Fermentões	Idem	Manuel Francisco da Costa Torres	1	6	0	0	Idem	Idem	1 152 chapéus	1 152 chapéus	Guimarães, Porto, Trás-os-Montes e Brazil
S ^{ta} . Tomé de Caldelas	Idem	José Leite Francisco	1	1	0	0	Idem	Idem	400 chapéus	400 chapéus	Guimarães
S. Clemente de Sande	Idem	Manuel António	1	1	0	0	Idem	Idem	260 chapéus	260 chapéus	Braga
S. Martinho de Sande	Idem	José da Costa	1	3	0	0	Idem	Idem	900 chapéus	900 chapéus	Idem
Idem	Idem	Jerónimo José Luis	1	3	0	0	Idem	Idem	1 200 chapéus	1 200 chapéus	Idem
Idem	Idem	Pedro Mendes	1	2	0	0	Idem	Idem	600 chapéus	600 chapéus	Idem
S. Lourenço de Sande	Idem	Francisco José de Freitas	1	3	0	0	Idem	Idem	360 chapéus	360 chapéus	Idem
Idem	Idem	José de Oliveira	1	3	0	0	Idem	Idem	360 chapéus	360 chapéus	Idem
S. Salvador de Balazar	Chapéus grossos	Domingos José da Silva	1	3	0	0	Idem	Idem	240 chapéus	240 chapéus	Braga e Guimarães
Idem	Idem	Domingos José de Oliveira	1	1	0	0	Idem	Idem	216 chapéus	216 chapéus	Idem
Idem	Idem	Manuel José de Oliveira	1	2	1	0	Idem	Idem	240 chapéus	240 chapéus	Idem
Idem	Idem	José da Cunha	1	1	0	0	Idem	Idem	240 chapéus	240 chapéus	Idem
Idem	Idem	Bento Marques	1	1	0	0	Idem	Idem	96 chapéus	96 chapéus	Idem
S ^{ta} . Adrião de Vizela	Algodão e seda	José Dias Guimarães	1	5	1	0	Idem	Algodão e Seda	14 400 covados	14 400 covados	Idem
S ^{ta} . Tomé de Travassós	Solla e Bezerras	Francisco da Costa Novais	1	0	0	0	Idem	Casca, cal e azeite	40 couros	40 couros	Idem
Idem	Idem	António da Costa Novais	1	0	0	0	Idem	Idem	20 couros	20 couros	Idem
Idem	Idem	Manuel José	1	0	0	0	Idem	Idem	20 couros	20 couros	Idem
Idem	Idem	Manuel Lopes	1	0	0	0	Idem	Idem	48 couros	48 couros	Idem
Idem	Idem	Manuel António de Castro	1	0	0	0	Idem	Idem	22 couros	22 couros	Idem
Idem	Idem	Domingos da Costa	1	0	0	0	Idem	Idem	18 couros	18 couros	Idem

Lugares	Denominação	Proprietário	Mestres	Operários	Aprendizes	Serventes	Estado Actual	Géneros	Obra Que Fazem	Obra Que Vendem	Para Onde Exportam
Idem	Idem	José Domingues	1	0	0	0	Idem	Idem	20 couros	20 couros	Idem
Idem	Idem	José Gonçalves	1	0	0	0	Idem	Idem	22 couros	22 couros	Idem
Idem	Idem	Manuel José da Costa	1	0	0	0	Idem	Idem	25 couros	25 couros	Idem
Idem	Idem	Josão Pereira da Costa	1	0	0	0	Idem	Idem	19 couros	19 couros	Idem
Idem	Idem	João Francisco	1	0	0	0	Idem	Idem	30 couros	30 couros	Idem
Idem	Idem	António Gomes	1	0	0	0	Idem	Idem	40 couros	40 couros	Idem
Idem	Idem	Rozendo da Cunha	1	0	0	0	Idem	Idem	25 couros	25 couros	Idem
Idem	Idem	João da Cunha	1	0	0	0	Idem	Idem	20 couros	20 couros	Idem
Idem	Idem	António Oliveira	1	0	0	0	Bom	Idem	25 couros	25 couros	Idem
Idem	Idem	José de Oliveira	1	0	0	0	Idem	Idem	20 couros	20 couros	Idem
Idem	Idem	Francisco Pereira	1	0	0	0	Idem	Idem	40 couros	40 couros	Idem
Idem	Idem	Luísa de Sousa Viúva	1	0	0	0	Idem	Idem	18 couros	18 couros	Idem
Idem	Idem	Manuel Peixoto	1	0	0	0	Idem	Idem	25 couros	25 couros	Porto, Braga, Barcelos e Guimarães
Idem	Idem	António Pereira	1	0	0	0	Idem	Idem	25 couros	25 couros	Guimarães
Idem	Idem	Manuel Pereira	1	0	0	0	Idem	Idem	95 couros	95 couros	Idem
Idem	Idem	João da Costa	1	0	0	0	Idem	Idem	22 couros	22 couros	Idem
S. Paio de Moreira de Cónegos	Papel	D. Maria Maximina Delfina	1	0	0	0	Idem	Trapo branco	1 400 resmas	1 400 resmas	Idem
St. Eulália de Nespereira	Toalhado	Francisco José Ribeiro	1	17	0	0	Idem	Fiado	840 varas	840 varas	Terras deste Reyno
S. Miguel do Monte	Solla e Bezerras	José Monteiro Viegas	1	1	0	0	Idem	Casca, cal e azeite	42 couros	42 couros	Guimarães
Idem	Idem	José Monteiro	1	0	0	0	Idem	Idem	40 couros	40 couros	Terras deste Reyno
Idem	Idem	António Domingues	1	0	0	0	Idem	Idem	25 couros	25 couros	Idem
S. Miguel de Creixomil	Tremoias	António José Pereira	1	6	0	0	Idem	Fio e algodão	1 200 varas	1 200 varas	Guimarães

Lugares	Denominação	Proprietário	Mestres	Operários	Aprendizes	Serventes	Estado Actual	Géneros	Obra Que Fazem	Obra Que Vendem	Para Onde Exportam
Idem	Idem	Manuel José Pereira de Lima	1	10	0	0	Idem	Idem	1 200 varas	1 200 varas	Lisboa, Alentejo e Serra da Estrela
Idem	Idem	Francisco José Teixeira Basto	1	4	0	0	Idem	Idem	2 400 varas	2 400 varas	Terras deste Reyno
Idem	Toalhado	Idem	1	2	0	0	Idem	Fiado	60 varas	60 varas	Idem
Idem	Tremoias	Manuel José Pereira	1	2	0	0	Idem	Fio e algodão	2 800 varas	2 800 varas	Guimarães
Couto de S. Torcato	Solla e Bezerros	Capitão Domingos Mendes	1	2	0	0	Não trabalha por falta de tração	Casca, cal e azeite	500 couros	500 couros	Lisboa, Alentejo e Serra da Estrela
Idem	Idem	José Francisco e Companhia	1	0	1	0	Não trabalha por falta de tração	Idem	1 000 couros	1 000 couros	Idem
Couto de Fonte Arcada	Solla e Bezerros	João José Carneiro	1	3	0	0	Bem estabelecida	Idem	300 couros	Toda a que faz	Todas as vilas e cidades do Reyno
Couto de Fonte Arcada	Solla e Bezerros	João Batista Carneiro	1	2	0	0	Bem estabelecida	Idem	300 couros	Idem	Idem
Concelho de Lanhoso	Cortumes	Domingos José Gonçalves	2	1	1	0	Em vigor	Idem	50 e 60	Idem	Província do Minho

Documento N°2

Levantamento Aerofotogramétrico da cidade de Guimarães – zona de
Coursos, AHMOP, 1921



Documento N°3

Planta de uma fábrica de Curtumes - «Projectos com plantas –
S. Sebastião», AMAP, M-25-3-1

